

ISSN: 0872-5225

# Callipole

Revista de Cultura

N.º 2/1994



*Vila Viçosa*

# Callipole

Revista de Cultura

N.º 2/1994

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Dr. Josué Almeida Bacalhau

VEREADOR DA CULTURA

Prof. Francisco Quinteiro

DIRECTOR / COORDENADOR

Dr. Manuel Inácio Pestana

CONSELHO DE REDACÇÃO

Dr. João Tavares

Dr. Joaquim Saial da Silva

Dr. Joaquim Soeiro Torrinha

Dr. Manuel Inácio Pestana

Prof. Doutor Olívio José Caeiro

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Viçosa

Divisão dos Serviços Culturais - C. M. V. V.

Largo D. João IV - Tels. (068) 98570/99795

7160 VILA VIÇOSA

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Linhas de Elvas - Empresa Gráfica, Lda.

Tiragem: 1000 exemplares

Registo: N.º 84864/94

Depósito Legal: N.º 85

ISSN: N.º 0872-5225

Periodicidade: Anual

Colaboração solicitada

Os textos assinados são da inteira responsabilidade dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida ao Director.

SOLICITA-SE PERMUTA - ON PRIE L'ECHANGE - EXCHANGE WANTED



# Callipole

Revista de Cultura

N.º 2/1994

*A verdade é que o falatório  
pode ser o prestígio de alguém  
M. 30.5.99*



Vila Viçosa



*A Revista de Cultura Callipole publicada pela Câmara Municipal de Vila Viçosa quer ser um ponto de encontro de todas as correntes culturais e onde a discussão entre elas possa ser possível.*

*É um projecto para continuar. A identidade de um povo mede-se pela sua cultura e, neste tempo em que vivemos, é absolutamente necessário não deixarmos aculturar e vincarmos a nossa identidade como povo.*

*Vila Viçosa foi no passado, é hoje, e pretende ser no futuro um importante polo cultural no nosso Alentejo. A Revista que têm nas vossas mãos é o produto final de um vasto leque de colaboradores a quem, reconhecidamente, a Câmara Municipal de Vila Viçosa agradece a colaboração prestada.*

*É um projecto para ombrear com os melhores e levar a cultura que transpira das suas páginas tão longe como possível, porque Vila Viçosa merece-o.*

O VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA

( Professor Francisco Quinteiro )



## PRIMEIRA PÁGINA

*Esta segunda **Primeira Página** quer dizer que regressamos ao convívio dos que nos animaram com as suas palavras de estímulo e apreço quando há um ano atrás CALLIPOLE se apresentou no terreiro público do nosso mundo cultural. Quanto nos foi testemunhado em termos de analítica e construtiva crítica justifica o regresso, com maior empenho, contando como sempre contámos com a participação desinteressada de dedicados colaboradores, decerto bem conscientes de que esta tribuna e a sua audiência os merece. Por isso, abrimos com o agradecimento muito sincero dirigida a todos que desta forma nos ajudam na luta que travamos pela defesa, preservação, estudo e divulgação dos valores patrimoniais que são caros à nossa história, à nossa identidade e à nossa cultura.*

*Ao leitor se apresentam repetidos autores ou novos colaboradores, cuja fama e ciência são por demais conhecidas e muito honram e ilustram a CALLIPOLE e os seus responsáveis. Não evidenciamos nenhum em particular, porque em todos brilha a chama e o ânimo do amor às letras, à ciência ou às artes e de todos recebemos notável e precioso ensinamento.*

*Ano comemorativo do 1º centenário do nascimento de Florbela Espanca não podíamos deixar de assinalar a efeméride e, por isso mesmo, reservámos um espaço especialmente dedicado à grande poetisa para nele se registarem trabalhos evocativos do seu estro, da sua personalidade, da sua vida, inspiração que também se tornaram para que outros nomes consagrados da letras nacionais, particularmente do mundo da Poesia, fossem tratados.*

*E do mesmo modo não poderíamos olvidar outra figura notável da mesma ilustre família calipolense - Túlio Espanca -, um ano após a publicação do seu último trabalho, precisamente nesta revista cultural da sua terra. Por isso, dois dos nossos colaboradores o recordam no mundo da arte, da história e da convivência humana.*

*Animados, pois, dos melhores propósitos de prosseguir damos hoje mais este passo, seguros de que estamos traçando certo e bom caminho, saudando, muito gratos, quantos, mais uma vez, nos acompanham e se disponham a continuar dedicadamente ao nosso lado, porque CALLIPOLE é, afinal, uma obra de todos e para todos.*

O Director



## **Tempo de História**



## AS TRÊS IGREJAS DUCENTISTAS DE VILA VIÇOSA

Joaquim Torrinha \*

*Ao meu ilustre amigo Dr. Mário Alberto Nunes Costa, autor moral desta nótula, pelos seus altos méritos de investigador probo.*

1.0 - A ideia histórica, que ao longo de séculos se propagou, acerca das igrejas ducentistas de Vila Viçosa resumia-se à consideração de haver apenas duas: a de Santo Agostinho e a de S. Tiago Maior.

As referências ao culto de Santa Maria, nesta área geográfica, aparecem, por vezes, mas no que respeita a Vila Viçosa apontam para um tempo muito posterior, situando-o já na época de D. Nuno Álvares Pereira, a quem se têm atribuído, com certa insistência, não só a iniciativa de mandar construir o edifício como também a de oferecer a imagem personificando o orago.

Se as afirmações feitas em relação às duas primeiras igrejas, se fundamentam em dados histórico-artísticos, o mesmo se não pode dizer, em absoluto, quanto à terceira, sobre cuja data não existia qualquer certeza mas apenas presunções.

Hoje o cenário histórico, quanto à última, é completamente diferente com a apresentação que aqui faço de um documento comprovativo de que a igreja de Santa Maria de Vila Viçosa também era ducentista.

Apreciemos os fundamentos destes assertos.

### 1.1 - A IGREJA E CONVENTO DE SANTO AGOSTINHO

A igreja de Santa Maria de Vila Viçosa foi uma das que não pertenceram, *ab initio*, nem a conventos nem a mosteiros, até que em 1297 foi doada à Ordem de Avis, o mesmo podendo dizer-se da pequena construção da de S. Tiago Maior, a meio da encosta do Outeiro de Ficalho mas da qual não encontrou qualquer doação a leigos ou a Ordens.

Ambas poderiam ter sido paroquiais. A de Santa Maria porque possui "a invocação genérica dada às igrejas matrizes das povoações reconquistadas aos mouros" (1), e a de S. Tiago porque a tradição o afirma, como refere o Pe. Espanca e também porque ostenta a designação do Apóstolo S. Tiago, comum às matrizes secundárias, em lugares onde já havia outra matiz principal com o nome de Santa Maria, de harmonia com o grito de guerra dos soldados cristãos ao avançarem contra as hostes islâmicas: "Santa Maria e S. Tiago." (2)

Já o mesmo se não pode dizer da igreja dos Agostinhos que viria a integrar-se na mole do convento dos frades chamados cruzios ou brancos.

As três igrejas são coevas, como se deduz do documento aqui apresentado hoje mas já como tal se podiam considerar desde que se conhece a data da doação da igreja de Santa Maria à Ordem de Avis em 1297.

Quanto à intervenção ou responsabilidade régia implicada na construção desta, nada se sabia mas não se rejeita a possibilidade de ter existido.

A de S. Tiago apesar das reformas estruturais que, infelizmente, foi sofrendo através dos séculos, conseguiu chegar até aos nossos dias com a planta inicial, embora

\* Investigador e publicista

com um único testemunho arquitectónico: o característico pórtico marmóreo de **arco apontado** que nos parece servir de atestado da presença do gótico e um único motivo decorativo, os **discos góticos** no cordão da **imposta**.

O Pe. Espanca, baseado na tradição, considera-a de 1270 que é exactamente a mesma data da concessão do foral tercio-afonsino a Vila Viçosa.

Da igreja dos Agostinhos ainda se encontram no local bastantes vestígios góticos, como frestas geminadas (lumes) presentes na parede nascente da quadra, possivelmente iluminando a sacristia do tempo e os arcos torais ou arestas, na abóbada adjacente, bem como em outro portão largo, de estilo manuelino, embutido numa parede do lado nascente de uma casa que talvez fosse a capitular, com uma fresta ogival por cima, o que nos denuncia arranjos arquitectónicos intensivos em curtos prazos de tempo.

Deslocados do corpo do edifício de que anteriormente faziam parte, aparecem cogulhos marmóreos decorando a cimalha do portão de comunicação do Terreiro do Paço para o antigo **Pátio dos Carros**, entrada principal do Convento, pelo menos desde o século XVIII. Na passagem do **Pátio dos Carros** para a antiga cerca, existe, bem conservado, um largo portão manuelino.

As profundas modificações arquitectónicas no edifício dos Agostinhos, surgiram na sequência da ânsia de esplendor e da profusão de riqueza manuelina e joanina que derrubaram o primitivo edifício gótico, ampliando, de forma magalómana, os espaços existentes e juntando-lhes outros.

A ruína da igreja de S. Tiago derivou do facto de vir a situar-se extra-muros da vila, acrescido da diminuição de fregueses que a abandonaram ou esqueceram, preferindo acolher-se ao abrigo da vila amuralhada onde estava a de Santa Maria.

Era esta, no fim de contas, a de mais extenso culto (como paroquial?), vindo a sofrer os necessários aumentos à custa de derrubes e reconstruções, já em vida de D. Nuno A. Pereira e, posteriormente, na fase estética do maneirismo, implantado na mesma época em muitas igrejas desta região.

## 1.2 - IGREJA DE S. TIAGO MAIOR

Quanto à existência da primeira paróquia na igreja de S. Tiago, nada há que o prove senão a tradição, transmitida pelos escritos do Pe. Espanca, o que já de si é coisa de muita monta e digna de respeito, dada a sua craveira de monógrafo calipolense. Mas é evidente que a tradição não tem, só por si, a força suficiente para autorizar o asserto histórico.

Este precisa de mais força que só lhe poderá advir do apoio documental.

Quando Lourenço Afonso impetrou do rei a concessão do "padroado da igreja de Vila Viçosa e das mais igrejas que se fizessem, o que D. Dinis concedeu por carta de 2-5-1297 (o que é sinal de terem os cavaleiros de Avis criado a primeira paróquia, segundo tradição, na ermida de S. Tiago" (3), já existia ao culto a igreja de Santas Maria do Castelo, pelo menos desde 1280, excelentemente situada à sombra da fortaleza, no centro da que viria a ser a almedina e a vila velha a qual, nesse tempo, já albergava bastantes habitantes.

Do ponto de vista estratégico-posicional, o novo local oferecia muitas mais facilidades aos moradores, para funcionar como paroquial, do que a de S. Tiago, atirada esta como estava para um arrabalde quase despovoado.

Embora isto também não possa ser, em definitivo, uma razão para deixar de ser paroquial, é pelo menos lógico que se pense deste modo.

Albino Lapa, que reuniu os elementos para o vocábulo "Vila Viçosa" da Enciclopedia Portuguesa e Brasileira, diz: "a instituição paroquial data em Vila Viçosa dos primórdios da Vila (Séc. XIII), na Igreja de Santa Maria do Castelo"... mas não faz prova do facto.

A tomarmos como verdadeira esta opinião, encontrar-nos-íamos com duas paróquias em Vila Viçosa no século XIII, o que não seria único mas seria desnecessário.

Já o Pe. Alberto Gonçalves, que foi prior da Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Vila Viçosa, escrevera em 1910 (4) "que vira na padieira interior do pórtico junto ao arco apontado, na igreja de S. Tiago, uma inscrição aludindo ao século XIII.

Não a refere o Pe. Espanca, que viveu e morreu antes do Pe. Alberto e, muito menos, eu o posso fazer visto que já por mais de uma vez, debalde, a procurei.

Mas admito que ele a visse, porque o pórtico de arco apontado assente numa imposta decorada com hemi-esferas (discos góticos) e cordoame de mármore da região usava-se já no século XII. São prova disso por exemplo o magnífico exemplar de pórtico do Mosteiro de Roriz (Sto. Tirso), que apesar de ser um harmonioso monumento dessa rica região não é de um puro rigorismo romano e apresenta já, além dos arcos apontados abundantes, no gótico primário – e nisso não é o único – um motivo decorativo bem saliente como o são as meias esferas (discos góticos), esculpidos sobre o primeiro par de colunelos hexagonais, de capitel totalmente vegetalista, em oposição ao antropomorfismo decorativo românico, que se continuam nos arcos apontados e com uma densidade bem marcante.

Todos estes últimos elementos ornamentais foram transportados para o gótico primário. Ora "o Mosteiro de Roriz abrigou uma comunidade de cônegos regrantes a partir do segundo terço do século XII, mas existiu muito antes" . . . com outra comunidade (5).

Do ponto de vista escultórico e arquitectónico, há coincidência de elementos decorativos entre a igreja de Roriz e a de S. Tiago de Vila Viçosa. Mas se quiséssemos acrescentar casos semelhantes a estes poderíamos contá-los por dezenas; mas fixo-me apenas em mais dois: o da igreja de Rio Mau que é de 1151, com arquivoltas boleadas (discos góticos) na porta axial e a igreja de Paço de Sousa do final do século XII que as exhibe na rosácea axial. Foi a partir da Sé Velha de Coimbra que se divulgou o modelo de larga escócia com bolas no seu interior (discos góticos)(6). Não há pois razão formal para pôr em dúvida que a igreja de S. Tiago de Vila Viçosa seja ducentista (ca. 1270).

Parece confirmar-se deste modo, o que sempre me pareceu, que a igreja de Santa Maria de Vila Viçosa, ao tempo de receber a apresentação do pároco João Martins, que D. Dinis lhe enviou, logo no início do seu reinado, era pertença exclusiva da organização concelhia e o rei ao assinar a nota de apresentação mostrou-se já, ou ainda, possuído "pela mesma contaminação da autoridade régia pela senhorial" num jeito que tinha assimilado das inquirições de 1220 e 1258, a partir dos quais se deu o aumento dos domínios da Casa Régia à custa da "senhoralização" de terras, baseado na virtude (ou na força, digo eu), do poder público do rei! (7).

Também muito contribuiu para essa atitude de exaltação do poder régio, o apoio dado pelos textos jurídicos, com novos conceitos doutrinários, como "As sete partidas do Rei Sábio" que já se encontravam traduzidas na nossa língua.

### 1.3 - IGREJA DE SANTA MARIA

A tomar como certa a regra, - e foi-o de facto, com as suas necessárias excepções, - assinalada pelo douto Cônego José Filipe Mendeiros, de que nos locais onde havia duas igrejas a primeira invocação seria dedicada a Santa Maria e a segunda a S. Tiago, seríamos levados a admitir que anteriormente a esta pequena dos subúrbios já existia a de Santa Maria.

Ser-me-ia muito grato poder confirmar a regra atrás citada, mas não é com base nos elementos que possuo que poderei satisfazer esse meu desejo.

Das poucas certezas com que ficamos, a mais forte parece ser o facto de as três igrejas ducentistas de Vila Viçosa serem coevas, e talvez nascidas todas no mesmo intervalo de tempo: 1267-1280 e, fora de dúvida, fica também a certeza de que o culto a Santa Maria nesta Vila Viçosa começou no século XIII, muito antes portanto das datas que todos os investigadores até hoje, lhe têm atribuído.

No entanto é plausível acreditar que a deterioração das relações entre D. Afonso III e as ordens monásticas religiosas, mesmo na vigência do interdito existente não era tão absoluta que não desse para haver ainda alguns resquícios de contactos e entendimento com a própria Igreja, como se vê para o caso de Elvas, pela Carta de doação da Ermida de Sossa Senhora dos Mártires e suas terras aos frades pregadores dominicanos por D. Afonso III em 20 de Fevereiro de 1267, "com toda a herdade e terra que lhe pertence, pelo menos para edificarem um Mosteiro da sua Ordem à honra de Deus, e da Virgem Maria, e de S. Domingos" (8).

Pelo menos esta carta é já um início da quebra de posicionamento duro e rebelião que D. Afonso III mostrara até à petição do levantamento do interdito, que lhe não foi concedido por haver desconfianças da parte do Núncio de que a intenção do

rei, ao fazê-lo, não era convincente e podia não ser duradoira. A mesma carta de doação, ao mesmo tempo que denuncia o fervor religioso do rei que fazia a doação "por amor de Deus, e pela salvação da minha alma, e de meus pais; e para participar de todas as obras, e orações da mesma Ordem", afirmava o carácter de **firmeza para sempre** dessa doação.

Mas, do mesmo documento se tira ainda a preciosa informação de quanto era já vincado o seu conceito da virgindade de Maria e do uso que já se possuía nessa época nesta região, precisamente idêntico àquele que em Castela Afonso X, o Sábio, expandiu largamente nas "Cantigas de Santa Maria", a propósito dos Santuários portugueses da nossa área geográfica.

Por tudo o que dito fica, não será muito difícil de acreditar que esta dadivosa atitude de D. Afonso III não se repetisse em relação a outras comunidades religiosas, como seria o caso dos Agostinhos em Vila Viçosa, onde estes começavam a erguer o mosteiro precisamente em 1267.

E, pela proximidade das datas, se poderia imaginar que estava na mente do rei um anseio de evangelizar cristãmente as terras que a Reconquista acabava de incorporar no nosso território e, onde se sabe tinham permanecido infiéis que não seria difícil converter e fixar, numa estratégica atitude de são repovoamento.

Contudo não se conhece nenhuma carta de doação para o caso dos Agostinhos de Vila Viçosa e, por isso, se estranha a facilidade e a rapidez com que a obra arrancou e logo foi aumentando, sendo a comunidade agostiniana pobre e sem raízes no local. Que se saiba só pediram licença para extraírem pedra da coutada da Bouça, que lhe foi concedida.

Diga-se de passagem que o foral de V. Viçosa foi concedido por D. Afonso III em Junho de 1270, e que estes dois actos, tendo uma clara relação temporal, parecem por ele premeditados.

Tendo em conta todos estes factos, não é de excluir a hipótese de ter havido da parte de D. João III qualquer gesto de protecção para com a igreja de Santa Maria, como o houve por parte de seu filho D. Dinis, que legou ao Mosteiro dos Agostinhos cem libras no seu testamento.

Não há forma de poderemos estabelecer, com rigor, a data do início da construção do castelo de Vila Viçosa, que se tornaria no natural defensor da igreja de Santa Maria e da população que a começava a circundar. No entanto, pode estabelecer-se uma data provável.

Mas por razões de natureza mediática, indirectas, o Pe. Espanca é levado a apontar o período de 1280 a 1290, chegando mesmo a escrever que "pode ser que tivesse ainda princípio no tempo de Afonso III", mas depressa se arrepende e ele mesmo coloca dificuldades óbvias a essa ideia transferindo-a para o reinado de D. Dinis, como o fizeram outros cronistas mais antigos e, julgo, com razão.

Também não é convincente o juízo do Pe. Espanca, de que haveria de ter castelo primeiro que o Alandroal, pelo facto de já ser concelho anteriormente.

Na verdade, da vila alandroalense era donatária a Ordem de Avis, que colocou a primeira pedra no castelo em 6 de Fevereiro de 1294, e fê-lo com certeza dada a grande importância geográfica-estratégica que aquela zona tinha, na cobertura defensiva de toda a região fronteiriça. Vila Viçosa estava um pouco mais no interior, e não possuía Ordem militar alguma; só a teve a partir de 1297.

Mais forte é a outra razão, que avança, da doação de Vila Viçosa feita em 1297 à infanta castelhana, D. Brites, filha de D. Sancho IV, a quando da **ratificação dos ajustes** já convencionados no contracto de arrendamento feito em 1291 ou 1293, desta infanta com o nosso Príncipe D. Afonso, o Bravo, pois uma prenda de tanto significado político tinha de ser posta nas mãos da infanta já completada, que o mesmo é dizer, a vila doada dentro da cerca do seu castelo para a tornar segura.

Mas não constitui impudícia histórica aceitamos que o Castelo teria a sua cerca quase completa antes de 1300.

Por outro lado, uma vez que a Igreja de Santa Maria estava ao culto pelo menos desde 1280 e os muçulmanos ainda não estavam muito afastados de Vila Viçosa, andando por terras andaluzes, não se ignorando a possibilidade de voltarem à carga, como de facto o fizeram no Salado, a prudência exigia que se reforçassem as medidas de segurança em oposição às suas petulâncias de reconquista, que se afundaram nos campos do Salado, com o auxílio dos portugueses, e a construção da alcáçova e da res-

pectiva muralha da cerca eram os elementos mais aconselhados por serem os mais necessários e eficientes.

Os reforços amuralhados seriam feitos no reinado de D. Fernando I, entre os quais a torre de menagem e alguns torreões quadrangulares, ficando deste modo inteiramente protegida a Igreja de Santa Maria e toda a população de intramuros.

Da informação colhida na "Monarquia Lusitana" por Frei Francisco Brandão (9), infere o Pe. Espanca, que, por aquele ter lido a carta de doação da igreja de Santa Maria - "ao Mestre e à sua Ordem o padroado da igreja e das mais que se fizessem em seu termo", haveria na nossa vila apenas uma paroquial. É arriscada a conclusão e é controversa também.

Outra questão se levanta quanto à posse da fábrica da Igreja, na altura em que o Pároco João Martins se apresentou em Vila Viçosa, no dia 2 de Janeiro de 1280. Arredada a hipótese de pertencer à Casa de Bragança por ainda não existir, fica-nos de pé a de a considerarmos como pertença da Coroa ou a de ser autónoma, edificada por um leigo endinheirado e sedento de receber benesses espirituais perpétuas. Afastada igualmente fica a Ordem de Avis que já tinha, nessa data, a jurisdicção sobre algumas igrejas desta área geográfica, como a de Santa Maria de Estremoz, a qual D. Afonso III, no dia 28 de Abril de 1266 concedeu ao Mestre da Ordem D. Martinho Fernandes, confirmando-a na concordata entre o mesmo e o bispo de Évora D. Durando Pais, em 1279 (10), porque a de Vila Viçosa só foi doada, como atrás dissemos, em 1297.

Para encontrarmos justificação da razão de escolha da imagem da Senhora da Conceição de Vila Viçosa, como símbolo concepcionista de Maria Imaculada, é costume afirmar-se que isso aconteceu "por ser ali a mais antiga Igreja onde, em toda a Hespanha, houve esta invocação".

Estas palavras estão realmente incluídas no texto da Provisão do Rei, de 25 de Março de 1646, mas não se conhece documento que abone claramente e em toda a sua extensão esta afirmação, feita no meio do século XVII, mas, se reflectirmos um pouco, concluímos que a igreja de Santa Maria de Vila Viçosa é muita antiga e que o privilégio do uso do conceito da Conceição Imaculada, como invocação no culto mariano, também o é. Basta que nos lembremos do espírito das Cantigas de Santa Maria de D. Afonso X, o Sábio e, um pouco mais tarde das concepções teológicas espreoadas por J. Duns Escoto e seus seguidores, para que reconheçamos, sem esforço, que o mistério da Conceição está implícito numas e noutras, como o está na carta de doação de D. Afonso III aos Dominicanos de Elvas.

À luz do documento novo que publicamos, ressalta a necessidade de rever tudo o que se escreveu até ao século XVI, acerca da origem e do desenvolvimento do culto mariano em Vila Viçosa.

Que efêmera é a HISTÓRIA! . . .

Nem a Igreja de Santa Maria de Vila Viçosa data do tempo de D. Fernando I, visto que lhe é muito anterior, nem era dedicada à conceição de Nossa Senhora mas sim a Santa Maria (embora se possa admitir abertamente a existência de uma ideia concepcionista abonada nas Cantigas de Santa Maria e noutros lugares).

Igualmente a igreja primitiva não era do século XIV (1367-83) mas sim do anterior (já existia em 1279); nem D. Nuno tem nada a ver com os primórdios da edificação, porque só mais de um século depois de nela se exercer o culto é que veio para Vila Viçosa e se dedicaria à reconstrução dela, agora em estilo ogival.

Portanto, nada do que foi escrito e dito está certo à luz dos conhecimentos actuais, visto também que não foi o "fortíssimo D. Nuno" o primeiro que levantou a igreja" e não foi ele que "teria oferecido" esta imagem de Nossa Senhora da Conceição, por razões a que já aludimos noutro trabalho (11). Poderia, sim, oferecer uma imagem mas teria de ser diferente desta que ainda hoje veneramos.

Do mesmo dodo, o templo primitivo não seria gótico mas sim romântico, ao uso da época - tal como se passou na Sé Nova de Évora, coetânea de Santa Maria de Vila Viçosa, - sob o bispado de D. Durando Pais e cujo arranque mostrou tendências românicas, embora surgisse seguidamente o gótico em força e em valor, vigoroso e plétórico sobretudo nas excelentes esculturas da figuração do mais artístico apostolado das catedrais portuguesas.

Quanto às imagens representativas do orago, apenas temos notícia da que actualmente está ao culto e, essa, já é do período maneirista.

Da época da primitiva igreja de Santa Maria, que deveria ser românica (1279), e

da do período gótico, (se é que a houve), não se conhecem nem delas houve notícias concretas.

Aos que repetem que D. Nuno construiu ali uma igreja e que ofereceu para ela a imagem de Nossa Senhora, basta-lhes a tradição dos factos que vão transmitindo às gerações, mas isso não é o suficiente para considerar a afirmação correcta.

Prova evidente que das graves disputas havidas entre o Rei e o Clero, é a reunião das Cortes de Évora em 1280, especialmente dedicada à discussão das questões entre ambos, (12), questões que se tinham acentuado durante todo o reinado de D. Afonso III e que concentravam uma animosidade sustentada cerca de 80 anos, que seu filho D. Dinis haveria de solucionar, graças à sua prudência e queda diplomática, não concedendo tanto como parecia ser necessário para o bom relacionamento com a Igreja, mas que foi o suficiente.

Embora nem todas as resoluções régias providas do resultado apurado nas inquirições, fossem prejudiciais ou contrárias ao pensamento dos clérigos, a verdade é que em 1266, em vida de D. Afonso III, rebentou um conflito grave entre o poder temporal e espiritual, no qual estava incluído o próprio Bispo de Évora, criando um clima impróprio à mútua colaboração. Razão que permitiu supor que a postura de D. Afonso III, - a Coroa portanto - não ajudasse à construção da igreja de Santa Maria de Vila Viçosa, como não ajudaria à da Sé de Évora e que fossem os moradores, já municípios após a outorga do foral, que comesçassem e acabassem as obras dela.

Mas não há, de facto, qualquer documento que afiance a suserania da Coroa ou de qualquer Ordem monástica sobre a igreja de V. Viçosa ao tempo da sua edificação, o que permite supôr que ela é obra dos fiéis moradores. Com efeito, a doação à Ordem de Avis, só ocorreu em 2 de Maio de 1297, quando já estava pronta.

Mas a verdade é que a tradição criou a ideia de que não foi a Ordem de Avis mas sim D. Nuno Álvares Pereira quem a reconstruiu no século XIV, ao abrigo de qualquer acordo entre as partes. Dúvidas que perdurarão, e serão alimentadas pela presença da Cruz de Aviz em pinturas do tecto da sacristia, e em um emblema de esmalte alusivo a Confraria Régia de Nossa Senhora da Conceição, mas feitos em épocas posteriores, bastante afastadas do período ogival.

Em face dos últimos documentos, a construção e as reconstruções do templo de Santa Maria de Vila Viçosa situam-se em três épocas de características arquitectónicas diferentes:

- a - **românica**, até cerca de 1297 com D. Afonso III.
- b - **gótica**, a partir de D. Nuno Álvares Pereira.
- c - **mancirista**, no reinado de D. Sebastião.

Da primeira não apareceram até hoje vestígios arquitectónicos. O mesmo não se pode dizer da segunda, em que os vestígios são poucos mas existem: a tampa de uma arca tumular, a cruzaria das arestas da abóbada da capela-mor com as suas chaves a rematar, poderiam ser dessa época.

E da terceira está bem vincado em toda a ela o cariz maneirista, desde a fachada e da estrutura arquitectónica do corpo e das naves da igreja, bem como do retábulo do altar-mor.

Dai para cá, com as estruturas conservadas, só os adornos se foram modificando, ao sabor dos gostos artísticos dos séculos que se lhe seguiram, desde a talha dos altares da cabeceira da nave e das laterais aos emolduramentos marmóreos das capelas, a pintura e a azulejaria seiscentista, cobrindo esta a totalidade dos prospectos da nave e do coro, da capela de S. José e de S. Pedro e do Santíssimo, assim como os belos silhares setecentistas da ouisia e, na capela do Santo Nome ou das Almas, assinado este pelo grande pintor Policarpo de Oliveira Bernardes.

Teria a igreja de Santa Maria de Vila Viçosa tido um intenso culto mariano como o tiveram outras, entre elas a Sé de Évora, a de Monsaraz e, com maior vulto, a de Terena?

É possível, mas a verdade é que o Rei-Poeta Afonso X, o Sábio, não a menciona nas suas estrofes e, sem qualquer documento à vista é impossível decidir. Não obstante, aprez-me acrescentar que o historiador António da Oliveira Cadornega, em pleno século XVII, já nos oferecia, pela sua pena palavras que eram autênticas provas históricas, por ele observadas quando moço:

"E de todos aquellos contornos e villas circunvizinhas eram contínuas as romagens que aquella santa e milagrosa Casa se faziam, continuamente, vindo muita gente enferma de diversos males e irem milagrosamente saós e escorreitos para seus do-

micílios" (12).

Estas palavras decorrem da própria observação feita por Cadornega antes de 1639, data em que partiu para servir a Coroa em Angola (13).

Por aqui se vê que o culto marial era intenso no século XVII, como de resto o confirmam outros cronistas e outros documentos, resta-nos apenas conhecer a verdade histórica sobre a sua antiguidade, uma vez que a tradição impõe que a consideremos em pé de igualdade com as mais notáveis da época.

Faltam dados para considerar uma data certa da instituição da paróquia na referida igreja. Frei Agostinho de Santa Maria escreve:

"O Condestável D. Nuno Álvares Pereira, a quem foi doada a povoação de Vila Viçosa por El-Rei D. João I, dedicou a Nossa Sra. da Conceição, de quem ele era muito devoto, a paróquia principal e a matriz daquela vila que ele mesmo edificou e ofereceu a este mistério". (14).

De concreto aparece aqui a iniciativa da criação da Igreja condestabriana, a mudança de nome do orago - a Senhora é sempre a mesma - e uma primeira referência à **paróquia principal** e à **matriz** com assento na igreja de Nossa Senhora da Conceição, a qual me parece ser um pouco tardia.

**Edificou** refere-se ao edifício gótico, visto que já tinha havido outro anteriormente, em 1279 de certo, românico, dada a época e devotado a Santa Maria.

Mas ao frisar **paróquia principal**, parece dar a entender que haveria outra **secundária**. a qual, a existir, teria assento, segundo a tradição, na de S. Tiago, já situada fora de muros e com escasso número de fregueses.

Fica pois em aberto, por enquanto, a questão da instituição da Paróquia na Igreja do Castelo, mas não esqueçamos que antes de ser a **principal** poderia ser só **paroquial** se considerarmos que **principal** quer dizer **matriz**.

Não quero deixar de acrescentar que na nossa Diocese reinando D. Dinis, apareceram rapidamente em menos de meio século as **IGREJAS PROPRIAS** conforme nos mostra o Catálogo de D. Dinis de 1321 (15).

Estas igrejas, rotuladas de paroquiais, eram construídas a cargo do Bispo, grandes proprietários e Ordens Militares, mas é estranho que não se encontre incluída a de Vila Viçosa neste número, estando a Diocese enxameada de paróquias até ao extremo de Monsaraz, intra-muros, contar com quatro, para uma população que não excedia os 450 habitantes, no fim do século XV, quando Vila Viçosa já ultrapassava bem este número e já possuía, como residentes, os Duques de Bragança.

#### 1.4 - O DOCUMENTO

Na monarquia feudal do século XIII, as **Inquirições** foram um instrumento fiscal à ordem da Coroa, destinado a proceder ao cadastro dos bens e rendimentos do Rei, dos Eclesiásticos e dos Senhores Feudais, vingando mais drasticamente nos reinados de D. Afonso III e de seu filho D. Dinis.

Nas que D. Afonso III mandou executar, e na parte que não se malograram, estava abrangida a Diocese de Évora.

Por este motivo lhe foram retirados alguns bens, que revertendo à Coroa, tornaram a Diocese mais pobre, prejudicando como é lógico o início e o andamento das obras de Sé Nova.

Dado o mau cariz desta figura jurídico-económica, como sendo uma rigorosa averiguação, um inquérito a cargo de comissões mistas de funcionários públicos e de pessoas da confiança régia, tendo como objectivo tornar conhecidos os títulos, honras e propriedades, direitos senhoriais e de padroados de igrejas e mosteiros, está bem de ver que foram parar à Coroa os bens considerados ilegítimos ou usurpados por extorsão e engano. Não há dúvida que, executadas com uma abrangência deste teor, ninguém se escapava ao fisco. As próprias igrejas e os Cabidos sentiram prejuízos nos seus erários, e isso causou-lhes uma certa instabilidade emocional e económica que, como veremos adiante, prejudicou certas obras.

De entre todos os privilégios que o Rei possuía, destacava-se o direito "de apresentar o Pároco de certas freguesias ou nomear juiz" (16).

Contudo esse privilégio não era seu exclusivo, porque alguns Senhores também gozaram dele nas suas terras, o que nos permite admitir que D. Dinis, ao fazer em 22 de Janeiro de 1280 a apresentação do pároco João Martins à Igreja de Santa Maria de

Vila Viçosa, esta estaria na dependência directa ou da Coroa ou do Concelho, já com foral concedido desde 5 de Junho de 1270, e não de qualquer Ordem militar implantada na região, na circunstância a de Avis, ou de qualquer dos Senhores Feudais, que no sul do País, embora existissem, foram sempre em pequeno número e de fraca influência.

Com efeito o padroado da Igreja de Santa Maria, só foi concedido à Ordem de Avis em 5 de Maio de 1297, o que também exclui a hipótese de ser a referida Ordem a edificadora da Igreja, que já estava ao culto, pelo menos, desde 1280 - havia 17 anos.

Por outro lado as relações de D. Afonso III com a Igreja de Portugal, só à hora da sua morte se tornaram amigáveis, chegando a produzir-se mesmo uma verdadeira separação entre ambas as partes durante grande período do seu reinado (17), facto este que afasta razões para o concebermos como autor material ou moral da dita Igreja.

E mesmo o seu diferente modo de agir à hora do transe final, já em nada a veio beneficiar, porquanto ela já estava construída.

Pode ainda ter acontecido que o interesse de D. Dinis pelo recém-formado concelho de Vila Viçosa, a maneira lépida e expedita como construiu as muralhas do Castelo que defendiam a novel Igreja, o interesse pela apresentação do Párcio e factores estratégicos de ordem geográfica por exemplo, ou outros circunstanciais e desconhecidos, o levassem a incorporar na Coroa o Senhorio de toda a Vila, numa das muitas Inquirições com que largamente aumentou os réditos do Estado.

Mas não há argumento que imponha esta hipótese no que se refere a Vila Viçosa.

Contudo sempre houve investigadores que, ou à margem dos argumentos históricos pouco convincentes ou de hipóteses fluidas, baseadas na tradição, intuíam e acreditavam que o culto neste Santuário de Vila Viçosa deveria ter origens em tempos mais remotos. (18).

E foram exactamente estes afinal que estavam no bom caminho, uma vez que o culto a Santa Maria na Igreja da almedina de Vila Viçosa, assenta raízes, **historicamente**, no último quartel do século XIII (1280), como o prova a sciedade o documento que apresentamos e se reproduz em extra-texto.

A amizade para comigo, a sorte que teve em se lhe deparar o documento e o generoso conceito de investigação de que é possuidor o meu ilustre Amigo Dr. Mário Alberto Nunes Costa, foram os factores desencadeantes para fazer chegar à minha mesa de trabalho, um precioso documento ducentista, que a ele competia divulgar por o ter encontrado, mas do qual abnegadamente abriu mão em meu favor.

Por isso lhe deixo aqui consignada a minha homenagem, pelo exemplar particularismo do seu comportamento face aos outros.

Uma vez que o documento exhibe a data de 22 de Janeiro de 1280, isso permite-nos afirmar que a igreja de Santa Maria de Vila Viçosa já existia em 1279, e não é necessário sacrificar os leitores a ouvir todas as razões claras que levam a comprovar o facto.

Mas de uma, ao menos, não quero eximir-me, dado o reforço que ela pode trazer para demonstrar a antiguidade das igrejas ducentistas de Vila Viçosa, em comparação com a Sé Nova de Évora: trata-se de uma "carta do rei D. Afonso III para que o Bispo de Évora haja as terças partes de Vila Viçosa", datada de 1271 (19).

Julgo que as **terças partes** equivalem ao que noutro documento da mesma época se designa por **terça pontifical**, que recaía também sobre as igrejas quando já existiam, ou sobre as que se haviam de se construir e, muitas vezes, andava ligado ao **direito de apresentação** (20).

Neste caso de Santa Maria de Vila Viçosa, o direito de apresentação ficou reservado ao rei, pois foi D. Dinis quem apresentou o clérigo João Martins. Há aqui uma relação subtil mais profunda do que parece entre o Rei D. Dinis e a Igreja de Santa Maria.

Para além de tudo isto, este documento transporta consigo elementos informativos de outra ordem e um deles é o da relativa antiguidade das igrejas de Vila Viçosa entre si, na década de 80 ou, mais precisamente, entre 1267 e 1280.

Tem-se aceitado, por persuasão de uma doutrina tradicionalista do Pe. Espanca, a ermida de S. Tiago Maior como a primeira (1270). Outros, mais correctamente, indicam a dos Agostinhos (1267) e agora podemos acrescentar à luta pelo primeiro lugar, mais a de Santa Maria (1279), ou mesmo um pouco antes se entrarmos

3  
Presentau dñs al de Johne mry dñi ad eccliam sci  
archialis de ayote i dñe pte bñe dñe. ij. die jany  
Presentau dñs al de annun dñi ad eccliam sua pte dñe  
de Wyndy. vi. die jany.

Presentau dñs al de Stephanu jadia dñi ad eccliam  
sci pte de gasta dñe i epatu bñe dñe. xiiij. die jany.

Presentau dñs al de annun dñi ad eccliam sua  
pte dñe de ayote i diocesi vlytton. xvij. die jany.

Presentau dñs al de Johne lugerij alani ad eccliam sua  
pte dñe de azabua i diocesi vlytton.

Presentau dñs al de magro pte dñi ad eccliam sci  
pte de sil i epatu vlytton. xiiij. die februy.

Presentau dñs al de magro pte dñi ad eccliam sua  
pte de jacobi de Obidg i epatu vlytton. xiiii.  
die jany.

Presentau dñs al de magro pte dñi ad eccliam  
sci Clementis de boule i epatu vlytton. xij. die februy.

Presentau dñs al de Johne mry dñi ad eccliam  
ad eccliam sci g. d. illa msa i epatu vlytton. xij. die jany.

Presentau dñs al de annun dñi ad eccliam  
pate dñe de annun dñi i epatu vlytton. viij. die  
februy.

Presentau dñs al de annun dñi ad eccliam  
pate dñe de clasto leuoreto i epatu vlytton. pte die jany.

Handwritten signature or scribble.



em linha de conta com a letra da carta atrás referida do Rei D. Afonso III, acerca das terças partes das igrejas de Vila Viçosa datada de 1271. Esta data pode ajustar-se à Igreja de S. Tiago, pois à outra existente - a dos Agostinhos - não me parece curial que o Bispo cobrasse colectas aos misérrimos frades, a quem deixou em testamento cem libras em ouro, gesto cuja prática só teve paralelo com os Agostinhos de Lisboa, para além de um amigável relacionamento que o Pe. Espanca faz questão de enfatizar.

Uma das mais seguras impressões que se colhe da leitura do documento é a de que as três igrejas ducentistas de Vila Viçosa são anteriores, pouco, mas anteriores à edificação da Sé de Évora, da nova Sé, claro está, porque houve outra anterior a esta denominada Sé Velha, cujo local, supõe-se, fosse em parte incerta do mesmo cômodo em que se situa a Nova, possivelmente até subjacente a ela.

Também do próprio texto do documento se conclui da existência de um Bispado em Évora, porque lá se diz expressamente:

"ad ecclesiam sancte Mariae de Villa Viçosa in Episcopatum Eborensis"

Mas se havia Bispado podia não haver Bispo, como por vezes sucedeu (sede vacante), e podia mesmo não haver Sé o que também aconteceu em certos períodos. Mas teria de haver forçosamente um lugar sagrado, onde o Bispo recitasse as suas prêdicas e orações e, a não ser uma Sé, teria de ser uma igreja com dignidade suficiente para permitir a cerimoniosa liturgia que a presença do Bispo ou do Cabido sempre acarreta, embora não desconheçamos que em períodos anteriores, em virtude da ominosa repressão confessional dos romanos e dos mouros aos cristãos, a Igreja propriamente dita não funcionasse com ritual imponente, e o Bispo e os Clérigos fossem forçados a procurar casas de particulares para as recitações costumadas, inclusivé a própria missa.

Este facto não seria estranho nem único, porque na filosofia do conceito cristão de religiosidade cabia perfeitamente a ideia de que os actos de culto se executassem em qualquer lugar, porque:

"a morada de Deus no meio dos Homens não é um edifício de pedras, de cimento ou de madeira. É feito de pedras vivas" (1, Pedro, 2, 2), ou que:

"a morada de Deus é a assembleia do povo e cada um dos seus membros" (21).

Todos estes evangélicos ditos sentenciosos, estavam na memória dos cristãos da Reconquista e por si só explicam que apesar da falta de uma edificação condigna, monumental, como a de uma Sé, "a casa-mãe das casas de Deus", não estava impedida a existência de um Bispo. E não impediu nunca, em todos os tempos da História.

Mas isto aconteceu fora do período a que nos estamos referindo, antes da Reconquista Cristã.

Após esta, no reinado de D. Dinis, estava praticamente liquidada a questão que seu pai e antepassados tiveram com a Igreja por causa da atribuição patrimonial de alguns bens que esses reis haviam chamado à posse da Coroa e que ainda em sua vida D. Afonso III, por obra e graça dos esforços de D. Durando Pais, bispo de Évora e seu Prelado dedicado, conseguiu que o rei bolonhês começasse a devolver à Igreja.

D. Dinis seguiu-lhe o exemplo, não só de "motu proprio" como também para cumprimento da firma recomendação de seu pai feita à hora da morte.

Foi neste clima, propiciado pela atitude de ambos, que se criaram as condições necessárias e suficientes para se multiplicarem as Igrejas onde a clerezia precisasse delas. Por isso as datas indicadas para Vila Viçosa e para a Sé Nova de Évora, rondam a década de 80 - a de V. Viçosa antes e a de Évora depois.

Das muitas interrogações que aparecem em todo este processo mais uma tenho a juntar e para a qual não encontrei resposta satisfatória:

Quem era e donde veio este clérigo João Martins?

Do próprio documento que analisamos hoje, ficámos a saber que era irmão de Mestre Pedro, mas também não sabemos senão que Mestre Pedro era chanceler. De outros compulsados, relativos a este período apenas um refere o nome de João Martins como prior e interveniente na troca de uma casa na eira dos freires.

Este documento é de 1280, mas o seu conteúdo não permite confirmar se é este o prior que veio para Vila Viçosa nesse mesmo ano (22).

Também era costume fazer-se a apresentação dos clérigos a igrejas do Padroado Real. (23).

Foi, possivelmente, o que fez D. Dinis em 1280 à Vila Viçosa e, sendo assim,

a igreja de Santa Maria seria da Coroa e não do Município, embora à dita vila lhe tivesse sido outorgado o foral já em 1270, como dito foi.

## 1.5 - A SÉ DE ÉVORA

Houve vários locais que serviram de Sé em Portugal, pois nem sempre a panorama político-religioso foi favorável ou simplesmente permissivo ao exercício do catolicismo.

Desde casas particulares até à Sé propriamente dita, passando pelas igrejas aqui ou acolá, tudo serviu ao Pastor para reunir e comunicar com os seus fiéis. Évora conta-se nesse número, sob a dominação do período romano, ao peso da ferocidade do governador Daciano.

É também nebulosa a existência da Sé em Évora, nos períodos de dominação visigótica e árabe (24). Não obstante, a referência do geógrafo árabe Edrici permite pensar numa **mesquita catedral**, mas desconhece-se com rigor histórico o sítio onde se ergueria (25).

As várias cópias do controverso "Livro dos Aniversários", do recheado Arquivo do Cabido dizem:

"D. Paio lançou a primeira pedra da fundação da Sé", (26) da Sé velha claro está, naturalmente de estilo românico ainda, porque era muito cedo, em Portugal para o aparecimento da novidade gótica ou ogival.

A "lápide transferida da capela-mor medieval" afirma que "o Bispo Durando edificou esta Sé, agora trata-se da Nova, falecendo em 2 de Abril de 1283. Na vigência dos 16 anos do seu bispado (1267-1283), que ocupa precisamente o período quente do conflito provocado pelas inquirições, ordenadas por D. Afonso III em 1258, com o objectivo de retirar à Igreja - e retirou - alguns bens doados pelos seus antecessores, muitas dificuldades e mesmo impossibilidade de operância nas obras da edificação da Sé deveria ter encontrado D. Durando, para as desenvolver em ritmo que teria de ser crepitante e contínuo, para que estivessem concluídas à hora da morte em 1283, e tornassem operacional, liturgicamente, a nova Sé medieval, impedimento e dificuldade que se teria mantido até ao passamento do Rei, momento em que foram entregues os bens usurpados em 1258 "nomeadamente à Sé de Évora" (27).

É aqui que reside o fundamento e a força da minha opinião, para afirmar que parece possível ter a Igreja de Santa Maria de Vila Viçosa celebrado actos litúrgicos anteriormente à actual Sé de Évora, porque aquela já existia em 1279.

Há aqui um hiato documental impressionante, entre os 16 anos do pontificado de D. Durando, que nos deixam um pouco às escuras sobre o modo como as obras andaram, o que me leva a pensar que teriam sido paradas, e que elas tivessem recommençado depois da abertura do testamento de D. Afonso III, falecido em 1279, que não só deixara ficar muito dinheiro para isso como também recomendara ao seu filho que prosseguisse com a mesma política. Estou perfeitamente convencido que foram os efeitos das Inquirições que atrasaram as obras da Sé e, que permitiram que as de Santa Maria de V. Viçosa se executassem antes dela, durante a década de 1270-1279.

A lápide transferida da Capela-mor da Sé medieval para a actual da do S. Sacramento, é um documento lítico que permite admitir que esta capela estava pronta, do ponto de vista de estrutura arquitectónica sumária, ao tempo (1283). A inscrição latina nela inscrita assinala que:

"aqui jaz o Bispo eborense D. Durando... que **iniciou** a construção desta obra" e não diz que a **acabou**.

O próprio Doutor Cónego José Filipe Mendeiros que, graças a Deus, continua pondo o seu fervor de alma e o coração ao serviço da magna causa da História da cidade, e da exaltação dos seus valores artísticos e sociológicos, também navega nestas águas quando escreve:

"Desta inscrição (a tumular) resulta claramente que D. Durando não pôde ver a Catedral toda construída, mas somente o seu início, talvez a capela-mor e a cabeceira", as obras acabaram no século XIV, "já em plena floração do estilo gótico" (28), mas antes do termo das obras foi a Sé consagrada em 1308 pelo Bispo eborense D. Fernando Martins.

O interdito e a pobreza protelaram a construção da Sé.

"Nos fins do ano de 1277, estava lançado o interdito em todo o reino, o Rei e os Príncipes excomungados e, segundo a letra da Bula, os súbditos desligados do jura-

mento de fidelidade ao Soberano”.

A cisão Coroa-Igreja atingira o auge!

É por demais evidente que numa situação destas, o Rei não tinha motivação para ajudar a Igreja nem a sua benemérita atitude, se a ensaiasse, teria aceitação, numa situação tão grave e de tão má feição para a sua senhorial imagem. O divórcio entre a Igreja e a Coroa era completo, mas não definitivo, claro.

Em Fevereiro de 1274, já Afonso III estava entevado, mas se a doença já o atormentava não foi ela suficiente para lhe quebrar a firmeza do ânimo na confrontação das questões com a Igreja, mesmo depois do interdito que, em Maio de 1277, sobre ele lançou o Papa Gregório X.

A precaridade da documentação histórica relativa ao período que vai desde a instituição da primeira comunidade cristã eborense e a Reconquista aos mouros das terras do nosso território, não permite que se faça com a clareza necessária a descrição da natureza dos factos que modelaram a vida dessa gente de Deus, nem dos monumentos por eles erigidos para celebração do culto, nem das instituições criadas para entretenimento espiritual, de dilatação da fé ou de solidariedade humana.

Do período da dominação romana apenas se conhecem as actas do Concílio de Elvira, cuja data ronda os anos de 303 e no qual esteve presente o seu Bispo Quinaciano, prova esta que denuncia claramente a existência de uma comunidade de dimensão desconhecida, e que não devia desviar-se muito do padrão habitual para as comunidades desse tempo, e também permite supor que dada a organização que essa comunidade aparenta possuir, já viria do século anterior.

Não se vislumbra que houvesse já uma Sé edificada, facto que não é difícil de justificar, dado o secretismo em que as comunidades cristãs se viam forçadas a exercer a vida comunitária e as celebrações litúrgicas, por mor da perseguição religiosa que os romanos e, posteriormente, os árabes lhes faziam.

Melhor documento se nos apresenta o período visigótico, que se segue de imediato ao anterior romano, permitindo já restabelecer os limites da Diocese de Évora, consequentemente, avaliar da extensão já cristianizada e da existência de bispos cujas funções são fáceis de conjecturar.

Contudo continuamos a não conhecer a existência de uma Sé.

E vieram de seguida os árabes, em cuja dominação se apagaram os dados referentes à comunidade cristã que poderiam interessar a História da Igreja Católica. Deste modo tornaram-nos impossível o conhecimento do “modus vivendi” da comunidade cristã, com especial relevo no que respeita à existência de Bispos e dos templos, bem como à liberdade religiosa que gozavam.

Mas não é difícil acreditar que esta era restrita e de secreto exercício. (29).

Logo após a reconquista da cidade de Évora (1165), começou a constituição da Diocese Eborense, a qual nos três primeiros decénios do século XIII chegou a dominar uma área correspondente, grosso modo, ao Alto e Baixo Alentejo de hoje (30).

Não obstante, da existência da Sé de Évora nada se sabe neste tempo e da Diocese, desta e da de Beja sabe-se que dependiam então da metrópole de Mérida, facto que deve ter permanecido assim no início da reconquista, quando foi extinta esta e em seu lugar ficou a de Compostela.

Isso deu, naturalmente origem a disputas por razões de inconveniências óbvias, sabendo-se, no entanto, de fonte segura, que os primeiros três Bispos de Évora foram sagrados pelo Arcebispo de Braga o que revela, sem sofismos de qualquer espécie, que a Diocese de Évora reconheceu como metropolitana aquele Arcebispo.

Contudo, só em 1394 a Sé de Évora se tornou sufragânea da de Lisboa, da qual o foi até à sua autonomia.

Pela mão de D. Paio veio a constituição da corporação denominada Cabido em 1200, a qual tinha 21 componentes, e porque a Diocese era pobre, era até “a mais pobre de Portugal” (31), razão esta que aliada às pequenas quezílias Coroa-Igreja nada abonava a favor do prosseguimento das obras da Sé, foi-se cada vez mais a possibilidade de a acabar em prazo curto.

Apesar de tudo, as pequenas questões litigiosas quanto à posse de bens, entre o Rei D. Sancho I e a Igreja, não foram suficientes para impedir a doação por este feita ao Bispo D. Paio - 3.º de Évora em 1186, de propriedades que D. Afonso II confirmou em 1218(32) com mais 2.000 maravedis em oiro. Outras surgiram, agora entre o Bispo e o Cabido, com o mesmo motivo, mas resolveram-se “sem estrépito judicial,

nem arbitragem, nem intervenção de terceiros”.

D. Afonso II, esse então foi um protector acérrimo da Igreja, doando-lhe e confirmando-lhe direitos e privilégios, chegando ao ponto de em 1224 “a tomar sob sua protecção, com homens e terras, casas e gados”.

Mas nenhuma destas e de outras medidas munificentes encorajou suficientemente a construção de uma Sé Velha, pois os maravedis foram gastos na compra de propriedades e, possivelmente, as restantes doações seriam necessárias à criação de um fundo, que servisse de suporte económico às exigências dos clérigos que faziam parte do recém-formado Cabido, de modo a encontrar réditos suficientes para preencher as prebendas dos Cônegos, do Deão do Chantre e das dezoito conezias.

Ao tempo da morte de D. Soeiro II (1230) já havia um quadro significativo de propriedades, vinhas e décimas suficiente, segundo consta do livro da Fazenda. (33).

Mas é ponto assente segundo a opinião do distinto historiador Dr. Júlio César Baptista, a cujo saber me rendo, que a vida da Diocese do ponto de vista económico só passou a ser desafogada, comparando-a com outras Dioceses do País, a partir dos meados do século XIII, e mais satisfatoriamente a partir do início do século XIV.

Creio que esta mudança segura, e a ajuda monetária dada por D. Afonso III no seu testamento, foram os fios condutores que impulsionaram a revivificação da construção da Sé Nova. Em complemento vieram as rendas do Cabido e as ofertas dos fiéis, bem como outros legados pios dos Bispos e Clérigos que se lhe seguiram, nomeadamente D. Domingos Jarro (1285-1289) e D. Fernando Martins (1314). Também cristãos leigos, cujos legados envolviam a cessão de “ricas propriedades” (34), garantiram a sequência da obra.

É uma obra exemplificativa da “corrente arcaica do nosso gótico primário ou inicial” (35). Quase todo o resto, pórtico, capela de S. Pedro, claustro, rosáceas, etc. são de 1340.

A este arrastamento, morosidade mesmo, não deve ter sido estranha a influência da grandiosidade da massa construtiva, embora segundo afirma o Doutor Cônego José Filipe Mendeiros, um perfeito conhecedor da História da Cidade, a situação económica da Diocese, na época, não causasse engulhos de monta porque era sadia.

Na vedade, só com finanças sólidas se podia erguer rapidamente uma obra de tão excepcional grandeza, ao ponto de poder ser considerada “a primeira grande construção portuguesa, isto é “inteiramente portuguesa, do período gótico” (36). Até ao período em que arrancou definitivamente a situação económica não era brilhante.

Por isso, não devemos minimizar o argumento da pobreza diocesana invocado pelo Dr. Júlio César Baptista, porque, em meu entender, foi ela um dos principais factores impeditivos desse arranque.

Seria de todo o ponto conveniente que ela começasse logo após a Reconquista (1165), a quando da doação feita por D. Afonso Henriques em 1185, e afinal foi preciso esperar até quase ao fim do século seguinte, para que se lhe desse começo e um lento desenvolvimento construtivo que só permitiu a sagração em 1308, não falando do claustro e outros anexos que ultrapassaram, em data, o meado do século XIV.

Com argumentação de origem diversa, como a pobreza da Diocese, o estilo da construção, as provas documentais líticas e arqueológicas e a sagração da Catedral em 1308, exibidas pelo estudo do Dr. Júlio César Baptista, “confirma-se que a actual Igreja episcopal não tem a antiguidade que uma longa tradição lhe atribui” (37), e da conjugação de todos os elementos obtidos ressalta que “a Catedral começou a ser construída por volta de 1280”, sendo impossível garantir o ano exacto.

## 1.6 - O LIVRO DAS CANTIGAS DE SANTA MARIA

O responsável principal pela renovação da Cultura peninsular, na segunda metade do século XIII, foi sem dúvida o Rei Afonso X, o SÁBIO, de Castela (36). O seu talento permitiu que se rodeasse de Doutores cristãos e hebreus que lhe traduziram os livros árabes e lhe escreveram outros novos, com a novidade de os escreverem em castelhano e não em latim, o que os tornava completamente acessíveis (37).

Viveu 53 anos, tantos foram os que medeiam entre 1221 e 1284, o que lhe permitiu descrever os milagres de Santa Maria ocorridos na Sé Velha e não na Nova de Évora. Por isso as “Cantigas” não carregam elementos auxiliares de fixação de uma data mais recuada do que a proposta pelo Dr. Júlio César Baptista para o início da

edificação da Sé de D. Durando (ca. 1280), deixando cada vez mais vincada a ideia de que as três igrejas ducentistas de Vila Viçosa sejam anteriores a própria Sé Nova medieval de Évora.

Há quatro códices do Livro das Cantigas, sendo o mais artisticamente iluminado o Escorialense, mas o mais antigo, é o de Toledo, o qual nos irá servir para podermos admitir, em virtude das datas limites prováveis em que foi redigido (1257-1275), que o seu conteúdo se refere a ocorrências sobrenaturais, - ditas milagres, - anteriores à existência da Sé Nova de Évora que, como se disse, começou a construir-se ca. 1280.

Parte das Cantigas de Santa Maria eram compostas, como sabemos, com material de tradição oral e escrito de um livrinho de Évora, por exemplo, e de outro de Nossa Senhora de Terena.

Deste sabemos que D. Afonso X "tirou pelo menos treze milagres e pô-los em verso, para serem cantados" (38).

Por tudo isto a esperança que alimentámos de encontrar nele uma fonte documental para a data da edificação da Nova Sé, que a desse como construída antes de D. Durando I, esfau-se, visto que D. Afonso não visitou Évora, como o chegou a admitir José de Vasconcelos.

Versejou sobre factos de natureza sobrenatural ocorridos em Évora, na Sé (?), não por os ter presenciado na dita Igreja mas apenas porque se tinham passado nela, e dos quais tomou conhecimento oral ou literariamente à custa de livros vulgares de literatura de cordel, ou não, que os contava ao povo.

Nem sequer ficamos sabendo se os factos são do seu tempo, ou se lhe são anteriores, o que seria natural, e ocorridos portanto na Sé Velha.

Porque é duvidosa, pelos menos, a questão de qual foi a invocação da Padroeira da Sé de Évora, isto é, qual fôo o mistério pelo qual foi invocado a titular dessa igreja, procurámos uma solução no livros das Cantigas. Mas em vão o fizemos.

É necessário recorrer a outras fontes, para tomarmos uma decisão, mesmo assim precária, mas isso levar-nos-ia ao afastamento do nosso principal propósito, o que deliberadamente queremos evitar.

Mas do que não pode haver dúvidas, é de que as mesmas Cantigas contêm matéria valiosa e suficiente para nos apercebermos da existência do conceito de **Imaculada Conceição**, o que aliás não é causa de grande admiração, dado que ele existia desde longa data fora da Península Ibérica e veio possivelmente para esta com o Bispo de Lisboa.

Por tudo o que atrás se escreve, parece nossa obrigação acreditarmos que um dado de grande relevo que elas trazem à questão, é o reflexo da intensa devoção a Santa Maria que existia ao tempo na Sé e na sua Diocese. E se as Cantigas de Santa Maria não oferecem força conclusiva para decidir sobre qual foi, específica e nominalmente, de início, o mistério da Virgem para a Sé de Évora, outro valor parecem trazer-nos, qual é o comum uso das palavras Virgem coroada e Mãe de Deus.

Excluída a minha responsabilidade teológica, de que careço totalmente, sobre assunto tão grave, e apenas como opinião de simples leitor que conclui pelo que lê, admito que ao tempo das Cantigas de Santa Maria, estava criada e desenvolvida e noção de **Conceição Imaculada de Maria**, ao chamar-lhe VIRGEM E MÃE DE DEUS.

É a sobrenaturalidade destes dois factos. ser mãe de Deus e ser Virgem, simultaneamente, que ajudam a fortalecer a ideia de que a Conceição Imaculada de Maria estava já ali presente no íntimo das pessoas.

É uma constante da poesia de D. Afonso X a presença da figuração engenhosa e imaginativa da virgindade em Maria como Mãe. Mas a nós só nos cabe neste trabalho referir o que se passou em relação com a nossa região.

O volume 3.º, cantiga 333 fala de milagres em Terena: (39)

Chama-lhe Virgem, Mãe de Filho Bendido, Madre Virgem, Madre gloriosa, Virgem Santa Maria e não resta dúvida de que era sempre a uma e a mesma pessoa que se dirigia.

Na cantiga 334, chama-lhe Madre de Nosso Senhor e Virgem. Ora a conjugação das palavras Madre e Virgem, atribuídas à mesma pessoa não deixam ensanchas para admitir outro pensamento de Afonso X, que não seja o de considerar factual a existência do mistério da Conceição Imaculada.

Madre Virgem e Conceição Imaculada não significam senão a isenção do pecado original.

Em virtude do que se escreve, podemos seriamente concluir que a crença da Imaculada Conceição já se consumara e divulgara nos meados do século XIII, na Península Ibérica.

No mote da cantiga 322 que começa:

"A virgem, que de Deus Madre".

A alusão é nitidamente feita a virgindade da mãe de Deus, à sua Conceição Imaculada, e a própria repetição do mote, no fim de cada uma das sextilhas, mostra claramente a intenção com que o faz.

Também na Cantiga 338, no segundo verso da 1.<sup>a</sup> estrofe, chama-lhe Virgem Santa e Madre de Deus Gloriosa. Ora só se pode ser a um tempo Madre de Deus e Virgem se se está isenta do pecado original.

Não nos podem restar dúvidas de nenhuma espécie, quanto ao conceito de que estava possuído D. Afonso X. Para ele Virgem e Santa Maria eram uma e a mesma pessoa:

Virgem Santa Maria  
guarda-nos, se te praz,  
da gran sabedoria  
que eno demo jaz.

Ou, então:

Beeita es, Maria,  
Filha, Madr' e criada  
de Deus, teu Padr' e Filho  
est' é cousa provada.

E desnecessário se torna insistir nesta prova, que fica feita.

Mas há ainda um outro conhecimento que se tira da cantiga 322.

Quando levaram à Sé o homem glutão, com osso do láparo encravado no gargomilo, numa última esperança de salvação, fizeram-no:

"Quand' a missa já diziam"

Ora este facto remete-nos o pensamento para a existência da Sé Velha, e não da Nova, que no tempo de serem escritas as Cantigas de Santa Maria talvez não estivesse sequer começada.

Quero acreditar que fossem redigidas entre as datas limites 1257-1275, e serviram-lhe sem dúvida de modelo as lendas transmitidas nos séculos XII e XIII, ou oralmente ou pelos livros medievais dos "Milagres", uma moda literária que correu a Europa quase em todas as línguas, sendo a atribuição da racionalidade da lenda descrita, feita a belo prazer do autor que a relatava.

Para exemplo cito o caso da lenda dos "Santos Meninos de Santarém", que Frei Luí de Sousa recolheu e tornou conhecida. Mas Gualter de Compiègne diz que o mesmo milagre ocorreu em Dormans, terra onde nasceu, e Afonso X alvitra que foi em Veneza. Mas a mesma historieta é contada em 1278 por J. Morawsky que a localiza em Espire (41).

Também Mário Martins nos certifica que D. Afonso X compôs versos com temas milagreiros que ouvira e não presenciara, nem eram passados durante a sua vida (42).

São conhecidos contactos com o seu amigo Frei Gil de Zamora, que escreveu o Liber Mariae, que encerra muita matéria prodigiosa e sobrenatural onde alguns foram beber.

Afonso X, de quem Frei Gil era colaborador e amigo, pode ter tido ali uma das fontes (morreram ambos em 1284).

Mas de uma forma ou de outra, o que é absolutamente certo é que o próprio Afonso X declara que um milagre que descreveu o **ouvira contar** a alguns bons homens e o situavam em Veneza. E isto nos basta à defesa da nossa convicção de ele nunca ter estado na região alentejana de que fala.

De resto, a coisa maravilhosa acontecida aos Meninos de Santarém, é referida em muitos outros livros de que o Speculum Historiale de Vicente de Beauvais, morto cerca de 1264, é um deles.

Ao pretender considerar a Igreja de Santa Maria de Vila Viçosa coeva da Sé Nova de Évora, se não anterior, como realmente julgo, embora a diferença de idade

seja tão curta que dificilmente se faça o seu cômputo, servindo-se especialmente de argumentos aduzidos pelo Cônego Dr. Júlio César Baptista, que Deus guarde, e de um novo, franca e nobremente posto à minha disposição pelo Dr. Mário Alberto Nunes Costa que mostro, todos eles relacionados com a construção e o culto a Santa Maria na diocese de Évora, penso ter-se assumido um ponto alto da investigação neste capítulo, para clarificar uma questão que se debate ao longo de séculos. Talvez que atingindo as conclusões um ponto alto este não seja ainda o definitivo, razão pela qual sempre ponho como ressalva, que sempre uso, de que é periclitante arrogarem-se posições extremas ou definitivas em assuntos de natureza histórica.

De qualquer modo, tudo o que se disse e escreveu sobre a construção da actual Sé de Évora, deve ser sempre revisto à luz da teoria analítica utilizada por este distinto luminar da História da Igreja, e por isso não hesitei.

Embora num ou noutro ponto não haja perfeito esclarecimento, não há dúvida de que a conclusão racional a que nos conduz, face à documentação conhecida, é aquela que se apresenta como mais legítima.

Não se sabe o dia nem o ano sequer, em que se iniciaram as obras da gloriosa Sé de Évora, mas à custa dos elementos líticos existentes deduz-se claramente que D. Durando as iniciou (43).

A morte deste ocorreu a 2 de Abril de 1283, bem longe do termo da construção da dita Sé, porquanto passados cinco anos após a sua morte, o Bispo que se lhe seguiu, D. Domingos Jardo, bem como o Cabido e um casal de leigos, fizeram doação de rendimentos para a ajuda financeira da mesma (44).

E o acabamento da Sé não estava tão próximo do seu final que não exigisse cuidados especiais do Bispo D. Domingos, tornados bem claros ao exprimir que os rendimentos que punha à disposição eram os da mesa da Mitra de Évora - Monte e Tourega, respeitada a terça pontifical na primeira, e os da segunda sem qualquer espécie de restrições até que a Sé esteja válida para servir de culto: (45).

*"usque ad consumationem seu perfectionem operis supra dicti"*

Da leitura do documento referente à oferta de D. Domingos Jardo, se verifica que não só a Sé não tinha ainda o privilégio do culto como também havia a necessidade e a pressa de acabar toda a obra:

*"por enquanto longe do seu termo"* (46).

E já fomos no ano do Senhor de 1293.

Por tudo o que se escreveu, se enche de plena razão a afirmação por mim feita, de que a Sé Nova de Évora é mais recente do que as três Igrejas Ducentistas de Vila Viçosa, entre as quais se inclui, especialmente, a de Santa Maria do Castelo, a que maior impacto espiritual teve na época e continuou tendo até aos dias de hoje.

## NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) - Mendeiros, José Filipe - "Eborensia", n.º 11 e 12, 1993, p. 86.
- (2) - Mendeiros, José Filipe, id., ib.
- (3) - Admite-se esta afirmação do Padre Espanca por desconhecer a existência da Igreja de Santa Maria já em 1280.
- (4) - Gonçalves, Padre Alberto, in "Almanaque de Vila Viçosa para o ano de 1910", p. 13 e segs.
- (5) - Matoso, José, História de Portugal, vol. II, p. 190.
- (6) - Almeida, Ferreira de, História da Arte em Portugal, tomo 3 p. 47.
- (7) - Matoso, José, História de Portugal, volume I, Lisboa, p. 270.
- (8) - Mário Z. Cabeças, "A Cidade", Portalegre, 1993, p. 125.
- (9) - Brandão, Frei Francisco, Monarquia Lusitana, tomo V, p. 251.
- (10) - Espanca, Túlio da Rocha, "A Cidade de Évora", n.º 55
- (11) - Torrinha, Joaquim F. Soeiro, "Arauto da Padroeira", n.ºs 27, 29, 30, 31.
- (12) - Matoso, José, História de Portugal, vol. II, Lisboa, 1993.
- (13) - Torrinha, Joaquim F. Soeiro, "Arauto da Padroeira", Do culto de N. Sra. da Conceição em Vila Viçosa, n.ºs 34 e 36, 1994.
- (14) - Cadornega, António de Oliveira, Descrição de Vila Viçosa, Lisboa 1983, p. 24.
- (15) - Santa Maria, Frei Agostinho de, Santuário Mariano, vol. VI, p. 117.
- (16) - Baptista, Júlio César, "Igreja Eborensis", Ano VI, n.º 12, 1988, p. 18
- (17) - José Matoso, História de Portugal, vol. II.
- (18) - As Cortes de 1280 foram expressamente convocadas para discutir as divergências com o Clero.
- (19) - Bastava saber que o Catálogo Geral de 1321 já incluía a Igreja de Santa Maria de Vila Viçosa, data em que D. Nuno Alvares Pereira nem sequer era nascido.
- (20) - Guerreiro, Jerónimo de Alcântara, "Igreja Eborensis", n.º 55, Évora 1972, p. 20.
- (21) - Guerreiro, Jerónimo de Alcântara, id., ib., p. 19.
- (22) - Citações adaptadas de um artigo de Frei Bento Domingos, O.P., no jornal "O Público", de 24/5/93.
- (23) - Livro dos Bens de D. João de Portel, Arquivo de História de Portugal, p. 71.
- (24) - "A Cidade", n.º 8, Portalegre, 1993, p. 137.
- (25) - Mendeiros, José Filipe, "Eborensia", n.ºs 11 e 12, Évora, 1993.
- (26) - Espanca, Túlio da Rocha, "A Cidade de Évora", n.º ? p. 12.
- (27) - Mendeiros, José Filipe, op. cit. p. 80.
- (28) - Mendeiros, José Filipe, op. cit. p. 82.
- (29) - id., ib., p. 83.
- (30) - Baptista, Júlio César, "Igreja Eborensis", Ano VI, n.º 12, 1988, p. 9 e segs.
- (31) - Baptista, Júlio César, op. cit.
- (32) - Baptista, Júlio César, "A Cidade de Évora", n.º 58.
- (33) - Baptista, Júlio César, "A Cidade de Évora", Restauração da Diocese de Évora, n.º 58, 1975, pp. 124 e segs.
- (34) - Reis, Sabastião Martins, Livro da Fazenda da Mesa Episcopal do bispado de Évora nos séculos XIV e XV, 1967, in "A Cidade de Évora", pp. 127 e segs.
- (35) - Lambert, Élie, "A Cidade de Évora", n.º 19-20, Ano VII, 1949, pp. 15 e segs.
- (36) - Dias, Pedro, História da Arte em Portugal, p. 30.
- (37) - Dias, Pedro, id., p. 33.
- (38) - Baptista, Júlio César, "A Cidade de Évora", n.º 58-p. 39.
- (39) - História de Portugal, ed. Barcelos, vol. II, p. 570.
- (40) - Almeida, Fortunado de, História da Igreja em Portugal, I, Coimbra 1910, p. 574.
- (41) - Refiro-me à excelente edição de Walter Meltmann, Universidade de Coimbra, 1959 - 1972.
- (42) - Baptista, Júlio César, "A Cidade de Évora", n.º 58, p. 30.
- (43) - id., ib.
- (44) - id., ib.
- (45) - id., ib.

### CORRIGENDA

*Pág. 15/linha 1: No texto a nota (12) repetida passa a (13).  
As notas seguintes até à nº (37), includi  
ve, acrescente-se mais um número.*

*Pág. 21/linha 52: Onde se lê a nota (36) deve considerar-se  
(39). A nota (40) passa a (42), seguidas  
assim das notas (43), (44), e (45).*



## O Castelo de Juromenha – influências islâmicas e cristãs \*

Fernando Branco Correia \*\*

Juromenha possui uma fortificação bastante importante e que, de alguma forma, pode ajudar a compreender as vicissitudes da região do "Alentejo" ao longo do período medieval.

O seu castelo situa-se num cabeço a cavaleiro do Rio Guadiana, caindo quase abruptamente sobre este, a uma cota de cerca de 200 metros de altitude. Cerca de 400 metros a montante, o Guadiana recebe as águas da ribeira de Mures.

A região é relativamente rica em vestígios arqueológicos. Nas imediações de Juromenha há estações paleolíticas bem conhecidas e estão localizados vários monumentos megalíticos. A ocupação romana faz-se sentir também na região; a atestá-la estão algumas silharias utilizadas no próprio castelo, bem como uma série de outros vestígios importantes, sobretudo epigráficos, encontrados nas suas imediações (1); alguns autores afirmam que, no período romano, se denominava *Julli-moenia* ou *Jurismoenia* (2). A zona deve ter continuado ocupada durante o chamado *período visigótico*, a julgar pelo reaproveitamento, numa das torres do castelo, de três pedras decoradas.

Contudo, o recinto medieval que nós hoje encontramos (3) é uma construção em que predominam a concepção e utilização de técnicas do período muçulmano peninsular. A par de vestígios desta última época, são visíveis algumas características que apontam já para fases do domínio cristão. Na verdade, sabemos que D. Dinis mandou reedificar o castelo e a povoação, outorgando-lhe carta de foral; sofreu também algumas modificações durante o reinado de D. Manuel.

A partir de 1640, com a Guerra da Restauração, foram construídos os baluartes, envolvendo o recinto medieval e, nalguns casos, adaptando partes das construções mais antigas às novas necessidades, derivadas da utilização de artilharia. Até inícios do século XIX Juromenha teve importância militar e os seus muros foram sendo constantemente desgastados e reparados.

Descrição do recinto medieval:

A fortificação encontra-se num lamentável estado de conservação e abandono. A povoação intramuros foi habitada até meados deste século. Actualmente, para além de desocupada, encontra-se arruinada.

A característica que mais sobressai num primeiro contacto visual com a fortificação talvez seja a coloração acinzentada-clara das torres e panos de muralha, resultante da utilização de uma técnica de construção em taipa, bastante comum no período muçulmano peninsular.

Juromenha é um dos muitos locais fortificados de fronteira que foi desenhado por Duarte D'armas. Daí a utilidade de acompanhar os vestígios actuais com estes desenhos de inícios do século XVI (fotos 1, 2 e 3).

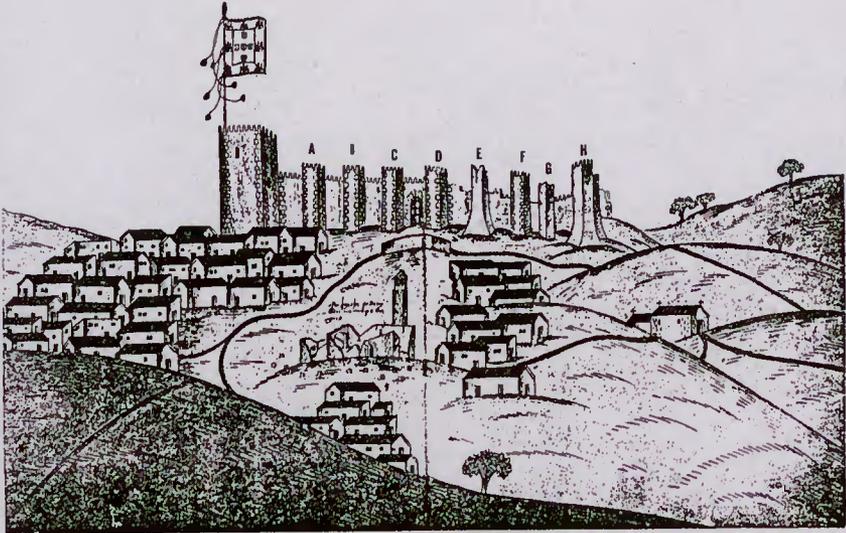
### TORRE DE MENAGEM

Esta torre envolve uma série de questões.

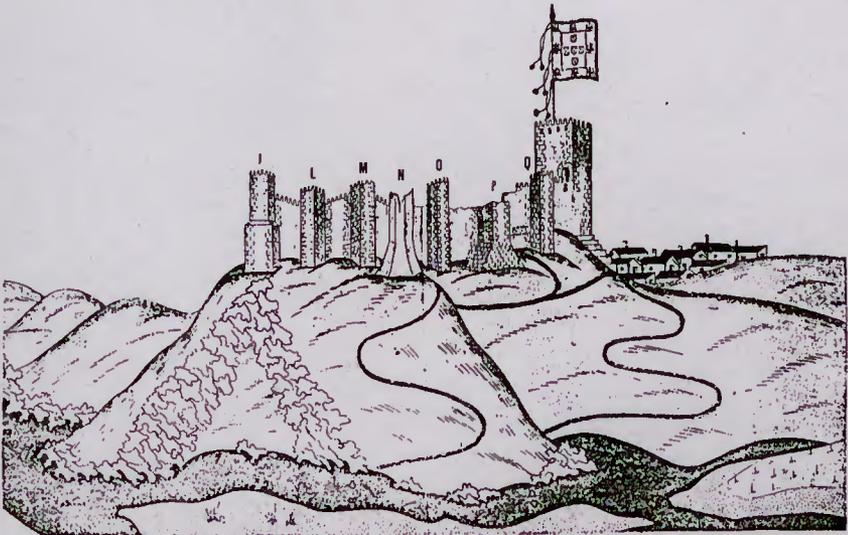
\* O presente trabalho resulta de uma comunicação apresentada ao I Simposium sobre castelos fronteiriços de Portugal e Espanha (Portalegre-Badajoz, 1984), a que se fizeram ligeiras alterações e algumas actualizações.

\*\* Professor / Arqueólogo

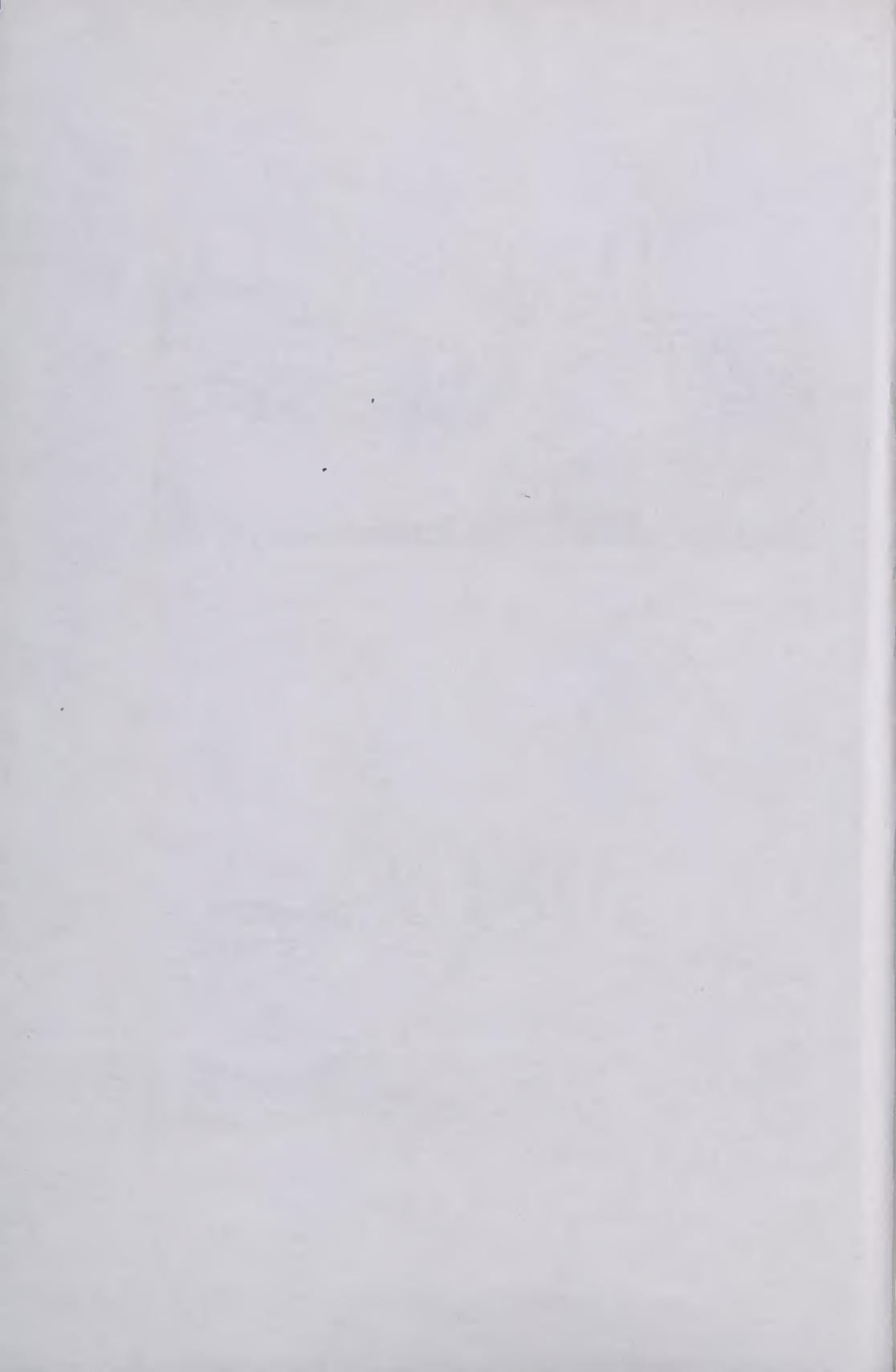




JUROMENHA — Vista tirada da banda do norte



JUROMENHA — Vista tirada da banda do sul





JUROMENHA — Planta da Fortaleza .

A Torre de Menagem representada por Duarte D'armas é por ele localizada na zona onde actualmente se encontra a torre em alvenaria da esquina NE (fotos 4 e 5). O mesmo desenho apresenta uma torre aparentemente maciça até meia altura, tendo um compartimento na parte superior, de que são visíveis uma porta e uma janela (fotos 2 e 3).

A torre que hoje vemos implantada nesta zona apresenta, em relação à desenhada por Duarte D'armas, diferenças sensíveis: não é tão alta, é toda maciça e não mostra vestígios de um compartimento superior. No entanto, o que hoje é visível pode, muito bem, corresponder ao que resta da referida Torre de Menagem, após uma terrível explosão que teve lugar em 1659. Essa explosão pode ter destruído a parte superior da torre, tendo restado unicamente a inferior, mais firme e maciça.

Mas esta torre suscita outras questões. A sua face NO apresenta vestígios de uma outra parede bastante grossa, saliente e perfeitamente paralela à referida face. Parece ter havido uma outra construção mais volumosa, no mesmo local.

Assim sendo, é de pôr a hipótese de estarmos perante uma torre muito antiga, alargada, aumentada e alterada durante o período cristão, para servir de Torre de Menagem. A explosão atrás referida, poderia ter destruído as obras mais recentes, deixando visíveis a torre mais antiga e o arranque da ampliação posterior.

Quanto a esta possível torre mais antiga (ou seja, ao que dela hoje é visível), outras questões há a considerar. A torre é totalmente em alvenaria, enquanto que os muros da muralha que a envolvem são em taipa. Mais: a própria taipa está perfeitamente encostada e, em certos pontos, envolve parte da própria torre (foto 4) como, aliás, o próprio desenho de Duarte D'armas, tirado "da banda so sul", dá a entender.

Por esta razão, a torre deverá ser anterior h taipa muçulmana que a rodeia, mas tal não implica que seja, obrigatoriamente, anterior a um outro momento de ocupação muçulmana. A reutilização de três pedras com elementos decorativos atribuíveis à época visigótica pode ajudar a fundamentar esta hipótese.

Por tudo isso, por ora só nos atrevemos a avançar que se trata de uma torre edificada provavelmente sob domínio muçulmano, antes da restante fortificação, que se apresenta maioritariamente em taipa. Se foi construídas para já fazer parte da fortificação ou se teve, durante algum tempo, existência autónoma e isolada, ou enquadrada num outro sistema defensivo, é questão a que não se pode, por ora, responder.

Mais tarde, talvez durante o reinado de D. Dinis, ter-se-ia dada a sua ampliação e adaptação para Torre de Menagem.

### OBSERVAÇÃO DAS MURALHAS

Em anterior trabalho (4) e com base em Duarte D'armas (5), fizera-se notar a existência de torres de taipa em Juromenha (e em outras fortificações), pelo simples facto de alguns dos desenhos, de certas torres, serem lisos, não mostrando sinais de cantaria. Contudo, comparando a realidade com os referidos desenhos, iremos encontrar uma outra situação. Partindo da "vista tirada da banda do norte" (foto 2), poderemos ser levados a pensar que só existem nessa face da fortificação três torres em taipa (respectivamente as quinta, sétima e oitava, a partir da Torre de Menagem). No entanto, no local, poderemos constatar facilmente que todas as torres "da banda do norte" (excepto a de Menagem) são maioritariamente em taipa; só que algumas, como acontece com as duas que se encontram logo a seguir à de Menagem (A e B - fotos 1 e 4; foto 6), apesar de serem quase totalmente em taipa, têm os cunhais reforçados com grossa silharia reaproveitada, aparentemente romana, razão que terá levado Duarte D'armas a não as desenhar de forma totalmente lisa.

Quanto à zona da porta principal, das duas torres que a ladeiam (C e D - fotos 1, 2, 7 e 8), só uma é actualmente visível (torre D), encontrando-se a taipa em muito mau estado de conservação. Há ainda vestígios da barbacã desta porta desenhada por Duarte D'armas: é em alvenaria e trata-se, seguramente, de uma construção já cristã. Aliás, alguns especialistas em arquitectura medieval francesa referem que, tal como em Juromenha, a maioria das barbacãs transpirenaicas são semicirculares (6), contrariamente ao que geralmente acontece no sistema defensivo hispano-muçulmano. Contudo, há quem afirme que toda a fortificação era "flanqueada por uma barbacã, também aparelhada de taipa" (7), o que não se consegue confirmar com uma visita ao









local, nem através de Duarte D'armas ou Túlio Espanca (8).

A torre imediatamente a seguir à zona da porta é, efectivamente, toda em taipa (E - fotos 1, 2 e 7), tal como a interpretação do desenho deixava adivinhar. Actualmente aparenta pouca altura mas tal circunstância deve-se aos aterros feitos no século XVII, nessa zona, para a construção de baluartes. Contudo, entre esta torre e a zona da porta anteriormente descrita, em alguns sítios em que existe muralha, a taipa é terrosa (muito pobre em cal) e foram empregues pequenos tijolos: corresponde a uma reparação do século XIX, perfeitamente documentada (9). Da torre F são visíveis alguns pequenos vestígios: marcos deixados na muralha e grandes fragmentos derrubados; a seguinte (6 - fotos 1 e 9) é totalmente em taipa e, tal como as anteriores, é pouco saliente das muralhas e encontra-se muito degradada. A última torre "da banda do norte", aparentando pelos desenhos de Duarte D'armas ter sido totalmente em taipa e multifacetada (H - fotos 1, 9 e 10), encontra-se derrubada (10).

A partir desta última torre a muralha inflecte cerca de 90°, formando um pequeno pano, virado sensivelmente a SO e que actualmente, do exterior, se encontra modificado e preparado para a artilharia como, aliás, a maior parte dos muros seguintes. Na verdade, à primitiva cortina de taipa (que se vê desde o interior) foi encostada, pelo exterior, para dar mais resistência, uma nova cortina em alvenaria, que envolve a torre I (fotos 9 e 10). Na junção desta face com a outra que dá directamente para o Guadiana, encontramos uma torre de grandes dimensões. Esta torre de esquina (J - fotos 1, 10 e 11) é actualmente a maior construção da fortificação. Apresenta, no exterior, um aparelho em alvenaria mas, do interior da fortificação são visíveis vestígios de taipa, pelo que, é possível que todo ou quase todo o seu "miolo" seja em taipa maciça.

Partindo da torre J, existe um pano de muralha que corre sensivelmente para Este e que, após uma nova torre (L), termina numa entrada. Nesta zona, da torre J à L e desta para diante, a muralha de taipa está reparada com alvenaria, provavelmente como resultado das obras levadas a cabo, cerca de 1312, no reinado de D. Dinis.

Quanto à torre L, dela eram visíveis alguns vestígios em taipa, recobertos recentemente por obras de restauro. Daí para diante a muralha quase desapareceu mas, o pouco que dela subsiste, permite criar uma sensível desniveação no terreno.

A nova inflexão para sul não é facilmente observável, devido à existência de construções arruinadas que ocupam essa área. No entanto, obras levadas a cabo há alguns anos, puseram a descoberto a ombreira sul da antiga entrada medieval (foto 12). Aparentemente, trata-se de uma entrada recta (tal como é visível nos desenhos de Duarte D'armas) com estreitamentos nas duas extremidades, formando uma pequena câmara interior (11).

A torre que está ladeando esta entrada (11) tem um revestimento semelhante à muralha de alvenaria dionisiana mas é visível taipa no seu interior. Deve ter sido mais uma torre muçulmana reparada e reforçada, provavelmente no século XIV (foto 1, 12 e 13).

Imediatamente a seguir, encontra-se uma torre que, pelo desenho de Duarte D'armas, parece ter sido em taipa (N) e que, na planta, apresenta forma pentagonal. Nada disso é hoje observável: a sua estrutura foi alterada e adaptada para a utilização de artilharia (foto 13).

A partir da N até à Torre de Menagem, Duarte D'armas localiza-nos mais três torres. Destas, só a intermédia (P) se pode localizar; está por detrás da capela-mor da Igreja, mas também já bastante alterada e adaptada. Nesta torre estaria localizada a "porta falsa" que Duarte D'armas assinala tanto na "vista (...) do sul" (fotos 1 e 3), como na planta. Esta porta falsa inseria-se num sistema de acesso em cotovelo (ou até em duplo cotovelo), comum no período almóada (foto 14).

É de salientar que a planta de Duarte D'armas localiza "um aljube" por debaixo da capela-mor da Igreja. De tal construção nada se sabe actualmente. A cisterna hoje visível no centro da povoação não é anterior ao século XVII.

## A TAIPA

A taipa utilizada nas estruturas medievais de Juromenha é muito rica em cal. Pavón Maldonado, num recente trabalho sobre castelos da região valenciana (Espanha), confirma ser esta uma das características das fortificações muçulmanas peninsulares (11). Segundo esse mesmo Autor, nessa região a altura do *luh* (nome

árabe que designa o caixotão em que é feita a taipa) varia entre os 85 e os 90 cm, o que equivale, aproximadamente, a dois côvados do tipo *ma muni* (12). Num trabalho sobre Sagunto, indica-nos que aí a taipa não ultrapassa os 90 cm (13), enquanto que em Jerez de la Frontera a altura do taipal já varia entre 90 a 95 cm (14).

Por sua vez, André Bazzana, encontra nos castelos da região valenciana que estudou (15) uma cofragem de taipa com cerca de 92 cm de altura.

Finalmente, para Badajoz, Torres Balbás indica 80 a 85 cm (16).

Em Portugal poder-se-ão mencionar, a título de exemplo, algumas medidas: Alcácer do Sal apresenta num dos torreões virados para sul taipa com 83 a 85 cm de altura e no pano de muralha virado a norte, sobrepostos, as medidas de 80 e 70 cm; em Serpa, um torreão forrado exteriormente de cantaria, tem no seu interior taipa com 71 cm.

Em Juromenha as medidas obtidas são as seguintes: 70 cm, perto do barbacá da porta; 75-80 cm, na torre B (fotos 1 e 6); 84 cm, no muro entre as torres H e I (fotos 9 e 10), e 90 cm na parte visível do torreão E.

Pode-se constatar que não existe uma perfeita uniformidade na altura do *luh* (taipal) em Juromenha; mas tal também acontece em outras fortificações. De qualquer modo, na maioria das medições obtêm-se valores entre os 80 e os 90 cm, o que nos aproxima dos valores obtidos em fortificações de Espanha. Por outro lado, não se entra em contradição com o que, sobre este assunto, nos diz Ibn Khaldun (17), embora para uma mesma localidade se encontrem medidas diferentes. No entanto, pela sua proximidade e importância, é relevante verificar que as medições de Juromenha e Badajoz são semelhantes.

Quanto à espessura dos muros, obtêm-se dois resultados: entre as torres A e B tem 1,55 m; perto da torre E, através de uma abertura pós-medieval, obtêm-se 1,80 m. Bazzana refere a existência, em muitos monumentos, de muros com três côvados *ma muni* de espessura (1,38 m) (18); em Sagunto encontram-se muros de taipa de grossura superior aos dois metros (19). Juromenha encontra-se entre ambas as medidas.

## A IMPORTÂNCIA DE JUROMENHA

A importância de Juromenha sempre esteve ligada à sua proximidade e implantação estratégica em relação ao Rio Guadiana; o controlo sobre a passagem deste rio foi uma das justificações para a sua existência ao longo de séculos, mesmo antes da dominação muçulmana.

Partindo do princípio de que não existem aparentemente, construções militares pré-muçulmanas (o que não invalida que possam ter existido), põe-se o problema: a partir de que momento passa Juromenha a desempenhar um importante papel no quadro dos acontecimentos político-militares posteriores a 711 d. C.?

Se aceitarmos as informações do escritor al-Bakri de que Abd al-Rahman ibn Marwan, alcunhado de al-Yilligi (o galego), após autorização do emir Abd Allah (888-912), edificou a cidade de Badajoz, tendo construído muralhas de "argamassa" (20) (entende-se como taipa), poderemos ser levados a pensar que não só Badajoz seria fortificada como também o seriam outros lugares estrategicamente relacionados com esta cidade. Se tal tivesse acontecido não significaria que, obrigatoriamente, as outras fortificações construídas fossem também em taipa.

Por outro lado, a rebelião do filho de Ibn Marwan contra o emir Muhammad I (21), referida por outros autores árabes (citados por Torres Balbás) ainda mais acentua a necessidade de reforço militar da região de Badajoz em inícios do século X.

De qualquer modo, sabemos que o primeiro califa cordovês, Abd al-Rahman III, atacou a cidade-insurrecta de Badajoz e que, ao dirigir-se para a região de Ocsonoba (actual Faro), toma pela força a cidade de Beja (22). Juromenha, entre Badajoz e Beja, controlando o Rio Guadiana e a pouca distância da primeira cidade, pode ter já tido alguma importância no seio destes acontecimentos. Poder-se-ia justificar esta possibilidade com base no que diz Henri Terrasse sobre a tipologia das fortificações califais (23): assim, embora Juromenha não forme "um rectângulo perfeitamente regular", possui "torres de ângulo" e, na face virada a norte, as torres de taipa que se conservam são "todas semelhantes, regularmente espaçadas" e têm pouca saliência (Cf. fotos 1, 2 e 15); além disso, é um caso de adaptação perfeita ao terreno e a porta virada sensivelmente a norte encontrava-se situada entre duas torres, pouco salientes e em taipa.

Posteriormente, já no período dos reinos de Taifas, é possível que Juromenha tenha desempenhado um importante papel. Em 1050-51 os reinos de Badajoz e Sevilha entram em conflito; o aftácida al-Muzaffar será derrotado por al-Mu, tadid de Sevilha, perto da cidade de Évora, tendo sido feitas as pazes ainda em 1051. Juromenha, situada entre Badajoz e Évora, dominando uma importante passagem do Guadiana, poderia ter servido como um ponto fundamental para a segurança de Badajoz.

Após a morte de al-Muzaffar rebenta a discórdia entre os seus dois filhos: Yahya que dominava Badajoz e era auxiliado pelos toledanos e Umar al-Mutawakkil, governador de Évora, auxiliado por al-Mu, tamid de Sevilha. A guerra entre os dois é descrita como "longa e arrasante" (24). Pelas características desta guerra, pela sua duração e, mais uma vez, pela localização de Juromenha em relação ao Guadiana, a Badajoz e aos campos circundantes do Alentejo, é-se levado a quase não dividir da existência e da importância de uma fortificação em Juromenha no seio destes conflitos de 1068-69, os quais terão como epílogo a morte de Yahya e o domínio da totalidade do reino de Badajoz por parte de al-Mutawakkil (25).

Entretanto, em 1094 o domínio almorávida estende-se a Badajoz, desaparecendo o reino aftácida.

Será, contudo, com a dominação almóada que se torna conhecida a importância de Juromenha. O aventureiro Giraldo Sem Pavor, temido e várias vezes referido com desprezo pelas crónicas muçulmanas, após ter capturado Trujilho, Cáceres e Évora, apodera-se de Juromenha em 1166-67. Pela importância estratégica desta fortificação; Giraldo monta aí o seu quartel general, tornando Juromenha (apoiada pelas fortificações de Monsaraz, Cuncos e Alconchel) (26) o centro nevrálgico para o futuro ataque ao seu principal objectivo: a cidade de Badajoz.

Em Abril de 1169 Giraldo toma a cidade de Badajoz mas não consegue apoderar-se da alcáçova e os portugueses vão perder o domínio sobre a cidade (27). É novamente a partir de Juromenha que prepara o seu segundo ataque frustrado a Badajoz, ao que parece na primavera de 1170 (28). E será também a partir de Juromenha que o mesmo Giraldo destroça um combóio com abastecimento, proveniente de Sevilha, para auxílio a Badajoz (29). Em retaliação, é cercado em Juromenha, vê-se obrigado a fugir e a fortificação teria sido arrasada (30) ou, mais provavelmente, ter-se-iam feito estragos suficientes para a deixar inoperante por algum tempo, já que a maioria dos autores considera que só voltou para a posse de muçulmanos em 1191, aquando da grande ofensiva de la qub al-Mansur (31).

Entretanto, sabe-se através de Ibn Arabi (1164-1240), que um seu companheiro se dirigiu para a "arrábida" de Juromenha com o intuito de se consagrar à "guerra santa" (32). Não se sabe se, quando Giraldo a conquistou, esta já seria um *ribat*.

Contudo, pelo menos a partir de 1191 (33) até à definitiva conquista por parte dos portugueses, Juromenha deve ter funcionado com um *ribat* precisamente numa zona de fronteira com o território cristão (não longe de Évora, na altura já conquistada pelos portugueses).

Em 1226 tem lugar a conquista de Elvas. Juromenha parece ter sido definitivamente conquistada pelos portugueses em 1242, pela acção de D. Paio Peres Correia (alguns autores, contudo, registam a sua conquista como tendo sido em 1230 (34).

Como acontece com muitas fortificações durante o reinado de D. Dinis (35). A posse de Olivença por parte da coroa portuguesa e a construção da Ponte da Ajuda, entre a referida localidade e Elvas, retiram alguma importância a Juromenha, sobretudo como ponto de passagem do Guadiana.

No entanto, não deixa de ser um ponto estratégico importante, enquadrado agora numa outra fronteira e adquirindo especial relevo a partir do século XVII, durante as lutas pela restauração da independência, revelando ainda significativa importância nos inícios do século XIX, no quadro da Guerra das Laranjas e das invasões francesas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Talvez seja prematuro tentar, desde já, extrair conclusões à cerca da possível datação original da fortificação. Embora alguns autores lhe atribuam, com alguma facilidade, um período de fundação (36), esta fortificação coloca uma série de ques-

tões, por vezes extremamente complexos.

Aventurámo-nos a relacionar Juromenha com acontecimentos político-militares de períodos anteriores ao seu aparecimento nas fontes escritasm, quando as bases científicas de que dispomos se revelam nuito frágeis. Possuimos informações seguras sobre a utilização de Juromenha como fortificação e como *ribat* para o século XII (37). Contudo, a tipologia de alguns sectores da fortificação leva a crer que tenha havido ocupação militar muçulmana anterior a esse mesmo século.

De qualquer modo, é inquestionável a importância deste lugar como ponto estratégico, ao longo da Idade Média.

Urge, portanto, defender e preservar o existente, bem como aguardar novos frutos da investigação histórica e arqueológica (38) que venham aclarar o passado desta importante fortificação alentejana, refutando ou confirmando algumas das hipóteses aqui afloweradas.

## NOTAS

- (1) - ver *O Arqueólogo Português*, I Série, vol. I. p. 64 e pp. 216-217; II Série, vol. I, pp. 151 a 169; III Série, vol. I, pp. 123 a 217; *Memórias parochiaes de 1758*, Tomo XVIII, fl. 315.
- (2) - ALMEIDA, João de - *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, vol. III, 1948, pp. 197-200; LEAL, A.S.A.B. Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*, vol. III, pp. 429-430, Lisboa, 1874.
- (3) - O presente estudo visa unicamente a compreensão das construções medievais, pelo que só nos referiremos às construções abaluartadas quando tal for imprescindível para o tratamento do tema central.
- (4) - CORREIA, Fernando M. A. B. - "Considerações sobre técnicas e testemunhos arquitectónicos do período muçulmano em monumentos militares portugueses" in *I Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses - Livros do Congresso*, Vila Viçosa, 1982.
- (5) - *Livro das Fortalezas*, reprodução anotada por João de Almeida, pp. 97, 99 e 101, Lisboa, 1943.
- (6) - VIOLLET-LE-DUC, E.; ENLART, Camille - citados por TORRES BALBAS, L., "Barbacanas" in *Al-Andalus*, vol. XVI, Madrid-Granada; 1951, pp. 473-474.
- (7) - GONÇALVES, J. Pires - "Alguns aspectos das campanhas de Giraldo Sem Pavor na região do Guadiana" in *Anais - Academia Portuguesa de História*, II Série, vol. 26, tomo I, pp. 67-102, Lisboa, 1979.
- (8) - ESPANCA, Túlio - *Inventário Artístico de Portugal*, (Distrito de Évora, zona sul), vol. I, p. 36, Lisboa 1976.
- (9) - Plantas de 1817, da autoria do Major Brandão de Sousa, existentes no Gabinete de Arqueologia da Arma de Engenharia Militar.
- (10) - Estas duas últimas torres foram objecto de restauro recente, mas de qualidade algo duvidosa.
- (11) - Os trabalhos arqueológicos levados a cabo a partir de 1988 comprovam a localização desta entrada e puseram a descoberto a sua outra ombreira (foto 12). Tem paralelos morfológicos com portas de entrada recta ou em cotovelo, como é o caso, respectivamente, da porta principal do castelo de Trujillo (Cf. PAVÓN MALDONADO, B. - "Arqueología musulmana en Cáceres" in *Al-Andalus*, vol. XXXII p. 196) e "Puerta de los molinos", em Ronda (Cf. TORRES BALBAS, L. - *Ciudades Hispanomusulmanas*, p. 611 e da "Puerta del agua", em Niebla (ibidem, p. 625).
- (12) - PAVON MALDONADO, Basilio - "Contribución al estudio del arabismo de los castillos de la Península Ibérica (región levantina): El castillo de Olocau de Valencia" in *Al-Andalus*, vol. XLII, pp. 221-222, Madrid-Granada, 1978.
- (13) - Id, "Sagunto: villa medieval de raíz islámica" in *Al-Andalus*, vol. XLIII, p. 196. Madrid-Granada.
- (14) - Id, *Jerez de la Frontera - ciudad medieval*, p. 11, Madrid, 1981.
- (15) - BAZZANA, André - "Éléments d'archéologie musulmane dans Al-Andalus: caractères spécifiques de l'architecture militaire arabe de la région valencienne" in *Al-Qantara*, vol. I, Madrid-Granada, 1981, p. 357.
- (16) - TORRES BALBAS, Leopoldo - "La alcazaba almohade de Badajoz" in *Al-Andalus*, vol. VI, p. 181, Madrid-Granada, 1941.
- (17) - Ibn Khaldun afirmava que a técnica da taipa "consistia em utilizar dos planchas de madeira de longitud y altura variables segun el uso de cada localidad, pero por lo general la altura no rebasaría los dos codos (Cf. PAVÓN MALDONADO - "Contribución al estudio del arabismo (...)", p. 219.
- (18) - Op. cit., p. 357.
- (19) - PAVON MALDONADO, B. op. cit., p. 197.
- (20) - TORRES BALBAS, L., op. cit., p. 239.
- (21) - Ibidem, p. 240.
- (22) - LEVI-PROVENÇAL, E. - *História de España* (dir. por Menéndez Pidal), vol. IV, p. 275, 2.ª ed. Madrid, 1967.
- (23) - TERRASSE, Henri - *Les forteresses de l'Espagne musulmane*, pp. 15-16, Madrid, 1954.
- (24) - IDRIS, Hady Roger - "Les Aftasides de Badajoz" in *Al-Andalus*, vol. XXX. pp. 285-286, Madrid-Granada, 1965.
- (25) - Sobre estes acontecimentos ver também COELHO, A. Borges - *Portugal na Espanha Árabe*, vol. III, pp. 109-111, Lisboa, 1973.
- (26) - GONÇALVES, J. Pires - *O papel de Giraldo Sem Pavor na Reconquista cristã da Península Ibérica, no século XII*, pp. 11-15, Évora, 1980.
- (27) - Os almôadas recebem auxílio de Fernando II de Leão; Afonso Henriques parte uma perna e fica prisioneiro do seu genro.
- (28) - GONÇALVES, J. Pires - "Alguns aspectos (...)", p. 84.
- (29) - Cf. GONÇALVES, J. P. - "O papel de Giraldo (...)", p. 15 e TORRES BALBAS, op. cit., vol. I, p. 245.
- (30) - Ibne Sâhibe Açala (Ibn Sahid al-Sala) em COELHO, A. Borges, op. cit., vol. III, p. 284.
- (31) - Não se sabe se teria sido retomada antes, em 1184, aquando da ofensiva almôada de Abu Yaqub Yusuf I que leva a domínio muçulmano de novo até à linha do Tejo.

- (32) - ASIN PALACIOS, Miguel, citado por TORRES BALABAS, L. "Rábitas Hispanomusulmanas" in *Al-Andalus*, vol. XIII, 1948; ver também GONÇALVES, J. P. - "As arrábidas de Mértola e Juromenha" in *Anais - Academia Portuguesa de História*, II Série, vol. 27, Lisboa, 1981.
- (33) - Al-Arabi teria, então, 27 anos de idade.
- (34) - Cf. SERRÃO, Joel - *Cronologia da História de Portugal*, Lisboa, 1973.
- (35) - Segundo Rui de Pina (*Crónica de D. Dinis*, p. 325, Porto, 1945), citado por J. P. Gonçalves, aquele rei "acrescentou o castelo de Juromenha".
- (36) - J. Pires Gonçalves considera que esta fortificação é maioritariamente almóada, possuindo partes almorávidas (in "As arrábidas de Mértola e Juromenha", p. 37).
- (37) - Quando este trabalho foi publicamente apresentado o seu autor desconhecia uma importante referência a Juromenha. Ibn Hawqal, um oriental que percorreu o Al-Andalus na segunda metade do século X, refere esta localidade num dos seus itinerários, embora nada nos diga acerca das suas características defensivas. De qualquer forma, esta passa a ser a primeira informação de que dispomos para o período islâmico e vem de encontro às hipóteses antes formuladas, que apontavam para a existência desta localidade antes do século XII.
- (38) - Estão em curso, desde 1988, actividades arqueológicas inseridas num projecto de investigação luso-francês, sob a direcção do signatário e de Christophe Picard (Universidade de St. Étienne).

## O FORAL AFONSINO DE MONSARAZ (1276)

*Manuel Carvalho Moniz \**

A histórica vila de Monsaraz situada em pleno coração do Alentejo, no Distrito de Évora e actualmente pertencente ao concelho de Reguengos de Monsaraz, parece que foi conquistada, em 1167, pelo famoso Giraldo Giraldes o Sem Pavor, que certamente reconheceu a sua importância e localização estratégica.

Porém quando o Amir Iuçufe Abui Jacube envia à Península um numeroso exército este avança Alentejo acima, devasta quase todas as povoações, excepto a cidade de Évora.

Monsaraz foi também perdida e só volta a ser terra portuguesa no reinado de D. Sancho II, pela acção conquistadora dos Cavaleiros da Ordem do Templo, talvez entre 1229 a 1232, isto é, durante o período em que o monarca português, aproveitando as lutas intestinas em que se degladiavam os muçulmanos, conquista Elvas, Juromenha, Moura, Serpa e Aljustrel.

Todavia a primeira referência, concreta, só nos aparece em princípios de Dezembro de 1264, quando D. Sancho II tinha Martim Anes Sangalho, como "meo homine".

Em Maio de 1267 o mesmo Martim Sangalho já é designado por "probador de Monsaraz".

Porém, só a 16 de Janeiro de 1276, D. Afonso III lhe concede a carta foralenga que havia de regularizar, duma forma escrita, as relações dos habitantes de Monsaraz com o rei. (1)

Pareceu-nos que o estudo detalhado do texto do Foral Afonsino de Monsaraz é matéria de interesse histórico e cultural que mereça atenção e justificasse a honra imerceda que me proporcionou apresentar este assunto à douta Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Recordemos que Alexandre Herculano tendo publicado no Portugalia Monumenta Historica a quase totalidade dos Forais antigos não fez a publicação do de Monsaraz.

Porém ao escrever a sua História de Portugal faz, indirectamente, referência à sua existência, quando afirma: "é o que acontecia em Monsaraz (concelho perfeito da primeira fórmula", isto é, foral do tipo de Santarém (1179) ou de Lisboa (1179) a que pertenciam os de Évora Monte, Estremoz, Vila Viçosa, Beja e outros.

Francisco Nunes Franklin, na sua "MEMÓRIA PARA SERVIR DE ÍNDICE DOS FORAIS DAS TERRAS DO REINO DE PORTUGAL" faz referência ao foral e dá-lhe a data de 1276.

Henrique da Gama Barros, afirma que "pode ser que a carta de 1276 se não há erro na data, não representa mais do que a sanção régia de um costume já introduzido em Monsaraz ou não seja o primeiro foral".

Recordemos que Alexandre Herculano conseguiu coleccionar e fazer referência a duzentos sessenta e um forais e as causas superiores que lhe deram origem, foram, entre outras, as seguintes:

A) A necessidade de desenvolver e organizar as povoações que, certamente, após a conquista ficaram quase totalmente destruídas. Nestes casos era necessário conceder amplas regalias não só para que os habitantes as não abandonassem aumentando, portanto, a sua ruína, mas também atraindo novas gentes para lhes dar maior vitalidade e progresso.

\* Advogado. Historiador e publicista

B) Uma razão de ordem política fazia com que o monarca concedesse essas regalias aos povos, para que estes servissem de apoio ao rei contra as pretensões da nobreza e do clero.

C) Dar ainda às povoações conquistadas uma certa organização.

D) Regularizar o lançamento dos tributos, receita do erário régio - o "palácio" - e fixando as composições criminais.

Se conjugarmos todos estes elementos talvez se possa concluir, não de uma forma definitiva, porque nestes recuados tempos o ordenamento jurídico-social não se apresenta com a sistematização, clara e regular, da nossa época, assim, repetimos, talvez que Monsaraz após a conquista aos mouros entre 1229 e 1232, o seu termo tenha ficado incerto, pois só começa a demarcar-se com o de Portel, em 1265.

Neste primeiro tempo a organização militar, judiciária e tributária, é moldada nos termos do "foro de Beja" e é, a este "foro" que se refere, indirectamente, a carta foral de Vila Viçosa, datada de 1270.

Assim Monsaraz só em 1276 se vê integrada na ordem jurídica nacional quando o rei D. Afonso III "movido por inspiração divina" se resolve a dar "à vila de Monsaraz para ser povoada e entregue ao culto cristão... para que a habiteis por direito hereditário com todos os seus termos e pertenças" a carta foral datada de Janeiro de 1276.

Certamente que é altura apropriada para informar de como conseguimos obter o texto integral do Foral de Monsaraz.

Da há muito que fazíamos pesquisas para o encontrar, mas em certa ocasião que fazíamos uma leitura dos ESTUDOS EBORENSES de Gabriel Pereira, encontrámos no opúsculo dedicado ao Arquivo Municipal Eborense, quando menciona o Livro IX dos Originais da Câmara, esta referência:

"1313 - é a data do Foral de Monsaraz aqui transcrito".

Esta transcrição encontra-se em péssimas condições e só a paciência e a competência extraordinária e beneditina do nosso ilustre Amigo e Sr. Padre Henrique da Silva Louro, prezado consócio, conseguiu fazer a sua leitura e copiar o foral, oferecendo-me esse texto.

Mais tarde, feitas pesquisas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, conseguimos encontrar aí o texto no Livro I das Chancelarias de D. Afonso III, a páginas 135 verso.

## AS CARACTERÍSTICAS E O CONTEÚDO DO FORAL DE MONSARAZ

Foi o historiador Alexandre Herculano quem realizou o primeiro e mais importante estudo de conjunto dos forais portugueses agrupando-os em categorias conforme o tipo que lhes servia de base.

Os mais importantes são os do tipo de Santarém, Salamanca e Évora ou Ávila.

O Foral de Monsaraz - "Monte saraz" - pertence ao grupo de Santarém, por lhe ter sido dado o de Beja, a pedido dos habitantes de Monsaraz, estando o nosso rei D. Afonso III em Lisboa, no dia 16 de Janeiro de 1314.

A descrição das características e o conteúdo da carta foralenga de Monsaraz serão analisadas através das partes principais para depois, com mais desenvolvimento, na parte decisiva, entrarmos no estudo pormenorizado dos assuntos peculiares, tais como, os privilégios dos habitantes - cavaleiros, clero, peões, judeus e mouros - as autoridades e magistrados locais; os tributos e encargos de natureza fiscal e militar; o direito e o processo penal aplicável em Monsaraz e seu termo.

Quanto às partes principais temos a invocação, a intitulação, a parte descritiva, a robora, ou confirmação, os subscritores, confirmantes e testemunhas.

### INVOCAÇÃO

Denomina-se assim a primeira parte da carta foralenga, onde o monarca faz uma invocação religiosa.

No foral de Monsaraz, o rei D. Afonso III começa nestes termos: "In nomine Patris et Filii et Spiritus Sanctis. Amen".

É semelhante à da carta de Beja e diferente do foral de Évora (1166) onde o Monarca invoca a Santíssima Trindade.

### INTITULATIO

É a passagem em que a autoridade concedente do foral se apresenta e intitula da razão porque concede o foral.

Geralmente o monarca indica a sua ascendência, descendência, o nome da espo-

sa e dos filhos. Assim no foral de Monsaraz o rei D. Afonso III diz:

"Eguo Alfonsus dei gratia rex portugalie et algarbis motus spiratione divina una cum uxore regina domna Beatriz Illustris Regis Castela et Legionis filia et filiis et filiabus mei Infantibus domino dionisio domino Alfonso et domna blanca et domina sancia".

Depois de haver indicado a demarcação do termo de Monsaraz com o de Portel, Redondo, Évora Monte e Évora, o monarca expõe os motivos que o levaram a conceder o mencionado foral:

"Complacui mihi libenti animo et spontanea voluntate dare et concedere vobis dam presentibus quam futuris ibidem permansuris forum de begia quod a me petistis".

Portanto os moradores de Monsaraz ficaram a beneficiar dos privilégios e regalias semelhantes aos que já haviam sido concedidos aos de Beja.

#### PARTE DESCRITIVA

É a mais importante visto que nela são tratadas as matérias que, propriamente, constituem o conteúdo da carta foralenga.

Na disposição dos assuntos não existe qualquer ordem ou método e nem mesmo estão agrupados, mas antes estão dispersos e, assim, para se conhecerem e estudarem é necessário cordenar as matérias.

Só assim se consegue saber quais são os privilégios e isenções que gozavam os habitantes de Monsaraz, as penas que os juizes impunham aos delitos cometidos.

Da mesma forma são conhecidos os encargos fiscais e militares que pesavam sobre os "moradores de montesaraz" quer sejam cavaleiros, clerigos ou peões, e também qual a protecção que gozava a propriedade do "termo".

Termina esta parte do foral por fazer referência àqueles que lhe obedeceram, aos quais deseja que "seja cheio de benções de Deus e minhas" e àqueles que "a transgredirem caia sobre ele as maldições de Deus e as minhas".

#### ROBORA

A robora era também chamada "confirmação", consistindo no dizer que o Foral é dado na forma constante da mesma carta e é concedido por quem o outorga.

É curioso salientar que embora a carta de Monsaraz afirme que segue o "forum de Begia" a sua "robora" é diferente.

Seguidamente indica a localidade em que foi escrita e a sua data: "Datam Ulixbone X6 die januarii hec mandant E. Ma. CCCXIII refere-se à Era de César ou Hispânica, pois só mais tarde, por diploma de D. João I, de 22 de Agosto de 1422, se começa a datar em Portugal os documentos pela Era Cristã.

#### SUBSCRITORES, CONFIRMANTES E TESTEMUNHAS

Nesta última parte do foral encontram-se indicadas as individualidades, presentes ou não, mas que intervêm na elaboração da carta foralenga.

Assim encontramos, além do rei, da rainha e dos infantes, os mais altos dignatários do reino, tanto os civis, como o meirinho-mor e o chanceler, como os militares tenentes das várias localidades - Lamego, Elvas, Leiria, Chaves, etc. - e ainda eclesiásticos tais como, por exemplo, Arcebispo de Braga, bispos do Porto, Évora, etc..

### OS PRIVILÉGIOS DE MONSARAZ

O primeiro privilégio indicado na carta foralenga e concedido aos habitantes de Monsaraz, é a isenção do pagamento da "JUGADA", como é dado também aos de Santarém.

Esta isenção está na linha geral do foral que, seguindo o de Beja que pediram ao monarca que lhe fosse concedido, e, nesta carta se estabelece também "de quibus iuribus et foris de Santarém uobis quito jugada".

Estabelece depois a isenção do pagamento do foro pelo vinho carregado de fora durante o período do "relego". Assim os de Monsaraz não pagam por cada canada de vinho, um almude.

É também concedida aos "visinhos de Monsaraz" a isenção do pagamento da PORTAGEM em todo o reino. Todavia, mais adiante encontramos outra disposição onde se estabelece com mais meticulosidade essa mesma isenção, referindo-se, expressamente, ao pão, vinho, figos e azeite, que os moradores de Monsaraz tenham e colham nos "termos" de Évora, Montemor e outros lugares e os trouxerem "para sua casa em Monsaraz".

Aos "almocreves de Monsaraz" é concedida isenção de fazerem as "carradas" a que estão obrigados os almocreves de Santarém.

Ainda os "visinhos de Monsaraz" estavam isentos do pagamento do montado.

Ao terminar o relacionamento das isenções é bem curiosa utilizando esta disposição: "estas cousas quito vobis de graça e para sempre e vossos sucessores".

Estabelece também a isenção do pagamento da "lutuosa" e que se não dê o "quinto" dos quinhões de seus corpos.

Proíbe-se ao alcaide da vila, mordomo, alvazis ou qualquer outro que obriguem os homens de Monsaraz ou os de fora, a entregarem do seu pão, pescado, vinho, carnes, nem outras cousas suas.

## AUTORIDADES E MAGISTRADOS

As autoridades e magistrados locais que encontramos referidos na carta foralenga de Monsaraz, são os seguintes: Alcaide, Mordomo, Alvazis, e depois, o Saião, Almotacés, e Porteiro do Alcaide.

Mas além destes encontramos também o representante do rei "o meu noble homem que de mim tiver Monsaraz" o que prova que a vila era senhorio real a quem ficou pertencendo após a conquista.

Nela tinha o monarca o "meu rico homem" que era um nobre, mas homem de Monsaraz.

O primeiro que temos notícia e a quem D. Afonso III deu esta vila, parece ter sido Martim Anes Sangalho, baseando-nos na carta dada em Coimbra no dia 6 de Dezembro de 1264 e lavrada por Domingos Pedro, onde o monarca ordena, por intermédio de Pedro Martim Patarino, aos alvazis, concelho e Tabelião de Monsaraz e a Martim Anes Sangalho, meu homem e a Mendo Anes "que vades dividir o vosso termo com o termo de Portel de D. João de Aboim meu mordomo ou com aquêles que ele mandar em seu nome".

Na Carta dessa demarcação, feita em Monsaraz no dia 17 de Janeiro de 1265, por Petrus Laurencii "publicus tabelio civitatis elborensis hiis omnibus interfui vidi et audivi et de mandato et de outorgamento pretoris, judicum et concilii eborensis hanc Kartam mea manu propria scripsi", está presente, entre muitos outros, o referido Martinus Joanes Sangalio, que assina na qualidade de "probador de Monsaraz".

Também na carta de 2 de Maio de 1267, se diz: "em que nós alcaide, Alvazis e concelho de Monsaraz recebemos de D. João Peres de Aboim, mordomo de El Rei de Portugal e D. Maria Afonso sua mulher por visinhos e aprouve a nós de bons corações e de boa vontade a dar a eles herdamento em nossa vila" aparecem como "por entregadores dele Martim Eanes dicto Sangalho probador maior e alcaide de nossa vila" e recebedores desse herdamento representantes de D. João e sua mulher, Vicente Peres, Prior de Portel e Pedro Lourenço seu homem de D. João e Pedro Stephaniz, tabelião de Portel.

Portanto, o primeiro documento em que se faz indicação de alcaide de Monsaraz é esta carta que foi lavrada nove anos antes de ter sido concedido por D. Afonso III o Foral de Monsaraz, e nela aparece também pela primeira vez como alcaide o já referido Martim Anes, chamado Sangalho.

É interessante salientar, já agora, um pormenor da restrição quanto à designação do alcaide da vila de Monsaraz, visto que no Foral se estabelece que o "nobre homem" ao designá-lo "não meta aí nenhum alcaide senão de Monsaraz".

Sendo o Alcaide o representante ou delegado do "nobre homem" que o rei escolheu, é também a mais elevada autoridade local, pois intervém nas deliberações com o concelho e nos actos judiciais.

Para avaliar da sua autoridade, referiremos que o Mordomo não podia ir fora da vila prender homens, mas se fizesse "coimas" faça-os chamar pelos Porteiros do alcaide, perante o próprio Alcaide e faça-lhes como o alcaide e os alvazis mandarem.

Era ao Alcaide que se vinham queixar os mouros e os judeus feridos.

Também os mordomos não podiam penhorar nenhum homem de Monsaraz enquanto o não chamassem ao Concelho, perante o Alcaide.

Proibia-se, todavia, ao Alcaide que se atrevesse a "forçar a vila, os homens de Monsaraz ou de fora, do seu pão, pescado, vinho, carnes, nem outras cousas suas.

Também o Alcaide nas cavalgadas nada podia receber "por força senão aquilo que os cavaleiros lhe quizessem dar por seu amor", mas se essa cavalgada abrangia mais de sessenta cavaleiros, então se partiam os despojos com ele no campo, isto é, logo após o combate.

Recebia o Alcaide pelo pescado que vinha de fora, como alcaidaria, o seguinte:

de carga de besta - dois dinheiros; de carga de besta sendo o pescado miudo também dois dinheiros e de todo o outro pescado davam-lhe o seu foro.

Se o Mordomo se recusava a receber dos peões a dizima que a estes competia pagar, era o Alcaide que, pelo seu Porteiro, os obrigava a dar.

Quanto ao MORDOMO - o "maiordomus" - é um agente da coroa, estranho em rigor à organização municipal, embora exercendo as suas funções no respectivo "termo", servia de ligação do rei com o concelho sob o aspecto fiscal.

Assim, por exemplo, quanto ao "gado perdido" que fosse encontrado pelo mordomo, devia este prendê-lo, por três meses, e em cada mês fazê-lo apregoar. Se, entretanto, o dono aparecesse, entregava-lo, mas passado aquele tempo se não viesse, então fazia dele como seu.

Ao mordomo competia-lhe receber dos "peões" a dizima que estes eram obrigados a pagar.

Mas também o mordomo estava proibido de obrigar a "vila", os homens de Monsaraz ou os de fora a darem do seu pão, pescado, vinho, carnes ou outras cousas suas.

Não podia prender fora da "vila", mas apenas encoimar, e então chamava os delinquentes, servindo-se dos Porteiros do Alcaide para que comparecessem perante o Alcaide e os Alvazis e fazerem o que estas autoridades mandassem.

Do mesmo modo o Mordomo não podia fazer penhoras aos homens de Monsaraz sem que, primeiro, os chamasse ao concelho perante o Alcaide e Alvazis.

Quanto aos ALVAZIS estavam na mesma situação dos Alcaide, Mordomo e outra qualquer autoridade, na obrigação de "não se atreva a forçar a "vila", os homens de Monsaraz ou de fora, do seu pão, ou do seu pescado, nem do seu vinho, nem das suas carnes, nem outras cousas suas".

Também era perante esta autoridade que o Mordomo devia mandar apresentar os transgressores a quem aplicava "coimas".

Os Alvazis constituíam como o Alcaide as autoridades receptoras das queixas apresentadas pelos judeus e mouros feridos e ainda era, perante eles e o concelho, que deviam ser apresentadas as queixas prévias das penhoras a fazer pelo Mordomo.

Estes magistrados eram postos pelo Concelho que os mudava todos os anos.

Relativamente aos ALMOTACÉS só encontramos na carta foralenga uma única passagem e até bem simples, quando estabelece que o almotecé é do concelho e este os muda.

Quanto ao PORTEIRO DO ALCAIDE era um agente auxiliar não só do alcaide, mas também do Mordomo e do saião.

Relativamente ao SAIÃO encontramos duas passagens, sendo a primeira para dizer que não pode ir a casa de cavaleiro sem se fazer acompanhar do Porteiro do Alcaide.

A outra passagem refere-se às penhoras as quais só podem ser feitas com o mordomo.

É curioso salientar o facto de em Monsaraz ter havido, logo após a conquista, o cargo de "pobrador maior" desempenhado pelo já referido Martim Anes Sangalho, no ano de 1264, e o de "sesmeiro" exercido por Domingos Peres, como se pode constatar pelo auto de demarcação do "termo" de Monsaraz com o de Portel. Porém, no Foral de 1276 já não encontramos o "pobrador" nem o "sesmeiro".

## TRIBUTOS E ENCARGOS

Dividimos este capítulo do nosso estudo em duas partes distintas para mais fácil esquematização das matérias e ainda porque desta subdivisão se poder melhor avaliar da importância que Monsaraz tinha quando lhe foi outorgada a Carta foralenga.

Isto porque os encargos fiscais e os militares constituíam a pedra de toque da categoria da respectiva localidade, do valor da sua integração no Reino português e os privilégios e regalias que os seus moradores iam gozar.

Convém, portanto, fazer a distinção entre os de natureza fiscal e os militares.

Assim quanto aos tributos fiscais, o imposto da DIZIMA era aplicável aos fornos de telha, aos pescadores, aos caçadores de coelhos que vieram de fora, aos peões pelos bens herdados e sobre a madeira que viesse pelo rio.

Também se estabelece que paguem "do cavalo, de mulo ou mula que venderem ou comprarem os homens de fora, até dez maravediz e acima de um dinheiro, um maravedi; de dez maravedis e abaixo de um dinheiro meio maravedi. De égua vendida ou comprada paguem dois sólidos e de asno um sólido. De mouro ou de moura, meio

maravedi; de porco ou carneiro dois sólidos; de bode e de cabra um sólido; de carga de azeite ou de couros de bois ou vitelos ou veados deem meio maravedi; de carga de cera meio maravedi. De carga de anil ou de peles de coelho ou de couros semelhantes ou brancos ou de pimenta ou de grã camada de bragal, dois dinheiros. De vestido de peles, três dinheiros. De linho, de alhos, cebolas paguem dizima, assim como do pescado que vem de fora, das tigelas ou vasos de madeira.

Relativamente ao pagamento do imposto da PORTAGEM concede o rei que sejam isentos do seu pagamento "no meu Reino" a todos os de Monsaraz.

Porém, mais adiante, o foral estabelece, taxativamente, que de todas as cargas dos artigos já enumerados quanto à DIZIMA, que os homens de fora venderem ficam obrigados ao seu pagamento. Todavia se comprarem outras cousas próprias, não dão portagem, excepto das cargas de pão ou de sal se forem os homens de fora que os vendam.

Também por bestas cavalhar ou muar dão três dinheiros e de besta "asinária", dão três mealhas. De carga de pescado que os homens de fora levarem dão seis dinheiros.

Ainda os moradores de Monsaraz que tenham o seu pão, vinho, figos ou azeite em Évora ou em Montemor ou em outros lugares e o trouxerem para sua casa em Monsaraz, não dão portagem.

Finalmente estabelece que as portagens e foros e os quintos dos mouros e de outros paguem-se como é costume, "excepto as coisas que acima estão escritas".

Quanto ao destino que é dado à receita da cobrança da portagem o foral determina que este tributo, tal como acontece na carta de Évora, Montemor-o-Novo, onde se estabelece que uma parte é para o hospedeiro do mercador tributado e as duas partes restantes pertencem ao rei.

Quanto ao RELEGO estabelece o foral que os vizinhos de Monsaraz "estão isentos de lhe fazerem o que os de Santarém estão obrigados, quanto ao vinho carregado de fora durante o período que dura o relogo.

Este imposto era recebido anualmente no primeiro dia de Janeiro. Quem o transgredisse e se fizesse a prova da transgressão por testemunhas de homens bons, isto é, se for encontrado a vender esse vinho, pagava de multa pela primeira vez e pela segunda, cinco sólidos. Na terceira transgressão será o seu vinho todo entornado e os arcos das cubas partidos.

Quanto ao imposto da JUGADA apenas encontramos uma única disposição e essa mesma para afirmar que dela estão quites os habitantes de Monsaraz, continuando assim a ser uma excepção o pagamento deste tributo nos territórios ao Sul do país.

Relativamente à ALMOTAÇARIA apenas uma simples referência e para fixar que era um rendimento que pertencia ao concelho e também era este que escolhia os Almotacés.

Finalmente havia ainda os géneros que estavam sujeitos ao pagamento de vários impostos indirectos, como por exemplo, a ALCAVALA que consistia em taxar nuns tantos dinheiros a carne vendida no mercado ou no açougue, quer fosse de vaca, porco, carneiro ou veado, pagava um dinheiro.

Quanto aos encargos de natureza militar representavam neste período histórico da Reconquista um dos mais importantes deveres de toda a população, já pela luta constante contra os sarracenos, já pela necessidade premente da sua segurança que garantisse a fixação da população nas localidades conquistadas.

É, porém, de estranhar que no foral de Monsaraz só encontramos referência à ATALAIA, ao APELIDO e à ÇAGA, nada se dizendo quanto ao FOSSADO ou à ANUDUVA.

Assim, quanto à ATALAIA da vila, estabelece-se que esta pertencia ao rei e aos cavaleiros dando cada um metade dos corpos.

Quanto ao APELIDO apenas se diz que os homens que habitarem nas herdades dos de Monsaraz "vão ao apelido do rei e não lhe deem outro qualquer foro".

Relativamente à CAVALGADA determina apenas a forma como deve ser feita a partilha dos despojos, tendo-se em atenção o seguinte: "Se a cavalgada é do alcaide este nada recebe e não ser aquilo que "por seu amor" os cavaleiros lhe quiserem dar. Todavia, se a cavalgada era composta por mais de sessenta cavaleiros, então no campo deve fazer-se a repartição tendo o alcaide a sua parte nos despojos.

Acrescenta-se ainda que os cavaleiros de Monsaraz tinham "a deanteira na cavallada do rei" pelo que estavam isentos da ÇAGA, isto é, não faziam parte da retaguarda da hoste real.

## O DIREITO E O PROCESSO PENAL

Numa rápida leitura da carta foralenga de Monsaraz constata-se que são bem poucas as disposições referentes à criminalidade e ainda que, ao fixar o quantitativo da composição pecuniária a pagar pelo delinquente não esclarece se desta há a deduzir algum quantitativo para o rei ou se fica pertencendo, integralmente, para o ofendido.

Semelhante situação encontramos no foral de Beja, ao contrário do que acontece nos forais de tipo de Évora ou Ávila, onde se determina, expressamente, que era deduzida a sétima parte para o rei "ad palatium".

Curiosamente encontramos no foral uma disposição pela qual a partilha da importância da "composição" é dividida entre o senhor da herdade e o rei, em partes iguais, quando o crime é praticado pelos moradores ou habitantes da herdade povoada pelos homens de Monsaraz.

Quanto à punição dos crimes cometidos por menores encontramos uma disposição pela qual se manda ao Alcaide que "o pai não pague a pena pelo filho, mas é o filho que a deve pagar e se não tiver com que pagar em dinheiro, pague-se pelo seu corpo".

Quanto à violação do domicílio - "casa violenter" - com armas, é punida com a multa de quinhentos sólidos desde que o crime fosse praticado com violência.

Porém se dentro da casa o assaltante for morto, o matador ou o senhor da casa pagará vinte mealhas e se for apenas ferido, pagará só meia mealha.

Quanto ao crime de HOMICÍDIO estabelece-se que a composição pecuniária a pagar é de quinhentos sólidos, tal como nos forais de Beja, Évora, Montemor e outros.

Porém, se o homicídio for cometido por quem habite as herdades dos homens de Monsaraz, então a composição é reduzida para sessenta sólidos. Neste caso o foral estabelece a forma como é devida a composição, sendo metade para o rei e, a outra metade, para o senhor da herdade.

Não se fique com a noção de que o crime de homicídio ficava quite com o pagamento da composição de quinhentos ou dos sessenta sólidos, referidos no foral, mas o criminoso ficava ainda sujeito à pena corporal ou à vindicta privada segundo os severos costumes desta época.

Pelos costumes medievais, como referem os de Évora e os de Beja, os das localidades que mais próximas ficavam do "termo" de Monsaraz, encontramos estabelecida para este crime de homicídio, a pena de morte ao delinquente.

Quanto ao "RAUSSO" que consistia no crime de roubo da filha família, mas também na violência praticada em qualquer mulher, era punido com grande severidade, pois até a composição era de quantitativo igual ao fixado para o homicídio.

Idêntica punição era fixada para o crime denominado por "esterco na boca".

Sobre o crime de FURTO apenas encontramos no foral uma única disposição limitando-se a fixar o "anoveado", isto é, que o ladrão devia pagar nove vezes o valor da coisa roubada. Também a carta foral nada diz a quem se destinava esta importância, enquanto em outros forais declaram que deve ser dividida em duas partes, sendo uma para o queixoso e a sétima parte para o fisco - "ad palatium".

Relativamente às OFENSAS CORPORAIS encontramos diversas disposições, tais como:

Se o ferimento era praticado fora do "couto" a composição a pagar era de trinta sólidos.

Se era cometido na praça pública e com armas a composição era igual a metade da fixada para o homicídio.

Todavia, se o ferimento era resultante "por motivo de coimas" e testemunhado por homens bons reunidos em conselho, então a multa era de quinhentos sólidos.

Também encontramos no foral curiosas disposições relativas às rixas ou brigas, e conforme o que ocorria assim o quantitativo da composição. Assim se dispunha que "Quem brigar com alguém e depois da briga entrar em sua casa e aí tomar um cacete ou um pau e o ferir pague trinta sólidos, mas se o ferir por acaso nada pague".

Finalmente encontramos uma interessante declaração régia na qual D. Afonso

III afirma que "Se alguém guardar este meu foro seja cheio de benções de Deus e minhas" acrescentando ainda que "quem o quizer transgredir caia sobre ele as maldições de Deus e as minhas".

Interveem assinando a carta foral as mais altas personalidades e funcionários régios, tais como:

O Alferes, o Mordomo, o Meirinho, o Reposteiro e os Juizes Superiores.

Os "Tenentes" das terras do Minho, Alem Tejo, Riba Douro, Minho, Lamego, Chaves, Elvas, Portel, Leiria, Trás-os-Montes.

São "confirmantes" o Arcebispo de Braga, os Bispos de Porto, Lamego, Idanha, Coimbra, Évora que era D. Durando, e ainda D. Afonso Pedro Farinha.

Aparecem ainda Fernando Fernandes Gogominho, João Soeiro Coelho, o Chanceler Estevão Eanes e o Notário Tiago João.

Estas as principais disposições contidas no Foral que o nosso rei D. Afonso III, estando em Lisboa e no dia 16 de Janeiro do ano de 1276, conferiu à vila de Monsaraz.

#### NOTA:

1 - Chancelaria de D. Afonso III - Livro 1.º Fls. 135 e segs. ANTT.

Livro I e IX dos Originais da Câmara de Évora, Fls. 359 - Arquivo Distrital de Évora.

## O CONVENTO DE SÃO PAULO DE ELVAS

Breve notícia histórica

por Fernando Correia Pina \*

No dealbar do séc. XV e à semelhança do que sucedia em outros locais do Alto Alentejo, registava-se já, no termo da então ainda vila de Elvas, a presença de indivíduos que, à parte de qualquer ordem ou instituto, se devotavam à vida ascética e contemplativa.

Movidos pela boa fama da exemplar existência dos ermitas, decidiram Lourenço Anes Reguengo e sua mulher Margarida Domingues, vizinhos e moradores em Elvas, contemplar João Lopes e Lourenço Mateus, "pobres da pobre vida", com um pedaço de chão que possuíam no lugar chamado Provença de Rio Torto, situado na área da que viria a ser a paróquia de S. Vicente, para que aí vivessem em cenóbio, o que efectivamente formalizaram por escritura de doação lavrada nos paços do tabelião Estevão Anes aos 3 de Junho de 1418.

Naquele local se edificou e manteve até 1593 o primitivo convento do título de Nossa Senhora dos Remédios.

Não era, porém, a sua localização e mais adequada.

Da facto, a insalubridade do sítio e os muitos embaraços que de Inverno as ribeiras causavam aos monges, impedindo o seu acesso a Elvas para esmolar, levaram-nos a requerer ao rei D. Filipe I licença para fundarem nova casa mais próxima da cidade, pretensão que o soberano lhes despachou favoravelmente por alvará de 7 de Maio daquele mesmo ano (Doc. 1), autorizando a transferência dos religiosos para a ermida de S. Sebastião a que a Câmara viria a anexar, por contrato celebrado a 17 de Dezembro de 1598, uma manga de terra junto ao ribeiro de Canção comprometendo-se os monges, em contrapartida, a manter uma aula pública gratuita para o ensino do Latim.

Ainda durante o ano de 1598 voltaram os Paulistas a solicitar ao rei uma nova transferência do seu instituto em virtude do ambiente pouco propício à elevação espiritual que os rodeava e aos incómodos causados aos jovens aprendizes da língua de Virgílio que, quantas vezes sob a inclemência da canícula ou das grossas chuvas, eram obrigados a calcorrear, duas vezes ao dia, o caminho que os separava da cidade. (Doc. 2)

Mais uma vez houve por bem o Prudente deferir a favor dos suplicantes, sancionando a troca feita entre o Convento e a Câmara de Elvas, transferindo-se então os religiosos para o rocio da ermida de S. Pedro, extramuros, junto à Porta da Esquina que à época se chamava ainda Porta de Évora. (Doc. 3)

Na construção deste novo mosteiro, um dos mais sumptuosos da sua província, onde se iriam manter até 1658, gastaram os frades cerca de 28.000 cruzados.

Durante o último trimestre desse ano Elvas tornou-se o centro nevrálgico do teatro de operações da Guerra da Restauração.

No decurso do cerco que então lhe foi posto pelo exército de D. Luiz Mendez de Haro, decidiram os estrategos portugueses arrasar o convento para melhor defesa da praça sitiada. (Doc. 4)

Demolido o convento e perdida que ficou a maior parte dos seus bens e rendimentos, recolheram-se os religiosos em duas moradas de casas arrendadas por 28.000

\* Bibliotecário

rs. ao ano, no interior da cidade onde também se lhes fez concessão da ermida da Madalena para que pudessem celebrar os officios divinos.

Também grande era, porém, a sua penúria que oito anos depois, em 1666, nenhuma das rendas já vencidas tinha ainda sido satisfeita, razão que levou D. João IV a autorizar, por alvará de 20 de Abril, que lhes fossem pagos os "alugueres vencidos das casas em que se recolherão; e outro sim que os que se forem vencendo em quanto nellas estiverem; e que o pagamento se lhes faça do dinheiro da fortificação".

Apesar das precárias condições em que viviam, inconciliáveis com a estrita clausura monástica, só em 1677 viriam os monges a receber de D. Pedro II, nessa data ainda Príncipe Regente, a autorização para erigirem novo convento do lado de dentro da Porta da Esquina (Doc. 5), concedendo-lhes para esse efeito o futuro soberano a soma de 1.000 cruzados por ano durante um período de 10 anos.

Um ano mais tarde, a 22 de Março de 1678, a congregação tomou posse do terreno onde se veio a erguer a 4.ª e última casa do título de Nossa Senhora dos Remédios, da Ordem de S. Paulo cuja primeira pedra foi solenemente lançada a 28 de Outubro de 1679 pelo então Bispo de Elvas, D. Alexandre da Silva.

Durante muitos anos se arrastaram os trabalhos de edificação do novo convento bem como os da sua igreja cuja construção, adjudicada em 1711 aos alvanêus Tomé da Silva e João Fernandes, se prolongaria, com grandes interrupções motivadas pela "incuria dos Prelados que não cuidarão mais em requerer, e pedir humildemente não só ao Senhor Rey D. Pedro 2º, mas também, e principalmente, ao nosso Sereníssimo Monarcha o Senhor Rey D. João o 5º, que actualmente vive", até 31 de Dezembro de 1721, data em que as obras foram dadas como concluídas.

Extintas as ordens religiosas, o convento de S. Paulo entrou, à semelhança de tantos outros num processo de degradação que viria a culminar no incêndio que o arrouinou definitivamente.

Quanto à sua igreja, essa manteve-se em poder da Irmandade da Ordem Terceira de S. Domingos até 1886 e foi, no ano seguinte, entregue ao Conselho Administrativo do Regimento de Cavalaria 8 nela funcionando actualmente o Tribunal Militar.

## DOCUMENTO 1

Eu El Rey faço saber aos que este alvara virem que por mo enviarem pedir os officiaes da camera da cidade de Elvas, e avendo Respeito à Informação que tive da casa de nossa sra. dos Remédios da ordem de São Paullo sita no termo da dita cidade ser muito doentia e viverem o Reitor e Relegiosos della de esmollas e no inverno não nas poderem ir pedir à dita cidade por causa das Ribeiras e passarem detrimento Ey por bem E me praz de lhes dar licença para que possam mudar a dita casa e moesteiro para a Ermida de São Sebastião que está junto á dita cidade, e isto cõ declaração que na dita casa de nossa sra. dos Remédios não avera mais Relegiosos nem podera aver mais que hum só moesteiro, E mando às justiças e officiaes a que o conhecimento disto ptençer que cumprão e guarde este alvara como se nelle conte, Miguel couceiro o fez en lixa a sete de Mayo D. M. D. Lxxxxiii.

## DOCUMENTO 2

Dizem o Reytor, e Padres do Mosteiro de Nossa Senhora dos remédios da Ordem de São Paulo primeiro Hermitão sito no termo da Cidade de Elvas, que tendo elles o ditto Mosteiro no termo da ditta cidade, entendendo a Camera, e officiaes della o proveito, que à ditta cidade podia rezultar com sua doutrina, pregaçoens, e Confiçoena, pareceo mais conveniente virem viver junto à ditta cidade, para o que lhe foi dado pela ditta camera a hermida de São Sebastião com sua horta, e hum pedaço de terra do rocio para fazerem seu Mosteiro, com condição, que havião de ter huma escola de Latim perpetua de graça para ensinarem os filhos dos moradores da ditta cidade; o que V. Magestade confirmou pela Sua Provzão: e Logo edificarão algumas cazas, onde se recolherão a modo de Mosteiro, e começarão a ensinar Latim, como hoje ensinão, e com vantagem do que prometerão, porque sendo obrigados a huma Lição, tem duas. E estando ja assim vivendo no ditto sitio se achou haverem grandes inconvenientes de viverem no ditto Lugar por ficar junto ao poço, de que bebe toda a cidade, e onde vão mulheres impudicas buscar agua, e assim ha um ribeiro junto da horta, onde vão lavar muytas mulheres, que uzão de deshonestidades, e couzas inde-

centes, o que cauza desconsolação aos Padres, e inquietação aos Estudantes para fazerem o que não devem, e fica longe da cidade para os Estudantes hirem la duas vezes cada dia, mormente em tempo de calmas, e de chuvas, por onde dezeção elles supplicantes mudarse do dito sitio, e passarse para a Ermida de São Pedro, que está fora dos muros, e perto delles, com a Camera lhes dar Lugar e tera para edificarem, e dando elles Padres relação a Camera da ditta cidade, e officiaes della, entendendo elles os dittos inconvenientes, e proveito grande, que rezulta à cidade, e bem comum della de terem os Padres mais perto para melhor poderem participar de sua Doutrina, pregaçoena, confiçãoena, e officios divinos, E ouverão por bem que fizessem a ditta mudança para a ditta hermida de São Paulo, e lhe assignaram hum pedaço de terra do rocio junto a ditta hermida em parte, que não faz nojo algum à Cidade; e por elles Padres pertenderem que lhes ficasse a horta, que pela primeira concessão, e provizão lhe fora dada em São Sebastião por lhe ser dada em premio de ensinarem, e não terem outro se vierão a concertar, que Largassem elles Padres tudo a Camera assi a Ermida, como a horta, e sitio com cazas acomodadas, para o Ermitão no Lugar, em que dantes estavam, e os dous gerais, em que ensinavão Latim, e huma caza pequena, que servia de coreição, e a Sanchristia, e que por isso lhe dava a camera o dito pedaço do rocio junto a São Pedro, e lhes fazia dous gerais para ensinarem, e lhes daria mais quarenta mil reis pagos em dous annos, vinte cada hum para ajuda da obra do Mosteiro, ficando elles Padres com a obrigação de ensinarem como dantes, e o partido he muito bom para a Cidade por valer muito mais o que os Padres Largão, que o que a camera lhes dá, alem do bem comum, que pertendo, como tudo constará mais largo da carta da mesma camera, que escreve a V. Magestade, em que lhe pede o haja assim por bem; e porque o sobredito rezulta em prol e proveito da dita cidade, e bem comum della, e a mudança que se pertende fazer he com bons e justos respeitos, e por se tirarem dos ditos inconvenientes: P. P. a V. Magestade visto o que se alega, e a carta da dita camera haja por bem o sobredito, e o aprove, e confirme, no que receberão esmola, e merce.

### DOCUMENTO 3

Eu EIRey faço saber aos que este alvará vires, que havendo respeito ao que na petição atraz escrita dizem o Reytor, e Religiosos do mosteiro de Nossa Senhora dos Remédios da Ordem de São Paulo primeiro hermitão sito no termo da Cidade de Elvas, e vista a deligencia, que por meo mandado fez o Coregador da comarca da ditta cidade, en que forão ouvidos os officiaes da Camera della, e a informação, e parecer do dito coregador, e as cauzas, e inconvenientes, que na dita petição alegão, de que os ditos officiaes da Camera me enviarão também dizer por sua carta para se não poder fazer o mosteiro que os ditos religiosos começarão a fazer no sitio, e Ermida de S. Sebastião, e como será mais decente, e em grande proveito da cidade mudarse, e fazerem o dito mosteiro no sitio, e hermida de S. Pedro, que está junto dos muros della. Hey por ben, e me práz, que os ditos officiaes da Camera possam fazer troca com os ditos Reytor, e religiosos, e dar lhos pelo dito sitio de São Sebastião com as cazas, que nelle estão feitas o pedaço de rocio, que mais conveniente parecer junto da ditta Hermida de São Pedro para a Cerca, que se houver de fazer no ditto mosteiro, e que assim lho possam fazer dous gerais, para nelles ensinarem Latim, e alem disso darlhos cem cruzados em dinheiro pagos em dous annos para as obras do ditto mosteiro, que houverem de fazer, tudo à custa das rendas do Concelho da dita cidade, não entrando nisso a minha terça, e o Provedor da Comarca os levará em conta aos ditos officiaes da Camera, constandolhe por conhecimento dos ditos Reytor, e Padres, que lhe forão pagos, o que tudo se fará com as declaraçoens, e obrigaçoens, com que os ditos officiaes da camera se concertarão com os ditos reytor, e religiosos, como na dita petição declararão; e nas escrituras, que disso se fizerem será tresladado este meu Alvará, para se saber como tudo se fez por minha Licença, e o treslado dello, e das ditas escrituras se porá no Cartório da Camera em boa guarda. Este me praz que que valha, e tenha força, e vigor, posto que o effeito dello haja de durar mais de hum ano, sem embargo da Ordenação em contrário. Francisco da Costa o fez em Lisboa a 29 de Agosto de 1598.

### DOCUMENTO 4

Na ocazião deste sitio se achava a Praça de Elvas menos forte, e defensável pela

parte fronteira ao sobredito convento; por que nesse lugar não tinha a porta da esquina, com que ficou depois de lha fazerem mais forte; e nesse tempo era a porta no fim da rua de Évora com o nome de porta de Évora; por esta cauza rezolverão em Concelho de Guera os Governadores das armas se arrazasse o Convento para melhor defeza da praça como consta de hum alvará de Elrey Dom Affonso 6<sup>o</sup> de que adiante se fas menção. Assim se executou, fazendo-o voar com minas no anno de 1658, a que mandou por fogo Dom Sancho Manuel Governador da Praça, como consta de hum instrumento de testemunhas tiradas pelo Auditor Geral em a cidade de Elvas aos 12 de Outubro de 1661, em que assim o jurarão António Rodrigues capitão dos artilheiros, Francisco Luis Ajudante das Fortificaçoens, António Fernandes Mineyro, e Pedro Gaspar capitão dos Mineyros, depondo esta testemunha, que João Paulo Engenheyro lhe levãra ordem de Dom Sancho Manoel, que desse logo fogo às minas, e se não que o havia de mandar enforçar, o que elle testemunha fes logo, e com effeito voãra o Convento.

## DOCUMENTO 5

Eu o Principe como Regente, e Governador dos Reynos de Portugal, e dos Algarves. Faço saber aos que este Alvará virem, que havendo respeito ao que por sua petição me representarão o Geral, e mais religiosos da Ordem de São Paulo, pedindome-lhe fizesse mercê concederlhes facultade para poderem edificar hum convento na cidade de Elvas no sitio, que occupão humas alpendroadas, em que estão recolhidas as barcas, que servião de ponte ao exercito no tempo da guera; sobre cujo requerimento Informou o Vedor Geral da Provincia de Alentejo, e respondeo a Contadoria Geral de guerra, de que houve vista o Procurador de minha fazenda, fuy servido por resolução de vinte e quatro do corrente, em consulta da Junta dos tres Estados, mandar declarar, que atendendo a informação do dito Vedor Geral, de que consta se não segue prejuizo em os dittos religiosos occuparem o sitio, com o seu convento dentro na cidade, que pedem, e a o consentimento, que a isso dá a Camera da mesma cidade, havia por bem de lhes conceder o dito sitio, para nelle fundarem o Convento, que se lhes deribou com a occazião da guera, com declaração, que elles serão obrigados a mudar por sua conta as barcas, e alpendroadas, que estão no ditto sitio para junto à muralha do Trem principal. Pelo que mando a todos os Ministros, officiaes, e pessoas, a que pertencer, dêem inteiro cumprimento a esta minha resolução, como neste alvará vai declarado, tomandose primeiro rezão delle na Contadoria Geral. Vicente Ribeiro de Meirelles o fez em Lisboa a trinta de Março de seiscentos, setenta, e sete annos.

## BIBLIOGRAFIA

### Impressos:

ALMEIDA, Fortunado de. História da Igreja em Portugal. Porto: Portucalense Editora, 1967-1971.

DENTINHO, Maria do Céu Ponce. Elvas: monografia. Elvas: C. M. de Elvas, 1989.

GAMA, Eurico. Catálogo dos Livros Paroquiais da Biblioteca Municipal de Elvas. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980.

LAVADINHO, Domingos. Manuscritos e outros documentos da Biblioteca Municipal de Elvas. II. Elvas; s. n. , 1948.

### Manuscritos:

Convento de São Paulo de Elvas. Caixas I a VII. (Arquivo Distrital de Portalegre)

Promptuario das Cappelas e fazendas do Convento de N. Sra. dos Remédios da Ordem de S. Paulo da Cidade de Elvas. 1792. (Arquivo Distrital de Portalegre)

# LA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIVENZA Y SUS PRIVILEGIOS

Miguel A. Vallecillo Teodoro \*

## I. INTRODUCCION

El día dieciséis de Febrero de mil novecientos noventa se inició la catalogación del archivo de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza, el único de esta clase que existe en España y uno de los pocos que se conservan íntegros de nuestra vecina Portugal.

La catalogación, terminada dos años después, supuso la salida a la luz de innumerables documentos, vitales para conocer la situación social, política, económica... de Olivenza y Portugal, desde el siglo XVI hasta la actualidad.

Una de las secciones que más llamó nuestra atención fue la de los privilegios, debido al gran número de ellos que fueron concedidos a la Misericordia oliventina.

Dichos privilegios dan idea de la importancia que tuvieron las Santas Casas en el desarrollo del país vecino, encargándose de velar de un mal endémico en Portugal como eran los presos, expósitos, enfermos..., es decir, de atender y cuidar a las clases más humildes de la sociedad portuguesa.

Antes de entrar de lleno en el estudio de dichos privilegios, se ha intentado hacer una breve reseña sobre el origen de la Santa Casa de Olivenza y su finalidad, con objeto de comprender y acercarnos a la razón de ser de sus privilegios. Posteriormente nos sumergiremos en el estudio y análisis de sus privilegios, frutos de una realidad social con la que la realeza no podía luchar en solitario.

Las ratificaciones de privilegios, efectuadas por los dos primeros monarcas españoles del siglo XIX, no son más que una pantomina con objeto de calmar los ánimos de una población que había sufrido un fuerte golpe psicológico al ser integrada al territorio español en mil ochocientos uno.

## II. ORIGEN DE LA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIVENZA

Durante los siglos XV y XVI, Portugal, radiante de poderío en el exterior, ocultaba, en su interior, una existencia miserable, donde destacaba la inquietud social, el hambre, la mendicidad...

Para sofocar estos males, a lo largo del siglo XV, se crearon una serie de instituciones como las Albergarías y Hospitales Privativos (1), sin embargo su escasez de recursos y el mal gobierno de sus administradores las llevó a la quiebra.

En el año mil cuatrocientos noventa y dos se inicia el Hospital lisboeta de Todos los Santos, que puede ser considerado como una de las piedras básicas en la aparición de las misericordias.

Sería la regente Doña Leonor, durante la ausencia del rey D. Manuel, obligado a viajar a España para ser jurado heredero al trono de los Reyes Católicos, la que daría el empuje definitivo a estos Establecimientos de caridad.

Parece ser, sin embargo, que la idea de fundar estas obras benéficas partió de Frei Miguel de Contreiras (2), fraile trinitario, confesor de la reina. La aportación y empeño de éste en la fundación de las misericordias tuvo que ser tal que el veintiséis de Abril de mil seiscientos veintitrés el rey establece que todas las banderas de las misericordias deberían llevar pintadas la efigie de mencionado fraile con las iniciales F. M. I. (Frei Miguel Instituidor) en su capa (3).

Tras la fundación de las primeras misericordias y comprobada la utilidad de éstas por la realeza, el rey D. Manuel decidió "mandar cartas recomendativas a todas

\* Licenciado em Geografia e História.

las cámaras de sus reinos y dominios a fin de que erigiesen semejantes hermandades de Nuestra Señora de la Misericordia a imitación de aquella de Lisboa" (4). Una de estas cartas llegó a la cámara de Olivenza. El veinte de Noviembre de mil quinientos uno, "reunidos los justicias y oficiales de la villa de Olivenza con los nobles y el pueblo, se instituyó la cofradía de la Misericordia que contó con el visto bueno del Rey, quien mandó como comisionado suyo a Don Alvaro de Guida" (5).

Una vez instituida era necesario buscar un lugar donde se cobijase dicha hermandad. En un principio sus reuniones se celebraron en una de las habitaciones de la Casa Consistorial. Sin embargo las necesidades de culto hacen que se traslade a la iglesia de Santa María del Castillo, donde se erige una capilla para dicha hermandad (6).

En el año mil quinientos veinte, por mandato real, y con consentimiento de las cofradías del Espíritu Santo y Nuestra Señora del Sábado (7), se traslada a la ermita del Espíritu Santo, extramuros del recinto amurallado mandado construir por D. Dinis. Desde entonces esta iglesia y su edificio anexo son el lugar de encuentro de la cofradía.

### III. FINALIDAD DE LA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIVENZA

Desde su fundación, el veinte de Noviembre de mil quinientos uno, la cofradía fue acaparando numerosas donaciones que servirían para llevar a cabo sus objetivos primordiales: "o curativo de todos os enfermos e enfermas, que queren recolherse na mesma afim de serem curados sendo pobres e necessitados. Cuidar de todos os meninos que são filhos de pais incognitos e cuidar de aquellos que são filhos de legítimo matrimonio quando morrem o enfermao suas mais, sendo seus pais pobres, dedicase ainda ao cuidado dos prezos" (8).

Como se observa en la cita anterior, la junta directiva de la Santa Casa, compuesta por trece hermanos, entre los que sobresalían el proveedor, escribano e tesorero, se encargaba de hacer frente a una dura lacra que arrastraba la monarquía portuguesa, empeñada en sus afanes descubridores.

Uno de los objetivos primordiales del Hospital de Caridad de Olivenza o Santa Casa de Misericordia era "... o curativo de todos os enfermos e enfermas pobres" (9), siendo atendidos, en primer lugar todos aquellos dolientes del término de Olivenza. Hay que señalar que no solo se curaban los enfermos en la Santa Casa, también existían los llamados enfermos de fuera que eran atendidos en sus propias casas por el personal sanitario de la Misericordia.

Com los años, y debido al carácter fronterizo de la villa, que obligó a la implantación de un elevado contingente militar en ella, comienza a surgir un nuevo grupo de enfermos: los militares.

El número de enfermos que pasada por el Establecimiento crecía de año en año, y así, a principios del siglo XIX, la junta directiva cifra en "... 500 a 600 pessoas que se curarem na Santa Casa anualmente" (10).

Entre las enfermedades más corrientes atendidas en dicho Hospital deben mencionarse: la tiña, tuberculosis, enfermedades venéreas de las que eran portadores innumerables soldados contagiados por "las mujeres mundanas que vivían en la villa" (11), el cólera, la sarna y fiebres palúdicas (12).

Otro campo de acción de las Santas Casas de Misericordia era la atención y cuidado de presos pobres, a los que atendía, cuidaba y, si era posible, libraba de la cárcel. Su dedicación para con los presos hace que le sean concedidos un total de siete privilegios relacionados con dicho grupo.

La atención prestada a los presos no se limitaba únicamente a su cuidado y libramiento, también era encargada, la cofradía, de acompañar a todos aquellos que iban a ser ajusticiados, como se recoge en el reglamento de mil ochocientos ochenta y cinco, en su artículo doscientos doce (13).

Junto a los enfermos y presos se ha de señalar su preocupación por el cuidado, manutención y educación de expósitos. Para ello la Santa Casa disponía de un elevado grupo de "amas de expósitos", no solo en Olivenza, sino también en Villaviciosa y Campomayor, que se dedicaban a asistirlos hasta la edad de siete años, recibiendo aquellas un salario mensual del Establecimiento.

La difícil situación en la que quedó la Santa Casa, al verse privada, por la desamortización de Madoz, de la mayor parte de sus fincas rústicas y urbanas, llevó a

la junta directiva a tomar la decisión de abstenerse de recoger expósitos. Por tal motivo, desde el dieciséis de Agosto de mil ochocientos setenta comienzan a ser enviados al hospicio de Badajoz (14).

#### IV. HISTORIA DE SUS PRIVILEGIOS

La actitud piadosa de las Casas de Misericordia hacia las clases desvalidas de la sociedad portuguesa obliga a los reyes, tanto portugueses como españoles, a dotarlas de una serie de mercedes que las convertirán en los mejores aliados de la monarquía en su lucha por erradicar la mendicidad, epidemias... , al tiempo que serán un importante foco de difusión cultural y religiosa.

Con el rey D. Manuel, el dos de Noviembre de mil cuatrocientos noventa y ocho, se inicia la concesión de privilegios, siendo otorgado el último, el tres de Marzo de mil setecientos dieciséis, por el rey Joao V.

Recuérdese que en el año mil quinientos ochenta, al quedar vacante el trono de Portugal, Felipe II de España es proclamado rey de Portugal por las Cortes de Tomar.

Sería su hijo Felipe III de España y II de Portugal, el mayor benefactor de la Misericordia olivenzina, al permitirle gozar de todos los privilegios concedidos a la Misericordia de Lisboa:

"Real Provisión dada por el rey D. Felipe III de España y II de Portugal, en Lisboa a diez y seis de Febrero de mil seiscientos y seis por la que su S. M. se dignó hacer merced por limosna o largueza Regia, al proveedor e hermanos de la Cofradía de la Misericordia de esta villa que desde aquella época en adelante pudiera usar y gozar de todos los privilegios y libertades que por los Reyes de estos Reinos son concedidos a la Santa Casa de Misericordia de dicha ciudad de Lisboa" (15).

Posteriormente el veintitrés de Marzo de mil seiscientos veintisiete, Felipe IV de España y III de Portugal, vuelve a confirmar seis privilegios al Establecimiento de Olivenza: "que se puedan elegir dos o tres capellanes para la Santa Casa", "que ningún justicia se inmiscuya en los asuntos de la Santa Casa", "para que los miembros de la Santa Casa pudiesen averiguar quienes eran los padres de los expósitos", "que la hermandad pudiese recaudar sus foros y deudas del mismo modo, forma y manera que se recaudaban las deudas reales", "para que los proveedores de la Cámara asistiesen al arrendamiento de las tierras de la Misericordia", "que puedan gozar de todos los privilegios de la Misericordia de Lisboa" (16).

Estaba claro que la intención de los últimos reyes filipinos era congratularse con las instituciones y grupos privilegiados de la sociedad portuguesa, en un momento en el que las revueltas estaban a la orden del día.

La revuelta de mil seiscientos cuarenta contra el dominio español en Portugal, que terminará con la ascensión de Juan IV (duque de Braganza) al trono portugués, hizo temer a los hermanos de la Santa Casa la posibilidad de que todos los privilegios otorgados al Establecimiento por Felipe III y Felipe IV, fueren declarados nulos. Por este motivo se encarga al escribano Afonso Lopes Banha que recopile todos los privilegios concedidos a la Santa Casa como objeto de "... ser confirmados" (17). No se tiene constancia sobre su ratificación pero se debe entender que lo fueron al seguir siendo usados por la Santa Casa de Olivenza.

Los últimos privilegios concedidos directamente a la Santa Casa de Misericordia de Olivenza datan del siglo XVIII, concretamente de mil setecientos cinco, mil setecientos catorce e mil setecientos dieciséis, durante el reinado de Joao V.

El veinte de Mayo de mil ochocientos uno, Olivenza es ocupada por las tropas españolas al mando del teniente general Marqués de Castelar. Según el posterior tratado de Badajoz se acuerda que "... esta villa y todas las aldeas a la margen izquierda del Guadiana pasan a territorio español" (18).

El primer rey español del siglo XIX, Carlos IV, ruega le sea enviada una información detallada del lugar conquistado en mil ochocientos uno, "... manifestando la estensión de todo el territorio... , el número de vecinos de que se componía, sus clases, los establecimientos que tubiese para la Educación y Enseñanza pública; y si había pósito u otra fundación o Establecimiento para el socorro de los labradores, Hospital, Casas de Piedad, de recogimiento de Expósitos u obras de Caridad" (19).

El rey debió quedar sorprendido al comprobar la utilidad de la Santa Casa de Misericordia, por lo que decidió expedir la siguiente cédula:

"Art. 11. Que no se haga novedad alguna en el Hospital de la Misericordia en atención a estar bien ordenado y a que nada falta en el para los enfermos" (20).

Más tarde, Fernando VII, el trece de Noviembre de mil ochocientos veinticuatro, vuelve a ratificar, aunque indirectamente, todos los privilegios de la Santa Casa, al pedirle al alcalde mayor de Olivenza que guarde "... literal y exactamente el artículo quinto de la capitulación de veinte de Mayo de mil ochocientos uno" (21), por el que se establecía "... todos los habitantes serán mantenidos em todos sus derechos y privilegios y que todos los que quisiesen salir de la plaza lo pudiesen hacer libremente y vender o llevar sus bienes concedidos" (22).

Estas dos nuevas ratificaciones permitieron a la Santa Casa seguir gozando de sus privilegios, pero el transcurrir de los años demostraría que de nada le valdría pues la realidad social, política y económica de España impediría hacer uso de éstos.

De los cuarenta privilegios, dieciséis fueron otorgados directamente a la Misericordia de Olivenza. Estos han sido marcados con los números once, quince, diecisiete, diecinueve, veinte, veintiuno, veinticuatro, veintiséis, veintisiete, treinta y dos, treinta y tres, treinta y seis, treinta y siete, treinta y ocho, treinta y nueve y cuarenta (Vid cuadro núm. 1). A todos los mencionados hay que adjuntar el privilegio número uno, por el que se otorgaban a la misericordia oliventina las mismas mercedes que a la misericordia lisboeta.

Tras un serio análisis de los privilegios, estos se han podido, agrupar en las siguientes secciones:

A) **Presos.** Aquí se encuadran los privilegios número dos, cinco, nueve, quince, veinticinco, veintiocho y treinta. En ellos se alude a la capacidad de las misericordias para visitar presos pobres, nombrar un enfermero entre los mismos presos, quien se dedique a la cura de sus compañeros enfermos, y, también, al derecho de ser embarcados, en caso de destierro, en primer lugar los presos de la Misericordia, con objeto de reducir gastos.

Anexo a esta sección prodríamos incluir el privilegio número tres que habla sobre la capacidad que tiene el Establecimiento de retirar, del patíbulo, cualquier ajusticiado y enterrarlo.

B) **Cuentas.** Los privilegios decimo primero, vigesimo cuarto, trigesimo noveno y cuadragésimo, informan sobre la incapacidad de jueces o cualquier otro justicia de tomar cuentas al Establecimiento.

C) **Expósitos.** Sobre la atención y cuidado de expósitos, al igual que permitir a las Santas Casas realizar todas las investigaciones posibles para descubrir a los padres de aquellos, tratan los privilegios decimoséptimo y vigesimo primero respectivamente.

D) **Hermandad.** A la composición de la cofradía y a las funciones de sus miembros se dedican los privilegios octavo, vigesimo séptimo, vigesimo noveno, trigesimo primero, trigesimo tercero, trigesimo cuarto, trigesimo séptimo.

E) **Censos.** En los privilegios vigesimo, vigesimo sexto, trigesimo segundo, trigesimo sexto y trigesimo octavo se alude a la venta de foros que no sobrepasen la suma de dos mil reales, junto al arrendamiento de tierras a miembros de la cofradía y la capacidad de recaudar las rentas de modo semejante a como se recaudaban las rentas reales.

F) **Culto.** La necesidad de poseer dos o tres capellanes y la imposibilidad de obligar a la cofradía de la Misericordia a asistir a las procesiones se recogen en los privilegios cuarto y decimonoveno.

G) **Pleitos.** A nivel de Audiencias, las misericordias, como se le en el privilegio séptimo, poseía la capacidad de ser oída en primer lugar.

H) **Testamentos.** Las obligaciones y derechos de las Casas de Misericordia está perfectamente detallado en los privilegios decimotercero, decimooctavo, vigesimo segundo y vigesimo tercero.

I) **Petitorios.** En el privilegio decimosexto, intimamente relacionado con el ajusticiamiento de presos se establece que es la Misericordia la única cofradía que puede realizar petitorios por las calles a beneficios de aquellos.

J) **Varios.** Aquí se agrupan los restantes privilegios que no han sido catalogados anteriormente, como por ejemplo los números diez y catorze que prohíben embargar casas u otros bienes a miembros de las misericordias; privilegio número doce que establece la capacidad que tiene el Establecimiento de recibir carne de los almotacenes de

la villa; y, por último, el privilegio número seis que informa sobre el poder de la Santa Casa para apropiarse de una parte de las telas falsas que fuesen incautadas en la villa.

## RELACION DE PRIVILEGIOS OTORGADOS A LA STA. CASA

Nº ORDEM	AÑO	REGESTUM
1	16-II-1606	Para que el proveedor y hermanos de la Sta. Casa puedan usar los mismos privilegios de la Misericordia de Lisboa.
2	13-XI-1468	Para que cualquier Mayordomo de la Cofradía pueda visitar a los presos.
3	2-XI-1498	Para que los hermanos de la Misericordia puedan retirar a los ahorcados y enterrarlos en el cementerio de dicha cofradía.
4	15-II-1499	Para que la Misericordia no sea obligada a asistir a ninguna procesión.
5	15-II-1499	Para que solamente pidan para presos, humillados y paralíticos los hermanos de la Misericordia.
6	26-IV-1499	Para que de las telas que se requisen, cuatro partes vayan a manos de la Misericordia.
7	24-VII-1499	Para que el procurador de la Misericordia sea oído en primer lugar en todas las Audiencias.
8	10-X-1500	Para que el Escribano pueda hacer fe pública en las cosas de la Hermandad.
9	10-IX-1501	Para que el carcelero informe al proveedor o cualquier oficial de la Santa Casa sobre los presos pobres que hay en la prisión.
10	7-V-1511	Para que nadie pueda hospedarse en las casas de los hermanos que forman la Junta Directiva de la Cofradía de la Misericordia.
11	13-III-1512	Para que ni el juez de Olivenza ni cualquier otro justicia se inmiscuya en las cosas de la Santa Casa.
12	25-VI-1513	Para que los almotacenes den a los oficiales de la Misericordia la carne que les fuere pedida.
13	25-VI-1513	Para que no sean tomadas casas, bodegas ni caballerías de los hermanos que sirven en la Santa Casas.
14	27-X-1514	Para que los Escribanos puedan tomar copia de los testamentos en los que se deja algún legado a la Santa Casa.
15	30-III-1515	Para que las sentencias dadas sobre aquellos presos pobres que la Misericordia cuida, se cumpla antes del tercer día siguiente a la sentencia.
16	5-VII-1517	Para que sean las cofradías de Misericordia las únicas que puedan lanzar petitorios.
17	8-X-1517	Para que la Misericordia de Olivenza se encargue del cuidado de expósitos.
18	17-IV-1518	Para que en el plano de veinte días siguientes a la muerte del donante, los notarios y testamenteros muestren el testamento al escribano de la Misericordia para que puedan tomar nota de lo legado al Establecimiento.
19	7-V-1520	Para que puedan tener 2 ó 3 capellanes.
20	1-X-1526	Para que pueda vender aquellos foros que importan menos de dos mil reales.
21	1-X-1526	Para que las Misericordias puedan averiguar quienes son los padres de los abandonados.
22	26-VIII-1530	Para que todo lo legado a la Santa Casa nunca pudiese ser reclamado por posibles herederos.

- 23 28-V-1533 Para que todo legado que se diera a la Santa Casa por individuos con muchas deudas nunca fuese reclamado por los jueces de los Residuos.
- 24 22-VI-1534 Para que ni el proveedor de la comarca ni el corregidor puedan tomar cuentas a las Misericordias.
- 25 20-X-1542 Para que los presos que cuida la Misericordia sean los primeros en ser embarcados en caso de destierro.
- 26 16-I-1544 Para que las deudas de la Misericordia puedan ser recaudadas de modo semejante a las rentas reales.
- 27 1-V-1549 Para que no sean elegidos como hermanos de mesa aquellos individuos que son foreros de la Santa Casa.
- 28 26-X-1561 Para que los presos que estén incluidos dentro de las listas de las Misericordias sean condenados a penas de destierro y no de dinero.
- 29 17-X-1562 Para que los escribanos de las Misericordias puedan tener un ayudante.
- 30 8-II-1563 Para que el Proveedor y demás hermanos de las Misericordias puedan elegir un enfermero y juez dentro de la cárcel.
- 31 10-III-1564 Para que el Escribano pueda redactar los perdones donde un individuo perdona a otro.
- 32 15-VI-1576 Para que los bienes de la Santa Casa sean arrendados por el proveedor de la Comarca.
- 33 22-III-1579 Para que la Junta Directiva no esté compuesta únicamente por hermanos de alto linaje.
- 34 24-I-1582 Para que el Proveedor y demás hermanos ordenen y provean convenientemente para el buen funcionamiento de la Santa Casa.
- 35 25-VIII-1592 Para que no se aplique el salario impuesto por la "Ley Nueva" en el libramiento de presos que hagan las Misericordias.
- 36 10-V-1607 Para que el proveedor de la Comarca lleve solamente 1.000 reales de salario por arrendar las haciendas del Establecimiento.
- 37 18-VII-1634 Para que se reduzca a 120 el número de hermanos cofrades.
- 38 28-V-1705 Para que el Proveedor y demás hermanos de la Misericordia puedan arrendar tierras.
- 39 15-V-1714 Para que no se tomen cuentas a la Misericordia de Olivenza.
- 40 3-III-1716 Para que el proveedor de la Comarca no tome cuentas a la Misericordia de Olivenza y levante los secuestros de las rentas que le hubiese hecho.

## NOTAS

- (1) - VALLECILLO TEODORO, M. A. "Historia de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza (1501-1970). Inédito.
- (2) - IBIDEM pag. 39
- (3) - A. S. C. M. O. Leg. 9 Carp. 119 Ficha 556.
- (4) - A. S. C. M. O. Leg 317 s/c.
- (5) - VALLECILLO TEODORO, M. A. "Arte religioso en Olivenza" Badajoz 1991, pag. 91
- (6) - IBIDEM pag. 62
- (7) - VALLECILLO TEODORO, M. A. "Historia de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza (1501 - 1970)". Inédito.
- (8) - IBIDEM pag. 40.
- (9) - IBIDEM pag. 40.
- (10) - A. S. C. M. O. Leg. 317 s/c.
- (11) - A. S. C. M. O. Leg. 183 Carp. 3576 Ficha 8011.
- (12) - VALLECILLO TEODORO, M. A. "Historia de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza (1501 - 1970)". Inédito.
- (13) - IBIDEM pag. 50
- (14) - A. S. C. M. O. Leg. 181 Carp. 3511 Ficha 7884.
- (15) - VALLECILLO TEODORO, M. A.; ALBURQUERQUE ALVAREZ, E. "Privilegios de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza". Badajoz 1992.
- (16) - IBIDEM pag. 19.
- (17) - IBIDEM pag. 19.
- (18) - RODRIGUEZ DEL RINCON, R. M. "Olivenza, una ciudad de fronteras". Memoria de licenciatura. Inédita. Madrid 1982.
- (19) - VALLECILLO TEODORO, M. A.; ALBURQUERQUE ALVAREZ, E. "Privilegios de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza" pag. 36.
- (20) - IBIDEM pag. 37.
- (21) - IBIDEM pag. 43.

## INDICE DE ABREVIATURAS

A. S. C. M. O. - (Archivo de la Santa Casa de Misericordia de Olivenza).



## AS CORTES DE ÉVORA DE 1535

*Maria de Deus Beites Manso \**

A 16 de Abril de 1535, estando a Corte em Évora, D. João III numa carta dirigida aos Juizes, Vereadores, Procuradores e Homens Bons, determinou reunirem-se Cortes no dia de Pentecoste, para o juramento do príncipe D. Manuel, como herdeiro do trono (1). Ainda no mesmo dia e mês foi elaborada uma relação das cartas que os moços da estribeira levariam para as comarcas do Reino, senhores das terras e alcaides mores para estarem presentes nestas (2). No total levaram cento e cinquenta e cinco cartas, sendo desta forma todos convocados a participarem nelas. Mas nem todos irão estar presentes, pois alguns deles fazem-se representar (quarenta e nove casos). Entre estes encontram-se o Bispo da Guarda; D. Jorge, Duque de Viseu; o Bispo e Duque de Viseu, etc. (3).

Colocada uma mesa debaixo de um "dorsel rico", procedeu-se à distribuição dos lugares, ficando os procuradores de Lisboa ao centro e os das restantes cidades à sua direita e esquerda (4). Depois de entregues todas as procurações ao Secretário e de os capítulos gerais terem sido metidos num cofre (5), procedeu-se ao juramento do príncipe na varanda, a qual estava ornamentada com uma tapeçaria de ouro e seda, tendo no topo colocado um cadafalso com quinze "palmas sobradado" e diante deste estava um estrado com quatro degraus coberto de ricas alcatifas (6).

Neste ambiente de grande ostentação foi jurado o príncipe, como futuro rei de Portugal (7). Refira-se um aspecto curioso, mas que é próprio da pouca idade do príncipe (cerca de três anos): "Entrou o Príncipe Dom Manuel Noso Senhor as tres horas depois do meio dia em hum pelote de tela de prata, meias e calças brancas, gorra preta e çapatos, no colo do Conde do Vimioso que o tomou à entrada da varanda. . ." (8). E quando o Cardeal lhe ia beijar a mão, já se encontrava fora da cadeira: ". . . Príncipe que já estava fora da cadeira e estando a hua janela no colo de Dona Guiomar filha do Marchal. . ." (9).

D. João III abriu as Cortes no Domingo (vinte de Junho), dia de Santo António, oito dias depois do juramento, na varanda dos paços (10). Depois da entrada do Rei fez-se ouvir o humanista, Francisco de Melo com a sua Oração (11). Terminada esta e estando todos os procuradores de pé e sem barretes, coube ao Doutor Gonçalo Vaz, Procurador de Lisboa, responder em nome dos restantes procuradores. Tratou-se das últimas Cortes efectuadas em Évora, em Maio - Junho e ao ar livre, com solenissimo aparato, na varanda nobre dos Paços, virados para os jardins e laranjal.

Como o Monarca não dera ainda provimento às reclamações apresentadas nas Cortes de 1525 de Torres Novas, os Procuradores voltaram a insistir nas suas queixas, nomeadamente a ociosidade palaciana, a crise económica, o depauperamento agrícola, a incúria e venalidade da justiça, a desmoralização dos ofícios públicos, o jogo e os abusos do alto e médio clero (12).

Dos duzentos e catorze capítulos apresentados (13), a grande maioria destes prendem-se com questões relacionadas com a justiça. No capítulo segundo é pedido a El Rei que nehum homem menos de trinta anos exerça qualquer cargo público, "porque a menor idade não he honesta nem suficiente pera taes officios". Neste âmbito pedem igualmente que seja criada uma nova casa do desembargo, com alçada num dos lugares das comarcas do Porto, Braga, Viseu, Lamego, Guarda, Bragança, Covilhã, Guimarães, Trancoso, Ponte de Lima, Viana de Caminha ou Monção, para mais fa-

\* Assistente da Universidade de Évora

cilmente se requerer a justiça (14). No que diz respeito às devassas gerais que se efectuavam anualmente sugerem que se "pergunte sobre os ladrões E daninhos: porque por se não deuassar sobre isso he a terra toda destroida E roubada E assi sobre as testemunhas falsas: E feiteiceiros: E alcouiteyras: E benzedeyras: Item pedem a vosa alteza: que mande isso mesmo tirar deuassa em cada huum anno sobre os onzeiros: porque elles sam muy gram dano ao pouo E destruíçam de suas almas E fazendas. . ." (15). D. João III não se mostrou interessado em tirar devassas gerais, embora concordasse em effectuá-las em alguns lugares particulares. Aparecem também referências ao excesso de funcionários régios, acusando-os de graves danos para com o povo. Sugerem a El Rei que os presos pobres não fiquem durante muito tempo presos "por não terem dinheiro pera fazerem as diligencias. E bem assi pera mandarem logo com a carta da execuçam a sentença porque foram condenados. . ." (16). Solicitam que os juizes dos orfãos não sejam perpetuos, apenas sejam detentores do officio por três anos "porque do contrario se segue muito dano as cidades e vilas onde os ha: porque tem muitas amizades: E ha hi muita causa da feiçam com que se peruerte a justiça. . ." (17).

Após a apresentação dos capítulos e das respostas dadas por El - Rei, o Monarca fez elaborar de immediato trinta e seis leis para evitar a opressão a que os povos estavam sujeitos (18). Estas tiveram como base as maiores preocupações da população. Como referimos no início do capítulo as questões referentes à aplicação da justiça apresentadas pelos Procuradores eram maioritárias. Talvez tivesse sido por este motivo que as leis acima referidas, visassem essencialmente questões de justiça evitando a negligência, a cobiça e o abuso da aplicação do poder, por parte de quem exercia cargos de justiça, que por vezes, se aproveitavam do seu exercicio para suas próprias conveniências.

O Monarca vai tentar evitar que o mal dos seus súbditos permaneça, principalmente quando ele é motivado pelos seus colaboradores. A Lei X pode ser tomada como exemplo, pois proibe que os Juizes de Fora, Ordinários e dos orfãos de serem pagos pelos povos e passam a receber da fazenda real. A pouca honestidade daqueles que servem como tutores dos orfãos, que por vezes se aproveitam do seu dinheiro para beneficio próprio, levou D. João III a determinar que seja eleita uma "pessoa abonada" pelos Juizes, Vereadores e Procuradores, em cada concelho para receber todo o dinheiro destes.

Outras leis de conteúdo diferente merecem a nossa atenção, como o caso da Lei XXVIII, que proibe a entrada dos ciganos no Reino, ou quaisquer outras pessoas que tenham o mesmo tipo de vida, porque são causadores de grandes furtos e outros danos. Todos os que fossem denunciados eram presos, publicamente açoitados com baraço e pregão pelas ruas e expulsos do País. Os naturais do Reino eram degredados por dois anos par os lugares de África. A ociosidade era um dos males que afectava a população quinhentista, por este facto D. João III proibe a mendicidade (Lei XXIX). Todas as pessoas que não fossem aleijadas, doentes e que tivessem bens e fazendas para se sustentar e andassem a pedir publicamente esmola seriam castigadas. Se fosse escravo e pedisse com consentimento de seu senhor ficava cativo da pessoa que o encontrou a pedir e o denunciou, se pedisse sem consentimento de seu senhor seria açoitado publicamente com baraço e pregão. Tratando-se de uma pessoa livre, serviria durante cinco anos para a pessoa que o acusou, sem lhe pagar qualquer salário, somente roupa e comida. Se fosse uma pessoa doente, mas se tivesse bens e fazenda suficientes para seu sustento pagaria cinco mil reais a quem o encontrasse a pedir.

Outros documentos fornecem-nos dados igualmente importantes, como é o caso dos pedidos apresentados pelos Procuradores das Cidades, com dezanove capítulos essenciais, na generalidade respeitantes ao progresso do País:

1° A cidade de Évora pede a concessão de privilégios semelhantes aos de Lisboa e Coimbra.

2° Évora pede fundamentos de duas feiras francas mensais.

3° Protecção régia aos Estudos Gerais, que o Bispo-Infante D. Afonso, irmão do monarca e prelado da diocese, tentava fundar em Évora desde 1525, como se pode ler no documento: "... estes Reynos estão falecidos de escolas de ciencias que para o espirital e temporal tam necessarias sam".

4° Criação da Almotaçaria municipal de Évora.

5° Que o provimento de cargos públicos da administração local recaiam em pessoas idóneas e não de favor, e os cargos sejam intransmissíveis.

6° Que S. A. respeite os Estatutos das Aposentadorias, conforme o código de D. Afonso V, aprovado em 1464, não sobcarregando esta em benefício dos Estaus de Lisboa e Santarém, pois membros influentes da Corte de sua casa, desde 1531, ocupavam ilegalmente moradias públicas, sem pagamento de enfiteuse, reduzindo à miséria e à morte pessoas que viviam das rendas.

7° Anulação da ordenação que estabelece que não sejam tomados: "... os filhos dos homens honrados ate certo tempo aajuda quando os tomar que sseja ssem caasamento...", mas que sejam tomados segundo as suas qualidades.

8° Apontamento sobre os casamentos femininos, porque estes são motivo de haver muitas freiras.

9° Proibição do uso de panos luxuosos, porque o seu uso indiscriminado é motivo de aumentos dos preços e só os possam usar "pessoas honradas que poys ahy ha differença nas calidades dos homens assy a deve d'aver nos vestidos".

10° Para que cada casa possa ter apenas uma mula.

11° Condanação do jogo das cartas porque: "... nestes Reynos handa hum excesso muy grande que he o jogo das cartas porque por elas ha muytos homens perdidos E de ventura sse joga nelas verdade/ E trazem-nas ffalsas... fazem nisto mayores Roubos que jeral que toca a grandes E a pequenos/ ...".

12° Condenam o Monarca por atribuir officios aos cristãos-novos.

13° Apenam para haver cuidado na escolha dos officiais de justiça: "... para os officios da justiça sse busquem pessoas que os mereção porque he grande perjuizo andar em pessoas baixas...".

14° Aconselham El - Rei a não entregar os officios a quem os não servir, porque a maior parte são arrendados "... a quem por eles mays da nam sse buscando ssoffeciência ssenão quem trabalha por ssalvar ssua capa".

15° Para menor oppressão dos povos pedem que não haja apelação sobre as querelas que se dão d'alguns ferimentos "não avendo defformidade nem aleijam de que sse causa grandes despesas".

16° Apenam para que nenhum official pedreiro nem carpinteiro possa: "... tomar obra d'empreitada como nom pasar de valia de dez mil reais para cima, por não aver tantos enganos E deferemças como se oferecem".

17° Para El - Rei pedir ao Papa que todos os bens das comendas e mestrados que andam aforados para serem aproveitados e se fazerem benfeitorias.

18° Os Procuradores d'Évora pedem que seja feita alguma mercê à cidade porque nas Cortes anteriores não lhe foi feita nenhuma mercê: "... Pede a V. A. que nestas lhe ffaça merçe e com graciosas respostas despache seus apontamentos".

19° "Item que não aja Eleicam de favor" (19).

Encontrámos igualmente uns capítulos de cortes, os quais não têm data e que segundo Túlio Espanca, são apontamentos da Cidade para as Cortes de 1535. Estes referem-se a questões gerais do Reino, principalmente assuntos de justiça (20). Criticam, sobretudo a atribuição de certos cargos, porque são entregues a quem os não exerce, pois a maioria dos officios da Corte, da Casa da Suplicação e do Cível estão arrendados, o que contribui para a má aplicação da justiça (21).

Facto curioso é a acusação feita ao Monarca quando o pretendem comparar com os seus antecessores, sobre o elevado número de officiais, o que na sua opinião é um dos motivos do empobrecimento da Nação, porque sendo estes pouco honestos aproveitam-se dos cargos que exercem para enriquecimento próprio e não para o bem estar colectivo. O mesmo será acusar o Monarca de má governação, por não ter cuidado ao escolher os seus funcionários (22). Neles são feitos pedidos já apresentados pela cidade de Évora, como é o caso das feiras francas e da Universidade (23).

## CAPÍTULOS PARTICULARES

Dos capítulos particulares apresentados encontramos um pertencente aos moradores de Miranda do Douro. Foi proposto pelos Procuradores às Cortes que os seus habitantes não fossem obrigados a registar as bestas cada vez que iam a Castela, pois que dada a proximidade, deslocavam-se aí frequentemente (24). Também a população de Abrantes pede que lhes seja concedida licença para terem mesteres. Em Julho de 1535 o Rei autoriza a sua criação: "... na dita villa de Abrantes haja dose pessoas dos Misteres, posto que em algumas Cidades de meus Reinos haja vinte e quatro..." (25).

Relativamente aos capítulos particulares apresentados por Évora, começamos por referir a carta de Garcia de Resende enviada às Cortes. Embora seja breve, ela é significativa, pois pretende sobretudo o enobrecimento da cidade, por isso propôs que ela seja tratada da mesma maneira que Lisboa, porque só desta forma se tornaria ainda mais gloriosa e seria fortalecida como centro político e económico (26).

Os oficiais mecânicos de Évora mostram-se preocupados com os elevados alugueres referentes às casas onde exerciam a sua profissão, principalmente no tempo da peste, queixando-se ainda que os seus salários eram menores quando o Monarca não se encontrava na cidade. Pedem também que não lhes fossem tomadas as casas que possuíam de aposentadoria, pois frequentemente eram dadas aos oficiais da Corte (27). Este pedido foi de imediato atendido, através da publicação de um alvará de 15 de Setembro, de 1535, no qual, D. João concede-lhes o privilégio de não serem tomadas as suas casas de aposentadoria, desde que pagassem as rendas.

Da mesma forma que sucedeu para a apresentação dos capítulos gerais, em que alguns dos documentos não estavam datados, mas devido ao seu conteúdo foi possível fazê-lo, o mesmo vai suceder nos capítulos particulares. Uns apontamentos da cidade que foram encontrados e que na opinião de Túlio Espanca dizem respeito às Cortes de 1535, cuja datação foi aceite igualmente por nós, são de grande importância, porque além de referirem as preocupações dos eborenses em melhorar a cidade, retratam igualmente a situação de miséria, sobretudo a falta de cereais que se continuava a sentir no Reino em 1535 (28). Devido à falta de pão sugerem que o soberano mande abastecer a cidade de Lisboa, para que os povos não sofram com a sua falta e evitar-se-ia a subida do seu custo (29).

Não interessava apenas fornecer o Reino de trigo vindo do exterior, era igualmente necessário aproveitar os terrenos. Com esta finalidade proibiam o arrendamento das terras de pão e caso houvessem motivos para o fazerem, deveriam certificar-se se o rendeiro iria aproveitar bem o terreno, porque se assim o não fizesse ficaria sujeito a penas. A punição era a única maneira de pôr termo à ociosidade e ao abandono a que os campos estavam dotados, pondo assim termo às fomes que sucessivamente se faziam sentir (30). Mas em tempos de maior crise recorria-se à importação, pelo que se procedeu à protecção de todos os estrangeiros que aqui se dirigissem com esse fim, isentando-os do pagamento de impostos (31).

Esta situação teria de ser transitória, pelo menos assim o podemos deprender, pois eram de opinião que a sua carência só era suprida se fossem tomadas medidas internas, ou seja implementar o cultivo dos cereais. Só assim conseguiriam arranjar excedentes para fazerem face aos anos de fraca produção (32).

O elevado número de coutadas, principalmente na região de Évora, vinha agravar a situação, porque além de reduzir a área cultivável, contribuía também para o aumento dos animais, como é o caso do lobo, que não só mata os gados como pessoas (33).

O abandono da agricultura era uma prática corrente como acabamos de verificar. Mas há motivos justos que levam os lavradores eborenses a não lavrarem as terras. Na sua opinião não o fazem porque a distância a que estas ficam das terras de forragens é grande "hua legoa E meia legoa". Por isso pedem que os animais se alimentem nas terras que vão lavar. Mas a dedicação a outras profissões, como é o caso da de carreiros, que detêm bastantes privilégios, leva a que um grande número de homens se dedique a esta profissão. Para pôr termo a este mal era necessário proibir o acesso a ela (34).

Um outro capítulo geral, que igualmente não tem data, aconselha o Monarca a ter cuidado com a passagem de cartas de quitação, assim como com os rendeiros, porque: "... suas remdas aRemdam de qualquer calidade E comdição que sajam/". Nele é criticada a administração régia pelo excesso de funcionários, que pouco velam pelos interesses reais e são eles uma das causas do empobrecimento da Nação (35).

São muitos os pedidos apresentados devido às queixas dos povos. Para ocorrer às dificuldades do erário, as Cortes votaram a quantia de cem mil cruzados em novos impostos e tentou-se ao mesmo tempo a promulgação de várias ordenações para atalhar as queixas dos Procuradores. O ambiente de crise que se vive não era apenas pela incoerência dos funcionários régios, ela era igualmente motivada pelas grandes fomes sentidas em diversos pontos do Reino, por isso não nos custa aceitar a crise económica e social que grassava.

Os cem mil cruzados votados nas Cortes não foram satisfeitos de imediato. En-

contramos dois alvarás destinados ao Juiz, Vereadores e Procuradores de Coimbra (36) e de Évora (37) de Setembro de 1536, em que é referido que faltam ainda dezassete contos para completar a quantia acima referida porque: "... foram escusas muitas pessoas que não erão das que pelo Regimento o havião de ser...". Por isso era necessário que os Corregedores e os Contadores das Comarcas fossem pessoalmente a todos os lugares da sua contadoria verificarem nos livros de lançamento quem estava isento de pagar o tributo. Quem o deixou de pagar indevidamente teria de o fazer, segundo a avaliação das suas fazendas.

## NOTAS

- (1) A.D.E., *Colecção Originais da Câmara*, liv. 75, vol. 5, fl. 196.
- (2) A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, p. II, m. 199, doc. 107
- (3) A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, p. II, m. 200, doc. 4, 9, 11, 14, 16, 18, 19, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 55, 56, 59, 65, 70, 72, 73, 83, 89, 91, 99, 106, 109, 114, 115, 118, 119, 122, 123, 124, 127, 128, 130, 200, 201.
- (4) B.P.E., *Colecção Manizola*, cod. 362, "Memória das Cortes que se fizerão em a cidade de Évora e juramento do principe D. Manuel", ano de 1535 (cópia do original que existe na Biblioteca Nacional de Paris), fl. 1-3.
- (5) *Idem*, *ibidem*, fl. 3.
- (6) *Idem*, *ibidem*, fl. 3-4.
- (7) *Idem*, *ibidem*, fl. 15-16.
- (8) *Idem*, *ibidem*, fl. 4.
- (9) *Idem*, *ibidem*, fl. 16.
- (10) *Idem*, *ibidem*, fl. 20.
- (11) B.P.E. Cod. CIII/2-26, fl. 26v.-29v. "Oração que fez francisco de melo nas cortes que se fizerão na cidade d'euora aos xx dias de junho de 1535". Publicada in *O Panorama*, Lisboa, 1844, p. 370-372.
- (12) B.P.E., Cod. 362, fl. 13-14. Publicado in *O Panorama*, Lisboa, 1844, p. 372.
- (13) B.N.L., Res. 1970A: "Capitulos de Cortes e leys que sobre alguns delles fezeram", Germã Galhardo, Lisboa, 1539.
- (14) B.N.L., Res 1970A, fl. 1
- (15) *Ibidem*, fl. 2
- (16) *Ibidem*, fl. 2-3
- (17) *Ibidem*, fl. 5
- (18) *Ibidem*, fl. 10
- (19) *Ibidem*, fl. 10-84
- (20) Resumo dos pedidos apresentados nas Cortes de Évora de 1535. Publicado por Túlio Espanca in *A Cidade de Évora*, Évora, 1953, p. 124-129. A.D.E., *Colecção Originais da Câmara*, liv. 82, vol. 12, fl. 240.
- (21) A.D.E., *Colecção Originais da Câmara*, liv. 82, vol.12, fl. 264-272v.
- (22) *Ibidem*, fl. 264-272.
- (23) *Ibidem*, fl. 264.
- (24) A.N.T.T., *Chancelaria de D. João III*, liv. 22, fl. 55.
- (25) B.N.L. *Legislação sem cota*: "Regimentos dos Místeres da Villa de Abrantes".
- (26) A.D.E., *Colecção Originais da Câmara*, liv. 79, fl. 551
- (27) B.N.L., *Legislação sem cota*, 1526-1536
- (28) A.D.E., *Colecção Originais da Câmara*, liv. 82, vol. 12, fl. 255-257.
- (29) *Ibidem*, fl. 255
- (30) *Ibidem*, fl. 255
- (31) *Ibidem*, fl. 255
- (32) *Ibidem*, fl. 255
- (33) *Ibidem*, fl. 256
- (34) *Ibidem*, fl. 257
- (35) *Ibidem*, fl. 312
- (36) B.N.L., *Legislação sem cota*, 1526-1536
- (37) A.D.E., *Colecção Originais da Câmara*, liv. 75, vol. 5, fl. 195.



## AFONSO DE LUCENA

*Manuel Inácio Pestana \**

### BIOGRAFIA BREVE

Os dados biográficos de Afonso de Lucena, geralmente comuns a quantos anotaram a vida deste ilustre jurista, dão-no como nascido em Trancoso, onde se consorciaram seus pais, o Licenciado Manuel de Lucena, souvidor da comarca brigantina de Barcelos, e Isabel Nogueira Saraiva.

Seu pai foi o primeiro desta dinastia genealógica dos Lucenas, em cujas origens se encontra o famoso Vasco Fernandes de Lucena, a servir a Casa de Bragança precisamente em Barcelos e em Chaves, terra do mesmo ducado; veio a falecer em 1575. Jul. 07, tendo os seus restos mortais sido trasladados com os da esposa, e por iniciativa de seu filho Afonso, para a Capela-jazigo do Convento da Esperança, de Vila Viçosa, a esta família doada pelo duque D. Teodósio II, tendo em conta os bons serviços prestados.

Os epitáfios deste panteão são uma boa fonte de informação histórica. De facto, deles, dos que importam ao nosso apontamento, podemos extrair os seguintes dados que confirmam fontes conhecidas:

**Afonso de Lucena**, foi comendador e cavaleiro da Ordem de Cristo, alcaide-mor das vilas de Portel (1) e de Évora-Monte (2), secretário da Senhora D. Catarina (que defendeu como pretendente ao trono português nas suas famosas **Allegações** (3), fidalgo da Casa do Duque de Bragança D. Teodósio II, "por cuja mercê e doação é seu e de sua mulher e de seus descendentes o jazigo desta capela"; faleceu a 19 do mês de Agosto de 1617 com a idade de 69 anos e 3 meses.

Depois ali foram sepultados **Manuel de Lucena** (Emanuel ad aquas Flaviae anno dni M. D. L. XXV V. Nonas iulii fato cessit) e **Isabel** (Ano M. D. LXXX Prid. non. martii), os pais de A. de Lucena já referidos, cujo epitáfio foi posto por seu filho Fernão de Matos.

**Manuel de Lucena**, irmão de Afonso Lucena (Sacerdoti curiae ex Principis Theodosii secundi Brigantiae Ducis), doutor em Cânones, cônego da Sé de Lisboa e inquisidor na capital e em Évora, a quem também o mesmo Fernão de Matos, "bom irmão e muito querido" pôs esta sepultura. Faleceu no castelo de Évora-Monte a 18. Jun. 1601.

**D. Isabel de Almeida**, mulher de Afonso de Lucena, falecida a 28 do mês de Maio de 1623. Dentro da clausura deste convento onde com faculdade apostólica depois do falecimento de seu marido se recolheu e viveu "cinco anos menos 15 dias", depois do falecimento de seu marido se recolheu e viveu "cinco anos menos 15 dias", clausura onde também na mesma altura viviam suas filhas Sórora Leonor da Apresentação e Sórora Catarina da Ressureição e ainda duas cunhadas, Sórora Catarina da Madre de Deus e Sórora Maria da Cruz.

**Beatriz de Matos**, também da família, mulher de António Dias, na sepultura que era de seu filho **Pedro Mendes de Matos** (4).

Ainda nesta igreja, junto da família Lucena, se encontra o epitáfio do Doutor Félix Teixeira (e de seus herdeiros), falecido a 23. Jan. 1586, o coautor das **Allegações** dos direitos da Senhora D. Catarina de Bragança, ao que parece natural de Coimbra, e em Vila Viçosa desembargador, chanceler e ouvidor de D. Teodósio II.

\* Professor Jubilado do Ensino Superior Politécnico

Um seu sobrinho do mesmo nome, escudeiro do Duque, recebeu em 1590. Jun. 04. uma mercê de "filhamento" (5) e estranhamente nenhuma mercê consta a favot do desembargador em qualquer dos três livros de D. Teodósio II.

Cursou Afonso de Lucena Direito em Coimbra, após o que pouco tempo decorrido, "quando já merecia pelas suas letras particulares estimação", em 1575, o duque D. João I o admitiu ao seu serviço, certamente conhecedor do prestígio de que como estudante já gozava e de eventuais trabalhos que com seu pai teria entretanto desenvolvido. Alcançar o cargo responsável de chanceler e desembargador da Casa de Bragança significava efectivamente o reconhecimento de qualidades vulgares no jovem magistrado. A corte ducal de Vila Viçosa, de resto, sempre primara por reunir no seu paço destacadas figuras da cultura e da ciência do seu tempo. Afonso de Lucena é, pois, disso um exemplo acabado, pelas muitas e satisfatórias provas que pôde dar ao longo do tempo que a serviu e que foi afinal toda a sua vida profissional.

## AFONSO DE LUCENA E A CASA DE BRAGANÇA

Demonstrou largamente José Emídio Amaro (6) quanto Afonso de Lucena foi privilegiado pela Casa de Bragança e quanto, por sua vez, este ilustre magistrado soube bem servir os seus senhores.

A aleivosa calúnia de que foi vítima, acusado de ter traído a confiança e a generosidade com que foi distinguido, só pode ter raiz no facto de seu filho Francisco ter sido indiciado e condenado por crime de lesa-majestade, o que também não ficou inteiramente provado. Aliás, o livro daquele probo investigador calipolense demonstra a falsidade e a improcedência de todas as acusações.

Quanto à lealdade de Afonso de Lucena bastaria lembrar, por exemplo, como ele argumentou a defesa dos direitos da Duquesa D. Catarina. "Trabalho jurídico e político do mais alto valor e significado histórico", na opinião de Hipólito Raposo quando se refere às **Allegações de Direito**. (7)

Hábil diplomata que também foi, sabe-se como Afonso de Lucena se houve nas diversas missões que lhe foram confiadas, como por exemplo, intervenções junto da corte de Madrid para tratar o casamento do duque seu senhor, acompanhado por D. Rodrigo de Lencastre. (8)

"Uma das provas, com efeito, da lealdade de Afonso de Lucena pela Casa de Bragança, está na forma generosa como esta recompensou os seus serviços, pois outro fidalgo não existiu na Corte de Vila Viçosa que disfrutasse mais distinções e vantagens". (9)

Referimos anteriormente, a propósito das inscrições sepulcrais, algumas dessas benesses.

E recorda-me justamente um processo de Março de 1772 em que Manuel de Figueiredo Pinto, ao requerer a alcaidaria-mor de Portel, invoca o privilégio de, com estes direitos, poder cobrar também a portagem e outras receitas, porque assim se instituiu quando Afonso de Lucena lograra aquele título. "Houve Sua Excelência (**o duque de Bragança**) por bem fazer mercê ao dito Afonso de Lucena, fidalgo de sua Casa, Desembargador e Chanceler dela, da Alcaidaria-mor de Vila de Portel, e do Castelo da dita Vila, **com a renda da Portagem e pensão dos tabeliães e penas das Armas e do Sangue**, e dos mais direitos que pela ordenação pertencem aos Alcaldes-mores. (...). (10)

A verdade é que para nenhum dos seus sucessores se discriminam estes direitos acrescentados, e isto porque as nomeações posteriores passaram a ser da responsabilidade do rei, ainda que na qualidade de administrador da pessoa e bens do Duque de Bragança e Príncipe do Brasil, e ao rei caberiam os restantes benefícios.

## AS MERCÊS DE D. TEODÓSIO II

A confirmar também as honrosas deferências com que se favoreceu Afonso de Lucena e seus familiares, juntamos o apontamento das mercês que **no seu título** constam dos respectivos livros de registo da chancelaria de D. Teodósio II. (11)

São elas, com seu resumo, as seguintes:

1583. Ago. 04.

É Cristóvão de Matos, seu irmão, nomeado capelão do Duque, com **filhamento** de moradia mensal de 543 rs. e 3/4 de cevada por dia para sua montada, tudo pago a partir de 4 deste mês "e enquanto for vontade de S. Exa. e ele estudar na Universidade de Coimbra".

**1586. Jan. 24.**

António Gonçalves é nomeado moço de estribeira por proposta de Afonso de Lucena.

**1587. Out. 01.**

Recebe Afonso de Lucena uma mercê ordinária não discriminada, de 10 mil rs.

**1588. Fev. 06.**

"Havendo respeito aos serviços que o dito Afonso de Lucena lhe tem feito e Sua Exa. espera que lhe fará ao diante e por folgar de lhe fazer mercê" faz a seu filho Francisco de Lucena a mercê de 100.000 rs. de tença anual, a contar de 22 de Janeiro deste ano de 1588, provendo-o de outra tanta renda por comenda por outra qualquer via, com a declaração de que, enquanto viver seu pai, - Francisco teria agora uns quinze anos - poderá arrecadar e dispende como quiser os ditos 100 mil rs. à medida que o filho os for cobrando.

**1588. Fev. 23.**

Mercê para poder Afonso de Lucena mandar passar carta de privilégio em forma, a Domingos Gonçalves, morador em Barcelos.

**1589. Jan. 10.**

Nomeação de Domingos Álvares como moço de Capela do Duque, por recomendação do mesmo Afonso de Lucena, com **filhamento** de 400 rs. mensais de moradia, conforme a Ordenança.

**1589. Mar. 20.**

3.240 rs. pelo custo de um breve que Afonso de Lucena alcançou de Roma para poder legar uma das duas partes que lhe pertenciam.

Note-se que dez anos mais tarde, a 21 Dez. de 1599, a Manuel de Lucena, seu filho e capelão do Duque, este mandou por sua mercê particular lhe fossem pagos 12.540 rs. para as **despesas de um breve que lhe veio de Roma** (AHCB/Ms. IG. 137, fls. 30). A este Manuel de Lucena, como a outros dois irmãos seus, João de Lucena (mestre-escola da Sé de Braga) e Cristóvão de Matos (que foi cônego da Sé de Lisboa e, a partir de 1641, guarda-mor da Torre do Tombo) legou, por sua morte, Sua Alteza a Senhora D. Catarina, a cada um, uma tença anual de 20.000 rs.

**1589. Out. 14.**

Tomou-o o Duque novamente por fidalgo de sua casa com **filhamento** de 2.500 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia para suas cavalgadas.

**1589. Dez. 15.**

Mercê da alcaidaria-mor de Évora-Monte, com as rendas acrescentadas como referimos a respeito de idêntico título de Portel, este datado de 16 desse mesmo mês.

**1596. Mar. 19.**

Que não pague Afonso de Lucena à fazenda do Duque os 20 alqueires de trigo que lhe devia do **afenido** (= caneiro) da água da azenha que possui no ribeiro de Pardais que comprou a António Fernandes Cordeiro, recomendando expressamente no alvará: "e que se lhe não peçam...".

A propósito acrescentaremos que no Livro 109/fls., 24 v°. da Misericórdia se encontra a receita de uma esmola de 200 rs. para o enterro que a Santa Casa fez a Gaspar Martins, moleiro de Afonso de Lucena em Pardais (24. Out. 1600.).

**1599. Set. 17.**

Mais uma em atenção aos serviços por Afonso de Lucena prestados à Casa dos Duques de Bragança "e por lhe folgar de lhe fazer mercê", determinou o Duque que

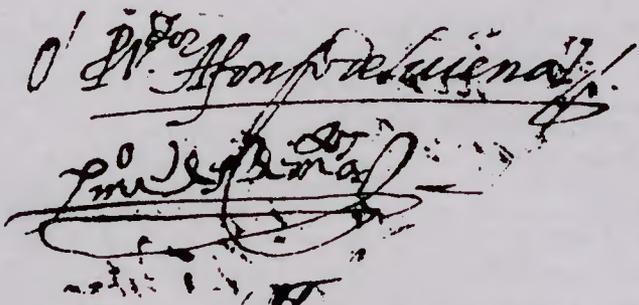
nos fornos da herdade do Vigairo [a actual Vigária das proximidades de Montes Claros], sita no termo de Vila Viçosa e Borba, onde sempre se fez cal para as obras de Sua Exa., não mais fizesse, nem mato da dita herdade se roçasse para esse fim, porque desde o dia 17. Abril desse ano de 1599 assim ficaria assente por ser aquela propriedade pertença de Afonso de Lucena, doação que se assegurava também para seus herdeiros.

1601. Mai. 22.

Na última mercê registada, embora deslocada da sequência cronológica, ao tesoureiro Nuno Machado se mande pagar ao Lic. Afonso de Lucena a quantia de trinta mil rs., "os quais eram para se fazer partir para a jornada de Madrid", viagem que, considerando a data, segundo depreendemos, se relacionaria com as diligências empreendidas para o projectado casamento de D. Maria, filha da duquesa D. Catarina, com D. Diogo, herdeiro do trono castelhano. Depois do falecimento prematuro deste príncipe outras negociações se desenvolveram para o casamento de D. Maria, então com o futuro Filipe III, D. Maria acabaria também por falecer nesse mesmo ano de 1592. É, pois de presumir que a Afonso de Lucena tenha sido entregue a incumbência diplomática nesta altura.

Com tudo isto - documentos inéditos estes das mercês teodosianas - se avoluma ainda mais o prestígio que granjeou esta destacada figura da família dos Lucenas que em Vila Viçosa se enraizou, um homem que, nas palavras de um manuscrito anónimo do Arquivo Municipal de Vila Viçosa, afinal "nada recebeu de D. Filipe 2º, o que não sucedeu aos mais que lhe entregaram o poder".

Aliás, a seu favor milita ainda a actividade que nesta sua nova pátria desenvolveu noutros campos. Possuidor de abundantes bens que em boa parte lhe advieram de benesses da Casa de Bragança, foi um homem bom como se prova pela sua presença frequente na administração de Misericórdia local, quer como provedor, quer como simples irmão, impregnado sempre do alto espírito cristão que era atribuído da sua formação.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read "O Sr. Afonso de Lucena" followed by a flourish. Below it is another signature, possibly "João de Matos", also with a flourish. The signatures are written on a document with some faint, illegible text visible in the background.

AHM. Misericórdia / Lº. 70 / Eleições.

1605. Fev. 23.

Assinaturas do Provedor Afonso de Lucena e de Cristóvão de Matos no acto de posse de um irmão.

#### AFONSO DE LUCENA E A MISERICÓRDIA

O historiador Pe. Joaquim Espanca diz que Afonso de Lucena "foi Provedor da Misericórdia em 1600 e mais vezes"; sete vezes diz, por exemplo, José Emídio Amaro.

Consultando os despojos do que foi o rico e abundante cartório da Santa Casa da Misericórdia conseguimos comprovar como efectivamente ele esteve ligado a esta instituição e quanto a estimava. Na verdade, não foi provedor só a partir de 1600 como se pode entender naquelas linhas do historiador calipolense, opinião que outros autores acabaram seguindo. Os livros de eleições de irmãos, assim como os de receita e despesa, demonstram-nos que foi provedor não apenas em 1600-1601 e posteriormente pelo menos, em 1603, 1609 e 1612, como também em 1590, pois assina em 20. Fev. 1590 a relação de irmãos (102 nobres e 86 "oficiais") que compunham então a Confraria.

Em listas posteriores de 1598 e 1599 - 1600 o seu nome está incluído ao lado, entre outros, do famoso Francisco de Morais Sardinha, o autor do **Parnaso de Vila Viçosa** (1618). Na gestão de 1600-1601 mantém-se este escritor, acompanhando o Licenciado Manuel de Lucena, filho de Afonso de Lucena, que por mais de uma vez, foi tesoureiro da Santa Casa.

Da sua generosa dedicação como membro da Irmandade da Misericórdia é prova o registo de tesouraria constante de fls. 42 do L° 101/AHVV do dia 24. Out. 1600, que é apenas um exemplo das suas ajudas; "P. Carrego mais ao thro. tres mil & trezentos trinta rs. q deu de esmola o Irmão Afonso de Lucena da cura q se fes nesta casa a frco. freire seu criado".

Este mesmo seu servidor, novamente tratado no hospital de Misericórdia, provocou mais tarde (1601. Fev. 05) outra dádiva, agora de 3.778 rs. pagos pelo Lic. Manuel de Lucena.

Além de Manuel de Lucena, também dois outros de seus filhos, ambos ilustrados, pertenceram à Confraria da Misericórdia de Vila Viçosa: o martirizado Francisco de Lucena e o Dr. Cristóvão de Matos, cujas assinaturas chegam a aparecer ao lado de seu pai.

### O MORGADO DE PEIXINHOS

Manuel de Lucena, ouvidor de Chaves e nesta cidade falecido, como deixámos dito, não teria, naturalmente, residido em Vila Viçosa. Por isso, seu filho Afonso, uma vez aqui chegado e logo tendo contraído matrimónio com uma dama de reputada família calipoliense, tratou de se instalar na vila escolhendo umas casas no terreiro de Santo Agostinho, muito próximas do paço dos Duques. Tratava-se de um pequeno solar, mas ainda assim bastante amplo, com seus quintais, nora, estanciamiento de criadagem, adegas, celeiros e estalagem para todo um bom equipamento de um nobre fidalgo com seus trens e carruagens, tudo, como consta de um documento coevo, avaliado em dois contos de réis. (12)

Foi este o primeiro paço dos Lucenas, onde viveram também seu filho, o malogrado Francisco de Lucena, secretário que foi do Rei Restaurador, e os demais sucessores da casa até D. Bernardo de Lucena que em 1857 era administrador do concelho de Vila Viçosa. Em 1889 - diz Túlio Espanca - funcionava ali, possivelmente por aluguer, um quartel da guarda fiscal. Actualmente este nobre edificio, entretanto acrescentada das dependências da anexa casa dos Condes de Bobadela, é património da família Santos Soeiro e nele se contém um valioso recheio de obras de arte.

"Graciosa alpendrada, construída em ângulo obtuso, com nove arcadas plenas de colunelos toscanos, mais dois arcos cegos, no piso principal e três tramos de robustos fustes jónicos, no térreo, suportados por rijos lintéis moldurados, constitui o pitoresco recinto calçado /.../ do pátio do antigo acesso à moradia, rasgado ao modo calipolense" - assim se lê na descrição técnica do académico Túlio Espanca. (13)

Efectiva e imponente obra residencial é, porém, o famoso Solar de Peixinhos, sede do importante morgado que com seus avultados bens Afonso de Lucena erigiu a uns dois quilómetros a sul dos paços de Santo Agostinho.

Os morgados, "esteios de nobreza", reconheciam-se como uma forma, não apenas de conservação dos bens vinculados numa linha familiar, como ainda na aplicação de intenções pias em favor das almas através de sufrágios perpétuos, garantidos pelos rendimentos acumulados destes patrimónios.

Impelidos por tais razões, Afonso de Lucena e sua mulher D. Isabel de Almeida resolveram fundar na sua **horta de peixinhos**, com escritura de 2 de Maio de 1596, posteriormente confirmada por instrumentos semelhantes, "um morgado em favor de nossa família com alguns encargos pios em satisfação de nossos antepassados". (14)

Primeiros recursos desta instituição foram uma doação monetária de D. Duarte, irmão de duque D. Teodósio II, e os bens de tenças disponíveis de Afonso de Lucena e as legítimas de suas filhas freiras no Convento da Esperança, e ainda as do primogénito Francisco, que em 1621 herdaria o morgado por morte de sua mãe e que o manteve e desenvolveu até que, por sua morte no patíbulo da Ribeira, foi incorporado nos bens da Coroa, só regressando à família com André António de Lucena Noronha e Almeida em 1720.

Bens integrados no morgado foram ainda generosas doações da Senhora Dona Catarina, do Senhor D. Alexandre de Bragança, que foi arcebispo de Évora, do Sen-

hor D. Filipe, irmão do anterior, de D. Fernão de Matos, irmão de Afonso de Lucena, que foi secretário de Estado em Madrid, além de diversas propriedades rurais, entre elas, a já mencionada herdade da Vigária. (15)

Curiosa cláusula e única em casos do género foi a que se estipulou de poder remeter-se todo o património institucional para o Morgado da Crus, criado por D. Teodósio II para benefício dos criados pobres da Casa de Bragança, sinal de reconhecimento dos muitos favores recebidos pelos Lucenas, incluindo o particular da capela-mor da Esperança para panteão da família, ordenando-se ainda que "para todo o sempre se diga uma missa quotidiana" pelas almas do duque D. Jaime, da Senhora D. Catarina, do duque D. Teodósio e do Senhor D. Duarte.

A Quinta de Peixinhos, o seu magnífico solar e a adstrita ermida de Santo Ildefonso constituíram e constituem ainda hoje o sinal mais vivo da presença do passado grandioso dos Lucenas de Vila Viçosa, com origem no trancosense Afonso de Lucena.

Da descriminação que Túlio Espanca faz deste conjunto damos um breve resumo. (16)

O edifício dominante distribui-se por uma grande construção de três pavilhões lançados de Sul a Norte, com uma elegante galeria de colunas marmóreas de arcada plena na parte posterior. Ao lado, "correm teorias de janelas engradadas ao uso espanhol /.../ com pátios de murétes de alturas assimétricas, coroados por frisos de ameias chanfradas". No lado oriental ergue-se um torre quadrangular com relógio de sol, "tendo sotoposto a tabela alegórica do sol dos Lucenas".

Uma pedra de armas dos actuais representantes da família (Azevedo Coutinho, Faros, Noronha e Meneses) encima o portado principal, entrada que dá acesso a um pátio no centro do qual se ergue uma estátua de mármore de Diana, deusa da caça.

Frente ao solar mandou Afonso de Lucena construir a ermida de Santo Ildefonso, disposta arquitectonicamente em cruz grega. Manteve-se este templo, de bonito recorte, relativamente estimado até ao princípio do nosso século, recuperado logo em 1904 e então reaberto ao público. No espaçoso arruamento, ornado de um vergel de laranjeiras e de buxo tosquiado, que liga o paço à ermida reconstruiu-se uma bela fonte de traça renascentista, de taça de mármore muito decorada, rematada por dois golfinhos de trabalho escultórico mais recente.

Conserva-se ainda no conjunto desta antiga residência senhorial uma nora do século XVII, exemplar notável pela sua grandeza, ligada a um elegante aqueduto que distribui pelas hortas e jardins a água recolhida pelos alcatruzes de cobre. "Construção vultuosa, erguida no antigo pomar, é lançada em planta quadrangular, rasgada internamente por cinco tramos de arcadas de volta plena".

O último titular do morgado foi D. Martinho de Lucena que em 1878 se viu obrigado, por razões de ordem económica, a alienar todos os bens em hasta pública, passando estes ao património de Adolfo de Lima Mayer, de Lisboa, antes rendeiro destas terras.

Na década de 1930 passou a propriedade aos condes de Monte Real Artur Porto de Mello e Faro e sua mulher, que ali fizeram importantes obras de restauro, com destino à utilização do imóvel na forma de turismo rural, sob a orientação do Senhor D. José Dionísio de Mello e Faro Passanha, seu actual possuidor, descendente que também é dessa nobre figura que foi Afonso de Lucena.











✓ 3000 d p o b r . . . . .  
del lucena des mico . . . . .  
Es . . . . .  
Roma . . . . .  
Argued . . . . .

1589. Mar. 20. Sobre o breve de Roma.

✓ Que ditta A. de Lucena. En Marmacado  
Iberia foy da cast de enq nora 8<sup>ta</sup> tonta milre y 200  
de p. l. x. d. q. d. tenes mil 200 d. p. l. x. d.  
da fez m. per portaria de R. o. con govt.  
sta em 22. de mayo de 92. e q. uas esat  
p. l. x. d. p. l. x. d. p. l. x. d. de Madrid.

1592: Mai. 22. Sobre a jornada de Madrid.

~~Afonso de Lucena~~  
p. l. x. d. p. l. x. d.

AHCB /Ms. Ig. 2611, doc. 3: Assinatura de Afonso de Lucena num alvará de 25. Mai. 1616 despachado pela Chancelaria do Duque D. Teodósio II.



Abri 2

De mais mil e quinhentos e seis  
de sua esmola dos pedidos  
da villa seiscentos e vinte  
e seis

De mais mil e trezentos e dez  
e seis de sua esmola dos pedidos  
da esmola do Sr. Afonso  
de Lucena de cinco e setenta e sete  
cada um de seu irmão de Lucena

De mais mil e quatrocentos e dez  
e seis de sua esmola dos pedidos  
necessidades della

De mais mil e quinhentos e seis  
de sua esmola dos pedidos  
da villa de mais mil e quinhentos e seis

De mais mil e quatrocentos e dez  
e seis de sua esmola dos pedidos  
da villa de mais mil e quatrocentos e dez

De mais mil e quatrocentos e dez  
e seis de sua esmola dos pedidos  
da villa de mais mil e quatrocentos e dez

De mais quatrocentos e dez  
de sua esmola dos pedidos  
da villa de mais quatrocentos e dez

AHM. Misericórdia / L. 109. fls. 42. Abril de 1601.  
L. de Receita / Despesa.  
Registo de esmolas de Afonso de Lucena, de Sua Alteza a Senhora D. Catarina  
e do Duque D. Teodósio II "nosso senhor".



## NOTAS

- 1 Em 1589. Jul. 15 / AHCB/Ms. IG. 768, fls. 231.
- 2 Em 1589. Dez. 15 / AHCB/Ms. IG. 135, fls. 52 v°.
- 3 **Allegações de Direito, que se offereceram ao muito alto e muito poderoso Rei Dom Henrique nosso Senhor na causa da sucessão destes Reinos por parte da Senhora Dona Catarina sua sobrinha filha do Infante Dom Duarte seu irmão a 22 de Outubro de M.D.LXXIX. Almeirim, 1580.**  
Livro de extrema raridade, cujo original no Solar de Peixinhos (ms. de 1579), foi escrito com a colaboração dos doutores Félix Teixeira, Luís Correia e António Vaz Cabaço.
- 4 A este **Pedro Mendes de Matos** concedeu D. Teodósio em 6. Nov. 1613 uma mercê de 80.000 rs. "por respeito dos serviços q lhe tem feito", não especificados (AHCB / Ms. IG. 137, fls. 139 v°.).
- 5 **Filhamento** corresponde à distinção concedida a um filho adoptivo do senhor, para o que existem livros próprios nas chancelarias régias para tais registos. Tal como os reis, também os duques de Bragança concediam filhamentos, como se pode ler, p. ex., à margem das mercês de **moradias**, sendo estas pensões, diárias ou mensais, em dinheiro e cevada para o cavalo que possuísse o moço-fidalgo beneficiado.
- 6 José Emídio Amaro, **Francisco de Lucena**. Sua vida, martírio e reabilitação. Lisboa, 1945.
- 7 Citado por J. E. Amaro, **ob. cit.**
- 8 **D. Rodrigo de Lencastre** é apresentado nos registos das mercês da Casa de Bragança (em 1587 e 1588) como **tio de sua exa**. D. António Caetano de Sousa (HGCR, II, p. 62) dá que, servindo ele no Conselho de Filipe de Espanha, de quem foi também mordomo, este o tratava por sobrinho nos papéis públicos, "pelo grande parentesco que tinha com a Casa de Bragança, porque era primo segundo do Duque D. João I e também de sua mulher a Senhora Dona Catarina".  
Demonstra-se ter sido também pessoa de inteira confiança da casa ducal pelas diversas e responsáveis missões de que foi encarregado.
- 9 J. Emídio Amaro, **ob. cit.**
- 10 AHCB / Ms. IG. 768, fls. 231-254.
- 11 AHCB / Ms. NG. 135 a 137: títulos de Afonso de Lucena, João de Lucena, Manuel de Lucena e Cristóvão de Matos.
- 12 J. Emídio Amaro, **ob. cit.**, p. 56.
- 13 Túlio Espanca, **Inventário Artístico do Distrito de Évora**. Zona Sul. I. Lisboa, 1978, p. 720 b.
- 14 AHM. VV. Escritura de 2. Maio. 1596, transcrita por J. E. Amaro, **ob. cit.** pp. 48 a 50 e 52 a 54.
- 15 **Ibidem** e pp. 265-269.
- 16 **Ob. cit.** e pp. 664-666.

**Fontes mss:** Arquivo Histórico da Casa de Bragança (AHCB / Vila Viçosa).  
Arquivo Histórico Municipal e da Misericórdia (AHM / Vila Viçosa).  
Livros n.ºs. 70 e 104 I-1151, de Eleições de Irmãos e de Receita/Despesa.



## UM RETRATO DE MULHER: D. LUISA DE GUSMÃO. . .

João Falcato \*

Deu-me a ideia hoje de escrever acerca dum retrato de mulher: D. Luisa de Gusmão.

O quadro existente na Palácio-Museu de Vila Viçosa, merecia, aliás, melhor pena. Que a sua memória me desculpe também. O quadro é maravilhoso. Toda a técnica de dar vida a uma carnação, fragância a uma flor, espessura a um tecido, enfim, toda a técnica e subtileza, que transformam um retratista num pintor, estão nessa tela. Mas há também ali todo esse saber traduzir uma alma que transforma um retrato num documento histórico.

A história de D. Luisa de Gusmão, duquesa de Bragança, é a história da Restauração. Antes de ser Rainha num trono, aquela mulher foi-o na decisão. E, para além do seu dito célebre "antes rainha uma hora que duquesa toda a vida", foi rainha como consorte e foi-o numa longa regência. De modo que, sabendo-o, não podemos deixar de ver essa voluntariosa mulher, inteligente, como figura principal ou propulsora dos grandes acontecimentos de tal época.

Se os leitores foram um dia ao Palácio de Vila Viçosa, mostrar-lhe-ão na ala do Reguengo, isto é na primitiva, a janela donde, na realidade, foi proclamada a nossa independência.

D. Luisa assomou aí, como a um balcão real para ver afastar-se, pela estrada a caminho de Lisboa, o marido que deixava nesse momento de ser duque de Bragança para se tornar D. João IV, Rei de Portugal. Depois, foi apenas o cerimonial da proclamação.

Era tal a nossa sede duma realeza nacional, que deveriam, por força, a coroação e demais solenidades pertinentes, revestir-se de grande aparato e decorrer com grande entusiasmo. Mas há, em tudo, uma valorização da pessoa real que não nos é difícil adivinhar na elaboração do programa a vocação da rainha, espanhola de nascimento, para a grandeza.

Foi num dia 15 de Dezembro que a Restauração de Portugal recebeu a confirmação, a que podemos chamar oficial e pública. No Terreiro do Paço, em tablado, construído e magnificamente decorado para o efeito, o Doutor Francisco de Andrade Leitão profere o discurso que reconhece e declara Rei de Portugal, D. João, Duque de Bragança ali presente. Para iniciar a cerimónia, este ocupa a cadeira real que o Reposteiro-mor descapa no momento e empunha o cetro de ouro recebido das mãos do Camareiro-mor.

O nosso Rei presta então o seu juramento, perante os nobres, o clero e o povo, que ali se encontram todos, em grande número - no próprio tablado muitos dos primeiros, e enchendo o enorme largo muitos do terceiro estado. Por sua vez, estes, quero dizer, os Três Estados prestam juramento de fidelidade, após o que termina a primeira parte destas solenidades com um número de grande espectáculo: o alferes-mor abriu e mostrou ao povo o estandarte real gritando três vezes, no que é acompanhado por todos:

"Real, real, real, pelo muito Alto, muito Poderoso  
Senhor Rei Dom João IV, Nosso Senhor".

\* Escritor e Jornalista

O Rei vai então à Câmara receber, das mãos do Conde de Cantanhede, as chaves da cidade, e dali, sempre sob pálio, à Sé, a cuja porta o aguarda o Arcebispo de Lisboa. Com o soleníssimo Te-Dum que neste templo se cantou terminam as cerimónias da coroação.

Os seus três actos - apresentação ao povo, cortejo pelas ruas da capital e festividades religiosas - revestiram-se, segundo auto lavrado na circunstância, de grandeza, imponência e aparato. Não é necessário, de facto, dispôr duma imaginação muito faustosa para imaginar os veludos, arminhos e ouros do tablado real, ou, as púrpuras, incensos e áureos brocados dos louvores a Deus.

Fui ao Museu Militar ver, mais uma vez, o quadro em que Veloso Salgado representa a cena da coroação no Terreiro do Paço. Há um estrado coberto de rica tapeçaria vermelha, há gente de boas vestes, joelhos no chão e chapéu brandido em jeito de jura e, em fundo, para além deste primeiro plano, uma turba eufórica, até ao limite do Tejo. Mas, sobre tudo isto, há um Rei, com seus veludos, seus arminhos, seu bastão na mão e sua coroa na cabeça.

Ora, este Rei eu nunca acreditaria que tivesse podido portar-se como um Rei, se não soubesse que espécie de Rainha ele tivera sempre a seu lado. E também não teria acreditado, sem a palavra da História, que tal Rainha pudesse alguma vez ter sido mulher sem coração. Visionei-a sempre soberba e altaneira, mas jamais a admiti cruel. Concluamos então que, para serem verdadeiramente rainhas, as mulheres precisam de ser às vezes cruéis.

Poucos meses depois da aclamação, exactamente a 29 de Agosto, outro tablado se erguia em Lisboa. Não no Terreiro do Paço, palco de epopeias, mas no Rossio, então desadornado como praça interior da cidade pobre. Desnudo, sem cadeirão real, mas com forcas e cepos de algez era ao mesmo tempo cadafalso e patíbulo.

As forcas eram quatro e os cepos ou cadeiras de suplício também quatro, com a particularidade estas de serem dispostas em níveis diferentes à maneira de degraus, o que só podia ser interpretado como demonstração do respeito pela hierarquia em todas as circunstâncias.

Tratava-se dum castigo de traidores, já que a traição em política é não se pronunciar, a tempo, pelo que vence. Iam morrer ali, degolados, o Marquês de Vila Real, o Duque de Caminha, o Conde de Armamar e D. Agostinho Manuel; enforcados, com a ignomínia própria a plebeus (enforcados e, depois feitos em bocados) Manuel de Moraes Vilas-Boas, Diogo Nabo, Pedro de Baeça e Belchior Correia da França, seguindo-se-lhe, dias depois, Cristóvão Cogominho e António Correia.

Porque misturei eu a Rainha a este adejar de fúnebres prenúncios? Uma palavra sua podia ter mudado os destinos destas criaturas. Mas, pelo contrário, a decisão foi influenciada pelo conselho inexorável de D. Luisa: "quem perdoa a inimigos às mãos lhe morre".

A aclamação do Duque de Bragança ganhara, rápido, a adesão dos últimos hesitantes. Que, não muitos, mas alguns houvera, é certo. E, como é de velha tradição, entre os grandes que, tendo para perder, preferem acomodar-se ao que há-de vir.

Aconteceu, todavia, que parte destes preferiram transformar-se em conspiradores, criando assim dentro da revolução a contra-revolução. Surgiu uma conjura de que era cabecilha o Arcebispo de Braga, D. Sebastião de Noronha e cujas principais figuras foram os supliciados que já citei.

Sufocada com rapidez e mão de ferro, a conspiração não chegou a alcançar importância que lhe desse repercussões na política de equilíbrio interno e externo que foi necessário seguir. Mas não deixa a sua História, ainda assim, de nos dar ideia do solo movediço que existiu sob os passos dos restauradores nos primeiros tempos. Sobretudo imagino, ou me apraz imaginar, as sombras que - não sei se lhes chame de piedade se dessa dúvida anunciadora do remorso -, as sombras que, como um cerrar de trevas, iriam crescendo sobre a alma rubra da Rainha. As súplicas da Duquesa de Caminha, que ia ficar viúva, quase menina ainda, dum marido de 27 anos - também o Conde de Armamar tinha apenas 24 anos - por muito tempo devem ter persistido, lancinantes, nos seus ouvidos. E quando um filho moço, inteligente e dotado de todas as qualidades que punham na sua alma de Rainha-esposa orgulhos de Rainha-Mãe lhe morre, D. Luisa deve ter pensado que Deus a fazia pagar dando vida por vida. E, quando os seus sonhos caíram ainda mais fundo ao longo do seu martírio de Rainha-Mãe dum pobre rei doente e incapaz, a antiga Duquesa de Bragança deve ter-se peni-

tenciado dolorosa e inutilmente do sacrifício daquela vida inocente ao prestígio da segurança do trono de seu marido. Porque, se o Arcebispo de Braga era um vendido ao rei estrangeiro, se o Marquês de Vila Real e os outros políticos ambiciosos, contra o Duque de Caminha apurou-se apenas o crime de, sabedor da conjura, não ter denunciado o seu próprio pai.

E, respeitos políticos das classes mais do que das pessoas: o arcebispo de Braga, organizador do grupo, sofreu apenas castigo de prisão, a que a morte, natural e a seu tempo, pôs termo; e os outros eclesiásticos, como o Inquisidor Geral, foram postos em liberdade, pouco tempo depois, ou simplesmente sujeitos a clausura monacal.

Mas por que extraordinários motivos de benevolência divina, havia de ser a vida desta mulher poupada a um clima de tragédia? Aquela mesma janela donde D. Luisa acenara ao marido que partia para se juntar aos conjurados de 1 de Dezembro - aquela mesma janela, esse mesmo palácio da sua vida de duquesa de Bragança, era a consequência duma tragédia.

Construído para que a viúva daquele Duque decapitado em Évora por D. João II esquecesse um pouco, num ambiente novo, o horror daquele fim, depressa se tornara, por sua vez teatro de tragédia. Destas, se não a mais comovente, pelo menos uma das mais nobres foi a da inteligência e altiva mulher que sacrificou a tranquilidade da sua vida inteira a um destino de rainha. Aliás, era-o desde que as estrelas tinham mirado, pressagas, lá do alto, o despontar da sua vida. Um astrólogo mouro, amigo de seu pai, assim lho dissera.

A fidalguinha de Espanha foi, de facto, rainha de Portugal.



# CATARINA DE BRAGANÇA E A ENTREGA DE TÂNGER

Rui Miguel da Costa Pinto \*

## 1. O Tratado de Aliança Luso - Britânico

Portugal atravessava um período de guerra (1640-1668 - Guerras da Restauração). A sua situação económica era-lhe desfavorável. Não podia esperar o apoio de França que estava interessada em manter a paz com a Espanha e o domínio filipino não tinha facilitado as relações luso-britânicas.

Em Fevereiro de 1641 parte para Inglaterra uma embaixada com Dom Antão de Almada e Francisco Andrade Leitão, porque D. João IV e os seus conselheiros viram a necessidade de renovar a aliança com Londres o mais rapidamente possível.

Em Inglaterra verificam-se divergências entre o Rei (com todas as características inerentes a um Rei absoluto) e o Parlamento que pretendia a liberdade, o direito à propriedade dos indivíduos e a autoridade parlamentar em matéria de impostos.

Desencadeia-se a Guerra Civil e os embaixadores portugueses saem de Londres, um com destino a Lisboa, outro a Haia. Apenas ficava o Doutor António de Sousa Macedo que se vê envolvido nestes conflitos, o que não era de estranhar pois tinha sido ele o responsável pela entrada de armas e munições em Inglaterra.

Desde o início de 1641 que se pensava em casar uma das filhas de D. João IV com o Príncipe Inglês.

Sobre este ponto colocam-se as seguintes questões:

- De quem partiu a ideia?
- De quando data a primeira proposta de casamento?
- De qual das filhas de D. João IV, D. Joana mais velha nascida no Paço de

Vila Viçosa a 18 de Setembro de 1636 ou a Infanta D. Catarina nascida dois anos mais tarde no mesmo local a 25 de Novembro de 1638?. (1)

Em relação à primeira e segunda questões, a referência mais antiga que provavelmente está ligada a este assunto é um "papel em língua inglesa sobre as vantagens de se ajustar o casamento do Príncipe de Gales Carlos de Inglaterra com uma princesa de Portugal". (2)

António Sousa de Macedo, que se encontrava em Londres "sabendo no verão de 1644 que se tratava de casar o herdeiro com Mdle de Orleans, ou na alternativa, com a filha do Príncipe de Orange (...), dirigiu em 9 de Junho uma carta comprida em cifra ao Conde da Vidigueira em que reprovava a proposta, fundando-se na diferença de religião e nos interesses de França (...) na sua visita a Oxford em Fevereiro de 1645, lembram-lhe uma infanta portuguesa para noiva do Príncipe (...)" (3)

Não se tem a certeza de quem partiu esta ideia embora, segundo Prestage, António Sousa de Macedo reivindicasse a ideia como sendo sua.

O que se sabe é que o projecto agradou em Inglaterra e pessoas íntimas de Carlos I tentaram acelerar o processo. Contudo, e apesar de reconhecer vantagens, esperando António Sousa de Macedo "alcançar pelo menos a liberdade para os católicos de exercerem a sua religião em casa (...). Demais a mais, conseguir-se-há o favor do Papa e a amizade do Rei Carlos contra Castela e contra os holandeses; e dali em diante Portugal não dependerá somente do Rei de França". (4)

\* *Mestrando em História da Expansão e Descobrimentos Portugueses*

António de Macedo não lhe dá seguimento por não ter ordens de Portugal neste sentido.

Devido à Guerra Civil, em Inglaterra, Carlos I é forçado a abandonar Londres em 1645. Refugia-se em Oxford. António de Macedo continua residente em Londres.

Nesse mesmo ano recusa um passaporte vexatório fornecido pelo Parlamento, mas obtém outro na Câmara dos Lordes e vai até à nova sede da corte britânica visitar o rei.

Aqui o assunto do casamento é de novo referido e se tivermos em atenção o que escreveu ao Conde da Vidigueira "a sustancia do que he auido he que da parte del Rei de Inglaterra se me propos casamento" parece que a proposta de casamento partiu de Inglaterra. (5)

Este tema não é pacífico e vários autores surgem com diversas opiniões. Prestage afigura-se-nos como o mais cauteloso: "têm-se feito referências a negociações para o casamento do príncipe Carlos com uma princesa portuguesa (...). A corte inglesa considerava que o dote da princesa podia fornecer recursos para a guerra e a questão foi seriamente ponderada, embora não se saiba ao certo se a lembrança do projectado enlace partiu do residente ou de agentes do Rei de Inglaterra. Sousa de Macedo mostrou boa vontade nestas negociações sob condição de que deveriam se precedidas dum liga contra Espanha e de algumas concessões de liberdade religiosa para os Católicos". (6)

No que respeita à terceira questão há também opiniões divergentes. Enquanto uns consideram que o casamento seria com D. Joana por ser a mais velha, outros pensam que não uma vez que já tinha havido negociações (em 1643) para a casar com Carlos Manuel II, Duque de Sabóia, sobrinho de Luís II. E também porque se sabe que em 1646 D. João IV tinha ordenado a saída de Sousa de Macedo da Corte de Londres e a Inglaterra tinha proposto o casamento de Carlos, filho mais velho do Rei de Inglaterra, com a Infanta D. Catarina. (7)

Carlos I só aceitava, no interesse que tinha pelo dote e pela ajuda que Portugal pudesse continuar a prestar, aliás Sousa de Macedo era da opinião que se solicitasse ao Papa um subsídio eclesiástico em forma de dinheiro, pois este casamento interessava também sem dúvida à Igreja Católica. (8)

Toda a situação que se estava a viver em Inglaterra (guerras civis, a fuga de Carlos, a chegada do deputado do Parlamento inglês Oliver Cromwell a Londres e com ele o terminar da monarquia) obriga a Corte de Lisboa a pôr de parte o projecto de casamento (tornando-se as relações com Inglaterra difíceis) apesar de Portugal continuar a fornecer-lhe ajuda, ao permitir por exemplo que não se deixasse entrar nenhuma embarcação vinda de Inglaterra na barra do Tejo, a própria esquadra do Parlamento confrontou-se com as naus portuguesas, aprisionando algumas.

Carlos I é preso e o Príncipe de Gales foge para Haia pedindo ajuda a D. João IV que salvasse o seu Pai. (9)

Em 1656, o Rei português, D. João IV morre e torna-se regente D. Luísa de Gusmão, sua mulher.

Como por esta altura não, se verificaram vantagens no casamento de D. Catarina com o Príncipe de Gales, surge a ideia do casamento desta princesa com Luis XIV.

O enviado do Rei de França, Cavaleiro de Jante, estava incumbido de "ver a Infanta o maior número de vezes possível a fim de tomar nota do seu espírito, discernimento, feições, da sua figura e das suas palavras, que pelos criados se informasse se não havia qualquer defeito no seu corpo ou na sua pessoa e que trouxesse dois retratos dela, um em ponto grande, outro pequeno, pintados ao natural e sem artifício". (10)

Era a grande aliança para a guerra com Castela. Estabelecem-se negociações, o dote da princesa seria uma praça forte em África, isto no caso de os franceses não se contentarem com Tânger ou Mazagão, a outra parte do dote era fixada em dois milhões de cruzados a serem repartidos entre os que participassem nos preparativos do casamento, cabendo ao Cardeal Mazarino uma soma máxima de 600.000 cruzados. (11)

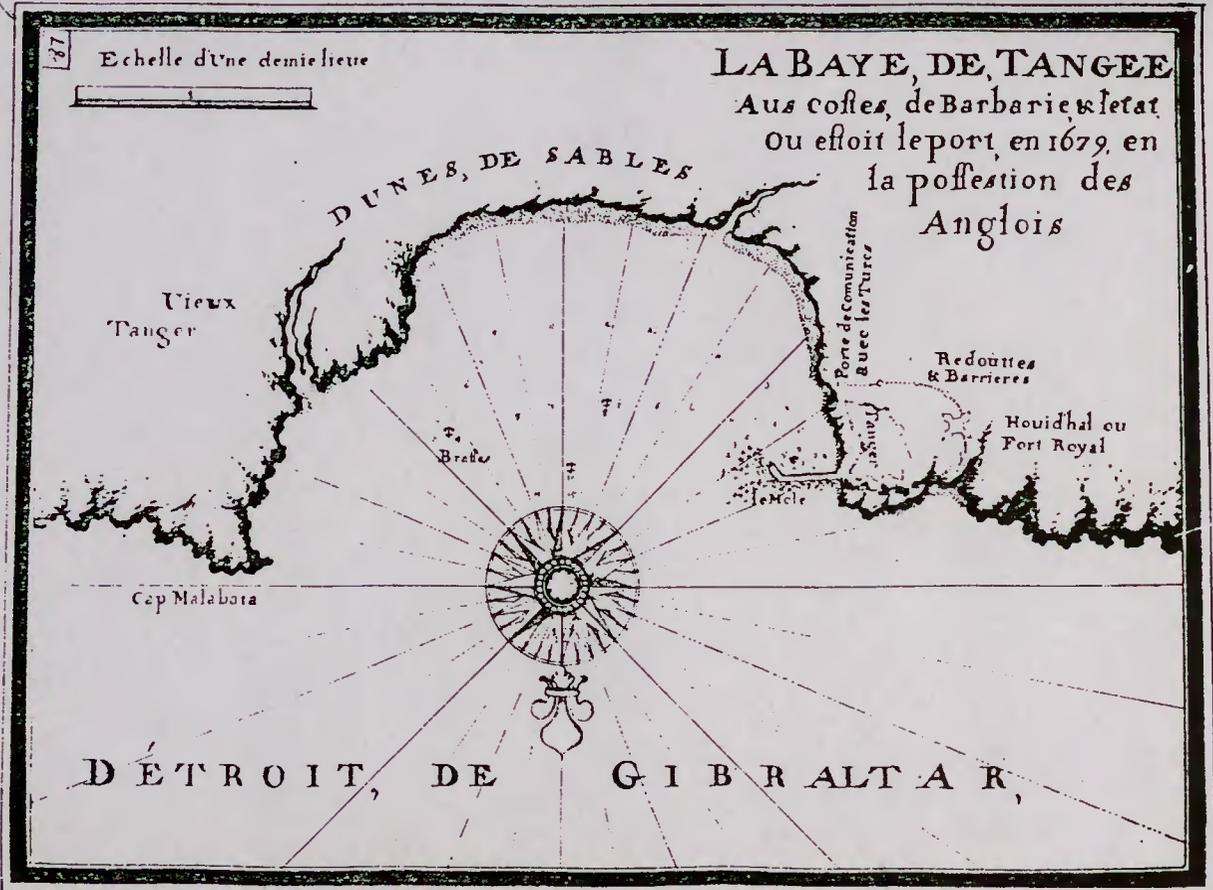
A França recomeça a guerra e estabelece uma aliança ofensiva com Inglaterra. Era preciso o apoio de Portugal. É nesta altura que o embaixador francês Conde Comminges vem até ao nosso País e exige o envio de gente, armas e navios para França e ao mesmo tempo negam o auxilio a Portugal. Este ficou embasbacado pela beleza e elegância da Infanta. (12)

Echelle d'une demie lieue



# LA BAYE, DE TANGEE

Aus costes, de Barbarie & letat  
Ou estoit le port, en 1679, en  
la possession des  
Anglois



91

Pl. VI

Plan de la baie de Tanger en 1679.  
D'après l'original conserve à la Bibliothèque du Service Hydrographique de la Marine (Paris)  
(autor. de reprod. République Française. Ministère des Armées (Marine), 7-1-1969).



Foi também a 7 de Novembro de 1649 e com a assinatura da Paz dos Pirinéus entre Espanha e França que se acordou, entre outros pontos, o casamento de Luís XIV com a Princesa Maria Teresa filha de Filipe IV.

Quando Cromwell morre a República em Inglaterra estava condenada. Portugal tinha também problemas devido à assinatura de Paz dos Pirinéus e à invasão dos Castelhanos no Alentejo. Inclina-se agora definitivamente para o parceiro Inglês.

É da confusão política que Inglaterra atravessava que a Rainha Regente, D. Luísa de Gusmão e o embaixador Francisco de Melo, tiram partido.

A Rainha Regente vê na morte de Cromwell a hipótese de, em Inglaterra, se restaurar a monarquia, o que de facto acontece quando Carlos Stuart é aclamado Rei em 1660, e é neste sentido que manda um emissário secreto ao General Monk para lhe propôr o casamento da sua filha, com o Rei exilado. Ressuscita, então, o projecto de 1645.

D. Luísa de Gusmão, em carta de 15 de Junho de 1660 comunica a Carlos II que em nome de Afonso VI, o seu embaixador, irá ratificar os tratados e pedir socorro para os conflitos com Espanha que era do interesse comum. (13)

Em Fevereiro de 1661 seguiu para Londres o embaixador português D. Francisco de Melo e Torres, Conde da Ponte (14) para negociar um tratado de paz e o casamento da Infanta D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra.

Levava consigo instruções para poder oferecer como dote 5.000.000 libras esterlinas, comércio livre com o Brasil e Índias Orientais e a entrega de Tânger e Bombaim. (15)

Durante o processo negocial com os representantes do rei inglês, nomeadamente o seu Chanceler, Conde de Clarendon, foi informado "que quanto à entrega de Tânger, tinham afastado o antigo governador que tinha vivido muito tempo naquela cidade e era um homem obstinado e sobre o qual a Rainha não podia contar com segurança; que tinham enviado de Lisboa um outro homem especialmente encarregado dessa missão, esta última era uma criatura da rainha que não enganaria e que ela confiava totalmente". (16)

Estava-se a referir no primeiro caso ao Conde de Ericeira, D. Fernando Menezes e no segundo a D. Luís de Almeida seu sucessor.

D. Fernando de Menezes solicita "à Rainha que o dispensasse do pesar que havia de ter de que huma nação, ainda que de interesses unidos com os de Portugal, diferente na Religião, occupase huma cidade, em que a Catholica havia perto de duzentos annos florescia, e de que os Menezes de sua mesma Família forão os primeiros Conquistadores, e depois os defensores". (17)

A Rainha escreve-lhe prometendo-lhe entre outros favores o título de Marquês do Lourical se se mantivesse na cidade até à sua entrega, e que se assim não o fizesse seria nomeado um outro governador com instruções precisas para a sua entrega. Mas o Conde de Ericeira foi peremptório na sua decisão e foi nomeado em seu lugar o Conde de Avintes, D. Luis de Almeida.

Aconselhado por Clarendon, Carlos II nomeou um conselho secreto constituído pelo Mordomo-Mor Duque de Ormond, Camareiro-Mor Conde de Manchester e o Secretário de Estado Nicholas. Teve por parte dos seus almirantes, Lorde Sandwich e sir John Laeson, a opinião favorável à aquisição da praça por ser um importante porto estratégico militar e comercial, com a construção do molhe para um melhor ancoramento dos navios.

Os tratados de paz e de comércio bem como o casamento não foram assunto pacífico para Castela uma vez que o embaixador Castelhana tentou por todos os meios impedir o casamento de Catarina de Bragança com Carlos II. Já que o rei inglês necessitava de dinheiro devido às guerras civis e dívidas, Espanha prometia-lhe grandes somas de dinheiro, praças, etc. se se casasse com uma princesa de outra nacionalidade, espalhando calúnias de que a Infanta era feia e estéril e levantando algumas dúvidas a Carlos II que não seria propriamente um modelo de virtudes a acreditar no que sua mãe referia como sendo um rapaz feio, de frágil constituição física.

Surge outra dificuldade - os holandeses preparavam-se para desembarcar na Índia, o que iria prejudicar os ingleses.

Resolve-se, então, o negócio de casamento muito rapidamente até porque neste sentido estão os esforços do monarca francês que se queria aliar contra Castela.

A 23 de Junho de 1661 é assinado o tratado de paz entre Portugal e Inglaterra.

Ele compreendia a rectificação de todos os tratados feitos entre ambas as partes desde 1641 até então, e o casamento entre D. Catarina e Carlos II.

Tinha ficado previamente acordado que se faria a entrega da cidade e fortaleza de Tânger com seus territórios de forma pacífica a D. Carlos II sob a forma de senhorio.

A partir do momento em que contassem as assinaturas de ambas as partes e o contrato de casamento se fizesse, partiria de Inglaterra um conjunto de cinco naus de guerra em direcção a Lisboa e em seguida para Tânger.

Quando o governador cumprisse com as ordens régias para a transferência da praça, Carlos II faria chegar ao porto de Lisboa uma armada de doze naus e que passados quatro ou cinco dias seguiria para tomar posse da cidade.

No artigo III do Tratado (18) são concedidas liberdades e garantias plenas aos moradores que pretendessem permanecer na cidade de Tânger, podendo praticar livremente o culto católico, sendo, no entanto, considerados sujeitos às leis inglesas, como súbditos de Inglaterra.

Aos que desejassem regressar, poderiam fazê-lo e inclusivamente solicitar transporte em embarcações inglesas, levando consigo os seus bens ou vende-los excepto as peças de artilharia que fossem necessárias à Fortaleza.

Assim que se fizesse a passagem de poderes, a armada inglesa regressaria a Lisboa, onde seria recebida a Infanta e conduzida a Inglaterra.

Como dote estavam dois milhões de cruzados em jogo, metade dos quais levaria a Infanta e a outra seria entregue dentro do prazo de um ano.

Esta última metade era ainda dividida em duas partes. A primeira paga nos primeiros seis meses e a segunda nos restantes em Londres.

Em troca Inglaterra prometia enviar dois regimentos de 500 cavalos cada um e dois terços de infantaria de 1000 homens cada um, dez naus de guerra se Portugal sofresse alguma invasão, três ou quatro naus para o caso de o mar se tornar infestado de pirataria. Em necessidade extrema seriam colocados à disposição de Portugal os navios que no momento estivessem no Mediterrâneo.

Dias antes da chegada de Eduardo Montague, Conde de Sandwinch, em Janeiro de 1662, D. Luis de Almeida e o Adali Simão Lopes de Mendonça, desejosos de mostrar aos visitantes a sua destreza militar, resolvem fazer uma incursão em território inimigo apesar do parecer desfavorável do Alcaide-Mor e dos mais velhos, alegando estes que não se deveria crer em notícias duvidosas. (19)

Decide o Conde de Avintes dar ordens ao Adail e aos seus melhores Almocadens para que penetrassem na serra entre desfiladeiros, o que tornava difícil a sua defesa em caso de ataque.

O resultado foi desastroso perdendo a vida o Adail e mais 50 nobres cavaleiros, escapando os Almocadens e o Contador Duarte de França. (20)

No dia 11 de Março de 1662, a armada inglesa ancorava no Tejo, à frente da qual estava o Lorde de Sandwinch que após a posse da praça de Tânger, esperava por D. Catarina e metade do seu dote estabelecido no tratado. Mas parte dele não foi entregue em ouro, pois as guerras da Restauração tinham causado grande prejuízo na fazenda régia, o que levava a que a outra parte fosse entregue juntamente com um pedido de desculpas por parte de D. Luísa de Gusmão em jóias e especiarias. (21)

A 25 de Março a Armada sai do Tejo levando D. Catarina a um futuro incerto, num país diferente.

## 2. O destino das populações

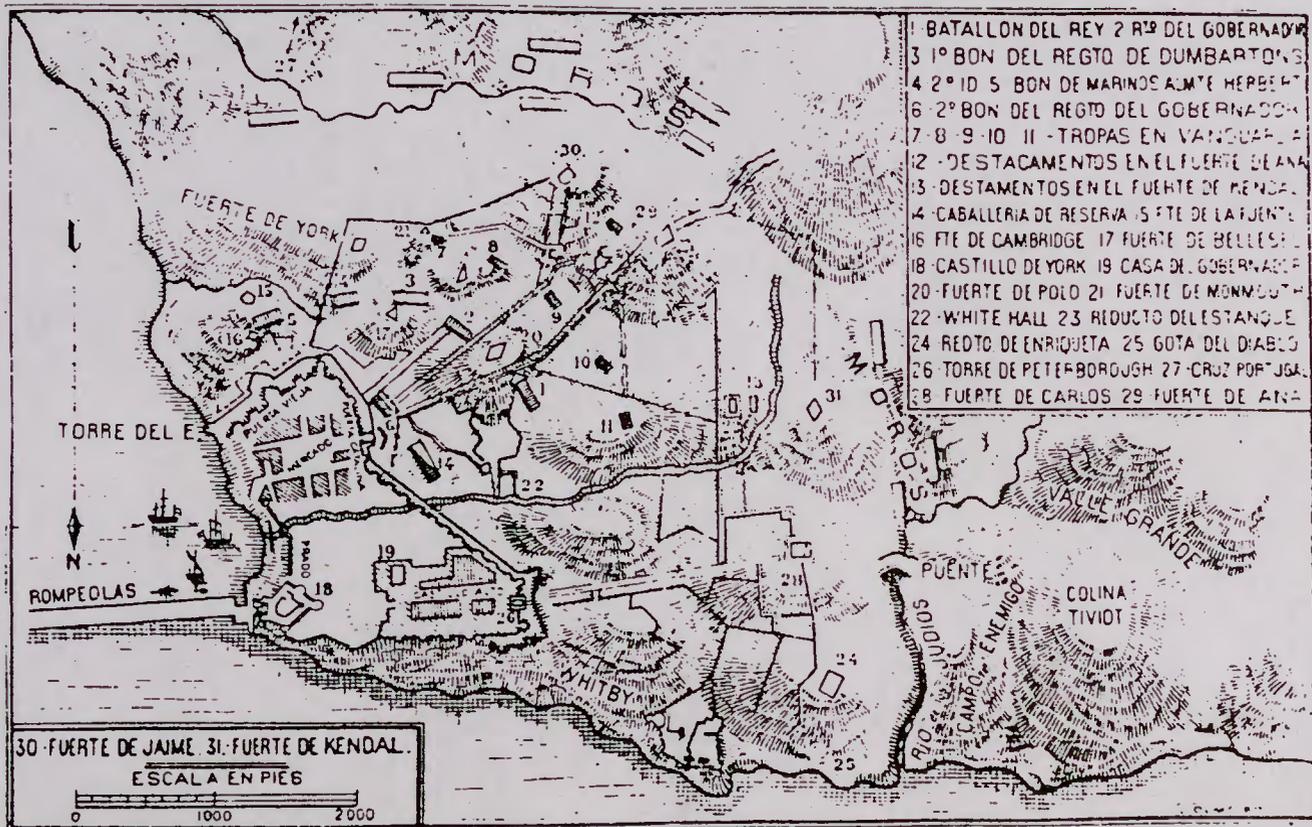
A maioria da população de Tânger preferiu partir para o Reino embora forçada a viver e residir na província Algarvia.

Tinha ficado a promessa em carta da Rainha a D. Luis de Almeida de que os moradores da Praça "no Reyno do Algarve terião os mesmos vencimentos, e casas sem perigo, e trabalho com que naquella Praça se sustentavão". (22) Promessa essa que não viria a ser cumprida.

O preço a pagar pela transferência de soberania era elevado e exigia grandes custos materiais e humanos. Era o abandono das casas, dos bens e a desintegração de uma comunidade já desenraizada.

A 19 de Dezembro de 1661 (23) o governador de Lagos tem conhecimento, através de uma carta régia recebida, da passagem dos moradores para o reino. Informa

## TERRITORIO Y FUERTES ALREDEDOR DE TANGER



POSICION DE LAS TROPAS EN EL COMIENZO DE LA LUCHA EL DIA 27 DE OCTUBRE DE 1680

Les territoires et les fortifications de Tanger en 1680, d'après le plan publié dans G. GUSTAVO GULENT  
y Fr. CUEVAS GARCIA, *Tanger Inglés, un folleto del siglo XVII referente a la dominacion inglesa en Tanger.*



o Secretário do estado de que já tem indicada a quantidade de casas necessárias e que apenas aguardava a vinda do informador de Tânger, futuro representante nestas questões e outras referentes aos moradores no Conselho de Estado. Lamenta-se o governador dos incómodos causados a esta gente durante a sua passagem.

Após a chegada do informador Jerónimo de Freitas, são feitos os levantamentos das casas disponíveis, obrigando-se aqueles que ocupam mais de uma casa a mudar-se para outra mais pequena ou irem residir para a dos seus vizinhos e juntar as que estavam confiscadas e as dos ausentes. (24)

Assim foi possível criar em Lagos, Alvor e Vila Nova de Portimão cerca de 290 habitações, embora degradadas quando não em ruínas. (25)

Com a notícia do abandono da praça aos ingleses geram-se tumultos na cidade de Lagos, levantados por Lourenço Vila Lobos e seu irmão Frei António de Lobos, causado certamente pelo descontentamento da notícia. (26)

Esperava-se apenas a chegada da Armada Inglesa ao porto de Tânger, para que D. Luis Conde de Avintes desse ordem de despejo. De parte das autoridades algarvias havia o receio de que as condições necessárias ao acolhimento das populações não fossem as melhores, por falta de dinheiro e trigo. (27)

A 10 e 24 de Dezembro de 1661, o rei ordenou que se cobrasse no Almojarifado de Campo de Ourique 1.850.000 réis para a ajuda no alojamento dos moradores de Tânger, mas a quantia cobrada não excedeu mais de 900.000 reis. (28) Contudo, numa carta ao rei de 2 de Maio de 1662, o governador fala da Ordem Régia ao Conselho da Fazenda para que se remetessem 4.000 cruzados para as despesas na reparação das habitações, tendo seguido o informador de Tânger, para que com o Corregedor de Tavira se providenciasse o alojamento e a sua repartição pelas várias famílias. (29)

Os primeiros moradores de que se tem conhecimento da sua chegada ao reino são alguns casais, que pelo menos já em Janeiro de 1662 se encontravam em Lagos e pressionavam o governador no sentido de lhes obter dinheiro e trigo. (30)

No mês seguinte chegam a esta última cidade duas fragatas inglesas transportando 500 pessoas, sendo preciso providenciar-se o seu transporte. (31)

Os gastos com o transporte e a reparação das casas obriga à procura de empréstimos, pois o dinheiro de campo de Ourique tardava. (32)

Em Março chega uma caravela a Lagos transportando 100 moios de trigo o que era verdadeiramente insuficiente para tanta quantidade de mulheres e crianças estando esgotado todo o trigo nos arredores. (33)

Curioso é o pedido dos moradores que tendo ficado na cidade de Tânger queriam agora delocar-se para o reino, mas não em embarcações inglesas, por muitos deles serem viúvas que temiam o abuso dos ingleses preferindo vir em embarcações portuguesas. (34)

Com a chegada de mais sete ou oito fragatas inglesas aos portos de Lagos, Faro e Tavira, a população aumenta e com ela a falta de dinheiro. (35)

No dia 2 de Maio de 1662 é enviada uma lista ao rei dos moradores de Tânger que passaram para o reino. A sua quantidade e distribuição pelos vários lugares do Algarve era a seguinte:

Lagos	212 casais 692 pessoas 55 homens de cavalo 115 soldados
Vila de Alvor e Vila Nova	77 casais 253 pessoas 22 homens de cavalo 41 soldados
Faro	78 casais 270 pessoas 11 homens de cavalo 53 soldados

Tavira	130 casais 452 pessoas 52 homens de cavalo 73 soldados
Total de casais	497
Total de pessoas	1667
Total de Homens de cavalo	140
Total de soldados	282 (36)

Como se pode observar o envio de trigo era fundamental para o abastecimento de toda esta população.

Cabia ao Contratador fornecer o trigo em quantidade suficiente e qualidade superior àquela que tinha enviado em Março e Abril (cerca de 200 moios), causando doenças aos moradores "por ser negro e ruim". (37)

Após o alojamento dos moradores era preciso proceder ao seu enquadramento na sociedade portuguesa. Para isso o rei persuadiu através do governador as populações a servirem no exército sob orientação do Marquês de Marialva. Chamou a si os cavaleiros de Tânger e fez a proposta acrescentando que não faltaria pão às suas famílias e o receberiam tal e qual como se estivessem presentes.

Recusaram alegando que não poderiam deixar as suas famílias pelas perdas que tiveram na viagem para o reino, as doenças e fome que muitas vezes os obrigavam a vender o que de melhor possuíam para sobreviver. Faziam-lhes falta também roupas. (38)

De acordo com o relato do médico e cirurgião que os assistia "a maior parte delles nem camas tem em que se deitam pelas terem uendido, tras estas miserias e falta de mantimento se pode temer que as doenças uenhão a parar em algum mal que seia ypreparavel". (39)

Dos 282 soldados chagados, aproveitaram os mais capazes para o seus oficiais irem servir o exército. A esse propósito veio da corte o seu Sargento-Mor Francisco Tavares de Araújo.

Tinham vindo de Tânger 5 companhias de infantaria de que o governador formou 4, duas em Lagos com 38 soldados cada uma, vindos do Alvor e Vila Nova de Portimão, outra em Faro com 48 homens e outra em Tavira com 44 homens. (40)

Era costume em Tânger tomarem-se soldados quando ainda meninos, daí não poderem tomar armas. Se fugissem seriam perseguidos e enviados para o exército e os responsáveis pela sua fuga ou seus pais presos. (41)

Da informação recolhida pelos oficiais da fazenda régia da Contadoria de Tânger, apenas se sabia o número de casas atribuídas e a sua respectiva localização, mas por estarem dispersos os moradores, não se podia saber ao certo as casas que ocupavam tanto mais que alguns as alugaram aos seus próprios donos. Estes por sua vez, que tinham direito ao pagamento dos alugueres das casas, não os recebiam aguardando o despacho que desse autorização a tal. (42)

O Governador para tentar minimizar o problema solicita ao rei a diminuição dos dízimos pois não era justo pedir aos donos das casas, quando delas não faziam usufruto algum. Pelo que se deveria mandar pagar do que sobejasse da consignação dos moradores de Tânger. Enquanto não se cobrava àqueles que deixaram em Tânger as suas casas por pagar. (43)

A 19 de Janeiro de 1663 o governador ordena aos oficiais da fazenda régia da Contadoria de Tânger para se dar certidão do trigo que tinha entrado no reino e do que se gastava. De acordo com essa certidão, tinham entrado 1608 moios e 7 alqueires e meio de que 90 moios tinham sido pagos pelo informador Jerónimo de Freitas a 400 reis a fanga por conta do contratador a que o governador se recusa a assinar essa entrada por se sentir embaraçado com as despesas. (44)

Estavam em poder do Almojarifado 381 moios e 40 alqueires de trigo para fornecer as cidades de Tavira, Faro, Vila Nova de Portimão e Alvor. (45)

Entrava-se então num período de racionamento estando o resto do trigo embargado por ordem régia, a que não poderiam subsistir por se ter consumido mais do que era habitual, morrendo alguns pela sua falta.

Esperava-se a chagada de D. Luis de Almeida para resolver estes problemas.

A 17 de Janeiro de 1662 chega a Lagos, Diogo Banha de Siqueira, cavaleiro de Tânger, com sua família e mais 4 casais trazendo consigo correspondência de D. Luis de Almeida para o rei. (46)

A 4 de Dezembro do mesmo ano, ordenou o governador que os moradores de Tânger que viviam no Algarve elegeassem dois cavaleiros por cidade, para os representarem em Lagos. (47)

Diogo Banha de Siqueira concordou por se tratar de cidades distintas e não poderem largar as suas casas.

Foram nove nomeados. Os moradores solicitaram ao governador para que não deixasse Diogo Banha de Siqueira sair da cidade, considerando que na corte tratava mais de si do que na casa da Câmara se procedesse a votação em Diogo Banha de Siqueira. Foi recusado por 8 deles que ao invés pediam para que fossem eles a representar os moradores.

Os moradores que pretendessem vir à corte tratar de seus problemas, não o poderiam fazer sem licença régia, e quando assim acontecesse seria por uma razão muito forte, pois de outra maneira entregariam os seus requerimentos ao informador de Tânger. (48)

A notícia foi espalhada por todos os locais públicos onde residiam os moradores.

Sabemos também que o Deão da Sé de Tânger se desloca à corte de Lisboa para tratar dos requerimentos que os moradores tinham ouvido. (49)

Estabeleceram-se trocas comerciais entre Portugal e Tânger, com a venda de mantimentos aos ingleses, sobretudo nos portos da Costa Africana. (50)

Em 24 de Outubro de 1662 temia-se que a peste em Argel e Tetuão (situada apenas a 64 Km sueste de Tânger) se pudesse partilhar nesta cidade até pelo comércio feito entre elas. (51)

Avisaram-se as câmaras e Capitães-Mores do reino para o perigo que era a vinda de embarcações do Norte de África a Tânger.

Da cidade chegavam informações de alguns portugueses ainda lá residentes, sobre a posição e movimentos inimigos. Essas informações chegaram até cá a bordo de embarcações inglesas.

A 20 de Novembro de 1662 chega a Faro uma sumaca (barco pequeno de dois mastros) inglesa trazendo notícias da saída de Cádiz de uma armada espanhola com 20 navios. No mesmo período de tempo um cônego de Tânger chega a Portimão informando o governador da partida de uma armada Castelhana para as Canárias escoltando galeões e que na viagem de regresso viria ao reino, mas que o mais certo seria encontrar a nossa frota no Brasil. (52)

As populações portuguesas são transferidas. Há promessas de alterações e melhoramentos, em Tânger sob o domínio inglês. Nada disto se verifica, bem pelo contrário. Inaptos para manterem uma praça deste tipo, os ingleses envolvem-se em conflitos destruindo grande parte daquilo que os portugueses haviam construído, acabando por abandonar e evacuar a cidade.

O Conde de Castelo Melhor tendo disto conhecimento tenta comprar novamente a praça. O pedido é recusado.

Em finais do século XVII, os mouros entram novamente em Tânger.

Depois de tantos sacrifícios para a conquistar, e se tivermos em atenção o que vinha a acontecer já desde o século XV, foi este o destino da praça marroquina.



## NOTAS

- (1) SANTARÉM, Visconde de, **Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas**, vol. XVII, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1859, p. 54.
- (2) BEIRÃO, Caetano, **Anais Ciclo da Restauração de Portugal**, Vol. VII, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942, p. 462.
- (3) PRESTAGE, Edgar, "O Dr. António de Sousa Macedo Residente de Portugal em Londres" (1642-1646), In **Separata do Boletim de Segunda Classe**, vol. X, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1916, p. 23-24
- (4) PRESTAGE, Edgar, "Duas Cartas do Dr. António de Sousa Macedo Escritas em Inglaterra a El-Rei D. João IV", In **Separata do Boletim de Segunda Classe**, vol. X, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1916, p. 4-5.
- (5) BEIRÃO, Caetano, *Op. Cit.*, p. 462-463.
- (6) PRESTAGE, Edgar, **As Relações Diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668**, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, p. 118-119.
- (7) BEIRÃO, Caetano, *Op. Cit.*, p. 468-469.
- (8) PRESTAGE, Edgar, "Duas Cartas do Dr. António de Sousa Macedo Escritas em Inglaterra a El-Rei D. João IV", In **Separata do Boletim de Segunda Classe**, vol. X, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1916, p. 4-5.
- (9) BEIRÃO, Caetano, *Op. Cit.*, p. 466.
- (10) PRESTAGE, Edgar, **As Relações Diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668**, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, p. 53.
- (11) BEIRÃO, Caetano, *Op. Cit.*, p. 468-469.
- (12) *Idem*, *Ibidem*, p. 468-470.
- (13) *Idem*, *Ibidem*, p. 473.
- (14) YERONNE, Chantal de La, **Tânger sous occupation anglaise d'après une description anonyme de 1674**, Paris, Librairie Orientaliste Paul Genthner, 1972, p. 1.
- (15) *Idem*, *Ibidem*.
- (16) CLARENDON, Lord, **Mémoires**, Tome Deuxième, Paris, 1827, p. 195.
- (17) MENEZES, D. Fernando, **História de Tângere que comprehende as noticias desde a sua primeira conquista até à sua ruína**, Lisboa, Officina Ferreiriana, 1732, p. 272.
- (18) CASTRO, José Ferreira Borges, **Colecção de Tratados Convenções etc. entre a coroa de Portugal e as mais potências**, Tomo I, p. 144 e seg.
- (19) MENEZES, D. Fernando, *Op. Cit.*, p. 275.
- (20) *Idem*, *Ibidem*, p. 276.
- (21) BEIRÃO, Caetano, *Op. Cit.*, p. 489.
- (22) MENEZES, D. Fernando, *Op. Cit.*, p. 274.
- (23) IRIA, Alberto, **Cartas dos governadores do Algarve (1638-1663)**, Academia Portuguesa da História, 1978, Doc. 616, p. 445.
- (24) *Idem*, *Ibidem*, Doc. 619, p. 447
- (25) *Idem*, *Ibidem*, Doc. 623, p. 449
- (26) *Idem*, *Ibidem*, Doc. 617, p. 446
- (27) *Idem*, *Ibidem*, Doc. 619, p. 447
- (28) *Idem*, *Ibidem*, Doc. 683, p. 484
- (29) *Idem*, *Ibidem*, Doc. 648, p. 463
- (30) *Idem*, *Ibidem*, Doc. 627, p. 451
- (31) *Idem*, *Ibidem*, Doc. 635, p. 456
- (32) *Idem*, *Ibidem*, Doc. 640, p. 459
- (33) *Idem*, *Ibidem*,
- (34) *Idem*, *Ibidem*, Doc. 642, p. 460
- (35) *Idem*, *Ibidem*, Doc. 648, p. 463
- (36) *Idem*, *Ibidem*, Doc. 649, p. 464
- (37) *Idem*, *Ibidem*, Doc. 650, p. 465
- (38) *Idem*, *Ibidem*, Doc. 651, p. 465
- (39) *Idem*, *Ibidem*, Doc. 682, p. 483
- (40) *Idem*, *Ibidem*, Doc. 679, p. 482
- (41) *Idem*, *Ibidem*,
- (42) *Idem*, *Ibidem*, Doc. 727, p. 509
- (43) *Idem*, *Ibidem*,
- (44) *Idem*, *Ibidem*, Doc. 734, p. 513
- (45) *Idem*, *Ibidem*,
- (46) *Idem*, *Ibidem*, Doc. 623, p. 449
- (47) *Idem*, *Ibidem*, Doc. 724, p. 507
- (48) *Idem*, *Ibidem*, Doc. 699, p. 493
- (49) *Idem*, *Ibidem*, Doc. 642, p. 460
- (50) *Idem*, *Ibidem*, Doc. 613, p. 443
- (51) *Idem*, *Ibidem*, Doc. 714, p. 501
- (52) *Idem*, *Ibidem*, Doc. 722, p. 506



## APÊNDICE

Sousa de Macedo a El Rei  
28 de Fevereiro de 1645

Fui como me ordenou, e lhe disse que cuidará bem e a mayor difficuldade que achava para escrever a V. Magestade era a Religião, porque sem liberdade de consciência para que os católicos não fossem oprimidos, e a princesa tuesse quem quem se atrauesse a ajudalla, seria também tratada como a Rainha presente, e prosegui, mostrando-lhe como sua coroa, nem a Relegiam protestante, que elle tanto zellaua não podião sustentar sê de outro modo que unidosse com os catolicos de seu Reyno, e deixando os crecer (.) Finalmente no negocio principal se resolueo em diser que elle começaua a cuidar em casar o principe e verdadeiramente lhe não lembrava princesa de Portugal, mas que o dito secretario lho lembrará, e que elle entendia que podia haver de ambas as partes boas condições, (...) porem não liberdade de consciencia, mas somente alguns bons partidos, menores, com que não fossem tam perseguidos os catolicos, a quem elle não aborrecia, antes os amava que ele queria escrever sobre este negocio à Rainha, e que eu escrevesse a V. Magestade. Esta mesma resposta me deu ultimamente o dito secretario Nicolao O Conde d'Orcet 4 camareiro mor de El Rey, de grande sua confiança com quem corro, uindo me eu uisitar, e eu a elle me disse de ambas as vezes, praticando uagamente, que o principe de Orange queria cazar sua filha com o de Inglaterra, na que El Rey de Inglaterra não queria com ele mais parentesco, porque nada fazia por El Rey; que tam bem o Duque de Orliens pretendia o mesmo, mas que El Rey não queria, porque sua filha tinha muito mais idade que o principe. Destes dois sabia eu já. Ajuntou outro terceiro pretendente, que disse ser o principe do condê para hua sua filha, e deste nada julgou, não fallou em negocio tocante a nós, nem eu a ele (.) Alcançandosse o sobredito, ou outra cousa que pareça bastante, porque sem hum bom melhoramento na religião não ha que tratar disto o casamento será muy importante a esse Reyno: 1. a rezão pello serviço de Deus; 2. a pella (...) gloria que V. Magestade ganhará, alcançando na religião o que não puderão El Rey de Castela no casamento que intentou, nem El Rey de França no que fez; 3. a pello favor de S. Santidade que V. Magestade ganhará; 4. a pela amisade de El Rey, que mais ou menos dous annos hade recuperar seu reyno contra El Rey de Castella; 5. a pella mesma amisade contra os Olandeses que assy terão mais respeito a V. Magestade; 6. a para que as forças de V. Magestade seião mais consideraveis não dependendo somente de El Rey de França, que tem seus padres.

A defficultade está somente em que El Rey de Inglaterra fara isto só pera alcançar de V. Magestade em dote hua grande assistencia contra o parlamento, e os negocios de V. Magestade não estão pera tanto. A isto respondo, que devemos ver o que pede, e pellas ditas considerações de utilidade fazer hum grande esforço, e para aquillo a que se não puder chegar, pedirá V. Magestade a S. Santidade hum subsidio ecclesiastico e ainda mais, que o mesmo Papa dee a V. Magestade hua a ajuda do seu dinheiro, que não pode negar para tal obra (...)

(.) Resta aduertir que o Principe de Inglaterra faz quinze annos de idade para Mayo, he de gentil disposição, e criase em grande odio contra os hereges de ceitas mais nouas que a protestante, e em boa afeição dos catholicos, porque Vee que estes o servem, e os outros querem arruinar a casa Real. Se este negocio se fizer, pode ser que se faça sem V. Magestade romper abertamente com o parlamento, a fim de conseruar o comercio, o dote não será todo a dinheiro, mas boa parte em mercadorias, e outras cousas, e finalmente tudo em modo que fique mais suave que for possivel (.)

4 Dorset

In PRESTAGE, Edgar, "Duas Cartas do Dr. António de Sousa Macedo Escritas em Inglaterra a El-Rey D. João IV", In *Separata do Boletim de Segunda Classe*, vol. X, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1916, p. 14-17.



## OS ANDRADAS DE BRITO AO SERVIÇO DA CASA DE BRAGANÇA

*João de Sousa da Câmara \**

Uma galeria de quadros com figuras que se alinham por corredores sem fim dir-se-ia um tesouro incalculável para o historiador desejoso de descobrir se não todo o mistério do passado, ao menos alguns pormenores sobre as feições determinantes duma sociedade, duma família e duma época. Mas onde encontrar, entre nós, essa mina? Em parte nenhuma! De resto nem sequer se conhecem ao certo as fisionomias de muitos dos reis de Portugal.

Perante esta pobreza franciscana, os documentos, se não substituem em tudo o que os retratos deixam entrever, podem em todo o caso compensar o historiador, acrescentando muitas coisas que a pintura nunca lhe poderia revelar.

É facto que quando se passam os olhos a correr por um manuscrito não se pode alcançar o significado completo do seu conteúdo. Não se tem presente toda a história a que o documento se circunscreve. Mas, se o estudarmos, pode tornar-se não só inteligível como portador de novidades insuspeitadas do mundo da investigação histórica. Então, talvez esse pergaminho amarelecido e gasto nos diga mais sobre certa figura, apesar da sua modesta aparência, do que nos podia contar um rico e belo retrato a óleo.

Raízes da Restauração é o título do presente livro. Mas para ajuizar um pouco melhor da sua realidade, talvez conviesse exemplificar, logo à partida, através dum modelo, a verdadeira natureza das campanhas da Restauração. E se por manifesta carência não se pode percorrer uma galeria de retratos em busca das figuras representativas, porque não utilizar uma outra espécie de "galeria", só de nomes, mas com capacidade para ser fortemente iluminada e enriquecida por documentos? Esta "galeria" pode ser simplesmente uma árvore de costados e os manuscritos, que jazem em depósito nos arquivos, os instrumentos susceptíveis de evocação dos pensamentos e das acções que se impuseram no decorrer do período da Restauração.

Assim, a figura de Manuel de Lemos Mourão, bisavô de João Francisco de Sousa da Câmara - parentesco que se pode verificar na referida árvore - merece destaque especial. E compreende-se! Pertence à geração do compromisso com a liberdade e a independência de Portugal. Esteve presente nos principais combates da Restauração. Como poucos, podia gabar-se da proeza de haver participado, da primeira à última hora, na grande contenda do Séc. XVII contra a Espanha.

Como Oliveira Martins dá a entender, e nós gostamos de sublinhar sem dúvida essa tese, ninguém colaborou melhor com as intrépidas e corajosas forças armadas, presentes em todas as situações de risco de 1640 a 1665, do que o inglês e o jesuíta, as principais linhas de influência na consolidação da Casa de Bragança no trono de Portugal.

São bisavós de João Francisco de Sousa da Câmara, como se pôde ver na árvore de costados, para além de Manuel de Lemos Mourão, Manuel de Sousa de Brito, Francisco Correa de Lacerda e Jorge de Brito de Andrada, falecidos respectivamente em 1667 (1), 1633 (2), 1682 (3) e 1657 (4). Dir-se-ia ser esta sobretudo a geração do sacrifício pela libertação e independência dum povo sujeito durante 60 anos ao aniquilamento progressivo do seu tecido social, económico e político quer na Europa,

*\* Historiador. Publicista*

quer no Ultramar, por força da injusta servidão de interesses imposta por Madrid.

Sem receio de nos repetirmos, tal é a sua importância para a compreensão da história da Casa de Bragança, desejamos lembrar uma vez mais a célebre frase de D. João II de que "tempos havia para usar de coruja, tempos para voar como falcão".

É certo que o VI duque de Bragança, D. João I, embora quisesse frisar que a sua Casa era a primeira entre todas depois da Real, acrescentando a palavra **NOS** à divisa **DEPOIS DE VÓS** da autoria de D. Jaime, só com o VIII duque de Bragança, D. João II, a época do falcão se sobrepôs definitivamente à da coruja.

E é indisputável que à Casa de Bragança, depois da Restauração, não mais foi necessário afivelar a máscara da coruja que de 1496 a 1640 conservou como medida de boa prudência e de bom senso político.

Se a Casa de Bragança não pôde deixar de representar com acerto o seu papel a despeito das críticas fáceis de certos comentadores, antes e depois da Restauração, vejamos como o fizeram os seus colaboradores que souberam defender-se do estado de espírito derrotista, evidenciando-se fortes, leais e empreendedores, com verdadeira fé no futuro.

Manuel de Lemos Mourão, nascido em casa de seus antepassados maternos na vila de Portel, recebeu o nome da família de sua mãe. O pai, o juiz de fora, Francisco Nunes Vieira, era natural de Ourém, sendo filho de João Nunes Vieira, senhor da Quinta de Chainhos, junto a essa vila.

Todavia é em Monsarás que decorre a primeira fase da vida de casado de Manuel de Lemos Mourão. Nessa vila, em 1639, vem ao mundo a sua filha herdeira D. Margarida de Lemos Castelo Branco, de sua mulher D. Maria de Lemos Castelo Branco que era prima direita de sua mãe D. Margarida de Lemos Castelo Branco. (5).

Em Monsarás a família Mourão (6) além de possuir casas, moinhos e courelas de terra com suas moradas, tinha sobretudo as seguintes herdades: a Goes, a Val de Xerez e o Zambujeiro da Barrada. (7) Mas para além destas propriedades, não só em Monsarás como em Portel, a família era beneficiária de mercês da Casa de Bragança que, na nobreza de toga dos seus membros, buscava os meios e os recursos em que estribava melhor os seus direitos.

Para governo da justiça e fazenda, perante um meio susceptível de corrupção, quer pela quezília interna, quer pela servidão que a todos impunha Castela, a Casa de Bragança bem precisava de fazer apelo ao mundo das leis, à Universidade, aos seus doutores e licenciados.

A pompa da guerra, que utiliza sobretudo os serviços do soldado, apesar do seu aparato, não dispensava a arte dos ministros das letras. O chamamento da hora não se esgotava na nobreza da espada. A nobreza da toga continuava a conservar a autoridade necessária. Desde os ouvidores, os desembargadores, os corregedores até aos juizes de fora, todos eram precisos para administrar a fazenda e a justiça.

Feito este breve reparo, vejamos com imparcialidade como de uma família com tradições vinculadas à carreira das letras saiu se não o culto pelas armas, ao menos a vocação pelo risco na pessoa de Manuel de Lemos Mourão.

Seu pai o licenciado Francisco Nunes Vieira (8) foi juiz de fora em Vila Viçosa de 1607 a 1609 e depois juiz de fora em Barcelos de 1611 a 1613. É numerosa a lista de mercês do duque D. Teodósio II não só a seu favor, como da sua viúva D. Margarida de Lemos.

Quanto ao sogro de Manuel de Lemos Mourão, também seu tio avô, posto que irmão da sua avó materna, de nome João Mourão de Lemos, deverá dizer-se que foi alcaide-mor e juiz dos Direitos Reais de Portel nos princípios do séc. XVII. (9).

Também ele se viu contemplado pelas mercês do duque de Bragança. Aliás, toda a família destes juizes, desde uma irmã de D. Margarida de Lemos chamada D. Maria Mourão, que recebeu quinhentos cruzados para o seu casamento, até a avó materna (10) e um tio chamado Francisco Feo de Castelo Branco (11), todos foram beneficiados com numerosas mercês do duque D. Teodósio. Em todo o caso essa avó materna de Manuel de Lemos Mourão, de seu nome D. Brites Mourão de Lemos, foi moça da câmara da duquesa de Bragança e mulher do dr. Francisco Mendes Feo de Castelo Branco, alcaide-mor de Portel.

Para que bem se possa avaliar a importância de Manuel de Lemos Mourão nas campanhas do Alentejo, de capitão dos aventureiros a capitão-mor da Vila de Monsarás até mestre de campo de Auxiliares da cidade de Évora, é preciso reconhecer que a vitória da Restauração não se ficou a dever exclusivamente à competência dos









militares nacionais, mesmo dos mais graduados.

A Casa de Bragança certamente achou nas forças armadas portuguesas a capacidade necessária para o êxito da empresa. Mas foi na desorganização do inimigo, que dispersara os seus recursos de combate por todo o mundo e os melhores regimentos pela Flandres e pela Catalunha, que a mesma Casa de Bragança encontrou o seu melhor aliado. Evidentemente que os soberanos da dinastia brigantina também beneficiaram do apoio interessado da Europa, nomeadamente da França e da Holanda, mas sobretudo da Inglaterra que desde o séc. XIV encontrara em Portugal um aliado certo para a sua política geoestratégica.

Quando em 1643 o grande Condé, na batalha de Rocroi, nas Ardenas, derrotou os espanhóis e tornou possível a paz com a Alemanha, o cardeal de Retz comentava: "Le combat était presque perdu; M. le Prince le rétablit et le gagna para un seul coup de cet oeil d'aigle que vous lui connaissez, qui voit tout dans la guerre et ne s'éblouit pas". (12)

No ano seguinte, em 1644, quando Matias de Albuquerque obtém a vitória do Montijo se não revela o "golpe de sorte" de Condé, ao menos demonstra irrefutavelmente a inutilidade e o desperdício das operações ofensivas.

Decerto Matias de Albuquerque, depois conde de Alegrete, não era propriamente o príncipe de Condé. Nem os regimentos espanhóis que os portugueses defrontaram na batalha do Montijo eram exactamente os mesmos de Rocroi. Talvez num ponto, para além da vitória sobre a Espanha, se encontrem os dois. Ambos estiveram presos por suspeita de conspiração contra o regime. Mas se Matias de Albuquerque foi injustamente punido, posto que não traiu, o grande Condé, Luis de Bourbon, não só por orgulho entrou no partido da Fronda, como depois se pôs ao serviço da Espanha contra a França. Foi um autêntico Coroliano, desempenhou com desafronto em vida o papel que Shakespeare se limitara a pôr no palco em teatro. E dele se pode dizer com inteira propriedade que conseguiu escapar ao destino de todos os corolianos.

É perfeitamente natural que em 1646 o conde de Alegrete, já inteiramente reabilitado, acabasse a vida ao serviço das armas de D. João IV. Sobre ele escreveu o conde da Ericeira na sua "História de Portugal Restaurado" o seguinte: "Mereceu o conde a opinião que conseguiu, porque era valoroso sem jactância, entendido sem desvanecimento, liberal por natureza, doméstico por costume e prudente por experiência. Logrou na Brasil e em Portugal as valorosas acções que temos referido com menos encarecimento do que mereceram". (13)

Quem diria no entanto, que o príncipe de Condé, ao serviço da Espanha, mas derrotado por Turenne, em 1657, havia de conseguir alcançar, após o Tratado dos Pirinéus, o perdão de Luis XIV? E quem diria que lograsse trinta anos depois, em 1687, em cerimónia na Notre-Dame o maior elogio fúnebre que se conhece pronunciado por Bossuet? (14)

Não vamos, evidentemente, pôr em dúvida que em 1648, com o fim da guerra dos trinta anos e com a Paz de Westfália entre a Espanha e os aliados, Portugal conhecesse um certo isolamento oficial, fazendo em 1654 um segundo tratado de aliança com a Inglaterra.

Em 1656 morre D. João IV. No ano seguinte perde-se Olivença. Deverá dizer-se que Manuel de Andrade de Brito, - veja-se o seu lugar na árvore de costados - futuro genro de Manuel de Lemos Mourão, estava presente nesta praça, desde 1654 no terço do mestre de campo Manuel de Saldanha. Em 1657 contava apenas 20 anos de idade. A história revela que se alistou apenas com 17 anos - dir-se-ia que as carências com o pessoal militar obrigavam ao recrutamento da mocidade - mas não se pode afirmar que tenha sido particularmente feliz no início da sua carreira de armas. E, no entanto, após a batalha de Montes Claros, mais precisamente de 1667 a 1669, com cuidado e acerto foi superintendente de importantes valores na comarca de Évora e Estremoz. Este é o avô materno de João Francisco de Sousa da Câmara, como se pode ver na árvore de costados.

Como se poderia dizer que os portugueses se deixavam abater definitivamente com o desaparecimento de D. João IV? Em 1656 começa a regência da rainha D. Luísa de Gusmão. Dois anos depois dá-se a defesa das linhas de Elvas e assina-se - como já referimos - a Paz dos Pirinéus, entre a Espanha e a França.

Como é próprio da duplicidade do hipócrita francês ser formalmente sério e intrinsecamente desonesto, oficialmente a Casa de Bragança via-se despojada de apoios

para contentamento da Espanha e furtivamente eram encaminhados para Portugal recursos de diversa natureza, não sendo o mais pequeno o envio do general Schomberg.

Pouco depois, em 1660, com a ajuda britânica fazem-se planos para a retirada da família real para o Brasil e, em 1661, realiza-se o casamento da infanta D. Catarina com Carlos II de Inglaterra e, simultaneamente, o terceiro tratado de aliança. Neste último ano os espanhóis invadem e conquistam o Alentejo, precipitando a crise que leva ao poder, em 1662, D. Afonso IV, findando a regência da rainha D. Luísa de Gusmão.

Com o novo soberano e tendo no governo o conde de Castelo-Melhor, assina-se um tratado com a Holanda para a regularização definitiva das questões coloniais.

Em 1663 dá-se a peleja de Degebe, a batalha do Ameixial e a recuperação da cidade de Évora.

Finalmente, em 1665, as forças portuguesas provocam um estremeção violento nas pretensões castelhanas, obrigando-as a evacuar o Alentejo, após a grande vitória da batalha de Montes Claros.

Em 1667 leva-se a efeito um golpe de palácio que depõe D. Afonso VI e usa-se a liga ofensiva e defensiva com a França.

Entretanto, em França, o príncipe de Condé, após um prolongado período "com baixa" nos negócios de guerra, como diria Bossuet: "sans envie, sans faite, sans ostentation, toujours grand dans l'action et dans de repos, il parut à Chantilly comme à la tête des troupes". (15) Em Chantilly, além de receber escritores como Molière, Racine e La Bruyère, este último sendo até nada menos do que o preceptor do seu neto, Luís de Bourbon preparava-se para novas campanhas rápidas, vitoriosas e magníficas.

Não se diz qualquer novidade afirmando que os nossos generais, como o grande Condé, puderam com gosto derrotar o inimigo, nem sempre o mesmo e nem sempre mau vizinho das suas fronteiras, mas não seria uma raridade que tivessem conseguido acesso às obras de Molière e de Racine sem a necessária autorização do Santo Ofício?

Finalmente em 1668, depois da vitória da paz sobre a Espanha, deu-se o reconhecimento da independência e a consagração definitiva da Casa de Bragança no trono de Portugal.

É perfeitamente compreensível que nesta altura se faça o ponto da situação com respeito a Manuel de Lemos Mourão. A 16 de Julho de 1665 o soberano envia-lhe a seguinte carta: "Eu El Rey vos envio muito saudar. Por que sey que na memoravel batalha dos montes claros e felice vitoria que o meu exercito alcançou do inimigo acodistes as obrigações do vosso posto que ocupaes de Me. de Campo com tanta promptidão, e açerto E avendo-vos com aquelle valor, e satisfação que de vos se esperava de que sahistes ferido. Vos quis agradecer por esta a demonstração com que vos sinalastes em meu serv. e juntamente dissemos que a esta ocasião e as mais com que sempre vos ouvestes cõ o zello costumado Hei de attender como mereceis". (16)

Vale a pena a este propósito, lembrar as considerações do conde da Ericeira na "História de Portugal Restaurado". São suas palavras textuais: "E reforçando os inimigos o combate com mais terços degolaram parte da infantaria solta, com que marchava o mestre de campo de auxiliares António de Saldanha na vanguarda do exército, perdendo ele valorosamente a vida. E neste impulso obrigaram a perder terreno a alguns dos terços do lado esquerdo e a descompor-se o regimento francês de Fugeret e o de Chévery. Acudiu João da Silva de Sousa a remediar este perigo com o terço de auxiliares de Évora, de que era mestre de campo Manuel de Lemos de Mourão, que também foi desbaratado e o mestre de campo ferido e prisioneiro". (17)

Por uma outra carta do soberano de 6 de Agosto de 1666 pode ver-se o que realmente se passou com Manuel de Lemos Mourão. Diz este documento: "Na batalha de Montes Claros se portou de maneira, que desamparado de todo o seu terço sem o poder voltar ao inimigo, se deixou ficar entre elle com a espada na mão, em companhia de hum criado somente, pelejando tam esforçadamente que Recebeo cinco feridas, em que entrou hum mosquetaço na cabeça e huma pancada no braço direito, de que ficou com lesão e prisioneiro do inimigo, até que dipois de derotado se livrou delle, correndo sua vida manifesto perigo". (18)

Para melhor ilustrar a carreira de Manuel de Lemos Mourão nas campanhas da Restauração, podemos referir o seguinte: de 1641 a 1645 foi capitão dos Aventureiros à sua custa em Monsarás, acudindo sempre com prontidão e eficácia aos comboios e re-









bates das vilas circunvizinhas. (19) Depois serviu na companhia de cavalos do conde de Fiesco durante cinco meses sem qualquer soldo. (20) O Fiesco pertencia a uma das quatro grandes casas patricias da República Genoveza. Da sua família tinham saído dois papas: Inocêncio IV e Adriano V. Com este genovês podia dizer-se que Manuel de Lemos Mourão se encontrava em boa companhia embora sem soldo. Em todo o caso é bom não esquecer a seguinte frase: "fidalguia sem comedoria é gaita que não assobia".

Terminado esse período serviu algum tempo como capitão-mor da vila de Monsarás e depois passou para a cidade de Elvas. (21) Aí esteve durante três meses e em 1645 participou activamente nos diferentes combates que então se deram.

Como se poderia dizer que os portugueses não eram persistentes? Manuel de Lemos Mourão de 1651 a 1666 foi mestre de campo de auxiliares da cidade de Évora e sua comarca. (22) Pois bem, mais de 20 anos decorridos sobre o início das guerras da Restauração, Manuel de Lemos Mourão, entre as vagas ambições de glória desse tempo, ainda pôde servir com prontidão quer na peleja de Degebe, quer na batalha do Ameixial, quer ainda na recuperação da cidade de Évora. (23)

Não vamos, evidentemente, pôr em dúvida que não houve compensações para além das morais por tantos serviços. Em 1651 Manuel de Lemos Mourão entrou na posse da mercê de 40\$000 réis de pensão em uma das comendas da Ordem de Cristo, recebendo o hábito da mesma Ordem pelos seus serviços como capitão de Aventureiros, como capitão da companhia do conde de Fiesco, etc, etc. Finalmente, em 1666, passou a fidalgo-cavaleiro.

A seu irmão, João Feo de Castelo Branco, sua majestade fez mercê, em 1646, também de 40\$000 réis de pensão, numa das comendas da Ordem de Cristo para os ter com o hábito: pelos seus serviços no Alentejo no cargo de capitão-mor de Monsarás e Mourão e em Vila Nova del Fresno, Elvas e Vila Viçosa. (24)

Manuel de Lemos Mourão - como aliás já o dissemos - faleceu em 1667. Por esse tempo a sua filha primogénita D. Margarida de Lemos Castelo Branco casou com Manuel de Andrada de Brito. Deste matrimónio foi herdeira D. Maria Antónia de Lemos e Andrada, nascida em Borba, em 1669, (25) e casada com Francisco de Sousa da Câmara em Vila Viçosa, em 1691.

Há certos encontros da História que dão que pensar. Manuel de Andrada de Brito, avô de João Francisco de Sousa da Câmara - como se pode ver na árvore de costados - tinha nascido em Olivença em 1637. Como seu sogro, também fora no seio da casa materna que vira a luz do dia. Só que agora o berço não era em Portel, mas em Olivença, posto que a essa vila pertenciam os Sardinhas. (26)

Sua mãe era D. Maria Vasques Sardinha e casara com seu pai Jorge de Brito de Andrada, precisamente nesse ano de 1637. Em 1642-43 seu pai que pertencia à nobreza da Corte, sendo fidalgo da Casa Real, exerceu o cargo de funcionário nobre da Misericórdia de Vila Viçosa. Mas não se pode dizer que o início da carreira das armas de Manuel de Andrada de Brito tenha sido afortunado. Em 1657, apenas com 20 anos de idade, ficara prisioneiro do inimigo, precisamente em Olivença na sua terra natal. Nesse ano falecia seu pai Jorge de Brito de Andrada que vinte anos antes regressara com o infante D. Duarte da sua 1.ª viagem à Alemanha. Ramos Coelho (27) na sua "História do Infante D. Duarte", apesar da sua probidade e da muita investigação que pôs nessa obra, não averiguou este simples pormenor: Jorge de Brito de Andrada foi um dos três fidalgos que acompanharam o infante D. Duarte à Alemanha!

Em 1657, em Évora, ficou sua mulher D. Maria Vasques Sardinha como tutora dos filhos menores: Fernando de Brito de Andrada, Francisco Freire de Andrada e Martim Afonso de Azevedo. (28) Mas se os Sardinhas eram proprietários em Elvas da herdade da Tainha, Jorge de Brito de Andrada possuía a herdade da Lagoa de Pardaes e a defesa chamada a Torre de Onofre em Monforte, além de muitas outras propriedades. (29)

Ora, documentando a evolução dos Andradas de Brito não como latifundiários, mas como fidalgos da Casa de Bragança, pode ler-se num certificado dum Alvará de 4 de Setembro de 1671 o seguinte passo: "Eu o Príncipe como Regente Governador do Estado e Casa de Bragança faço saber aos que este virem que havendo respeito ao que se me apresentou por parte de Manuel de Andrada de Brito filho de Jorge de Brito de Andrada que acompanhou e serviu ao Infante Dom Duarte meu tio que Sancta Glória Haja na primeira jornada que fez a Corte do Imperador da Alemanha e neto de Manuel de Andrada de Brito que toda a sua vida serviu com muita satisfação e luzimento a Casa de Bragança em o foro de fidalgo tendo huma comenda das da apresentação della

E a Alcaydoria mor da vila de Portel e seu Bisavô Niculau de Andrada Freire haver servido e ocupado na mesma Casa Lugares de muita confiança e authoridade de como me constou por sentença de justificação do Doutor Pedro Fernandes Montr. ° Juiz Dez. da Casa de Bragança Hey por bem fazer lhe Mce. da dita Alcaydoria mor da villa de Portel que hora esta vaga por falecimento de António Pereira de Lacerda". (30)

Vimos atrás, ainda que muito resumidamente obtidas pelos juizes de Fora e seus familiares as mercês ao serviço da Casa de Bragança, vamos ver agora mais detalhadamente as recebidas pelo responsável pela fixação dos Andradas de Brito, na Corte de Vila Viçosa. Foram as seguintes as auferidas por Nicolau de Andrada: (31) 12 mil réis em 1583; 400 réis de moradia por mês em 1584; 2 mil réis de moradia por mês em 1585; 40 mil réis de mercê ordinária em cada ano de 1585 em diante; 40 mil réis em 1586; 20 mil réis de tença para haver cada ano em sua vida em 1588; 20 mil réis em 1589; 15 mil réis para os três filhos que estavam no colégio da cidade de Évora em 1593; 15 mil réis para os filhos em cada seis meses em 1594, etc..

Estas últimas mercês são bem um indício da generosidade de duque D. Teodósio II. É que Nicolau de Andrada tinha falecido em 1590. "Les morts vont vite"? Não para a Casa de Bragança!

Nicolau de Andrada foi casado com D. Isabel de Brito como se pode ver não só na árvore de costados de João Francisco de Sousa da Câmara, como numa lápide de mármore no chão da Igreja do Convento das Chagas. (32) Gozava na Casa de Bragança duma autoridade que seu filho primogénito manteve, posto que chegou a ser camareiro do duque D. Teodósio. Pelas mercês e proventos recebidos pode ajuizar-se um pouco da veracidade desta afirmação.

Nicolau de Andrada foi provido primeiro do hábito de Cristo a 12 de Outubro de 1566. (33) Depois, em 1574, obteve a comenda de São Vicente de Gradomil. (34) Em seguida, em 1580, alcançou a comenda de Santa Maria da Caridade de Monsarás. (35) Era filho de D. Brites da Fonseca e de Manuel da Fonseca de Andrada. Este último também havia pertencido à Casa de Bragança. Fora moço de Guarda Roupas e, em 1526, recebera a comenda de Santa Maria das Vidigueiras de Monsarás.

Quanto à família de D. Isabel de Brito, mulher de Nicolau de Andrada, apenas duas palavras. Seus progenitores chamaram-se António de Brito e D. Isabel Freire. Mas se o pai desta última foi Rui Freire de Andrada, camareiro do infante D. Luis que serviu na Índia, onde foi capitão-mor das armadas, o seu avô materno foi Álvaro Roiz de Miranda, aposentador-mor da infanta D. Beatriz, mãe do rei D. Manuel.

É relativamente fácil seguir o itinerário em Vila Viçosa dos Andradas de Brito ao longo da História Genealógica. Nicolau de Andrada foi um dos fidalgos do duque D. João I e testemunha presente no seu testamento (36) em 1583. Por esse tempo seu filho mais velho, Manuel de Andrada de Brito, contava apenas nove anos de idade. Mas com doze anos é tomado novamente como moço-fidalgo da Casa de Bragança. (37) Em 1593, com dezanove anos, é já comendador da Caridade da Vila de Monsarás (38) e depois alcaide-mor de Portel. Em 1603, por ocasião do casamento do duque D. Teodósio com D. Ana de Velasco, pode entrever-se na História Genealógica (39) a sua presença entre os que mais se distinguiram nas festas e torneios organizados para celebrar o acontecimento.

Será bem relembrar que não só Manuel de Andrada de Brito como seus irmãos ainda menores, o mais velho tinha dezasseis anos, beneficiaram do apoio financeiro da Casa de Bragança para fazerem os seus estudos no colégio da cidade de Évora. (40)

Do casamento de Manuel de Andrada de Brito com D. Joana de Azevedo, filha herdeira de Jorge Godinho, houve numerosa descendência, entre a qual se destacou não só D. Filipa que foi abadessa em Santa Clara de Beja, como Jorge de Brito de Andrada.

Deverá dizer-se que o sogro, Jorge Godinho, natural de Borba, (41) além de deixar o seu patronímico a uma herdade de S. Romão, chamada ainda hoje a Godinho, deu o nome próprio ao neto que mais tarde jornadaeu com o infante D. Duarte pela Europa com destino à Corte do Imperador da Alemanha. Casou com D. Maria da Silveira de Borba, ramo dos Silveiras do Redondo, senhores de numerosas propriedades que os Andradas de Brito herdaram mais tarde.

Por último, Manuel de Andrada de Brito, filho de Jorge de Brito de Andrada e avô materno de João Francisco de Sousa da Câmara, evidenciou ser se não um grande administrador, ao menos um importante acumulador de bens e mercês pelas diversas petições que fez. (42)

Manuel de Lemos Mourão V. M. Rey: Venenias muito ponder. Digo que quem me mostrou a batalha de Montevideo, o Sr. Vitoria que com o exercito alcançou do Sr. Inimigo a victoria a obrigaçao de outro genero que occupou de 22 de campo com tanta generosidade, e com tanto valor, e com a qual se deu a victoria de 7 de Junho de 1705. Voz que agradeço por esta demonstração com que Voz sinalastes em meus dias e junctamte a victoria que acida a victoria, e a mais com que sempre Voz ouvisse do Sr. Vitoria chamada a este attendi com merecimento. Escrita em Lisboa a 16 de Junho de 1665

Rey:

Se. Carlos II. Jo. de Bragança

Carta de agradecimento a Manuel de Lemos  
Mourão a 16 de Julho de 1665



O Rey fazo saber a todos os seus vassallos da Vila de Marques de Guayana com de de Pr  
 ta logo meo muito prezado. So brinhe do meu conceito de lado com o Arcebispo. Ar que  
 Rey por bem me praz fazer m<sup>o</sup> a Manoel de Andrada de Brito fidalgo de villa de  
 o Guayana f<sup>o</sup> f<sup>o</sup> de Jorge de Brito de Andrada fidalgo de minhaca ra em de Mano.  
 de Andrada de Brito. de tomar no mesmo foro de fidalgo de minhaca ra commil  
 e seis Comoros de moradia por mes de fidalgo cavaleiro e Sumalquene de Guayana.  
 por dia paga segunda ordenanca e de foz o mandado que pollo dito seu Rey de  
 pertence mandouos que o foz a attente no Juiz da matricula de moradia  
 de Minhaca ra no titulo de fidalgo cavaleiro com aditamento de Guayana  
 Manoel Conca o fez em Lisboa a cinco de Dezembro de mil seis e cento e cinco  
 e no setenta e sete. Manoel de Andrada o fez escrever  
Raynha

Manoel de Andrada

Para o Rey fazer merce a Manoel de Andrada de Brito filho de Jorge de Brito de An  
 dra de fidalgo de minhaca ra. de tomar no mesmo foro de fidalgo de minhaca ra commil e seis e mil e  
 de moradia por mes de fidalgo cavaleiro e Sumalquene de Guayana por dia e de foz o con  
 dia que pollo dito seu Rey de pertence

Mercê a Manoel de Andrada de Brito  
 de fidalgo cavaleiro a 5 de Dezembro de 1657



Não se contentou com ser fidalgo da Casa Real, (43) cavaleiro da Ordem de Cristo, (44) alcaide-mor de Portel, superintendente da criação de cavalos da comarca de Évora e Estremoz, proprietário de numerosas herdades, casas e moinhos. Na verdade reclamou junto do regente D. Pedro muitos outros benefícios a pretexto de que tinha uma numerosa família.

Entre as mais importantes destacam-se as seguintes petições: requerimento para a obtenção de outra alcaidaria; licença para poder ouvir missa sentado na capela mor e cruzeiro da Igreja de São Bartolomeu de Vila Viçosa e nas demais Igrejas de Vila Viçosa; dote para a sua filha mais velha poder levar o hábito de Cristo para o marido; solicitação de um almoxarifado; súplica de uma tença enquanto a sua filha não cassase, etc. Pois bem, todos estes pedidos foram deferidos com excepção da alcaidaria-mor. Manuel de Andrada de Brito não teve nisso o atendimento que desejava. Dasefortunadamente limitou-se a ficar com a de Portel. . .

Somos levados a crer que os tempos de guerra conquanto possam ser indício de grave crise, se mostram, bastantes vezes, como a origem de uma renovação, servindo de estímulo suficiente para a consecussão de uma nova vida.

A usurpação da coroa feita à Casa de Bragança obrigou-a a afivelar ainda mais a máscara da coruja. A conquista do trono não tinha de ser porém uma químera irrealizável. Se os direitos da duquesa D. Catarina em 1580 eram indisputáveis, posto que filha do infante D. Duarte, enquanto Filipe II era apenas filho da infanta D. Isabel, as obrigações que a Casa de Bragança tinha com a sua herança mostram que a coroa podia bem estar ao seu alcance. São palavras da História Genealógica: "A Casa de Bragança sempre grande, e respeitada desde a sua origem, se exaltou na pessoa do duque D. Jaime com prerrogativa tão alta, que se fez superior a todas as de Hespanha: porque no anno de 1498 foy este mesmo duque jurado Príncipe herdeiro do Reyno". (45)

Segundo Hegel as situações repetem-se: na primeira vez é uma tragédia, na segunda uma comédia.

De facto, se em 1483, a Casa de Bragança, perante a política da centralização do poder, foi aniquilada por razões de Estado, representando-se a tragédia do duque degolado, o exílio dos filhos e a fortuna perdida, em 1580, se a mesma casa se viu esbulhada do trono que lhe pertencia, o simulacro do processo foi muito outro. Só que os direitos não podiam ser negociáveis. Então os responsáveis refugiaram-se no papel da comédia. O País estava em profundo abatimento, quer por força do desastre de Alcácer-Quibir, quer por motivo das dificuldades da administração e da penúria do tesouro, quer ainda por divisão e quebra da vontade nacional. Era mais razoável evitar o confronto com Filipe II do que correr o risco temerário do apelo às armas. Em 1580 a Casa de Bragança dir-se-ia não ter esquecido a lição de 1483.

Mas não será que tanto uma como a outra, tanto a extinção de 1483 como a usurpação de 1580 concretizadas respectivamente por D. João II e Filipe II, não foram estranhas às raízes da Restauração?

## ANDRADAS DE BRITO DE VILA VIÇOSA

Manuel da Fonseca de Andrada foi de Beja para Vila Viçosa onde viveu ao serviço da Casa de Bragança. Casou com D. Brites da Fonseca sua parente e a quem pertenceu a Defesa chamada a Torre de Onofre em Monforte.

Diogo de Andrada Freire  
† S.G.

Nicolau de Andrada Freire comendador de Monsarás e Alcaide-Mor de Portel casou com D. Isabel de Brito filha de António de Brito e de D. Isabel Freire.

D. Violante de Andrada casou com Gonçalo Lobo de Olivença C. G.

Manuel de Andrada de Brito, senhor da herdade da Lagoa em Pardais, comendador da Ordem de Cristo e Alcaide-Mor de Portel casou com D. Joana de Azevedo filha de Jorge Godinho de Azevedo.

D. Filipa de Brito Freire Abadessa em Santa Clara de Beja.

Francisco de Brito de Andrada  
† S.G.

Jorge de Brito de Andrada serviu a Casa de Bragança e foi um dos fidalgos que acompanhou o Infante D. Duarte na 1.ª jornada que fez à Alemanha. Senhor da herdade da Lagoa em Pardais. Casou em Olivença com D. Maria Vasques Sardinha filha de Fernando Gil Sardinha.

Fernando Gil de Brito  
† S.G.

Manuel de Andrada de Brito fidalgo da Casa Real e alcaide-mor de Portel. Casou com D. Margarida de Lemos Castelo Branco, filha de Manuel de Lemos Mourão, Mestre de campo da Comarca de Évora.

Francisco Freire de Andrada  
† S.G.

Martinho Afonso de Andrada

Jorge Andrada de Brito  
† menino

Alexandre Andrada de Brito  
† menino

Manuel Andrada de Brito  
† menino

D. Maria Antónia de Lemos e Andrada casou com Francisco de Sousa da Câmara C. G.

Pedro Andrada de Brito  
† menino

D. Joana Maria de Azevedo Mourão de Castelo Branco casou com Fernando Vaz Cepa S. G.

D. Inácia Maria de Lemos de Andrada †solteira. Soror Bernarda de S. José Freira no Salvador de Évora.





Ordem de 28 de Julho de 1678

Ordem de Sua Alteza a favor de Manuel de Almeida e de Manoel de Brito, rios de  
 a favor em sua vida adm. que Telle. Garay, por seus pios e segund. d.  
 de Comenda mlti de penes, e comenda de São de trezentos mil reis de  
 farias de penes effectivas com facilidade de q. mandados, na guerra poder  
 rechar de Comenda em 1660 e de sua Alcaidaria mior, Cuzco e mais q. se  
 Com. por sua morte a Manoel de Andrade de Brito, poro domo mo d.  
 de Manoel Moura, e de estar julgada por a. la. Lojuis das justifficas. e q.  
 variadas de ucho, e do mesmo Manoel de Brito. e serviu no B. do mior a  
 Camp. M. de S. L. de S. de 1659. ate Mayo de 1667. e com  
 mior de Chuano, e com de superintendente da Com. dos Cavallos  
 Com. de Euzoi, e Estrada de S. de 1667. ate 1669. com queda  
 e acou. Ha por bem de se fazer m. G. Coram. de sua L. D. M.  
 Lemos do Cav. de S. e Com. mior effectivas do que as legros  
 apetta com quem Cozar de dezembro. em. a. c. de S. de S. e.  
 29 de J. de 1678.

*[Large handwritten signature]*

Alias de Maria Barbara se  
 para padrao de 380 duros  
 effectivas por mior e mior  
 Maria de S. de S. de S.  
 d. m. g. de S. de S.  
 the juramento logo em ucho  
 do S. de S. de S.  
 mior mior por a. mior  
 e com mior de S. de S.  
 com d. de S. de S. de S.  
 mior de S. de S. de S.  
 la veta e a. por a. mior  
 La de S. de S. de S.  
 18 de 1698.

Ordem de Sua Alteza a favor de Manoel de Almeida e de Manoel de Brito, rios de  
 a favor em sua vida adm. que Telle. Garay, por seus pios e segund. d.  
 de Comenda mlti de penes, e comenda de São de trezentos mil reis de  
 farias de penes effectivas com facilidade de q. mandados, na guerra poder  
 rechar de Comenda em 1660 e de sua Alcaidaria mior, Cuzco e mais q. se  
 Com. por sua morte a Manoel de Andrade de Brito, poro domo mo d.  
 de Manoel Moura, e de estar julgada por a. la. Lojuis das justifficas. e q.  
 variadas de ucho, e do mesmo Manoel de Brito. e serviu no B. do mior a  
 Camp. M. de S. L. de S. de 1659. ate Mayo de 1667. e com  
 mior de Chuano, e com de superintendente da Com. dos Cavallos  
 Com. de Euzoi, e Estrada de S. de 1667. ate 1669. com queda  
 e acou. Ha por bem de se fazer m. G. Coram. de sua L. D. M.  
 Lemos do Cav. de S. e Com. mior effectivas do que as legros  
 apetta com quem Cozar de dezembro. em. a. c. de S. de S. e.  
 29 de J. de 1678.

La Juize Ladras de S. de S. e  
 mior de S. de S. de S.  
 Maria de S. de S. de S.  
 por a. mior para mior de S.  
 18 de 1699

*[Handwritten signature]*

Despacho de Sua Alteza a favor de Manuel de Almeida e de Manoel de Brito a 28 de Julho de 1678



## NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Manuel de Lemos Mourão faleceu a 25 de Julho de 1667, ms., *Árvore de costados de José Bernardo de Sousa da Câmara*, Arq. Fam.
- (2) João de Sousa da Câmara, *Antes Quebrar que Torcer*, 1969, *Árvore I*.
- (3) Francisco Correa de Lacerda faleceu a 27 de Fevereiro de 1682, D. António Caetano de Sousa, *ob. cit.*, Tomo XI, p. 265.
- (4) Joaquim José da Rocha Espanca, *Memórias de Vila Viçosa*, vol. 33, 1988, p. 92.
- (5) *Mercês de D. Teodósio II Duque de Bragança*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa MCLMLXVII, p. 179.  
 Veja-se: Margarida de Lemos, viúva do Licenciado Francisco Nunes Vieira, 1618, Outubro 8 a 1618, Outubro 17: 1620, Janeiro 19: (137/450 v. - 137/456).  
 "Ouve Sua Exa. por bem de fazer mercê a ditto Margarida de Lemos de quinze mil reis de mercê ordinária em cada hu anno enquanto S. Exa. ouver por bem E não mandar o contrário com as condições da carta geral e se lhe passou provisão feita em 8 de Outubro de 1618".  
 "Ouve mais a ditto margarida de lemos em joão da Motta Tesoureiro da Casa da Sua Exa. quatro mil reis de que Sua Exa. lhe fez mercê por portaria feita em 17 de Outubro de 1618".  
 "Fez sua Exa. mercê a ditto margarida de lemos de lemos de quatro centos cruzados por esta vez somente para dote de sua filha Brites Mourão de Lemos por Alvará feito em 8 de Outubro de 1618".  
 "Mais T. de Margarida de lemos mulher que ficou do licenciado Francisco Nunes Vieira".  
 "Ouve a ditto margarida de lemos em joão da Motta Tesoureiro de Sua Exa. quinhentos cruzados de que sua Exa. lhe fez mercê que he o preço de hu officio de justiça que Sua Exa. tinha feito mercê a sua irmã maria mourão para seu casamento por mandado feito para o dito joão da Mota lhos pagar em 19 de Janeiro de 1620".
- (6) Linhagem de nobreza dos Mourões. Veja-se o documento N.º 2.
- (7) Inventário dos bens de José Bernardo de Sousa da Câmara, ms., Arq. Fam.
- (8) *Mercês de D. Teodósio II*, *ob. cit.*, p. 336.  
 Licenciado Francisco Nunes Vieira.  
 Juiz de Fora de Vila Viçosa, Natural de Vila de Ourém. 1607, Setembro 22 a 1614, Março 12: (137/395 v.) Obteve oito mil reis em 1607, oito mil reis em 1609, doze mil reis em 1609, seis mil reis em 1610, oito mil reis em 1610, seis mil reis em 1611, dezasseis mil reis para mudar sua casa para Barcelos em 1611, doze mil reis em 1611, vinte mil reis em 1613.  
 "Ouve sua mulher Margarida de Lemos dez mil reis em Ldo Miguel Pr. a Almo. e de Barcellos de que S. Exa. lhe fez merce de 12 de Março de 1614".
- (9) *Mercês de D. Teodósio II*, *ob. cit.*, p. 221. João de Mourão. Almojarife e Juiz dos Direitos Reais de Portel. 1601, Nov. 21 e 1602, Outubro 10. (137/205).
- (10) *Mercês de D. Teodósio II*, *ob. cit.*, p. 221. Brites de Mourão. Irmã de João de Mourão de Portel 1601, Novembro 21: (137/205 v.).  
 "Ouve a ditto Brites de Mourão em Manuel Vaz moço da estribaria de S. Exa. que arrecada as rendas do Almojarifado de Portel quarenta e quatro mil reis de que Sua Exa. lhe fez merce pagos nas casas que forão tomadas a Gabriel Lobo sirieiro da ditto viúva por dívida que devia a fazenda de S. Exa. por provisão feita em 21 de Novembro de 1601".
- (11) *Mercês de D. Teodósio II*, *ob. cit.*, p. 64. Francisco Feio de Castel Branco De Portel, Filho de Brites Mourão 1614, Julho 9 (137/205 v.).  
 "Ouve em francisco Pereira da Cunha Almojarife de Portel seis mil reis de que S. Exa. lhe fez merce por provisão feita 9 de Julho de 1614".  
 "Mais merces lhe tem feito Sua Exa. mas não se acha o tit. neste L. nem nos docs das merces devia ser esquecimento".
- (12) Pierre Chardon, *Bossuet*, II - A Travers les sermons et les oraisons funèbres, Fouches Paris, p. 55.
- (13) Conde da Ericeira, *História de Portugal Restaurado*, Livraria Civilização - Editora, Porto, Vol. II, p. 183.
- (14) A cerimónia teve lugar no dia 10 de Março de 1687 e foi o próprio Luis XIV quem designou Bossuet para pronunciar a oração fúnebre.
- (15) Pierre Chardon, *Ob. cit.*, p. 57. *Madame de Sévigné falava da "apoteose de Chantilly"*.
- (16) Carta de 16 de Julho de 1665 para Manuel de Lemos Mourão, Arq. Fam.
- (17) Conde da Ericeira, *ob. cit.*, vol. IV, p. 303.
- (18) Veja-se o documento N.º 3
- (19) *Ibid.*
- (20) *Ibid.* Mercê a Manuel de Lemos Mourão a 12 de Setembro de 1651., *Inventário dos Livros das Portarias do Reino*, vol. I, 1639 a 1653, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 381. Alvará a Manuel de Lemos Mourão de fidalgo-cavaleiro a 6 de Agosto de 1666, *Inventário dos Livros de Matrícula dos Moradores da Casa Real*, 1640 a 1744, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 132.
- (21) Veja-se o documento N.º 3.
- (22) *Ibid.*
- (23) *Ibid.*
- (24) *Inventário dos Livros das Portarias do Reino*, *ob. cit.*, p. 189.
- (25) Certidão de Idade, ms., Arq. Fam. Certidão de casamento de Francisco de Sousa da Câmara (L.º competente, da Freguesia de S. Bartolomeu de Vila Viçosa, fls. 42 v.).  
 Inquirição testemunhal de 11 de Maio de 1712, em que se prova ser D. Maria Antónia de Lemos e Andrade mulher de Francisco de Sousa da Câmara, filha primogénita de Manuel de Andrada de Brito e de D. Margarida de Lemos Castelo Branco, e irmã, aquela, de D. Joana Maria de Azevedo, casada com Fernando Vaz Cepa, de D. Inácia Maria de Lemos, solteira e de D. Bernarda Josefa de Brito Freire professora no Convento do Salvador, em Évora.
- (26) Inventário dos bens de José Bernardo de Sousa da Câmara, ms., Arq. Fam.
- (27) Veja-se o documento N.º 4
- (28) Joaquim Espanca, *Ob. cit.*, p. 92.
- (29) Inventário dos bens, ms. cit.

- (30) Veja-se o documento N.º 4.
- (31) Veja-se o documento N.º 5. *Mercês de D. Teodósio II*, ob. cit., p. 23. Nicolau de Andrada, 1583, Setembro 9 a 1594, Maio 154. (135/64 e 64 v.).
- (32) S. D. NICVLAO DÃ DRADE. FREIRE. FIDALGO. DA CAZA DO DVQUE D BARGAÇA. E D SVA MOLHER DONA ISABEL D BRIT\* FALECEO 29D NOVEBRO. 1590. ANOS.
- (33) D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica Provas*, Tomo IV, Parte 1, p. 263.
- (34) *Ob. cit.*, p. 272.
- (35) *Ob. cit.*, p. 273.
- (36) *Ob. cit.*, p. 420.
- (37) Veja-se o documento N.º 6. *Mercês de D. Teodósio II*, ob. cit., p. 23. Manuel de Andrada, 1593 a 1625; 1625 a 1626 (136/316 e 316 v.) (136/317 v.).
- (38) *Ob. cit.*, p. 275.
- (39) D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica*, tomo VI, p. 239, 240.
- (40) Veja-se o documento n.º 5.
- (41) Joaquim Espanca, *Ob. cit.*, p. 93.
- (42) Vejam-se os documentos N.º 4 e 7.
- (43) Veja-se o documento N.º 8.
- (44) Veja-se o documento N.º 9.
- (45) D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica*, Tomo VI, p. 358.

## SANIDAD EN LA EXTREMADURA MERIDIONAL DE FINALES DEL SIGLO XVII

Carmem Calvo Almodover \*

Fernando Cortés Cortés \*\*

### I. - INTRODUCCIÓN

Los estudios publicados sobre la demografía de las zonas meridionales de la Extremadura del último tercio del siglo XVII muestran la existencia de un cierto decrecimiento poblacional seguido de una leve recuperación, extendida hasta los años iniciales del siglo XVIII que, por su escasa significación, ha de ser calificada como de simple periodo de estabilización y no como de auténtico crecimiento en los totales poblacionales.

En efecto. Al estudiar la población de la ciudad de Mérida, Alfonso Rodríguez Grajera (1) encuentra un decrecimiento en el número de nacidos. Este tramo se inicia en 1660 y pese a que la falta de datos de una parroquia emeritense lo hace terminar en 1678, resulta evidente que se extiende hasta 1684. A partir de este año comienza un tramo de crecimiento que Rodríguez Grajera califica, acertadamente, de *recuperación del crecimiento tras una crisis muy grave* y que, en definitiva, asistimos *no a un crecimiento propiamente dicho*.

La situación que se registra en la villa de Zafra es similar (2). El valor de las medias móviles de cinco años de los nacidos muestran como a partir de 1664 se produce una inflexión y cambio de tendencia en el crecimiento hasta entonces existente. El decrecimiento, pese a una leve recuperación en 1674, se mantiene hasta 1686, momento en el que se inicia un cierto crecimiento que, sin embargo, no llegará a alcanzar los valores anteriores a 1664.

La ciudad de Badajoz presenta un modelo idéntico (3), caracterizado por un profundo y prolongado decrecimiento poblacional, extendido hasta 1684 - 1685, y la presencia de un crecimiento insignificante - mera estabilización o simple salida de la crisis anterior - que se mantendrá; con ligeros retrocesos, hasta finales del Seiscientos.

En definitiva, al menos en el estado actual de nuestros conocimientos, parece que para la zona meridional de la región extremeña (4) la tesis de Kamen sobre la necesidad de situar en la década de los sesenta del siglo XVII la recuperación demográfica española no puede ser aceptada. La evolución poblacional del sur extremeño se aproxima más a la cronología señalada por Vinncent. (5)

Diversos elementos causales explican esta evolución demográfica del último tercio del siglo XVII en la Extremadura meridional. Junto a las consecuencias derivadas de la inmediata presencia de una situación de guerra con el sublevado Reino de Portugal y toda la compleja problemática que del conflicto se derivó, la crisis económica y los condicionamientos sanitarios son los elementos habitualmente aducidos por los investigadores que han - que hemos - trabajado en el tema.

Pese a la estrecha interrelación que entre ellos existe, el último de estos elementos, los condicionamientos sanitarios, la sanidad en el marco espacio - temporal indicado, quisiera ser el objetivo del presente estudio: una aproximación a la sanidad en la Extremadura meridional del último tercio del siglo XVII. Las fuentes documentales utilizadas son dobles: noticias de dos series de Libros de Acuerdos Municipales - los de los Ayuntamientos de Badajoz y de Mérida - e informaciones diversas contenidas en

\* Do Instituto de Bachillerato "Valdepasillas", Badajoz. Investigadora

\*\* Do S. I. T. E., de Badajoz. Doutor em História.

documentación notarial custodiada en el Archivo Histórico Provincial de Badajoz.

## II. - LA PRESENCIA AMENAZANTE DE LA PESTE

No parece que en el último tercio del siglo XVII la región extremeña fuera directamente atacada por contagio de enfermedad pestifera. Pese a ello, si hubieron de padecer sus habitantes el miedo derivado de la peste actuante en territorios más o menos cercanos a su ámbito espacial, información que va a desencadenar la adopción de medidas institucionales y personales diversas a que más adelante nos referiremos. El temor a la peste, en cuanto esta es parte importante del *sufrir la catástrofe y del miedo a la muerte*, tipologías del miedo (6), se encuentra presente en la Extremadura meridional del siglo XVII.

En el cuadro siguiente hemos recogido las informaciones contenidas en los acuerdos del Cabildo municipal relativos a los momentos en que la ciudad de Mérida y sus vecinos sienten la presencia de la peste, no asentada entre ellos pero si amenazante sobre sus vidas e actividades. Y así, por ejemplo, el Concejo de la ciudad de Mérida (7) acuerda que no se celebre la inmediata feria por el contagio de la peste que amenaza y por el que ya se han dejado de celebrar las Ferias de San Juan de Zafra y la de Santiago de Trujillo.

### LA AMENAZA DE LA PESTE: MÉRIDA, 1675 - 1699

Fecha	Información
27. 7. 1676	Peste en Cartagena.
30. 7. 1676	Peste en Cartagena y Alicante.
2. 7. 1677	Peste en Orán, Murcia y su huerta, Totana y Elche.
24. 5. 1679	Peste en Antequera y villa de Motril.
21. 6. 1680	Peste en Andalucía.
11. 8. 1681	Peste en diversos lugares no especificados.
6. 6. 1682	Peste en Córdoba y otros lugares.
6. 7. 1682	Peste en Constantina.
6. 7. 1696	Peste en Mértola (Portugal) (8).

Los acuerdos del Ayuntamiento de Badajoz muestran las situaciones de miedo a la peste por las que los vecinos de la ciudad hubieron de pasar. Son las contenidas en el cuadro que sigue (9):

### LA AMENAZA DE LA PESTE: BADAJOZ, 1689 - 1699

Fecha	Información
3. 9. 1669	Peste en Elvas y tierra de Olivenza.
12. 6. 1671	Peste en la villa de Almonaster y Condado de Niebla.
23. 7. 1676	Peste en Cartagena.
7. 9. 1677	Peste en algunos lugares, no indicados, de la región extremeña.
27. 5. 1677	Peste en Cartagena.
11. 7. 1678	Peste en Cartagena, Murcia, Orihuela, Lorca, Elche y Totana.
5. 8. 1678	Peste en Málaga, Antequera y otras partes.
3. 11. 1678	Peste en Málaga, Antequera y otras partes.
7. 11. 1678	Peste en la villa de Salvatierra y Ducado de Feria.
18. 5. 1679	Peste en Antequera y Motril.
3. 6. 1680	Peste en Málaga, Lucena y otras partes.
11. 7. 1680	Peste en Berlanga y Valverde de Llerena.
23. 6. 1680	Peste en El Puerto de Santa Maria.
23. 7. 1681	Peste en Martos.
1. 9. 1696	Peste en el Condado de Niebla y en Mértola (Portugal).

Ante la presencia de la peste los Concejos movilizan sus recursos, intensificando las prácticas habituales de una política sanitaria municipal que más adelante intentaremos presentar.

La rapidez en la adopción de estas medidas y la exigencia de su estricto cumpli-

miento se encuentra en relación directa con dos circunstancias:

\* La proximidad geográfica del lugar contagiado.

\* La fiabilidad de la fuente de información o, si se quiere, la veracidad de la información recibida.

Así, no se reacciona de igual manera ni con la misma diligencia ante una información oficial que llega a través del Consejo de Castilla (10) avisando de la existencia cierta de peste en un lugar determinado que ante el supuesto contagio padecido en cualquier ámbito geográfico próximo. En este último caso, además de la adopción de las habituales medidas en tiempo de contagio, los oncejos buscan la obtención de elementos informativos que posibiliten certificar la veracidad de las noticias recibidas, que trastornan y dificultan las actividades ordinarias. Así procede el Concejo de la ciudad de Badajoz. En 1669 el contagio parece encontrarse en la vecina ciudad de Elvas e en la Tierra de Olivenza; en 1671, en Almonaster, Condado de Niebla, localidad donde, aparentemente, la peste está presente. Las medidas municipales son muy claras: se envían cartas (11), emisarios (12) o los propios médicos asalariados (13) a los lugares aparentemente contagiados a fin de conseguir una veraz y certera información sobre su situación sanitaria.

En ambos momentos, después de las comprobaciones del municipio a través de sus enviados, las noticias sobre la presencia de la peste en Elvas o Almonaster resultan falsas. Estamos ante la desinformación como elemento generalizado que marca, en diferentes momentos del período, la transmisión de las noticias. Las informaciones, incorrectas e inexactas, llegan por canales de impersonalidad: "... se le a dado noticia que demas de la boz comun que corre..." (14). O, como indica el testimonio que da la ciudad de Aracena sobre la salubridad de Almonaster (15), "... la boz se a corrido y lugares que se guardan an sido mal informados, pues no a abido cosa en la dicha villa de Almonaster..."

La desinformación, posiblemente, sólo sea una manifestación inconsciente del temor y del pánico que la simple posibilidad de la enfermedad genera en las poblaciones (16).

La proximidad geográfica del lugar apestado, o supuestamente contagiado, intensifica las medidas municipales para intentar mantener a salvo la propia localidad. La ciudad de Badajoz, a fines de 1678, durante tres o cuatro días, vive una situación general dramática y angustiosa por las noticias de peste en la villa de Salvatierra y en el Ducado de Feria (17). Ante la peligrosa cercanía de la enfermedad, en la misma sesión municipal en que se ha dado la información, instantáneamente, se acuerda:

\* Que se guarde la ciudad. La práctica era habitual pero ahora los regidores municipales detallan, minuciosamente, la forma de llevarla cabo.

\* Que en los campos, cortijos y ermitas cercanos no se recojan forasteros.

\* Que se limpie la ciudad con las carretas de todos los vecinos.

Después de la comprobación por los enviados municipales, se evidencia que Salvatierra y el Ducado de Feria están libres de peste (18). La desinformación, causa y efecto del temor a la enfermedad, vuelve a evidenciarse.

En 1680 la peste, presente en Andalucía (19), va a originar el desencadenamiento habitual de la desinformación, señalándose su existencia en Berlanga y Valverde de Llerena (20). Mientras se confirma la veracidad de la noticia, que resultará falsa, (21), las medidas de la ciudad de Badajoz se acentúan a través de un proceso que pone en directa relación la distancia del lugar apestado y la intensidad de las medidas preventivas tomadas.

La desinformación no es exclusiva de Badajoz e la vecina ciudad de Elvas, ante la guarda ordenada en Badajoz, adoptará similar decisión, prohibiéndose el comercio con Castilla (22), de acuerdo con las órdenes recibidas de la capital lisboeta (23). Esta actitud se mantendrá durante varios meses y así, a fines de 1680, se continua (24).

La situación de 1680 no era nueva. Tres años antes se había registrado otra semejante, al producirse un nuevo brote pestífero en Cartagena (25). Por la reiteración, el hecho aparece como preocupante, pero aun algo aislado y distante, que, sin embargo, va a originar la adopción de medidas encaminadas a prevenir el contagio, aunque lo lejano del foco hace que se vayan tomando sin grandes premuras y tengan, al mismo tiempo, alcances limitados (26) en los que no todos los vecinos desean colaborar. (27).

El crecimiento y ampliación del marco geográfico (28) atacado por la enferme-

dad trae la inmediata reactivación de las anteriores medidas y la toma de nuevas decisiones (29) que aseguren un control más férreo sobre los posibles viajeros que pretendan introducirse en Badajoz. El mal (30) parece seguir adelante y la situación sanitaria de la propia ciudad comienza a preocupar hondamente a los regidores municipales (31) que anulan anteriores reducciones en salarios de médicos (32) e instan al cierre de nuevas puertas y portillos y a reparar la muralla (33).

La confirmación del progreso de la enfermedad (34), que en 1679 ya afecta algunas poblaciones del sur de Córdoba (35) lleva a la intensificación de medidas: se cierran nuevas puertas y se apremia a los regidores a cumplir con su función de vigilancia bajo pena de pérdida de sus salarios anuales (36) e incluso, comienzan a controlarse directamente (37) las estructuras sanitarias locales, reanudando funciones olvidadas desde tiempos pasados.

### III. - LA POLÍTICA SANITARIA MUNICIPAL

El conjunto de estas funciones municipales constituyen la que, utilizando una terminología actual, podría denominarse política sanitaria municipal. Una serie de múltiples, diversas y variadas funciones con las que los Ayuntamientos intentan mantener la salubridad de la localidad y de sus vecinos y restaurarla cuando fuera dañada por los ataques de enfermedades epidémicas. Estas medidas se integran en dos grandes apartados - medicina preventiva y medicina curativa - ya analizados para el ámbito cacereño del siglo XVII (38). Pese a la indudable bondad de esta diferenciación entre medicina preventiva y curativa, nos ha parecido más operativo distinguir entre medidas coyunturales y medidas estructurales. Sin embargo, cualquiera de ambas maneras de analizar las decisiones concejiles presenta deficiencias ya que, en la práctica, la exacta caracterización de los acuerdos municipales resulta difícil. En un plano puramente teórico, buena parte de las medidas coyunturales forman parte de las permanentes obligaciones municipales encaminadas al mantenimiento de la salud pública. Así, sea la limpieza de la localidad, la salubridad de fuentes públicas o de los alimentos que se consumen constituyen medidas estructurales que habrían de ser permanentemente atendidas por los responsables municipales. Sin embargo, en la pura práctica, eran adoptadas ante una coyuntura de ataque - o de supuesto ataque - de enfermedad contagiosa. Por ello, en alguna manera, las que debían ser medidas estructurales se convertían en medidas coyunturales, prioritariamente adoptadas en momentos coyunturales complejos; acuerdos municipales que se toman, de modo preferente, en un tiempo concreto y determinado, coincidiendo con el miedo a la peste mientras que otros parecen más frecuentemente asumidos por los Concejos. Unas y otras, medidas coyunturales y medidas estructurales son objetivo inmediato de análisis, de modo especial las segundas, posiblemente menos estudiadas para la Extremadura de los Tiempos Modernos.

#### A. - *Las medidas coyunturales.*

Hemos incluido en este conjunto aquellas medidas que los Concejos adoptan ante la presencia de la peste; medidas que, ya lo presentábamos más arriba, están en directa relación con la proximidad geográfica de la localidad contagiada y con la veracidad de la información recibida. Son las medidas que pueden englobarse bajo la denominación de guarda de la localidad, calificativo habitual de la época, con el que se quiere significar la intención concejil de preservar a localidad del contagio que se padece en otros ámbitos, para lo que se establecen medidas que, por un lado, a modo de cordón sanitario, eviten la llegada de hombres, animales o mercancías procedentes de zonas contagiadas y que, por otro, buscan acentuar la higiene local para evitar la formación de ambientes propicios a la aparición de enfermedades epidémicas. Estas últimas medidas son - deberían ser - de tipo estructural, pero como suelen tomarse en tiempo de posible contagio de peste, presentan los caracteres de las coyunturales.

Los comportamientos de los responsables municipales del Ayuntamiento de Badajoz prueban esa diferenciación. Ante el temor a la peste en prácticamente todos los años comprendidos entre 1670 y 1685 se ordenan limpiezas de las calles mientras que a partir de 1686, sólo en tres años - 1688, 1692 y 1697 - se tomará idéntica medida. Su fundamento ha de residir en la inexistencia de contagio pestífero amenazando a la ciudad.

La guarda de una localidad comprende una serie de actividades con las que se intenta evitar el acceso al ámbito urbano de cualquier elemento, animado o inanimado, procedente de un lugar contagiado. Algunas de estas medidas, en la infor-

mación contenida en los acuerdos concejiles de Mérida y Badajoz, son las siguientes:

\* El control municipal de las puertas de la muralla, impidiendo la entrada de viajeros procedentes de lugares infectados.

\* La reparación de puertas y el tapiado de los portillos de la muralla, que dificultaban la práctica del control municipal. Eventualmente, cuando era preciso, se ordena levantar las partes dañadas de la propia muralla, espacios por los que podrían introducirse gentes y mercancías procedentes de lugares enfermos.

\* La prohibición de comercio con las zonas atacadas por la enfermedad.

El segundo tipo de medidas coyunturales - de intensificación de las que por su naturaleza son estructurales - están centradas en la preservación de la salubridad local y en el intento de que no se deterioren las condiciones higienicas locales. Para ello:

\* Se ordena la limpieza de la ciudad. A veces, se obliga a cierto número de vecinos limpiarla y a mantenerla limpia, recibiendo por su ocupación una compensación económica que pueden ser abonadas por medio de impuestos indirectos con los que se gravan artículos de consumo usual (39). En otras ocasiones se obliga a los vecinos a prestar sus carretas para que sean usadas por los trabajadores asalariados que el Ayuntamiento contrata.

\* Complementariamente, se prohíbe la existencia de criaderos de lechones en la ciudad, que los cerdos anden sueltos por las calles o se aparta el ganado lanar enfermo de viruela.

\* En el mismo sentido, se ordena que las casas caídas sean tapiadas, para evitar que los vecinos arrojen en ellas estiércol, basuras o desperdicios.

\* Se controla la calidad de las carnes consumidas por los habitantes del núcleo poblacional.

\* Se cuida la salubridad de las aguas destinadas al consumo humano u así, por ejemplo, se impide la instalación de lavaderos de lana en el río, de cuyas aguas se abastece la ciudad.

\* Se organizan rogativas públicas, en forma de procesiones, novenarios y cultos especiales a imágenes determinadas, para lograr el favor y la ayuda divina en la coyuntura que se padece. Del mismo modo, se asiste corporativamente a las funciones religiosas organizadas por la institución eclesiástica con idéntica finalidad. Muchas veces, ante las deficiencias de la ciencia médica de la época, son estas las medidas tenidas por más efectivas para evitar el contagio que amenaza, ya que en todo el proceso habría que destacar el sentimiento de culpabilidad que atenaza las conciencias ante el pensamiento de que los pecados públicos son causa de la aparición y extensión del contagio. Así, para implorar el perdón de las culpas y la ayuda divina se efectúan actos religiosos que en ocasiones son organizados a instancias del Consejo de Castilla o del propio Monarca que a través del Consejo llega a prohibir las representaciones de comedias y la celebración de las fiestas de toros. Por lo general, la adopción de ambos tipos de medidas se superponen: el 2 de julio de 1677 (40), ante una comunicación recibida sobre la presencia de peste en localidades diversas, se ordena la celebración de *"trece misas a la Martir, procesion general y se cierran los portillos caidos de la muralla"*.

#### B. - Las medidas estructurales

Entre las medidas que de manera habitual adoptan los responsables municipales con el propósito de asegurar la salud local habría que referirse a las siguientes:

##### 1.º - La búsqueda de médico asalariado.

Las gestiones conducentes a que un médico titulado se establezca en la localidad y el abono de su salario anual a cargo de los presupuestos municipales constituyen una de las medidas estructurales que adoptan los responsables concejiles. El análisis detallado de la actuación de un Ayuntamiento - el de la ciudad de Mérida - permite el conocimiento de un aspecto de esa globalidad que integran las atenciones municipales hacia la salud pública.

El 8 de agosto de 1670 se recibe como médico asalariado de la ciudad al Doctor Juan de Tovar, por dos años, con un salario de cuatrocientos ducados anuales (41). La decisión no era nueva y noticias semejantes son frecuentes en los años anteriores y en los acuerdos de los posteriores.

El 13 de octubre de 1673 se contrata como primer médico al Doctor Juan de Sande, . . . y porque la ciudad a experimentado a obrado muy bien . . . se ajuste con dicho doctor por el mas tiempo que pudiere . . ." prometiéndole un salario idéntico al anterior. Más adelante, el 29 de octubre de 1674, el Municipio ordena se le abonen mil

doscientos reales por cuenta de su salario y que se le paguen al otro médico la cantidad de quinientos cincuenta reales.

Los acuerdos municipales estableciendo el pago de sus salarios, y de lo que se denomina "ayuda de costa", en estos años de fuerte temor a la peste, son frecuentes. El 13 de noviembre de 1676 se acuerda entregar al Doctor Tovar, médico, doscientos ducados por . . . *la precisión de que aya dos médicos conocidos que asistan a la curacion de sus vecinos porque era cosa de grandisima falta el que no ubiere dos por los açidentes que se ofreçen. . .* Del mismo modo, el 6 de diciembre de 1680, se acuerda la entrega . . . *a Domingo Lopez , cirujano de duçientos reales de ayuda de costas por el trabajo y ocupacion que tiene en cuidar a los pobres del ospital de balde y otros conbentos desta çidad. . .*"

La preocupación por la carencia de médico se encuentra bien documentada. El 21 de marzo de 1680 se comisiona a un regidor para que inicie las gestiones a fin de procurar la contratación de un segundo médico, el doctor Domingo Pertegal, con un salario de doscientos ducados anuales, quien el 28 de junio de ese mismo año recibirá, ". . . çiento y cinquenta reales de ayuda de costas. . . para traer su ropa a la çidad. . ."

La búsqueda del segundo médico aparece como ocupación nada fácil. El 27 de octubre de 1685 se nombra a un regidor para que se encargue del tema. Pocos días después, el 13 de noviembre, el responsable municipal señala que ". . . el que a podido hallar es el dotor don Joseph de Rivera. . ." que es inmediatamente admitido, con doscientos ducados de salario anual.

Las fuentes documentales municipales muestran las dificultades para encontrar médico, hecho nada sorprendente si tenemos en cuenta, por un lado, la escasez de estos profesionales y la demora con que a veces, de modo especial cuando no existe amenaza de peste, con que reciben los salarios por los que han sido ajustados, lo que va a originar peticiones de los impagados e inmediatas promesas municipales de saldar sus deudas. El 5 de junio de 1688, ". . . aveiendose visto una peticion del doctor Don Juan de Sande Piçarro, médico asalariado, en que consta por ynforme del contador deversele hasta San Miguel del año pasado de ochenta y siete, veinte y un mil ochocientos reales y deseando la çidad conserbarle por sus buenas prendas. . ." se obligan a pagarle en los plazos que se acuerden.

En 1689 asistimos a un incremento del salario que recibe el segundo médico de la ciudad. El 13 de julio, "*La çidad di jo que teniendo a su cuydado el buscar médico, los caballeros nombrados. . . an traydo al Dr. Don Francisco Nuñez, con que se a ajustado por salario cada un año en dos mil y quinientos reales de yellon. . . y por una bez ayuda de costas quatrocientos reales para que mude su casa de la billa de Alcantara donde es vecino y natural. . . por tiempo de dos años. . .*"

Los acuerdos municipales permiten captar la movilidad de estos profesionales de la sanidad y, al mismo tiempo, prueban como la práctica del Concejo emeritense es la habitual en la región. El 7 de julio de 1691, al final del tiempo de servicio de este Francisco Nuñez, el Cabildo emeritense informa que se marcha a la Puebla de Guadalupe, por lo que se contrata en su sustitución a Don Antonio Flores Amador, ". . . médico que estaba en la villa de Çeclavin. . . de buena opinión, ciencia y esperiencia. . ." al que se le abonaran 2.500 reales en cada uno de los tres años que se obliga a residir en Mérida. A la conclusión de este período, el 31 de julio de 1694, se acuerda prolongar su estancia en la ciudad durante otros tres años. El 18 de octubre de 1698 el Cabildo emeritense ". . . aviendose visto un memorial del Sr. D. Antonio de Flores, médico desta çidad, en que refiere ofreçersele partido de conbenencia en la çidad de Trujillo y mediante el ser la suya. . ." acuerdan aplazar para una sesión posterior la demanda de que se le autorice la marcha.

En un primer momento, el 20 de octubre, se la niega pero más tarde, el 13 de noviembre, se la autoriza. Por ello, ". . . aviendose conferido. . . lo preçiso de traer médico en lugar de Don Antonio Flores, que lo era de esta çidad, para que en compañia del Dr. D. Juan de Sande Piçarro fueren mas vien curados y asistidos los enfermos, resolvió que. . . escribiesen al doctor don Silvestre Barracas para que si queria aceptar el partido de dos mill y quinientos reales al año. . ."

No siempre la búsqueda de personal cualificado que atienda la sanidad local va precedida de gestiones municipales. En dos momentos del marco cronológico analizado

se producen situaciones distintas. El 11 de julio de 1672 se informa que la ciudad "... a tenido noticia que asiste en la ciudad de Badajoz y que ofrece el que bendra sin salario por el tiempo que a la çiudad le pareciere y por la su aprovaçion y por las buenas noticias que la ciudad tiene de sus letras y procedimientos..." se aceptan su instalación en la ciudad.

Ya en 1699, el 27 de julio, se informa de que "... aviendo dado noticia que el doctor don Francisco Nuñez podra tomar partido... mediante el alarse el referido medico en esta ciudad llamado por diferentes particulares a su curasion y considerando el crecido numero de los enfermos y que no es bastante la grande aplicacion de don Juan de Sande y aunque la ciudad le a dado por compañero al doctor don Silvestre Barracas, se alla con algun quebranto de salud, de forma que no se logra el fin de aberlo asalariado..." por lo que se intenta contratarlo como médico asalariado, lo que se acuerda el día siguiente, con un salario de trescientos ducados y cien más de ayuda de costas y, "... con la obligacion yndispensable de curar a los pobres de balde..."

Los conceptos por los que estos médicos reciben las cantidades que el Concejo de Mérida les entrega no aparecen claros en la documentación utilizada. En un momento, el 27 de julio de 1699, al contratar los servicios del Doctor Francisco Nuñez, se especifica la obligación del nuevo médico de atender gratuitamente a los pobres de la ciudad, lo que podría interpretarse en el sentido de que todos los médicos asalariados de la ciudad estaban obligados a esa función. Sin embargo, esa obligación no se encuentra en los acuerdos por los que se habían contratado a otros médicos, por lo que también cabría pensar que el salario recibido incluía la exclusiva obligación de permanecer y residir en la ciudad, con el implícito conocimiento de que los vecinos deberían abonar, de modo particular, los servicios de estos profesionales. Esta interpretación es la que parece más acertada. De modo especial si tenemos en cuenta los acuerdos de otros Concejos extremeños. Así, el de Barcarrota, el 1 de julio de 1696 (42) se obliga a pagar a Don Diego de Cárdenas, médico aprobado y vecino de la villa de Fregenal de la Sierra, la cantidad de 1.400 reales de vellón en cada uno de los tres años venideros a cambio de que resida con su casa y familia en la localidad.

El 31 de diciembre de 1670, el Ayuntamiento de Barcarrota (43) toma conocimiento de que el Licenciado Don Francisco Infantes de Robles, médico, vecino de Zafra, se instalaría en la villa. El Concejo, para disponer de médico asalariado, acuerda entregarle cada año cien ducados en metálico, autorización para engordar en la dehesa municipal treinta cerdos y cuarenta fanegas de trigo, repartidas entre todos los vecinos, especificándose que "... en cada visita solo a de llevar dos reales... y a los pobres de solemnidad, uno..."

Semejante es la situación que se registra en la villa de Bodonal de la Sierra. El 27 de diciembre de 1694 se informa que su Cabildo y el Doctor Don José Bautista Mabrás, vecino de la villa de Usagre, "... tienen tratado y comunicado con el dicho Don Joseph... el que a de pasar su vezindad y domizilio a esta villa para asistir a la curacion de los enfermos que ubiere en ella por tiempo de tres años prezisos..." para lo que el Cabildo se compromete a entregarle cien ducados anuales, el engorde de seis cerdos y que su casa sea libre de cargas y contribuciones reales y concejiles, asumidas por el propio Concejo. A cambio, el médico se obliga a no abandonar la villa, aunque no existan enfermos, sin autorización municipal. Y, además, se establece que "... el precio de la visita a los enfermos... un real y de aqui abajo lo que fuere su voluntad..." (44) lo que parece probar como los salarios de los Concejos sólo son entregados a cambio de que el médico resida en la localidad, es decir, los Concejos sólo intentan asegurar la presencia de un médico que atienda a los vecinos. De un médico y de otros profesionales de la medicina, ya que, de modo parecido, los Municipios gestionan la llegada de estos funcionarios a los que se encargarán de pagar sus salarios. Y así, sean las cartas de obligación suscritas (45), sean otros documentos particulares (46), hasta nosotros han llegado noticias que muestran la presencia de estos profesionales de la sanidad en localidades extremeñas.

También las preocupaciones municipales se articulan en torno a la presencia - la asistencia - de los médicos en las localidades que los contratan. El 30 de diciembre de 1678, los regidores de Fuente del Maestre, ante la muerte del médico que atendía a los vecinos, el doctor don Manuel de Acosta y Morena, se plantean la necesaria búsqueda

de quien lo sustituya, habiendo encontrado al Doctor Juan Thomas Guerra Cordero, al que se contrata por un año, con el salario municipal de mil doscientos reales (47). En años sucesivos se va prorrogando este contrato anual, pero el 3 de febrero de 1683 (48), "... por quanto el doctor D. Juan Thomas Guerra, vecino desta villa tiene asentado por esta villa salario que en cada un año se le da y atento a que el susodicho no asiste con la puntualidad que se requiere e otras zircunstancias que sus mercedes reservan..." ya que se ausenta de la localidad y, además "... quando es llamado de parte de noche para visitar a los enfermos que estan en peligro, no se quiere levantar ni yrlos a ber..." por lo que se le expulsa y anula el contrato. Como la villa está sin médico, el 19 de marzo (49) se contrata por dos años al Doctor Diego Ortiz Paredes, vecino y natural de Almendralejo (50) al que se abonará el mismo salario anual.

Con todo, es poco lo que de ellos conocemos. Por lo general, aparte de sus nombres y de los salarios que reciben, es poco lo que los textos documentales consultados permiten aprehender de estos hombres. Pese a ello, algunas noticias contenidas en documentación notarial posibilitan siquiera un leve acercamiento a algunas de sus peculiaridades vivenciales. Aunque, en modo alguno, permiten su plena y total comprensión, encontramos a:

\* Un médico prestamista: el Doctor Domingo Martínez Palomero, médico, vecino de Jerez de los Caballeros, a favor de quien Pedro López Díaz y su mujer otorgan escritura de obligación reconociendo serles deudores de noventa y seis escudos de oro que en préstamo han recibido y que abonaran el día de San Juan de 1682 (51). De este mismo hombre, conocemos su testamento, otorgado en su villa de residencia el día 4 de agosto de 1680 (52), en el que declara poseer una heredad junto a la Higuera de Fregenal, otra en el camino que va a Fregenal y una casa bodega en la que vive.

\* Un médico eclesiástico, Don Francisco Infantes de Robles, vecino de la villa de Barcarrota y natural de la de Zafra, Patrono y Capellán de una capellania, que el 12 de julio de 1674 (53) suscribe un documento público por el que, toda vez que está ejerciendo el oficio de médico y no quiere ser sacerdote, desiste y se aparta de ser Patrono de la Capellania que poseía. Esta doble condición de médico - eclesiástico no parece inusual en la Extremadura de la época. El 12 de mayo de 1670, el Concejo de Mérida acuerda se libren cuatrocientos reales "... al P. fr. Bartolome Xayme, de la horden de nuestro padre San Juan de Dios...", como ayuda de costas por su labor de cirujano que asiste en el Hospital de San Juan de Dios de la ciudad. (54)

## 2.º - La búsqueda de boticario.

Menos habituales, al menos en la política sanitaria que durante el último tercio del siglo XVII practica el Ayuntamiento de Mérida, aparecen las gestiones municipales para que en la ciudad asista un boticario con su tienda abierta. Además, en las pocas ocasiones que los acuerdos concejiles se refieren al tema, no se incluye, como en el caso de los médicos, ningún tipo de salario municipal al boticario que vendrá, a quien sólo se le entregará una ayuda de costas para facilitar el traslado de sus enseres desde su anterior residencia. Así, el 17 de mayo de 1670, se acuerda contratar a Juan de Castro, boticario, vecino de la villa de Valencia de Alcántara, con quinientos reales de ayuda de costas. Al final de este mismo año, el 7 de noviembre, se admite - ahora con la ayuda de doscientos reales - por boticario a Juan Lorenzo Lobato, por no existir más que una botica en la ciudad.

Más frecuentes son los acuerdos municipales ordenando se visiten e inspeccionen las boticas, de modo especial en momentos de amenaza de peste. El 2 de noviembre de 1676 acuerda "... se libren a Alonso Cano, boticario, vecino de la villa de Medellín, bisitador de las boticas desta ciudad... los salarios que debio llebar el dicho Alonso Cano... que fueron quarenta reales conforme los días que se ocupó en dicha bisita, los quales salarios el señor governador saco de Juan Lobato y Juan de Castro, boticarios desta ciudad... y al escribano cien reales de ayuda de costas de asistir ocho días con el governador y caballeros comisarios..."

El 4 de julio se informa a la ciudad que "... se necesita de açer la bisita de las boticas y de los ingredientes que tienen, conforme a las leyes del Reyno..."

Diez años más tarde - años sin amenaza de peste -, el 13 de julio de 1694, "... reconociendo el açer tiempo que no se visitan las voticas, y por ello experimentado ynconvenientes y el señor Governador aberlo participado el tener dispuesto se haga ynta trayendo voticario a su satisfacción de fuera..." se nombran Comisarios que asisten a la visita de boticas, ya que, como señalan los capitulares del Concejo de Mérida (55),

"... a dado cuenta el Sr. Governador de que se neçesita haçer visita de voticas por aber tenido notiçias que los generos que en ellas ay son muy aņejos y que ay mucha falta de algunas cosas preçisas..." "Cómo se efectuaba ésta? Ya hemos visto dos de sus elementos: realizarse por orden de las autoridades municipales y por un boticario de otra localidad. El 26 de marzo de 1680, Pedro Antunez, boticario de Jerez de los Caballeros (56), con asistencia del Corregidor de la villa de Burguillos del Cerro, "... fue a la cassa botica del dicho Don Pedro Maraber Cortes y se hiço el reconocimiento e visita de las medicinas y jarabes y demas dependiente y surtimiento della en la forma y manera siguiente..."

La rigidez de la prosa notarial informa de cuanto se encuentra en la botica visitada, todo "... hallado bueno". Además del título del boticario, pesas y medidas. Aunque que no existe una descripción pormenorizada, "los generos" que en la botica se encuentran, son los siguientes:

#### LAS EXISTENCIAS DE UNA BOTICA EXTREMEÑA BURGUILLOS DEL CERRO, 1680

Ruibarbo; Género de las raices; Género de las cortezas; Género de las simientes; De las partes de los leños; De frutos; Maná (que no hubo); Género de los zumos espesos; Zumos liquidos; Género de las gomas; Género de las piedras; Especies de tierra; Metales; Jarabes violado simples; Todos los demás géneros de jarabes; Géneros lectuarios; De las confecciones cordales; Corabres, menos las de roas; Todos los géneros de pildoras usuales; Géneros de los Trociscos más usuales; Géneros de los polvos; Géneros de aceites; Géneros de unguentos; Género de los emplastos; Género de aguas.

En este mismo año de 1680, el 27 de febrero, en Mérida, Francisca López firma una carta de inventario de los bienes que al matrimonio lleva su marido, Rodrigo Alonso Flores, boticario. En ella (57) se incluye una relación de lo que se contiene en la botica. Con el valor en que se tasan, son los objetos incluidos en el cuadro que se sigue:

#### UNA BOTICA EXTREMEÑA MÉRIDA, 1680

Objeto	Tasación (reales)
* Un bufete grande, de nogal, a medio hacer	44
* 376 boteçillos de barro albedriado de Talavra de la Reina, que son de botica, a 6 reales cada uno, a donde se echa unguentos de botica, emplastos y otras cosas de drogas	2.256
* 64 cajones de madera de pino, nuevos, con sus aldabillas, a 10 reales cada uno	640
* 16 cajas pildoreras para la botica, a dos reales	32
* Un peso de granos, con dos juegos de granos	52
* Un peso de onzas, con dos marcos, el uno castellano e el otro medicinal	244
* Cuatro cacetes y dos cucharas de botica	240
* Una docena de baldreses	23
* Una resma de papel blanco	26
* Drogas e medicinas que compró en la villa de Madrid, para la botica	6.971
* Diferentes drogas y medicinas que compró de un boticario de Aceuchal	1.727
* Un alambique para destilar hierbas	600
* Una alquitara para la botica	200
* Un peso medicinal, con su marco de onzas	30
* Tres peroles, uno grande y dos medianos	130
* Un almirez, que pesa 33 libras de metal	363
* Otro almirez pequeño	33
* Una prensa	30
* Una losa de piedra, para preparar	50
* 474 libras de vidrio que pesan las redomas, grandes e pequeñas, que compró para la botica	2.920
* Un mostrador con sus cajones, para la botica	88
* Un tamiz	12

* Trementina, mirra y pez griega	300
* La madera de la botica	860
* Nueve urnas para la botica	177
Total, reales	17.988

El control que los municipios efectúan de las boticas (58), complementario de esa preocupación de que existe boticario instalado en la localidad, guarda estrecha relación con otro conjunto de medidas que inmediatamente presentamos.

### 3.° - Otras medidas estructurales.

El control municipal de la sanidad local se ejerce también a través de procedimientos con los que se busca corregir los abusos y / o las deficiencias presentes en las estructuras sanitarias locales; a través de actuaciones encaminadas a velar por la adecuada preparación de los profesionales sanitarios y a través de acuerdos corporativos que ayuden a financiar los gastos sanitarios de instituciones no municipales.

A este último tipo de medidas corresponde el acuerdo que el 17 de septiembre de 1677 (59) adopta el Ayuntamiento de Mérida accediendo a la petición formulada por el Prior del Convento de San Juan de Dios en razón de, "... *la neçesidad con que allan los pobres de camas... y porque la ciudad tenia dispuestas dos camas... quatro colchones, ocho sabanas, quatro almoadas, dos tarimas y dos mantas...*"

De modo parecido, en la sesión del Cabildo de 15 de diciembre de 1679 se acuerda entregar al mismo Convento la cantidad de cuatrocientos reales (60), "... *para ayuda a pagar las mediçinas que gastan los enfermos que recojen en dicho conbento para curarse...*" se costean los gastos habituales de las instituciones hospitalares (61) o se retribuyen los trabajos extraordinarios de algunos sanitarios, como los doscientos reales que el día 6 de diciembre de 1680 (62) se entregan a Domingo López, cirujano, "... *por el trabajo y ocupaçion que tiene en curar los pobres del ospital de balde y otros conbentos desta ciudad...*"

La corrección de los abusos aparece como otra actuación que emprenden los Ayuntamientos. El de Mérida (63) acuerda librar doscientos reales a este mismo Domingo López, ya que se habían producido "... *algunas que jas que Juan Leal, boticario, lleva a exçesivos precios por las medicinas...*"

Este tipo de actuación está claramente ejercida por el Ayuntamiento de la ciudad de Badajoz cuando se acuerda (64) dar solución a los problemas derivados del comportamiento de determinados miembros de la sanidad local. El 6 de marzo de 1691, en la sesión capitular del Concejo badajocense, "... *se confirio que es publico las malas medicinas que tiene en su votica el Lid. Joseph Cau, presbitero y que se coludia con los medicos asi en las malas medicinas como en que las receptas se pusiera mas de lo que hera nezasario para los enfermos y que lo mas se ponía, reducido a preçe, era para el medico y voticario, lo qual se executava en el hospital del rey, militares, sobre lo que se a hecho causa en el juzgado militar y para ocurrir al remedio que mas combenga, acuerdo se pida en justicia contra el dicho voticario y los demas culpados y nonbro por comisarios a los Sres...., especialmente para que no use de la botica...*"

La adecuada preparación científico - técnica de los profesionales locales de la sanidad constituye otra de las preocupaciones y de las actividades concejiles. Esa realidad es plenamente asumida por Alonso González Nieto, cirujano, cuando el 15 de junio de 1674 (65) demanda licencia a la ciudad de Mérida, "... *por seis meses para usar dicho ofiçio... que en ellos ofreçe yrse a rebalidar...*"

La formación (66) que los Concejos demandan para los hombres que atienden la sanidad local comprende un doble aspecto: formación práctica, adquirida en el ejercicio de su profesión con un maestro, y formación teórica, que habrá de ser confirmada en el examen ante las instituciones estatales correspondientes. Estas son las conclusiones deducibles de una carta de poder que el 23 de enero de 1680 firma en Jerez de los Caballeros (67) José Sánchez Castillo, hijo del ya difunto boticario Diego Sánchez Castillo, en la que solicita se haga la precisa información "... *por quanto a asistido en la ziuudad de Sevilla en casa de Pedro Muñoz de Zamora voticario, estudiando y aprehendiendo el arte y practica de tal boticario, en que se alla abil e suficienete para exercer dicho ofiçio y pretende pasar a la Corte, al Real Protomediato, a pedir exsamen e necesita hacer ynformazio de como es cierto el asistencia dicho tiempo en dicha ciudad de Sevilla...*"

En estrecha relación con este control de la preparación profesional se encuentra el control del intrusismo en el desempeño de las actividades sanitarias, prácticas que conocemos por las denuncias que los sanitarios titulados suscriben. Uno de ellos, Juan Gerón, (68) vecino de Jerez de los Caballeros indica que "... se halla con título de Su Mag. y Señores de su Protomedicato para poder servir y exercer por su persona el oficio de zirujano en estos Reynos de España, en cuya vista hizo representacion al Señor Governador desta ciudad y a ella estando en su ayuntamiento como Francisco Mendes, portugues y otras personas estavan exerciendo dicho oficio de zirujano sin tener para ello titulo alguna, per judicando el suio y otras cosas que dijo en que pidio no se consintiese curar a persona alguna sin que como dicho es estubiere examinado..."

Pese a que no parece que la denuncia estuviere absolutamente fundada y el referido Francisco Mendes posee título de cirujano expedido por el Protomedicato del Reino de Portugal (69), el hecho evidente es que todo el planteamiento se efectúa ante el Ayuntamiento de la localidad, lo que prueba como la institución municipal es la responsable de su control.

#### 4.º - La higiene ciudadana.

Igualmente, los Concejos controlan la que, de modo genérico, podría ser denominada higiene urbana, un cúmulo complejo de facetas y de actividades entre las que destacan las acciones encaminadas a la limpieza de la localidad, para lo que se busca tanto la propia limpieza de las calles y de los lugares públicos como evitar que en el lugar los vecinos arrojen desperdicios y basuras; a la salubridad de las aguas destinadas al consumo humano; a la higiene de los alimentos, ... y a otros diversos aspectos. Sea en las actuaciones del Concejo de Badajoz (70), sea en las Ordenanzas municipales de Mérida - 1676 - (71), las actuaciones municipales se encuentran siempre en líneas que, salvo diferencias puntuales y accidentales, coinciden en lo nuclear y primario y así, por citar un solo elemento las acciones emprendidas para el abastecimiento de nieve, producto considerado de fuerte importancia terapéutica, por los responsables municipales de Badajoz (72) Mérida (73) o de Zafra (74) son iguales. Tan iguales como son las conducentes a la consecución y al mantenimiento de la general higiene ciudadana.

Este panorama que hemos pretendido diseñar presenta una realidad estructural que ha de ser destacada: como no podía ser de otra manera, los responsables municipales muestran una elevada preocupación ante los temas higiénicos - sanitarios que afectan a sus localidades, de modo especial cuando la presencia de la enfermedad contagiosa les amenaza más o menos directamente. Por el contrario, en tiempos de aparente salubridad generalizada, estas preocupaciones están muy atenuadas ya que en esos momentos otros intereses menos globales, más privativos y específicos de sus preocupaciones personales, atraen la atención de los regidores municipales, ocupados en la exclusiva defensa de sus posiciones de privilegio en la sociedad local.

## NOTAS

- (1) RODRIGUEZ GRAJERA, A.: La población de Mérida en el siglo XVII, Badajoz, 1985.
- (2) CORTÉS CORTÉS, F.: La Población de Zafra en los siglos XVI y XVII, Badajoz 1983.
- (3) CORTÉS CORTÉS, F.: Una ciudad de Frontera, Badajoz en los siglos XVI y XVII, Badajoz, 1990.
- (4) KAMEN, H.: La España de Carlos II, 1981.
- (5) VINNCENT, B.: Récents travaux de démographie historique en Espagne (XIV - XVIII siècles), en *Annales de Demographie Historique*, 1977, pp. 464 - 491.
- (6) RODRIGUEZ SANCHEZ, A. y RODRIGUEZS CANCHO, M.: El miedo y la catástrofe en la Edad Moderna (Aproximación metodológica), en *Estudios sobre Historia de España, Homenaje a Manuel Tuñón de Lara Madrid*, 1981 v. III, pp. 417 - 433.
- (7) Archivo Municipal de Mérida (AMM), Libros de Acuerdos, (LA), ses de 3 de agosto de 1682.
- (8) AMM. LA., sesiones de los días indicados.  
En otras localidades extremeñas se registra idéntica situación. Así, por ejemplo, el Cabildo municipal de la villa de Fuente del Maestre, en la sesión que celebra el día 23 de julio de 1676, toma conocimiento de una comunicación del Consejo de Ordenes avisando existe peste en la ciudad de Cartagena.  
"... en cuia execucion... se cerraron los portillos y dejaron puertas para su comercio, poniendose en cada una un capitular o persona principal con un eclesiastico y dos guardias para el campo..."  
Archivo de la Diputación de Badajoz (ADB.), Libros de Acuerdos del Ayuntamiento de Fuente del Maestre, sesiones de 29 de enero de 1676 a 10 de junio de 1685, sin foliación.
- (9) Archivo Municipal de Badajoz (AMB.), LA., sesiones de los días indicados.
- (10) AMB. Ibid. ses. de 18 de mayo de 1679, en la que se toma conocimiento de una carta del Consejo, Madrid, 4 de mayo de 1679, sobre la peste en Antequera y Motril.
- (11) AMB, Ibid. ses. de 4 de Septiembre de 1669.
- (12) AMB, Ibid. ses. de 21 de junio de 1671.
- (13) AMB, Ibid. ses. de 6 de septiembre de 1669.
- (14) AMB, Ibid. ses. de 3 de septiembre de 1669.
- (15) AMB, Ibid. ses. de 21 de junio de 1671.
- (16) KAMEN, H.: Ob. citada, cap. 3, pp. 94 y ss.
- (17) AMB. LA. ses de 9 de noviembre de 1678.
- (18) AMB. Ibid. ses. de 12 de noviembre de 1678
- (19) AMB. Ibid. ses de 3 de junio de 1680, peste en Málaga, Lucena y otras partes.
- (20) AMB. Ibid. ses. de 11 de julio de 1680.
- (21) AMB. Ibid. ses. de 17 de julio de 1680.
- (22) AMB. Ibid. ses. de 17 de julio de 1680.
- (23) AMB. Ibid. ses. de 31 de julio de 1680.
- (24) AMB. Ibid. ses. de 30 de diciembre de 1680.
- (25) AMB. Ibid. ses. de 27 de mayo de 1677.
- (26) AMB. Ibid. ses. de 11 de octubre de 1677, petición del Racionero Naharro para que se limpie una Calleja.
- (27) AMB. Ibid. ses. de 29 de julio de 1677.
- (28) AMB. Ibid. ses. de 11 de julio de 1678, peste en Cartagena, Murcia, Origuela, Lorca, Elche y Totana.
- (29) AMB. Ibid. ses. de 21 de julio de 1678.
- (30) AMB. Ibid. ses. de 5 de agosto de 1678, peste en Málaga.
- (31) AMB. Ibid. ses. de 25 de agosto de 1678.
- (32) AMB. Ibid. ses. de 25 de agosto de 1678.
- (33) AMB. Ibid. ses. de 3 de noviembre de 1678.
- (34) AMB. Ibid. ses. de 3 de noviembre de 1678, peste en Málaga y Antequera.
- (35) CALVO POYATO, J.: El contagio de 1679 - 1682 en las poblaciones del sur de Córdoba, en I Congreso de Profesores Investigadores, Sevilla, 1984, pp. 85 - 98.
- (36) AMB. LA. ses. de 3 de noviembre de 1678.
- (37) AMB. Ibid. ses. de 7 de noviembre de 1678.  
"... se dio quenta como a nueve años que no se visitan las voticas que ay en esta ciudad y atendiendo a la obligacion de causa tan menesterosa, se acorde que el Sr. Alcalde Mayor, con asistencia de los Señores... visiten las voticas della en la forma hordinaria..."
- (38) SANCHEZ PEREZ, JA. y TESTÓN NUÑEZ, I.: Higiene y sanidad en el territorio cacereño durante el siglo XVII, en *Historia Moderna, Actos de las II Jornadas de Metodología y Didáctica de la Historia, Cáceres*, 1983, pp. 93 - 105.
- (39) AMB. LA ses. de 28 de septiembre de 1669. "Que corra el arbitrio de quatro mrs. en cada libra de carne mediante la necesidad que ay de la limpieza"
- (40) AMM. LA. ses. de 2 de julio de 1677.
- (41) Para evitar la repetición de notas, toda la información que sigue relativa a la ciudad de Mérida está extraída de los Libros de Acuerdos capitulares de su Ayuntamiento, sesiones de los días indicados.
- (42) Archivo Histórico Provincial, Badajoz (AHP.), Legajo 1.632, fol. 166, 1996.
- (43) AHP. Legajo 1.824, sin foliar, 1670.
- (44) AHP. Legajo 2.406, fol. 101, 1694.
- (45) AHP. Legajo 1.834, fol. 121, 5 de junio de 1698, carta de obligación firmada por Pedro Nuñez Leal, cirujano en la villa de Barcarrota de servir su oficio de cirujano en dicha villa a cambio de un salario anual de trescientos reales y el permitirsele engorde veinte puercos en los montes de bellotas de la villa.
- (46) AHP. Legajo 2.032, sin foliar, 10 de noviembre de 1695, venta de que de peón y medio de viñas efectúa Lorenzo Alonso, vecino de Jerez de los Caballeros, a favor de Francisco Garcia de Avila, Maestro sangrador.
- (47) ADB. Libro de Acuerdos de Fuente del Maestre, ses. de 30 de diciembre de 1678.
- (48) ADB. Ibid., ses. de 3 de febrero de 1683.

- (49) ADB. *Ibid.*, ses. de 19 de marzo de 1683.
- (50) ADB. *Ibid.*, ses. de 21 de marzo de 1685. Se renueva el contrato por otros dos años.
- (51) AHP. Legajo 2.142, sin foliar, 17 de julio de 1681.
- (52) AHP. Legajo 2.141, sin foliar, 4 de agosto de 1680.
- (53) AHP. Legajo 1.825, fol. 105, 12 de julio de 1674.
- (54) AMM. L.A., ses. de 12 de mayo de 1670. En esta misma sesión capitular se acuerda librar al Doctor López, médico, la cantidad de mil quinientos reales del salario da más de medio año.
- (55) AMM. *Ibid.*, ses. de 10 de marzo de 1667.
- (56) AHP. Legajo 2.491, fols. 46 y ss.
- (57) AHP. Legajo 3.590, sin foliar.
- (58) Para completar nuestra visión de las boticas extremñas del Seiscientos, habríamos de presentar el Inventario de bienes de Domingo Fernandez Santillana, boticario mayor del Ejército 0, efectuado en las casas de su morada, en el Campo de San Andres, en la ciudad de Badajoz. Pero la extraordinaria amplitud e variedad de eneseres, jarabes, aceites, infusiones de hierba, unguentos, emplastos, polvos cordales, drogas, ... que contiene impide su inclusión en los límites materiales impuestos a este trabajo. AHP. Legajo 1.550, sin foliar, 20 de febrero de 1668.
- (59) AMM. *Ibid.*, ses. de 17 de septiembre de 1677.
- (60) AMM. *Ibid.*, ses. de 15 de diciembre de 1679.
- (61) AMM. *Ibid.*, ses. de 3 de agosto de 1675. "... abiendo representado el Sr. M.º de Campo, nuestro gobernador, el aberse dado forma en el ospital que aya enfermeria de mujeres... acuerdo se le señalen dos ducados de salario cada mes (a la mujer que se encargará de su cuidado)... y para los gastos de botica cien reales cada año..."
- (62) AMM. *Ibid.*, ses. de 6 de diciembre de 1680.
- (63) AMM. *Ibid.*, ses. de 14 de abril de 1670. En la sesión del día 18 de abril de ese mismo año se presenta la conveniencia de que en la ciudad exista una segunda botica.
- (64) AMB. L.A., ses. de 6 de marzo de 1691.
- (65) AMM. L.A., ses. de 15 de junio de 1674.
- (66) Para una mínima aproximación a las estructuras educativas regionales que preparan a los jóvenes para su inserción en el mundo laboral, véase: CORTÉS CORTÉS, F.: Formación Profesional en la Extremadura del siglo XVII, en Caudal, n.º 3, Badajoz, 1991.
- (67) AHP. Legajo 2141, sin foliar, 1680.
- (68) AHP. Legajo 2114, fol. 121, de 18 de agosto de 1694.
- (69) El 25 de diciembre de 1695 comparece ante escribano público Francisco Mendes, vecino de Jerez de los Caballeros y natural del Reino de Portugal, "... zirujano esaminado y aprobado por el Protomedicato de dicho Reyno en virtud de Real Titulo..." demandando se haga información en el Reino de Portugal de su limpieza de sangre y una vez hecha se entregue ... ante los Sres. Juezes y Exsaminadores del Protomedicato... para el efecto de sacar el titulo de tal zirujano en estos reynos y señorios de España..."
- (70) CORTÉS CORTÉS, F.: Obra citada, Badajoz, 1990.
- (71) LÓPEZ GÓMEZ, J.M.: Salud publica y medicina en Mérida (1700 - 1833), Mérida, 1990.
- (72) AHP. Legajo 362, fol. 354, 1676, contrato de abastecimiento de nieve a Badajoz.
- (73) AMM. L.A., ses. de 6 de mayo de 1689.
- (74) AHP. Legajo 2259, sin foliar, 27 de julio de 1689, obligación de abastecer de nieve a la villa de Zafra suscrita por Francisco de Ceballos, vecino de Zafra.



## UM CALIPOLENSE QUE FOI MESTRE DE CANTO EM ROMA

*Cón. José Augusto Alegria \**

O título em epígrafe reveste-se de singular interesse por revelar aos calipolenses desta geração um seu conterrâneo que na segunda metade do século XVIII, na qualidade de docente da Arte da Música e ao mesmo tempo exímio cantor, deixou memória de si na cidade de Roma. O silêncio que se adensou à volta deste português radicado fora dos pátrios lares, só poderá justificar-se pela total ausência de referências da autoria do próprio e por uma espécie de secretismo que terá envolvido a sua retirada para longínquas paragens. O certo é que se perdeu a sua memória na terra que o viu nascer e em as crónicas locais e muito menos as nacionais lhe mencionam sequer o nome.

Mas, antes de avançar na história que pretendo contar, cumpre-me esclarecer os interessados não ser esta a primeira vez que a trago à colação por escrito. Com efeito, já no longínquo ano de 1955, na página literária de **Letras e Artes** do extinto diário católico **Novidades** e com a data de 21 de Agosto, tive oportunidade de chamar a atenção para o curioso problema em artigo subordinado ao título **QUE DEVE PALESTRINA A PORTUGAL**. Todavia, reconheço que teria sido mais correcto e mais verdadeiro se o tivesse intitulado por esta forma: **O QUE DEVE PALESTRINA A UM CALIPOLENSE**.

É este ajustamento à verdade dos factos que gostosamente ofereço hoje às páginas desta revista que promete dar continuidade aos fastos e glórias de Vila Viçosa.

Por mais estranho que pareça, a verdade é que a notícia que identifica o nosso compatriota em Roma, foi-me fornecida por Juste Adrien Lafage, um dos mais conceituados musicólogos do seu tempo, autor de variadíssimas obras e que, nascido em Paris em 1801, na mesma cidade faleceu em 1862 sendo Mestre de Capela da Igreja de St. Etienne-du-Mont.

Vejamos como foi que este parisiense chegou ao conhecimento do nosso Homem.

Tudo começou quando, em 1828, saiu dos prelos romanos uma obra assinada por Giuseppe Baini cujo título era assim enunciado: **MEMORIE STORICO-CRITICHE DELLA VITA E DELLE OPERE DI PIER LUIGI DA PALESTRINA**.

Era a primeira vez que tal matéria servia de dissertação sistemática sobre a vida e a obra do genial compositor cuja influência técnica e artística não afrouxava com o andar do tempo, situação garantida na História da Música ocidental.

Foi a leitura desde notável trabalho de Baini que despertou a curiosidade de Lafage tomando, de imediato a decisão de se deslocar a Roma na intenção de ouvir directamente do musicólogo romano quanto lhe despertara a vontade de contactar o Mestre que fazia alarde de conhecimentos técnicos contrapontísticos que ele muito desejava saber. Pouco depois, talvez em 1829, Lafage está em Roma e é aceite como discípulo de Baini. Não se tratava de um aprendiz da Arte; mas antes, de um apaixonado pelo génio de Palestrina, tudo fazendo para ser informado das circunstâncias e motivações que o levaram a um estudo tão completo da música contrapontística num tempo em que outros gostos e outras estéticas pareciam vingar entre os compositores. Tudo indica que os contactos entre Baini e Lafage foram os

\* Musicólogo. Membro da Academia Portuguesa da História

mais cordiais e deles foi tomando nota o discípulo na intenção de lhes dar publicidade na hora apropriada.

Uma vez regressado a Paris, Lafage foi dando forma ao seu sonho que não chegou a ver realizado por ter falecido dois anos antes da publicação do livro que intitulará: *ESSAIS DE DIPHTEROGRAPHIE MUSICALE* saído da tipografia em 1864.

Ora, é aqui que começa a nossa história, ou melhor, é neste livro de Lafage que nos surge a figura de um Religioso português, Estêvão Silveira, apresentado como o principal responsável pela decisão assumida por Bainsi no estudo da vida e obra de Palestrina.

Eis, pois, como Lafage nos refere os pormenores dessa caminhada do seu Mestre Bainsi:

*"Ao mesmo tempo estudava o canto-chão pelo sistema das mutanças sob a direcção de D. Estêvão Silveira, religioso português, muito hábil nesta matéria, e tão evidentes foram os progressos alcançados que não tardou a ser designado para dirigir o Coro na ausência do Mestre. Nos dias de folga, o jovem Bainsi frequentava as igrejas onde sabia que se executava música polifónica arrastado por uma incontida vontade de a entender. Era seu desejo que o Padre Silveira lhe ensinasse a ler a dita música, mas a disciplina do seminário expressamente o proibia antes do tempo previsto no regulamento. Todavia, Bainsi, dispôs-se a ultrapassar a dificuldade servindo-se dos poucos meios disponíveis para o efeito. De parceria com um colega de estudo, também natural de Roma, Michel-Angelo Del-Médico, começaram por adquirir livros que lhes servissem e foram tentando penetrar os segredos da música medida dominados ambos pela mesma ambição de saber. . .*

*Silveira, ao reparar que o seu aluno já atingira certo grau de conhecimentos apenas por iniciativa própria, tomou a decisão de lhe dar as lições apropriadas. Entre os livros que forneceu a Bainsi, estavam alguns de Palestrina de quem Silveira era fervoroso admirador. E na sequência da situação, incumbiu-o de transcrever para partitura a dita música dizendo-lhe que, realizando esse trabalho, o imortal Palestrina passaria a ser o seu verdadeiro mestre. . .*

*Deste tempo em diante começaram as pesquisas sobre o grande homem a cuja glória a sua se vincularia para sempre. . ." (Pág. 19)*

Feita a transcrição da obra de Lafage, só é de lamentar que nem sempre os livros da especialidade nos apontem o Mestre português a cuja sombra se desenvolveu e tomou alento Giuseppe Bainsi para levar a cabo o que foi, por certo, o grande sonho da sua vida.

Se ficássemos por aqui, apenas nos restaria a consolação de sabermos da existência de um português em Roma dotado de dons especiais de docência em matéria musical.

Felizmente que, Lafage, após a introdução acima transcrita e, certamente, tendo em conta as referências elogiosas do seu Mestre Bainsi ao Padre Silveira, completou o texto com uma nota de página na qual o nosso Homem surge perfeitamente identificado. Ei-la, pois, traduzida:

*"O Padre Silveira, capelão professo da Ordem Militar de S. Bento de Avis, a primeira das Ordens Religiosas de Portugal, nasceu em Vila Viçosa, diocese de Évora e faleceu em Roma no dia 5 de Setembro de 1802 com 88 anos, tendo conservado até esta idade uma voz de Baixo na extensão de duas oitavas do Fa grave ao Fa agudo do Tenor. Esta notável voz, além da brilhante sonoridade, era tão perfeita na afinação que percorria, sem esforço, a dupla escala sempre que queria, sem a quebra dum coma".*

E pronto. Já temos o retrato com traços bem definidos e a identificação da terra onde nasceu. Estêvão Silveira era natural de Vila Viçosa, foi membro da Ordem Militar de Avis, foi Mestre do seminário e colégio romano e ainda senhor duma rara voz de Baixo que não passou despercebida num ambiente de cantores de qualidade como era o romano. E a propósito do juízo sobre o cantor calipolense, cumpre lembrar que o seu discípulo, Giuseppe Bainsi, tinha autoridade na matéria porque, também ele foi senhor duma boa voz grave que lhe abriu a entrada na Capela Papal quando tinha vinte anos de idade, chegando à categoria de Mestre. Chegando a este ponto e deixando apontada a terra natal de Estêvão Silveira, poderia dar-me por satisfeito fazendo mi-

nha a notícia de Lafage que acrescenta ao rol dos calipolenses ilustres mais este que as crónicas não mencionam.

Todavia, a presença em Roma do calipolense, Padre Estêvão Silveira, teria raízes na sua terra natal e impunha-se descobri-las recorrendo às fontes históricas disponíveis.

Comecei por folhear as **Memórias** do Padre Espanca, então ainda manuscritas. Os Silveiras citados são muitos variados, mas nenhum deles me forneceu qualquer indicativo de aproximação com o nosso Homem. Seguidamente, consultei o **Portugal em Roma**, dois volumes, onde o Padre José de Castro chamou a terreiro uma multidão de portugueses que durante séculos se acotovelaram em Roma nas mais diversificadas missões desde diplomatas a refugiados, caso de muitos jesuitas após a inglória expulsão de Portugal imposta por Pombal. Mas, do Padre Estêvão Silveira, nenhum sinal de vida.

Perante este silêncio dos documentos e a declaração de Lafage com pormenores atrelados a outros personagens da história romana na docência musical, impunha-se, como último recurso, a consulta dos livros de baptismos de Vila Viçosa em depósito no Arquivo Distrital de Évora.

Aconteceu, então que, folheando o Livro n.º 4, fol. 102, deparei com um Estêvão cujo assento transcreveu:

*"Aos doze dias do mês de Agosto de mil setecentos e vinte annos em a Parochial de S.B. eu de V. Vsa. bautizei e puz os santos oleos a Estevão Filho de Pais incognitos, o qual foy achado exposto aos cantos da rua de Évora. Foy padrinho Francisco Nunes e Maria Nunes de que fiz este termo que assignei, dia, mez e anno ut supra".*

A assinatura era do respectivo Prior de S. Bartolomeu, Frei Bernardo Gomes de Leão o qual, segundo informação do Padre Espanca, foi responsável da paróquia desde 1718 até falecer em 20 de Abril de 1734.

Lido o assento e comparando as datas conhecidas, tudo indicava, tratar-se do Mestre perdido e achado em Roma, não obstante a irregularidade do nascimento.

Mas, avancemos um pouco na esteira do depoimento de Lafage. Se o Padre Estêvão Silveira era de Vila Viçosa e foi Mestre de Música em Roma, teria que procurá-lo no Colégio dos Reis funcionando como anexo da Capela do Palácio dos Duques de Bragança.

Acontece, porém, que os livros das matrículas dos colegiais admitidos desde o ano da fundação, em 1609, se consideram perdidos até atingirmos a data de 1735 quando a vida do Colégio foi profundamente alterada com a passagem da autoridade pedagógica para a Companhia de Jesus. O novo ciclo da vida do Colégio teve início no dia 1 de Abril daquele ano com a transferência dos colegiais do Colégio Velho para o andar inferior do Paço Ducal. A separação era justificada pela nova organização dos estudos que se pretendiam dirigidos a um maior aprofundamento das Humanidades. O Mestre da Música, o Padre Inocêncio de Sousa Mealha, Reitor do Colégio desde 1727, perdeu o reitorado e passou a Mestre da Solfa dos moços. Ora, nesta conjuntura que passou a escrito, ficámos a saber que os colegiais transferidos eram sete: dois de Vila Viçosa, dois de Estremoz, dois de Campo Maior e um de Montemor. Fixemo-nos nos dois calipolenses. Um deles, o segundo do rol, Manuel Saraiva, foi admitido no 19 de Março de 1729 e saiu em 1737 completados os oito anos do Estatuto. Mais sabemos que exerceu as funções de acólito do Coro da Capela Ducal até falecer em 1756.

Quanto ao outro que, por sinal abre a lista, responde pelo nome de **Estêvão da Silveira Maltez**, deu entrada no Colégio no dia 12 de Fevereiro de 1729 e terminou o tempo regulamentar no dia 6 de Abril de 1737. Ao contrário do sucedido com os outros seis colegiais todos com notícias sobre os respectivos destinos, deste não consta nada mais.

Será este colegial calipolense o futuro Mestre de Giuseppe Bainsi no Seminário Romano nas últimas décadas do século? Tudo indica que sim e vejamos porquê.

Tendo em conta os costumes da época e as liberdades permitidas a qualquer de simplificar o nome libertando-o da carga dos apelidos, resulta perfeitamente normal que o Estêvão da Silveira o tivesse feito sem que daí pudesse advir qualquer impedimento jurídico por não existirem quaisquer leis que estorvassem a prática.

Sirva de exemplo o colegial Francisco Costa, um dos estremocenses companheiros de Estêvão da Silveira. Diz o cronista que terminado o tempo, ingressou na

Ordem da S. Domingos com a prenda de organista e passou a ser chamado Frei Francisco de S. Jerónimo.

E se toda a gente sabe que o grande Frei Luís de Sousa correspondia ao nome de família Manuel de Sousa Coutinho, nem todos saberão que D. Jerónimo Osório, um dos mais eminentes vultos da nossa cultura no século XVI, era filho de João Osório da Fonseca, irmão de Bernardo da Fonseca Osório e ele próprio Jerónimo Osório da Fonseca.

Os exemplos multiplicam-se e apenas servem para justificar que o nosso Estêvão da Silveira Maltez, por motivações de ordem prática, se tenha desembaraçado do último apelido, tanto mais que os Silveiras de Vila Viçosa tinham muitas raízes e algumas da melhor qualidade. Podemos ainda conjecturar que a simplificação do nome, suprimido o segundo apelido, tenha resultado, não da iniciativa do próprio, mas se tenha imposto no convívio escolar entre os alunos que assim a transmitiram a Lafage. De facto, em Roma, Estêvão Silveira era só um, o calipolense.

Que o Estêvão filho de pais incógnitos é o mesmo Estêvão da Silveira Maltez que foi admitido no Colégio em 1729 é conclusão que resulta líquida comparando as datas.

Tenhamos presente, antes de mais, o que constava do Estatuto (cap. I) que dizia:

*"Auerá neste Colegio athe oito Collegiais, e farçehão (sic) boas diligencias por se achare moços de boas vozes q' tenham precípio de canto de orgão, e ainda q' o não tenham não passando de noue annos. . ."*

Também se confirmam os oito anos de residência no Colégio lendo o cap. 7.º do qual transcrevo o essencial que diz:

*"Ordinariamente estara cada Collegial no Collegio outo annos quatro p. a seruire na Capp. a e estudare canto, e outros quatro p. a estudare Latim, o qual tempo lhe poderei variar conformandome com o talento de cada hu delles. . ."*

Portanto, em 1737, o colegial Estêvão da Silveira Maltez foi dado como finalista após o estudo e prática coral na Capela e os quatro anos de Humanidades previstos no Regulamento. E é agora que o mistério se adensa pretendendo conhecer os caminhos trilhados de Vila Viçosa a Roma. Certo é que um moço com 17 anos munido do saber ministrado num Colégio como o dos Reis carregado de prestígio, representava um valor artístico e cultural a ser aproveitado ou em Vila Viçosa ou fora. Vem à colação este caso com o que respeita a um tal Gaspar Fernandes, nascido em Évora em fins do século XVI e do qual ninguém mais falou até há poucos anos que foi descoberto no Arquivo da Catedral de Guatemala e faz hoje parte dos polifonistas que, depois de colegiais do Colégio da Sé de Évora, rumaram para outras paragens tal como aconteceu a outro eborense, o Padre Estêvão de Brito, outro desaparecido durante séculos até ser reencontrado como Mestre da Capela da Catedral de Málaga onde deixou um magnífico acervo de composições também publicadas nos últimos anos pela benemérita Fundação Calouste Gulbenkian através do seu Serviço de Música.

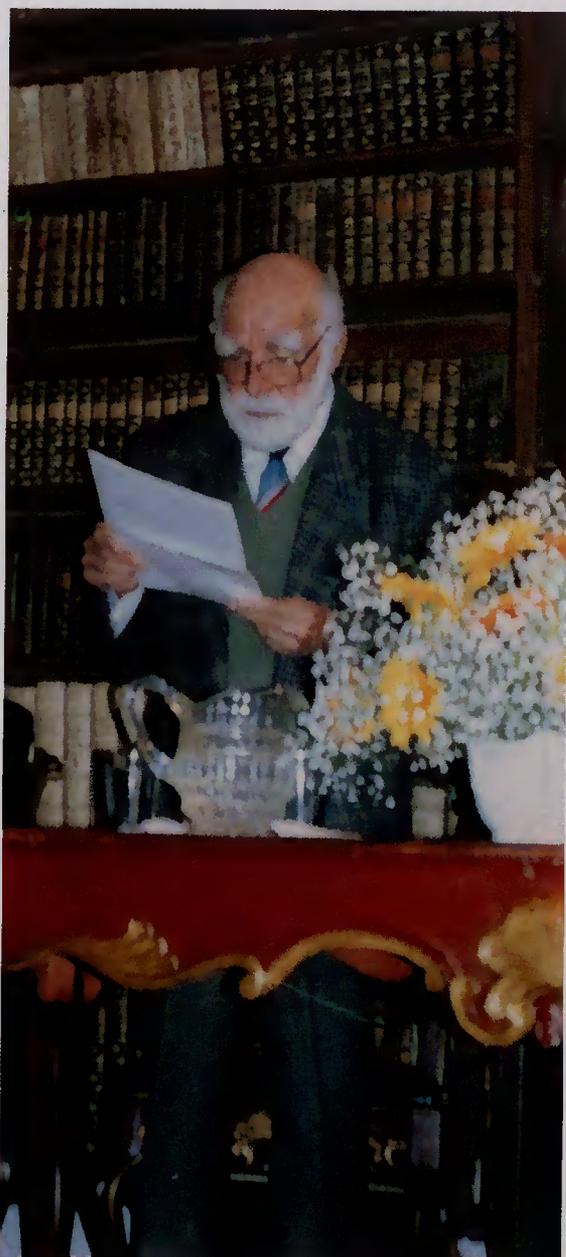
Mas Lafage, como vimos, afirma que o Padre Estêvão Silveira pertencia à Ordem de Avis, notícia que pode simplificar tudo por sabermos a implantação da dita Ordem em Vila Viçosa cujas paróquias tinha a seu cargo. Uma vez recebido o antigo colegial do Colégio dos Reis no seu seio, os responsáveis da Ordem de Avis, certamente alertados para as raras qualidades do seu pupilo, sobretudo as vocais, tudo terão feito para o valorizar directa ou indirectamente, no sentido de lhe abrir os caminhos onde as boas vozes tinham prestígio e era o caso da cidade de Roma e o serviço da Capela Papal.

Para o efeito, é lícito conjecturar a influência possível da presença em Roma de dezenas de Jesuítas expulsos por Pombal e o facto das mútuas relações com os Mestres do Colégio dos Reis desde 1735.

Tudo isto serve para dizer que, pelo menos, a partir de 1785, vivia em Roma um calipolense que exercia as funções de Mestre do Seminário Romano e teve a glória de despertar uma vocação para o estudo da técnica e da estética do genial compositor que se chama Palestrina, aluno que faz parte da História da Música Ocidental e se chama Giuseppe Bainsi.

# MEMÓRIA DE TÚLIO ESPANCA

*António Augusto Charrua Faustino \**



Última presença de Túlio Espanca  
em Vila Viçosa (11. Maio. 1991)



## MEMÓRIA DE TÚLIO ESPANCA

*António Augusto Charrua Faustino \**

Durante um quarto de século tive o privilégio de ter tido um convívio íntimo, permanente e de muita amizade com o ilustre calipolense Doutor H. C. Túlio Espanca.

Sabendo disto, o meu estimado Amigo Dr. Manuel Inácio Pestana propôs-me um convite para que fizesse um trabalho a relatar o que tinha sido esse convívio de 25 anos, a fim de ser publicado na Revista de Cultura *Callipole*.

Ao recebê-lo, confesso que fiquei um pouco perplexo: primeiro, porque era uma responsabilidade muito grande, por vários factores, falar de uma figura com a dimensão daquele Mestre; segundo, porque embora o seu desaparecimento físico ocorresse há quase 1 ano, ainda sinto com muita intensidade esse facto e relembrar tudo o que passou, humanamente, causa-me em estado emocional de certa complexidade. Porém, reflectindo e ponderando tudo, entendi que devia fazer um esforço e não desiludir a pessoa que me convidou, a qual tanto admiro, também há muitos anos.

Há um primeiro aspecto que quero aqui deixar, desde já, bem expresso. Como sabemos, no convívio e amizade entre duas pessoas, falar de uma implica como natural e quase inevitável, falar-se da outra. Portanto; no relato do convívio entre mim e Mestre Espanca, se aparece a minha pessoa quero referir que o mesmo é feito sem qualquer pretensionismo, a que sempre fui avesso.

Lembro-me que, desde muito novo, senti a atracção pelos factos do passado e por objectos de arte ou não, que antecederam a minha existência; na medida do possível os fui estudando e compilando, dentro de grandes limitações, pois não possuía elementos de consulta, nem local onde os pudesse encontrar, para satisfazer a minha ânsia de aprender. Pessoas que se interessassem e me ensinassem não as tinha a meu lado, lutando num terreno só de intuição e puro auto-didactismo.

Iniciada a minha carreira profissional, em 1957, por circunstâncias de vária ordem, vi-me obrigado a deixar para trás e a manter em "repouso" toda essa maneira de sentir, nunca deixando no entanto de ser um observador atento de todos os fenómenos que se ligavam ao que mais modernamente se designa por antropologia cultural.

Depois de várias andanças na carreira profissional, consegui ser colocado em Évora, vindo aqui a fixar residência em 1969. Esta cidade sempre me atraiu sob o ponto de vista histórico-artístico e afectivo, pois aqui fizera também os estudos liceais, no Colégio Nun'Álvares. O fixar aqui residência naquele ano foi um marco decisivo para que pudesse começar a dar largas à sensibilidade com que nasci, virada para o campo da arte antiga.

Atraía-me a cidade de Évora, os seus monumentos históricos e artísticos, todo o seu manancial de arte, desde a arquitectura às artes decorativas. mas não os sabia interpretar.

Por sorte, o hoje mais que consagrado Doutor Túlio Espanca, promovia, oa tempo, ciclos de visitas guiadas aos monumentos da cidade de Évora. Nelas me integrei logo. A sua grande cultura, a sua facilidade de expressão, faziam das visitas guiadas autênticas lições de arte antiga, ao vivo, em todos os campos.

Mais me apaixonei pela arte mas, como me faltavam bases por ser um iniciado só cheio de vontade de aprender e aprofundar os assuntos, sem quaisquer complexos fazia imensas perguntas no período que Túlio Espanca criava, após as suas lições; só o conhecia de vista mas os seus conhecimentos de super-dotado, a sua abertura, a sua

*\* Coleccionador e Estudioso de Obras de Arte*

simplicidade e a sua simpatia natural, mais ânimo me davam para aprender e mais a vontade estava perante ele.

Lembro-me, como se fosse hoje, que naquele ano, depois de uma visita ao Convento do Calvário, como Mestre Espanca tinha notado, nas visitas efectuadas, o meu interesse pelos assuntos expostos (praticamente só eu fazia perguntas, porque outras pessoas que tinham dúvidas não as punham, quanto a mim erradamente, porque tinham receio de mostrar o que não sabiam; como se alguém pudesse saber tudo...) acercou-se de mim na intenção de saber quem eu era, tendo a gentileza de começar a trocar opiniões comigo; face ao que eu lhe expus e quais os meus desejos, com a sua grande experiência e visão, logo me aconselhou: "Se quer saber mais sobre arte, as visitas guiadas não chegam; terá que comprar livros, ler, estudar, visitar museus, casas-museu, colecções particulares, exposições, antiquários, etc., para poder evoluir, juntando sempre a parte teórica com a prática". Dispersaram todas as pessoas que tinham feito parte da visita e fomos os dois, a seu convite, até ao seu gabinete no Posto de Turismo, à Praça de Geraldo. Ali estivemos cerca de duas horas, começando a desenvolver os conselhos dados anteriormente, a mostrar publicações dele e de outros autores.

Foi aqui, portanto, o início da minha amizade e convívio com Mestre Espanca. Pensamos que o mesmo pode durar até ao seu desaparecimento físico, fundamentalmente por existir de ambos os lados grande paixão pela arte antiga em quase todas as suas vertentes, uma amizade muito sincera e profunda e um grande respeito mútuo. Talvez por isso nunca houve qualquer atrito durante o nosso convívio. A medida que os anos iam passando mais se fortaleciam os nossos sentimentos, Tinha tanta confiança em mim que tenho a alegria de ter sido, até, seu confidente.

Segui depois 10 ciclos de visitas guiadas, que eram feitas anualmente; as mesmas foram interrompidas e, poucos anos mais tarde, numa segunda série, fiz mais 2 ciclos. À primeira vista parecerá muito repetitivo, mas não, porque, além de solidificar os conhecimentos já apreendidos, Túlio Espanca tinha o dom de acrescentar sempre dados novos ou diferentes, face, como já afirmei, à sua grande cultura. Os calipolenses interessados ainda puderam saborear um ciclo de três visitas nessa vila, em Maio de 1982, e por aí devem compreender-me melhor, ao fazer tantos ciclos de visitas guiadas com Túlio Espanca.

Não vou aqui descrever, porque está fora do âmbito deste modesto trabalho, a sua biografia e vasta bibliografia, porque isso já está escrito em várias partes, designadamente: nos discursos proferidos em 29/5/1982, aquando, no Palácio de D. Manuel da cidade de Évora, foi feita a entrega oficial do Prémio Europeu de Conservação dos Monumentos Históricos referente àquele ano, promovido pela Fundação F.V.S. de Hamburgo e votado por um júri representando 6 países da Europa, o que o consagrou internacionalmente; no programa da homenagem que lhe foi feita em 27/11/82 pela Câmara Municipal de Évora para a atribuição da Medalha de Ouro da Cidade; no Boletim Municipal de Évora n.º 37 - 2.º semestre de 1990; no Laudatio a Túlio Espanca, feito na Universidade de Évora, em 1/11/1990, pelo Padre Prof. Dr. Joaquim Chorão Lavajo, aquando da atribuição do título de Doutor "Honoris Causa", além das numerosas notícias em jornais da região e do resto do País.

Felizmente possuo toda a sua obra escrita e gravação de algumas das suas visitas guiadas, tendo-me sido feita oferta de algumas das suas publicações. Não é novidade para os interessados que a sua obra é realmente espantosa. Foi mais de meio século de um trabalho constante e perseverante, só ao alcance dos super-dotados.

Embora, como já referi, não cite toda a sua bibliografia, penso que não devo deixar de sublinhar um facto que não vi referido em nenhum lado; olhando para uma das prateleiras, no local onde reúno todos os meus livros e trabalhos sobre arte, verifico o seguinte: na Colecção completa do "Inventário Artístico de Portugal", da Academia Nacional das Belas Artes, estão publicados 12 números, datados desde 1943 até 1992, de onde resultam 16 volumes. Destes, 50% ou sejam, evidentemente, 8 volumes, são da autoria de Mestre Túlio Espanca.

Isto diz tudo sobre o grande trabalho que através dos anos o Mestre nos deixou, no qual expressa bem o seu saber, o seu amor e, sobretudo, o rigorismo que punha na investigação, para escrever com segurança; esta uma grande qualidade que também constatei. No dizer do Prof. Dr. Vitor Serrão, também seu amigo e admirador de tantos anos, "os Inventários do Mestre definem pela primeira vez um carácter de "rastreamento em globalidade" que os tornam pioneiros entre nós". E mais, em carta que

aquele professor me escreveu em 7/6/993, ainda muito abalado pelo seu desaparecimento, além de vários considerandos à sua pessoa, chama-lhe sábio.

Além de seguir Túlio Espanca nas visitas guiadas e fora delas, ter centenas e centenas de horas de conversa na rua, no seu gabinete, em casa dele ou na minha casa (por sinal morávamos ambos na Avenida D. Leonor Fernandes), nos passeios que demos juntos, tanto no País como em Espanha, tive o prazer de lhe dar nos Inventários do distrito de Évora, Zona Norte e Zona Sul, e no do distrito de Beja a minha modesta, desinteressada e anónima colaboração. Precisava de colher elementos de "campo" para o Inventário e lamentou-se que os taxistas não queriam ir a determinados locais (especialmente no campo) e se aborreciam de estar à espera um dia inteiro; além do mais ficava muito dispendioso à Academia cujas verbas também eram muito limitadas. Confessava que assim tinha dificuldade em avançar com diligências imprescindíveis, o que atrasava o seu enorme desejo de completar as obras. Resolveu-se o assunto, pondo ao dispôr a minha pessoa e o meu automóvel, para tudo o que necessitasse. Lá partimos os dois, nalguns fins de semana, na visita para inventariação a Igrejas, Capelas, etc., tantas vezes em pontos recônditos.

Depois da inventariação, que algumas vezes já tinha atrás de si um trabalho de investigação nos arquivos, os citados locais eram por si fotografados; quando requeriam trabalho de um profissional, lá voltávamos com o saudoso fotógrafo Zé Ramos - um artista - para se completar o trabalho. A sorte era este fotógrafo ser artista e gostar de fotografar peças de arte, mas era difícil convencê-lo porque, monetariamente, ficava prejudicado pois a Academia pagava mal e ele a fotografar um casamento em horas ganhava mais que nos dias que connosco saía. Para o aproveitar tínhamos dias de partir às 8h da manhã e chegar às 8h da noite, especialmente no distrito de Beja. A ajudar o fotógrafo a criar condições técnicas para o bom sucesso das fotografias, passavam-se cenas digamos hilariantes mas que fazíamos com gosto, não sendo no entanto fáceis. Mestre Espanca, eu e um outro acompanhante de ocasião, colocávamo-nos nos sítios mais esquisitos com os holofotes, sombrinhas (de fotógrafos) abertas, criação de fundos, etc., seguindo as instruções do fotógrafo Zé Ramos. Porém, quando víamos as fotografias ficávamos encantados, não sonhando as outras pessoas que as viam, as aventuras que tínhamos passado para ficarem com aquela perfeição.

Grande artista, repito, era o saudoso Zé Ramos. Também saíamos, sem ser aos fins de semana, para maior celeridade, pelo seguinte: eu estava colocado na Direcção de Finanças distrital e a minha competência territorial abrangia todos os concelhos do distrito de Évora, no exercício das minhas funções profissionais, os quais, evidentemente, tinha que visitar. Assim, como normalmente saía de Évora 2 semanas seguidas, por mês, dava a Mestre Espanca conhecimento dos dias e dos concelhos e ele comunicava-me quando lhe interessava ir; passava por sua casa, pontualmente, e lá seguíamos para os concelhos só regressando a Évora ao fim da tarde. Nalguns ia para consultar arquivos locais mas depois, como é óbvio, a visita directa aos vários monumentos para sua descrição e inventariação de todo o seu recheio. Logo que me despachava do serviço oficial ia ter com ele para ajudar no que fosse necessário. Seria fastidioso e alongaria muito o que estou a escrever, se relatasse tantos episódios interessantes que se passavam nestas diligências. Porém, para mim era apaixonante aquele serviço na procura do desconhecido, que depois vinha a público nos Inventários; simultaneamente, como se compreende, ia acumulando conhecimentos e experiência, ao mesmo tempo que era útil.

Há um aspecto que não posso deixar de referir, embora algumas pessoas o conheçam: o Doutor Túlio Espanca, com todo o seu saber acumulado ao longo de uma vida inteira de grande e séria dedicação a estes assuntos, tinha a simplicidade e a humildade próprias dos verdadeiramente Grandes, como ele era. Por isso várias vezes me pedia opinião sobre determinadas peças; deixava-me confundido, eu não me queria manifestar, mas ele insistia, dizendo: "Vêem mais 4 olhos do que 2"; isto para mim define-o como pessoa de grandes sentimentos humanos; por fim, lá me manifestava e quando descobria, casualmente, qualquer data ou uma peça que jazia cheia de pó nalguma dependência de igreja ou capela, etc., exclamava: "Eu bem lhe digo que vêem mais 4 olhos do que dois". Parece-me não ser preciso acrescentar mais nada para as pessoas que nos leiam o compreenderem em toda a sua dimensão.

Por coincidência foi Vila Viçosa, talvez o concelho onde fomos mais vezes e mais andámos juntos. Vêm tantos factos passados à minha memória que é impossível descrevê-los todos; mas, de repente, lembrei-me de um: depois de várias semanas de

visitas a Vila Viçosa, numa viagem de regresso a Évora, o Mestre começou a descrever-me, sob todos os aspectos, a Vila Viçosa do séc. XVI; era tal a clareza e o rigor da exposição, que tinha a sensação de estar a ver ao vivo essa época da antiga Vila. É claro que, para aproveitar o tempo, vinha com o automóvel no mínimo de velocidade. . . Aliás, na ida ou regresso aproveitávamos sempre para conversar e traçar ele os planos que tinha em mente para as visitas posteriores. Também, nas idas a Vila Viçosa registava-se um facto curioso, o qual eu compreendia e respeitava perfeitamente: quando Túlio Espanca andava em trabalho, destestava restaurantes, porque sempre apareciam pessoas para conversar o que lhe perturbava o pouco repouso que fazia na hora de almoço. Assim, trazia o seu farnel, como ele lhe chamava, e ia comê-lo, ao ar livre, para o Castelo; isto dava-lhe imenso prazer. Mestre Espanca amava a sua terra natal; várias vezes me confessou: "O meu sonho era ter uma casinha em Vila Viçosa". Como se sabe não o chegou a concretizar. Também me dizia ter tido grande prazer em fazer o "Inventário" de sua terra. O período de trabalho nos concelhos do "Inventário Artístico da Zona Sul" era intensíssimo e perguntava-lhe como conseguia, mesmo assim, não obstante o rigorismo posto em tudo, ir avançando com relativa celeridade. Respondia-me que só através de uma vida muito regrada. Efectivamente, tinha uma alimentação cuidada, não bebia bebidas alcoólicas, não bebia café, não fumava, etc., isto ajudava realmente o grande arcaboço com que nasceu, sobretudo o mental; em períodos de investigação mais agudos, chegava a estar a trabalhar 12 horas seguidas, só bebendo água e comendo algumas bolachas. É impressionante! Quando as pessoas interessadas liam qualquer elemento inédito, não podiam fazer ideia do trabalho, em vários campos, que o mesmo dava. Eu nunca tinha assistido à feitura de um livro mas, como acompanhei a feitura dos "Inventários - Distrito de Évora - Zona Norte e Sul", pude aperceber-me da sua complexidade e espantoso trabalho. Acresce que Túlio Espanca foi o único inventariante que em Portugal, como se sabe, fazia um volume só de fotografias e outro da parte descritiva. Constatei que isto dá o dobro do trabalho, mas fica tudo muito mais valorizado. Até me ofereceu as provas do "Inventário da Zona Sul", que guardo religiosamente. Quero referir que no "Inventário do Distrito de Beja" só fui no meu automóvel com o Mestre ao concelho de Alvíto, nos fins de semana; nos restantes a minha vida profissional não me permitia ir durante a semana (só ia aos fins de semana com o fotógrafo), tendo o Mestre, finalmente, tido a colaboração de Entidades Oficiais no tocante a transportes para os concelhos do Distrito de Beja. Depois deste espantoso trabalho, estando o mesmo findo, foi entregue na Academia; tantos anos sem luz verde para a sua publicação, o que o trazia sempre muito preocupado e ansioso, dizia: "Deus queira que o mesmo possa sair comigo vivo, pois teria grande desgosto se isto não se verificasse". Aconteceu que, quando houve a chamada luz verde, o Mestre Espanca já se encontrava muito cansado; apesar disso ainda teve que ultimar muitas coisas, o que o esgotou; não pode fazer a revisão das provas, valendo a todos nós e ao País o conhecido jornalista Dr. Alves Fernandes, seu genro, que fez a revisão das mesmas e, com um seu filho, os respectivos índices que eram sempre feitos na Academia; sucedeu que esta, na altura, já não tinha ninguém especializado; isto atrasava tudo e as pessoas que referi, com grande competência, lá os fizeram de molde a irem para a tipografia. Logo que nesta entrou imediatamente mo comunicou e demos um grande abraço de alegria. Como estava feliz na altura! Até nesse dia fez um passeio a pé para vir à Praça do Geraldo trazer dois livros para encadernar.

Foi também graças ao seu genro que, indo à tipografia da Maia, se lembrou de trazer dos poucos já impressos, os dois volumes do "Inventário do Distrito de Beja" para que o Mestre os visse; veio de propósito a Évora, não esperando pelo dia 8 de Maio, em que viria assistir à homenagem que era prestada a Túlio Espanca, em Vila Viçosa. Parece que teve um presentimento da tragédia que se ia dar dentro de dias. O Mestre ainda os teve na mão, mas, devido ao estado deprimido em que já se encontrava, não mostrou grande interesse ao folheá-los. Mas Deus fez-lhe a vontade, pois ficou com a certeza que viriam a público. Houve um facto que me comoveu e foi o último agradecimento que lhe fico devendo; deixou escrito: "Mesmo que tenha morrido, quando vierem os volumes que a Academia me oferece, entreguem dois volumes ao meu amigo Faustino", ofereceu também a outros amigos mas só aqueles que ele sabia que se interessavam e liam os Inventários. Soube disto através dum telefonema (já após o seu desaparecimento) feito por sua filha D. Joana. Lá os fui buscar a casa e este novo encontro com sua esposa foi comovente.

Descrita, resumidamente, a nossa inter-ligação aos "Inventários", não posso deixar de referir o que foi para mim de gratificante as outras viagens de passeio, mas ao mesmo tempo de estudo e visitas aos locais com interesse artístico. Fizemos, como já disse, várias visitas pelo País, especialmente a Coimbra, cidade de que o Mestre muito gostava. Como a minha filha fez o curso de Medicina em Coimbra, durante os 6 anos do mesmo, como é óbvio, lá me deslocava muitas vezes; foi muitas vezes comigo, sendo para mim um prazer, e teve a gentileza de, por partes, fazer a mim e a minha mulher visitas guiadas em Coimbra. Era espantoso, dominava tudo!

Ainda seguindo o primeiro conselho do Mestre percorri com minha mulher, felizmente também apaixonada destas coisas da arte, e durante 9 anos, o nosso País, por zonas; nestas visitávamos todos os museus, casas-museu e outros lugares com interesse artístico, para o que destinávamos uma semana das nossas férias. Além das visitas comprávamos toda a documentação possível, ligada aos lugares de interesse artístico, para ser estudada no Inverno.

Percorrido o País, também me aconselhou a ir ao estrangeiro conhecer a arte de outros países. Túlio Espanca era um apaixonado das viagens e durante 30 anos percorreu sozinho toda a Espanha; contou-me todas essas viagens que tinham o seu quê de aventura; dizia-me que, como ganhava monetariamente pouco das suas funções profissionais, nessas viagens tinha que dosear o mais possível as despesas; porém, com o seu espírito de artista e de aventura, conseguia o que se propunha fazer. Certa vez, contava ele (como também era coleccionador) em Barcelona apaixonou-se por um canudo em faiança, com uns motivos de barcos. Não resistiu e comprou-o, o que desequilibrou o seu orçamento de viagem; quando chegou a Elvas estava sem dinheiro, tendo pedido 50\$00 a um taxista conhecido para poder vir para Évora. Não pensem que se lamentava disto; contava tudo descomplexadamente, a rir, com um prazer especial por ter sido mais uma aventura e ter ficado com o canudo. Isto reflecte uma faceta curiosíssima, quanto a mim, da sua apaixonante personalidade. Face ao conselho que referi atrás e pelos elementos escritos que eu tinha de Espanha, este País atraía-me. Assim, idealizei um percurso que eu e a minha mulher pretendíamos fazer de automóvel.

Quando lho fui pôr a consideração, perguntou-me: "Posso ir com vocês?". A resposta não podia ser outra senão a positiva, pois era um companheiro bom em todos os sentidos e ofereci-lhe a viagem de automóvel com todo o prazer. Num serão estivemos a trocar opiniões do que queria ver, até onde queria ir, e combinámos ser o Mestre Espanca, com a grande experiência de Espanha, a traçar o itinerário, mas, tendo em vista que teríamos de pernoitar após eu ter feito entre 250 a 300 Km de estrada, para não me cansar muito pois sabia que, depois, nas visitas a museus, monumentos, etc., tínhamos várias horas a andar a pé e queria ver tudo sem pressas, como aliás é sempre minha intenção, pois só assim se podem estudar as peças e memorizar pormenores que, depois, nos são muito úteis. Traçado por ele todo o itinerário para 13 dias, concordei em absoluto; lá partimos, visitando as províncias de Castilha la Nueva, Aragão e Catalunha. Era para mim emocionante pois, após visitar o nosso País, era minha primeira viagem ao estrangeiro, com os mesmos objectivos. Corria o mês de Agosto de 1983. Graças a Deus correu tudo muito bem, sendo o programa cumprido à risca. Mestre Espanca adorou esta viagem (os interesses eram comuns) e isso deixou escrito em dedicatória num trabalho seu que me ofereceu após a viagem. Ainda nesta, tivemos o privilégio de o ouvir falar sobre a História de Espanha, a qual conhecia em pormenor em virtude de a ter estudado em 20 volumes!

Mas não falávamos só de arte; tanto eu, como a minha mulher, ficámos encantados com o seu sentido de humor, a sua característica de contador de histórias, etc..

Havia muitos pormenores interessantes a contar mas tenho que tentar resumir o que estamos a escrever. Só um: tivemos a sorte de estar em Barcelona num domingo onde, como se sabe, nas "ramblas", neste dia há um verdadeiro espectáculo de cerca de 2 Km com as facetas mais distintas. Como o Mestre riu e se divertiu com tudo aquilo, pois nunca, como nós, tinha assistido a uma coisa do género.

Em Abril de 1988 voltámos a Espanha, fazendo uma viagem com as mesmas características; tudo se passou num ambiente nada formal e cheio de muita amizade. Como gostava muito das "zarzuelas", além dos livros, comprava sempre discos das mesmas, para ouvir sossegadamente em casa.

Como também sou apaixonado pelas viagens, quis Deus que pudesse (sempre o Mestre me incitava a ir) visitar depois, mas não na sua companhia, seis países da Eu-

ropa, um de África e outro do Médio Oriente. Ia por intermédio de agências de viagens mas, nas cidades, eu e a minha mulher não cumpríamos os programas das agências, porque queríamos estar livres para vermos os museus que entendíamos; é que, antes das viagens, com bons roteiros, mapas das cidades e dos "metros" programávamos à nossa maneira. Só um exemplo: se não procedêssemos assim, designadamente em Paris, Bruxelas e Amesterdão, não teríamos visto os museus, pois dum grupo de 50/60 pessoas ninguém tinha interesse em ir; temos que respeitar cada um, mas lamentamos. Como permitiam que filmássemos nos museus, filmei, por exemplo, em Paris o Museu de Cluny (uma das maiores colecções do mundo de peças da Idade Média - até ao século XVI), em Amesterdão o célebre "RijksMuseum" e, em Bruxelas, o Museu de Arte Antiga, não só para mim, mas para depois, fazendo surpresa ao Mestre, voltar a saborear em minha casa com o Mestre Espanca os núcleos que mais nos interessavam, porque ele não pôde conhecer ao vivo estes museus. Em 1953, como bolseiro do Instituto de Alta Cultura, estive 3 meses em França e 3 na Itália.

Não podemos deixar de referir outra faceta da sua personalidade: a de colecionador de antiguidades. Colecionava com verdadeira paixão. Tinha começado há cerca de 50 anos e só deixou quando as cotações atingiram preços elevadíssimos.

Como eu também desde muito novo, como já referi, tinha a paixão de colecionar, dado o estudo sistemático que fui fazendo, através de livros, visitas a museus, casas-museu, etc., e do contacto com Mestre Espanca, fiz-me também colecionador há 25 anos. O Mestre sempre me incitou e dizia-me: "Compre e salve o que puder para que as peças não vão para o estrangeiro". Ia adquirindo e mostrava-lhe sempre tudo. Tive sempre a preocupação em preparar-me o melhor possível para poder comprar, mas ir logo seleccionando. O factor raridade era, dentro do possível, aquele que mais nos interessava. Sempre me considerei um modesto colecionador. Não obstante, Mestre Espanca mostrou-se interessado na minha colecção e referiu-a a págs. 295 e 296 do Inventário Artístico de Portugal - Dist. Évora - Zona Sul, em 1978, embora depois desta data a mesma fosse aumentada. Como as visitas a minha casa, por vários motivos, eram frequentes, via as peças. Tantas de que ele gostava imenso, felizmente.

Devo aqui destacar o interesse que Túlio Espanca tinha pelo meu núcleo de 4 Meninos Jesus de Malines, especialmente um, marcado e que tinha sido classificado de "peça rara e de qualidade excelente" pelo meu querido e saudoso Amigo Eng. Bernardo Ferrão de Tavares e Távora (com quem me correspondi de 1976 a 1982 - ano da sua morte), especialista, além de outras, nesta área das "Imagens de Malines". Antes de Túlio Espanca ter mostrado interesse em fazer referência à minha colecção no "Inventário" e apresentar no volume da parte fotográfica, uma fotografia da peça em causa, já eu tinha mandado fotografias dos citados Meninos Jesus da cidade flamenga de Malines (Séc. XVI) ao Engenheiro Bernardo Ferrão, a seu pedido, para publicação, com ficha descritiva, na revista "Museu", do Porto.

O Doutor Túlio Espanca insistia no interesse em publicar a fotografia do citado Menino Jesus, porque me informou (e eu constatei isso nos volumes já publicados do Inventário) que não tinha ainda sido dado à estampa uma imagem daquelas e queria mais uma das suas muitas apresentações inéditas.

Como estava comprometido com o Eng. Bernardo Ferrão, apesar da amizade com Túlio Espanca, não lhe podia responder afirmativamente sem escrever a Bernardo Ferrão; foi o que fiz e ele, em carta, referindo que a minha atitude já hoje era pouco vulgar, não só concordou que cedesse à pretensão de Túlio Espanca, mas também que, sendo publicada no Inventário, era melhor porque tinha mais projecção.

O desejo de Túlio Espanca foi satisfeito, constando no Inventário o Menino Jesus em causa com a estampa n.º 318. Foi portanto a primeira fotografia de uma imagem destas que se publicou nos "Inventários", pois no Distrito de Beja, Mestre Espanca também não encontrou nenhuma. Referia-me Túlio Espanca que não tinha conhecimento de nenhum mais (além dos meus 4 e do outro que está no Museu da Sé de Évora) nos distritos de Évora, Portalegre, Beja e Faro. São realmente raras. Lá está o que disse atrás: se não estivesse preparado com as publicações de Bernardo Ferrão sobre "Imagens de Malines" nunca os teria descoberto. Os negociantes de antiguidades não sabiam que imagens eram, nem a sua raridade. Confessava-me o Mestre: "Gostava muito de possuir um "Malines", ainda mais que um Nottingham (escultura religiosa inglesa, em alabastro, que se fabricava no séc. XV, naquela cidade, em Londres e

York).

Entre Túlio Espanca e Bernardo Ferrão existia também uma grande amizade e uma admiração mútua; também é curioso que, durante uns anos, houve um triângulo de ligação entre mim, Ferrão e Espanca, no tocante a detecção de peças e ulterior envio de fotografias para as publicações do grande investigador que foi o Eng. Bernardo Ferrão, designadamente peças de mobiliário, "Malines", e marfins da arte luso-oriental. Aconteceu que Túlio Espanca estava na fase da elaboração escrita dos "Inventários" e não tinha tempo nem saía tanto como eu; assim, delegou em mim essa modesta colaboração, o que motivou a minha correspondência e telefonemas, durante 7 anos, com aquele investigador e escritor do Porto. Abalou-me muito o seu desaparecimento físico (ocorrido em 1982) porque, além de outros trabalhos de muito interesse, estava a trabalhar na obra de fundo "Mobiliário Português", da qual só puderam sair 4 volumes de um projecto de 10. Nos 4 volumes saídos, que vão até ao séc. XVI, lá vêm peças raras que lhe descobri mas como eu não queria que constasse o meu nome, numa ainda escreveu que os elementos tinham sido fornecidos "por um amável coleccionador de Évora". Se não ocorresse a sua morte e como já tinha adiantados os volumes dos sécs. XVII e XVIII, era uma lacuna que ficava suprimida nas artes decorativas portuguesas, pois não temos em Portugal uma obra de fundo sobre mobiliário, como Bernardo Ferrão tinha projectado. Tantos elementos lhe forneci destes séculos! Lamentavelmente não se conseguiu ninguém que pudesse dar continuidade à sua obra.

Quando fui ao gabinete de Túlio Espanca dar a notícia do falecimento de Bernardo Ferrão, ficou muito triste e exclamou: "Então, e agora?"; referia-se às publicações que tinha em curso e que ele também gostava que saíssem. Penso que é bonito, entre pessoas apaixonadas por estes assuntos e sempre ansiosas por mais aprenderem, haver tanta lealdade, muita amizade e espírito de colaboração (nas obras escritas e nas colecções) sem invejas mesquinhas, que infelizmente são tão comuns.

Como apaixonado em coleccionar, não me interessou nem interessa só a recolha de peças, decorando ao gosto pessoal a casa de Évora e a minha casa de campo. Interessa-me ainda mais e dá-me mais emoção o meu estudo aprofundado, com o maior rigor possível.

Assim, organizei um "inventário" onde são registadas com um n.º, data de aquisição, preço e uma classificação muito sucinta; depois elaborei fichas com análise às mesmas, classificação, se foram referidas no "Inventário Artístico" ou figuraram em exposições, bibliografias, etc.. Das mais representativas e seguindo um critério pessoal, mandei executar fotografias por profissional e elaborei 4 álbuns em folhas soltas e transparentes, de molde a ver-se a fotografia e ao voltar a folha, vermos no verso os elementos extraídos das referidas fichas. Aos álbuns anexei também tudo o que se relaciona com a colecção e além do mais, uma introdução, relatando como e porque comecei a coleccionar, além de mencionar elementos sobre Mestre Espanca que, como não podia deixar de ser, me marcou profundamente. Ao saber disto estimulou-me e apoiou-me na ideia, referindo-me: "Uma coisa dessas é que eu devia fazer também, mas o tempo não chega para tudo". Eu fiquei-lhe muito grato pelo estímulo.

Depois do meu estudo, em caso de dúvidas, tinha e tenho sempre a humildade de consultar especialistas nos vários ramos e que fazem o favor de ser meus amigos, gostando de falar comigo sobre peças de arte. Neste momento só estão pendentes de classificação de especialistas de Lisboa 5 peças; 3 de uma espécie de momento difícil de classificar, porque não existe qualquer estudo em Portugal, nem em Espanha, tendo-se começado há pouco tempo. Até eu tenho estado a colaborar modestamente com a especialista, a seu pedido, em virtude da falta de tempo da mesma; vamos ver se se faz mais luz sobre o assunto, porque as peças são raras; as outras duas só não estão porque aguardamos a vinda a Évora, dentro de pouco tempo, do especialista que tem cá assuntos a tratar e só dá o parecer definitivo com as peças ao vivo, embora já visse as fotografias. Estes contactos são muito enriquecedores, como se compreende, e os especialistas também têm prazer em ver sempre mais coisas. Também faço isso porque, como me aconselhava Mestre Espanca, era asneira, depois do natural acumular de conhecimentos de tantos anos, não deixar os elementos escritos, nos citados álbuns.

Outra faceta de Mestre Túlio Espanca: organizador de exposições de arte antiga, em Évora. Nos elementos de consulta que citei atrás sobre a sua bibliografia, constam os títulos das mesmas que foram nada mais, nada menos de 15!!

Embora eu possua todos os catálogos, dentro do nosso período de convívio ainda acompanhei várias. Não posso deixar de referir o espantoso trabalho que as mesmas representavam. Além de elaborar os catálogos e ter os contactos com a tipografia, fazia a recolha das peças em Évora ou fora desta, classificava-as e ainda procedia à montagem das mesmas exposições; portanto fazia quase tudo sozinho. É espantoso! Peças que me pertencem hoje, figuraram em 3 exposições da sua responsabilidade. Cedi também várias peças da minha colecção para 4 exposições, estas realizadas no Museu de Évora. Com o fim de figurarem na exposição "A influência oriental na cerâmica portuguesa do século XVII", a realizar no Museu Nacional do Azulejo, no âmbito da "Lisboa 94 - Capital Europeia da Cultura" (de 20/7 a 15/10 deste ano), os serviços técnicos e o responsável pelo catálogo da mesma, seleccionaram-me 3 peças com as características exigidas que já estão, neste momento, na casa forte do dito Museu, a fim de serem fotografadas, juntamente com todas as outras, sendo todo o trabalho de impressão entregue a uma firma italiana especializada que, além de cumprir prazos, consegue que tudo seja menos oneroso do que sendo o trabalho feito em Portugal. Refiro este facto porque Mestre Espanca também gostava muito dessas peças. Fascinavam-nos a ambos as peças da nossa Arte, que tinham aquele hibridismo, quer na nossa cerâmica do século XVII, como nos marfins da arte luso-oriental.

Como ele gostaria de ver a exposição que se vai realizar, além de outras, no mesmo âmbito da "Lisboa 94"!

A sua actividade como conferencista também foi notável, quer no grupo Pró-Évora, como na Universidade de Évora e por esse País fora. O que me impressionava mais era o seu estilo, diferente dos demais. Falava de pé, atrás ou à frente da secretária, sem ter quaisquer elementos de leitura ou consulta. Conseguia assim uma empatia maior entre ele e os interessados.

Tive ocasião, na Universidade, de ouvir de pessoas que não o conheciam, os maiores elogios e espanto pelo que viam e ouviam. E o período de perguntas e respostas, era admirável.

Possuindo a colecção completa do Boletim "A Cidade de Évora", pela qual tenho tanto carinho, embora seja de certo modo conhecida a sua actividade no mesmo, não resisto a lembrar às pessoas que não possuem a colecção completa, que Mestre Espanca foi seu editor desde o n.º 1, saído em 1942, até ao n.º 70, referente a 1987, constando em todos os números um trabalho seu. Constatei o grande trabalho que tinha para que saísse o "Boletim"; foram 45 anos de actividade nesta obra. Por sua sugestão, agrupando vários números num volume, madei encadernar em "meia francesa" o que perfez um total de 19 volumes. Como se sabe o "Boletim" tinha projecção nacional e internacional, sendo ainda hoje um precioso elemento de consulta.

Que me desculpem, mas este fabuloso trabalho do Mestre e das pessoas que para o mesmo executavam trabalhos de grande merecimento, não podia passar em claro.

Com todo o trabalho imenso de uma vida de dedicação a um sector apaixonante, mas difícil e complexo, o Mestre começou, logicamente, a sentir o cansaço; mas queria continuar com o mesmo ritmo, o que era humanamente impossível. Dizia-me: "Não em conformo, pois trabalhos que fazia em 8 dias, levo agora 1 mês". Lá o moralizava e tentava mentalizar que deveria abrandar o ritmo e, o levar mais tempo, era natural.

Infelizmente, com cerca de 80 anos, nunca aceitou o natural cansaço e a perda de energias, o que lhe provocava um estado muito ansioso, desequilibrando-lhe o sistema nervoso, ficando alguns dias muito prostrado.

A decadência física foi-se acentuando, como é a lei natural da vida. Via-se naquele estado, queria fazer ainda várias coisas e não podia; entrou em desespero, o que talvez provocasse o acto que é do conhecimento geral. O assunto é muito complexo, mas já ouvi de especialistas que a pessoa atinge um estado patológico de tal ordem, que já não é o próprio a decidir; não há já controlo da vontade, embora se consuma o acto.

Contudo, alguns dias antes do seu desaparecimento físico, travou uma grande luta consigo próprio.

Certas confidências, durante o último período da sua vida, dado serem muito do foro íntimo, reflectindo, entendo em consciência que não devo revelar, além de outras que me foi fazendo ao longo dos 25 anos do nosso convívio, até porque, nalgumas até me pediu segredo e este morrerá comigo.

No citado último período da sua vida, tinha dias que estava melhor, outros

pior. Tentando que se distraísse, perguntei-lhe se pretendia sair comigo a um local perto, para não se cansar. Por seu alvitre chegámos a ter agendada uma visita ao Museu de Montemor-o-Novo e a ida, no meu carro, à conferência que o Prof. Vitor Serrão proferiria, como proferiu, no Museu de Évora, em 27 de Maio de 1993. Infelizmente nada disto se pode concretizar.

No que escrevi atrás sempre falei, como devem ter reparado, no seu desaparecimento físico; nunca falei em morte porque, para mim, o meu querido Amigo, Mestre Túlio Espanca, não morreu; o seu espírito mantém-se bem vivo, através das recordações e também da sua Obra, que regularmente estou a consultar. Muitas gerações ainda terão que consultar a sua vasta bibliografia, não obstante aparecerem, como é normal com o avanço da investigação, hoje com meios mais sofisticados, alguns dados novos. Mas a base está na sua Obra, especialmente no tocante aos 8 volumes do "Inventário Artístico de Portugal" com milhares de comunicações inéditas.

Penso que com o seu desaparecimento físico, fechou a maior "biblioteca" do Mundo sobre temas de Évora e seu distrito, até porque também não pôde publicar todo o manancial de conhecimentos que possuía.

Creia, Mestre Espanca, homem bom e tolerante, que o seu amigo Faustino nunca o poderá esquecer e tudo o que referi é mais uma homenagem que lhe presto.

Que descanse em Paz.

Évora, Abril de 1994



## **Tempo de Artes & Letras**





# **AUGUSTO CASACA**

*no rosto da memória*

*entrevista por  
Joaquim Saial \**



## AUGUSTO CASACA

no rosto da memória

*Entrevista  
por Joaquim Saial \**

Augusto Casaca nasceu em Vila Viçosa, em 1956. Licenciado em Artes-Plásticas pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (1985), exerce a docência na Escola C + S de Borba, paralelamente à actividade de pintor. Participou em várias exposições colectivas, as mais importantes das quais nos anos 80: Biblioteca Municipal de Estremoz (1983), Barreiro (1985), "A Vinha e o Vinho na Pintura", Sociedade Nacional de Belas Artes, Lisboa (1989), Galeria Arte Periférica, Massamá (1991), Cultuarte, Vila Viçosa (1991) e Portarte, Portimão (1992). É detentor do I Prémio Bienal de Pintura Henrique Pousão, instituído pela Câmara Municipal de Vila Viçosa em 1985. Em 1993 exibiu em Caxias uma primeira mostra individual, subordinada ao título "Sítios e Coisas do Endovellico".

Escrevia então o pintor no catálogo: "Subir ao outeiro de S. Miguel da Mota (Terena/Alandroal) é sentir o inexplicável calafrio da onnipresença divina. (...) Sítios e coisas do Endovélico são fruto do fascínio pelo mistério, da intemporalidade das raízes (terrenas e divinas) e, em última instância, do confronto do ser humano com a sua própria existência". Desse confronto e de diversos outros assuntos relacionados com o mister que Augusto Casaca desenvolve trata a presente entrevista.

*\* Mestre em História da Arte*



**No início de 1993 (1) realizou no Espaço de Arte do Restaurante Mónaco, em Caxias, uma mostra subordinada ao título "Sítios e Coisas do Endovellico". Porquê o deus curativo de Terena, ou de Alandroal, como tema de uma exposição?**

Esta ideia foi amadurecendo desde os primeiros registos, feitos em 1991, e deriva da confluência de uma série de factores que se interligam: o conhecimento que tenho de tradições da zona, como a festa das Maias, baseada em crenças e medos que denotam uma mistura de misticismo e panteísmo - memórias que se vão perdendo, infelizmente, porque as pessoas já não se ouvem ao serão e preferem a uniformidade de ideias oferecida pela caixinha mágica da televisão, o meu trabalho de pesquisa sobre os vestígios arqueológicos conhecidos sobre esse deus, livresca e "in loco", finalmente, o fascínio que sempre senti por aquilo que se desconhece do culto a Endovélico, um certo mistério emanante que paira no ar, e que por isso me deu uma boa margem de criatividade.

Tudo isto estava, portanto, em consonância com o meu universo: o gosto desde sempre mantido pelos costumes populares e pela arqueologia - traduzido na procura de raízes e modos efectivamente nossos, rebuscados até antes da nacionalidade - e o repensar constante dos binómios vida/morte, valores materiais/valores espirituais.

**Pode supor-se que haverá continuidade desta série, agora tendo a deusa romana Proserpina (2), presumivelmente adorada no aro de Vila Viçosa, como fio condutor?**

Com os "Sítios e Coisas do Endovellico" procurei uma unidade temática e vivencial, mas tentei que esta não me limitasse: os sítios podem ser muitos, assim como as coisas (objectos). Contudo, os trabalhos extravasaram o próprio tema e saliente-se que a finalidade não era a mera ilustração de objectos arqueológicos. O tema era o pretexto. Não encontro motivo para percorrer todos os deuses que possam ter tido alguma ligação com esta terra. Além disso, a divisão geográfica antiga era algo diferente da de hoje. Vila Viçosa pode ter estado mais ligada à região de Alandroal e de Terena. Fariam talvez parte do mesmo "concelho". Note-se, no entanto, que, para mim, isso é irrelevante. No presente tema, interessa-me mais o carácter ancestral do que o regional.

**Se não contarmos a exposição de cinco dias integrada nos III Encontros de Poesia, em 87, em Vila Viçosa, como explica que um artista que pinta com certa assiduidade desde 1985, só oito anos depois tenha tido a primeira individual?**

Pinto com regularidade desde 1970, muito antes de entrar para as Belas-Artes. Fiz os primeiros óleos aos 13/14. Fui discípulo de um pintor naturalista e muito bom restaurador, o sr. Reis, que trabalhou por aqui uns tempos, e mantive contactos com o pintor equatoriano Manuel Rendon, que conviveu com artistas da Escola de Paris e me deu bons conselhos. Também li imensos livros sobre história da Arte e técnicas de pintura. Daí que tenha sido "impressionista" até aos 17 anos e depois "surrealista" durante certo tempo. Por volta de 1972 entrei numa exposição colectiva no Barreiro e noutras a seguir ao 25 de Abril de 1974. Nessa altura éramos muito generosos e expunha-se em qualquer associação, de qualquer maneira e sem apoios de espécie nenhuma. Nos primeiros anos da Escola Superior de Belas Artes passou-se um pouco o mesmo, mas depois fui-me tornando mais exigente nas condições e naquilo que expunha. Tomei consciência de que uma exposição individual implicava um razoável número de obras, com uma unidade temática e uma qualidade que me satisfizessem. Entretanto, os problemas aumentaram quando tive de tirar o curso dando aulas ao mesmo tempo e quando no final do mesmo foi necessário fazer um estágio de dois anos para ser professor. Recentemente, com a ligação à Galeria de Arte Periférica, surgiram as desejáveis condições para a realização da individual, agora com ideias e pintura mais maduras.

**Verifica-se em diversos quadros seus um fascínio indistigível pela figura de Florbela Espanca. Fale-nos desse gosto pela grande poetisa calipolense e dos motivos que o levaram a tê-la como motivo de inspiração.**

A figura e a obra de Florbela denotam o lado sofredor que todos possuímos, ne-

la levado até às últimas consequências. Era tão consciente da condição humana e amava tanto a vida que não conseguia viver. Um dos meus primeiros óleos foi uma ilustração das "Árvores do Alentejo". A sua fisionomia e os seus poemas inspiraram-me na realidade uma série de obras. Sempre fui um bocado introvertido e as obras que faço denotam uma certa melancolia. Talvez seja por aí... Como dizia o Fernando Pessoa, "O poeta é um fingidor...". Talvez alguns pintores também o sejam.

**Ganhou em 1985 o primeiro prémio da então criada Bienal Henrique Pousão, curiosamente com um quadro alusivo a Florbela. Quais foram os reflexos desse prémio na sua carreira?**

Os concursos costumam carregar consigo algo de injusto, pois, salvo as habituais excepções, é comum entre os não premiados haver alguém com talento. Mas, claro está, não deixa de ser gratificante para quem vence. Lamentavelmente, o Prémio a que se refere só teve duas edições e é pena que não se lhe tenha dado continuidade (3). Afinal, todos perderam: artistas, público, Vila Viçosa, a Arte e a Cultura em geral. Caso venha de novo a surgir - situação muito desejável e ansiosamente esperada por diversos artistas da zona e não só -, necessita de uma divulgação muito maior, profissionalizada, e de ser acrescido em termos monetários isto, se se desejar dar-lhe o prestígio nacional que outras realizações, embora lançadas regionalmente, já detêm. A memória do patrono bem o merece...

**A sua produção revela um intimismo enraizado em ambientes rústicos. A série "Endovellico" é disso prova. Outros quadros, como "Na Tasca" (1989) ou "Cão na Taberna" (1993), acentuam esse pendor. Trata-se de uma pintura nostálgica e, por outro lado, quase etnográfica. Quer comentar?**

Pode ser um pouco as duas coisas. Nostalgia? E por que não? Somos produto da nossa história pessoal, estamos ligados inevitavelmente ao passado. O Mundo vai mudando, certas coisas vão-se perdendo, mas no entanto nunca deixam de fazer parte de nós. Uma vez em Reguengos, entrou numa taberna castiça um camponês com um cão atado a um cordel. A imagem ficou-me gravada na retina, assim como aquele ambiente. A taberna sempre me seduziu. Ela marcou uma geração mais envelhecida, cultural e socialmente, as suas ambições e frustrações. Etnográfica? Talvez, mas não num sentido folclórico, o qual não cabe nos meus interesses.

**Sem que, de todo em todo, a arte do Augusto Casaca perca unidade, verificam-se nela vários caminhos que podem oscilar entre o figurativo e o abstracto, ambos de pendor lírico. São vias paralelas, ambas com futuro, ou uma virá a sobrepor-se à outra?**

São complementares e isso tem um pouco a ver com a minha formação. Embora a pintura dita realista seja afinal sempre uma metáfora, isto é, nunca é a realidade, eu gosto de jogar com formas que as pessoas identifiquem, embora em contextos abstractos. Ou seja, conjugo as duas linguagens. Acho que isso também é de se aproveitar, porque em termos de fruição, o público precisa de perceber as formas, de ter alguma aproximação à pintura. Caso contrário, põe-se de lado e não a vê. Obviamente, não quer isto dizer que se ceda a um gosto mais ou menos simplista do público. Por outro lado, sempre cultivei o gosto pelo desenho, que prefiro passar directamente à tela, tal como os venezianos faziam. Eu tive uma boa formação académica. Cheguei a ter dezoitos, dezanoves e até vintes em cadeiras de desenho. Daí que tenha uma certa facilidade em desenhar as coisas ditas realistas.

**O colorido forte dos primeiros anos tem dado lugar a uma paleta mais suave, mais contida. A que se deve essa mudança?**

Isso obedece um bocado à temática. No caso da última exposição, por exemplo - julgo que é a ela que se refere, quando fala em paleta mais suave -, houve um factor importante, a morte do meu pai, que marcou as obras. Mesmo ao nível do desenho, trabalhei com lápis de cor que é um material com potencialidades para fazer coisas interessantes, mas contidas e intimistas. A parte mais agressiva da pintura que fiz, tem a ver com os meus anos de estudante em Lisboa - para ser mais correcto, em que ia a Lisboa estudar. Depois de uma viagem de cinco horas de comboio, chegava à Escola

Superior de Belas Artes e tinha de pintar um quadro. Lembro-me que cheguei a fazer um painel cerâmico em três horas, enquanto os meus colegas levavam uma semana a fazê-lo. Então, as coisas, inevitavelmente, saíam mesmo fortes...

**Que importância atribui à música, no relacionamento com a Arte? Lembro trabalhos como "Música ao Jantar" (1981), "Vitorino" (1985) e "Músico com Cão" (1992)...**

A razão é muito simples. Tenho, penso eu, algum talento musical. Toco vários instrumentos, desde os meus doze anos, e certas cenas representadas fazem parte da minha vida, da minha adolescência, daquilo que passei, das festas em que estive, com amigos, muitas vezes com música.

**...São quase autobiográficas...**

Sim, sim, e tudo isto se ampliou com a amizade e a solidariedade que se vivia nos meados de 70. Como antes disse, nós, os jovens dessa altura, éramos muito generosos com as pessoas, queríamos mudar o mundo. Rapazes e raparigas frequentávamos as tabernas, que tinham grande importância social, onde se tocava e cantava, e hoje quase desapareceram. Sempre me fascinaram os grupos de taberna, essa mancha de gente, enquadrada por sombra e luz mortíça. Penso até desenvolver trabalho sobre o tema, que pode levar a uma boa exposição, repescando materiais feitos por mim nos inícios da década de 80, ainda numa atitude interventiva e neorealista.

**Por razões históricas, entre outras, o nu não é frequente na pintura portuguesa. Do Casaca, conheço alguns interessantes estudos a lápis de cor, de figuras femininas. Nunca pensou em passá-los à tela?**

Denoto que há da parte do entrevistador uma certa valorização da pintura a óleo...

**...Não, não há até porque os desenhos a que me estou a referir são muito interessantes e valem só por si. Só que o óleo dá outras possibilidades. Não digo, por isso, que seja melhor ou pior. E apenas outra coisa.**

Claro, não há dúvida de que é isso mesmo. Mas respondendo sucintamente à sua pergunta, refiro que gosto muito de desenhar o nu feminino, até como homenagem à mulher. Apenas, por mero acaso, nunca o pintei. Quem sabe se no futuro não acabarei por fazer uma exposição nessa área...

**Não é um pintor animalista. Porém, o cão e o cavalo são elementos presentes em diversas telas suas. Como os entende?**

Pessoalmente, ambos me agradam, não por eles próprios, em particular o cão, mas pelas formas que manifestam, as quais apresentam grande interesse e possibilidades pictóricas. Depois, porque fazem parte das referências rurais, aquelas a que mais estou ligado. Contudo, o ser que prefiro pintar é o humano. Mas este, por motivos que se prendem sobretudo com o seu conteúdo espiritual.

**No início dos anos 80 realizou alguns painéis em azulejo. Tratou-se apenas de trabalhos de âmbito escolar, portanto obrigatórios, ou houve continuidade?**

Por enquanto, não houve. Os meios para se trabalhar o azulejo são difíceis de conseguir, mas ainda em centros pequenos, se bem que hoje já qualquer escola preparatória tenha uma mufla onde se pode fazer a cozedura. Depois, o problema é que todos a utilizam mas poucos a sabem utilizar. Eu até teria possibilidades de trabalhar nesse campo, pois tenho um amigo que possui uma pequena oficina de cerâmica na qual poderia fazer algumas coisas. Infelizmente, está mais virada para a produção em série. Mas é sempre uma porta aberta...

**Paralelamente à actividade pictórica, lecciona. Costuma motivar os alunos levando-os ao seu atelier em visita de estudo? Particularmente mais, reparte algo da sua vida artística com eles?**

Julgo ter uma atitude didáctica nesse particular. Inclusive, nas aulas distribuo fichas em que os alunos têm de efectuar a desmontagem de um obra de arte: quem a fez, como a fez, que técnicas utilizou, etc. . Isso não faço no meu atelier, visto que mudei de casa e ainda não estou completamente instalado no que respeita a local de trabalho. Mas sempre que há exposições na escola - e o meu grupo disciplinar dinamiza muito actividades do género - concretizo esse tipo de aproximação. Numa escola de Borba, há pouco tempo, exhibi quadros da minha colecção particular. Havia dois ou três trabalhos meus, porque era inevitável, para além de obras de artistas como o Pedro Cabrita Reis, Manuel Sam-Payo, Mário Rita, etc. e depois os alunos foram levados a observar as peças de uma maneira orientada.

**Sei que há aqui quem venda e quem compre serigrafias de artistas portugueses famosos. Esses compradores também adquirem originais? Já agora, e dentro da mesma questão, vende muito cá na terra?**

O mercado em Vila Viçosa é reduzido. Alguns dos que poderiam adquirir Arte, por terem posses para isso, não estão vocacionados para o fazer. Não sei o que terão nas paredes, provavelmente papéis, serigrafias, impressas à máquina, assinadas pela Maluda, ou por outros - desconhecendo que há em casa de outras duzentas pessoas obras exactamente iguais à que eles possuem, diferindo apenas no número de série. Enfim, seja como for, já é um progresso. . . No entanto, na zona, embora mais fora da terra, há um público que compra obras originais. Curiosamente, nem é o mais endinheirado, situando-se num espaço que vai da classe média para baixo. Já tem havido compradores, gente simples, que me têm dito que não querem uma pintura da feira ou do mercado, mas sim uma obra com qualidade, original, que quando morrerem fique para os filhos. Para essas pessoas, que vejo que compram porque gostam mesmo, até faço um desconto especial. . . Pena é que mais não lhes sigam o exemplo.

**Numa entrevista concedida ao "Diário de Notícias" (4), referiu, a propósito do desconhecimento da crítica pelo que se passa em termos artísticos nas zonas afastadas dos grandes centros, que esse facto leva a uma maior aproximação aos pintores espanhóis. O que pretendeu dizer com isso?**

Convém dizer que a jornalista empolgou um pouco as minhas afirmações, que se situavam num contexto de desabafo, relativamente à marginalização a que o interior tem sido votado em todos os aspectos - que não só no da Arte - e se enquadravam em referências minhas a contactos por parte de uma galeria de Valladolid que depois se verificou não terem exequibilidade. Mas é verdade que a Espanha está perto. E há um projecto, muito interessante e que poderá ir para a frente, por parte de alguns artistas aqui de Vila Viçosa, pintores e escultores, para uma exposição em Olivença.

**Em conversas que tenho tido com industriais da região, apercebi-me de que muitos desconhecem por completo as vantagens que poderiam usufruir, nomeadamente de tipo fiscal, se participassem em apoios mecenáticos. Não seria do interesse dos artistas calipolenses demonstrarem-lhes isso mesmo?**

Há, na realidade, desconhecimento desse tipo de vantagens. Primeiro que tudo, as pessoas, ou as empresas, devem comprar as coisas porque gostam - e nesta terra, tão pródiga na temática artística, paradoxalmente o gosto ainda não foi suficientemente educado. Depois, se por acréscimo o artista cuja obra se adquire vier a ser conhecido, valorizando-se assim o que realizou, e se, para além disso, quem compra tiver reduções fiscais, tanto melhor. Parece, no entanto, que por cá ainda ninguém se apercebeu da situação. O que não acontece por outras paragens. Veja o seguinte exemplo: eu entrei num concurso das Caves Aliança, que teve lugar na prestigiada Sociedade Nacional de Belas Artes. O certame foi divulgado nos jornais, compraram-me o quadro por duzentos contos e ainda reproduziram a obra em cartões de boas-festas. Penso que não foi em vão, nem por benemerência, que as Caves tiveram todo este trabalho. O certo é que eu ganhei com isso, outros artistas também ganharam, e a empresa, como é fácil deduzir, decerto não ficou a perder. Era bom que os industriais daqui seguissem este exemplo. Porque eles também lucrariam. . .

**Como são as relações entre os artistas de Vila Viçosa? Vocês encontram-se para conversar de assuntos relacionados com a vossa actividade? Têm algum tipo de**

## organização?

Tenho relações privilegiadas e muito estreitas com o João Casaca, que é meu irmão. Temos tido sempre os mesmos interesses... desde o princípio. Também com a pintora Ana Cravo, ligada à mesma galeria que nós, com o escultor Carlos Filipe e com o Aníbal Ferreira há relações de tipo informal. No que diz respeito a associativismo, eu, e alguns dos artistas que vivem ou trabalham em Vila Viçosa, pertencemos à Associação de Artistas de Campo Maior que tem estado um pouco parada, depois de alguns intercâmbios interessantes com a Espanha.

**Conheço-lhe dois quadros que se me apresentam plenos de sentimento e cujo título comum é "As Coisas Boas da Vida". Que coisas boas são essas, para si?**

Uma das coisas boas da vida, é respirar. As pessoas apercebem-se pouco disso. Tem mais profundidade do que o que parece. Respirar, é estar com um grupo de pessoas de quem gostamos e que falam entre si e delas, num dia de sol, no campo, num prado verde, a ouvir os pássaros, alguma música, alguma viola. Pintar é mais uma coisa boa da vida, tal como saborear um bom vinho...

## NOTAS

- 1 - Organizada pela Galeria Arte Periférica (Massamá, Queluz), à qual Augusto Casaca se encontra ligado, entre 31 de Janeiro e 17 de Março de 1993.
- 2 - Esposa de Plutão, deus romano dos Infernos, terá sido celebrada em Vila Viçosa. Segundo André de Resende, Bernardo de Brito, Joaquim da Rocha Espanca e outros, teve templo junto da actual ermida de São Tiago - ver ESPANCA, Joaquim José da Rocha - MEMÓRIAS DE VILA VIÇOSA, vol 1, Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, Março/1983.
- 3 - O I Prémio de Pintura Henrique Pousão, iniciativa da Câmara Municipal de Vila Viçosa, teve lugar em 1985, na sequência das comemorações do 1.º centenário da morte do pintor, celebradas em 1984. O júri, composto pelo investigador e professor de História da Arte Joaquim Saial, em representação da C. M. V. V., Dra. Helena Vaz da Silva, pelo Centro Nacional de Cultura e pintor Armando Alves, decidiu considerar vencedor Augusto Casaca, com um óleo sobre tela, de temática florbeliana. O II Prémio (e último) foi ganho em 1989 por seu irmão, João Casaca, com o quadro "Madrugada". O júri era constituído pelo investigador de História da Arte Victor Serrão, por João Conceição Ferreira, professor da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa e por Ana Paula Brandão, pela Câmara Municipal de Vila Viçosa.
- 4 - 27/Fevereiro/1993.



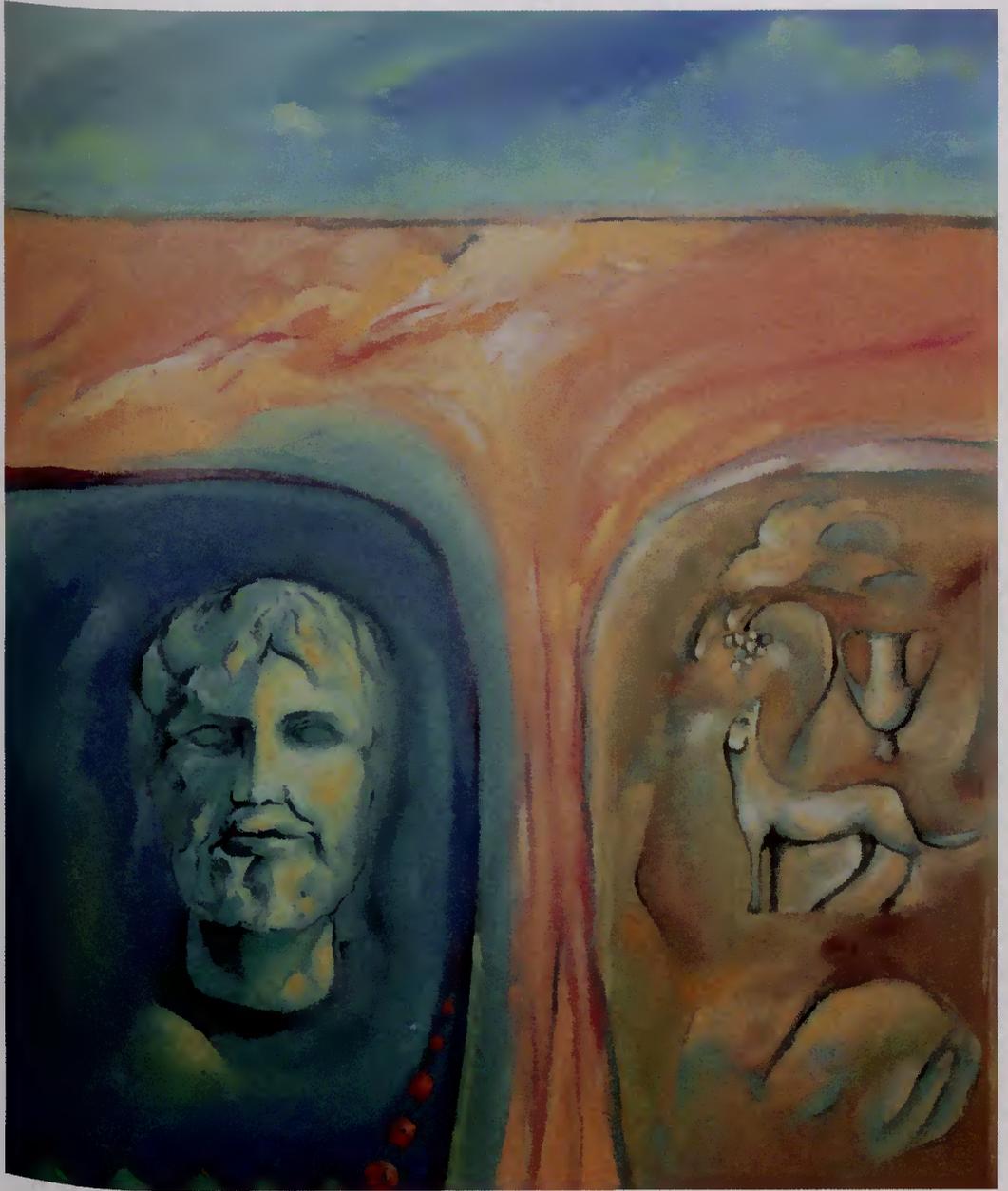
*Quadro vencedor do I Prémio de Pintura Henrique Pousão.  
1985. Técnica mista.  
Propriedade da Câmara Municipal de Vila Viçosa.*



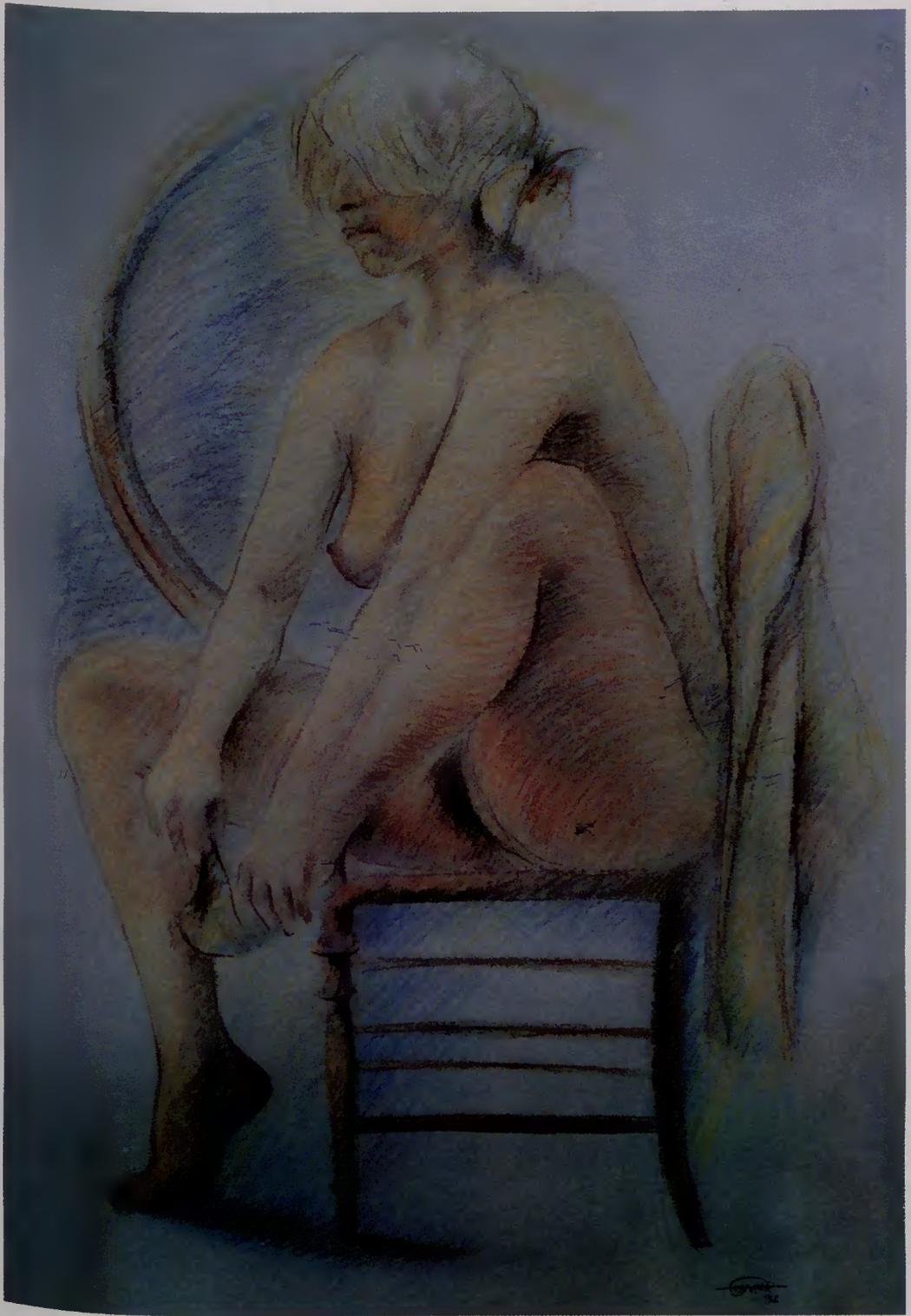
*"Na Tasca"*  
1989. Óleo s/tela. 100x80.  
Coleção particular.



*"As Coisas Boas da Vida I".  
1992. Óleo s/tela. 75x65.*



*Nu feminino.*  
*1992. Desenho a lápis de cor s/papel 62x43, 5.*  
*Colecção particular.*





# **Marfins Afroportugueses**

Saleiros de Serra Leoa







## MARFINS AFROPORTUGUESES

Saleiros de Serra Leoa

*Ana Rita da Cunha e Melo de Sousa Prates*

Foi apenas em 1959, que William Fagg, então conservador do Museu Britânico de Londres, ao classificar um grupo de peças em marfim existentes no dito Museu, usou pela primeira vez o termo "Marfins Afroportugueses".

Antes de W. Fagg já outros investigadores se haviam debruçado sobre esse capítulo da arte africana (Read e Dalton, em 1899; Foy em 1901; Pettazzoni, em 1911-12), porém só a partir da década de sessenta deste século, e graças aos estudos desenvolvidos por Fagg, Bassani e Dittner, se alcançou um estudo mais sistemático sobre estas peças.

Foi então que as peças de marfim africanas foram classificadas por regiões distintas, definindo-se assim quatro grandes grupos:

- peças de Serra Leoa, denominadas Sapiportuguesas
- peças do Benin, denominadas Biniportuguesas
- peças de zona perto do Benin, Owoportuguesas
- peças do Congo, ou Congoportuguesas

Todo este conjunto de peças, no qual se inserem saleiros, píxides, olifantes, colheres, garfos e cabos de punhal, foi então analisado de modo exaustivo, sendo esse estudo posteriormente publicado num livro, intitulado "Africa and the Renaissance".

São sobretudo as peças em marfim de Serra Leoa e do Benin que revelam, de um modo mais marcado, e sobretudo a nível decorativo, o resultado do contacto de duas civilizações e culturas tão diferentes, que o mar, a seu tempo, uniu.

---

É no século XV, que as navegações portuguesas chegam à costa africana e, desde os primeiros passos de contacto, sobretudo com a Costa da Guiné, os exploradores brancos ficam impressionados com a abundância do marfim ao longo de toda a costa e com a habilidade e perícia dos africanos em trabalhar e esculpir esse material.

Desde logo manifestarão interesse pelas peças que os artistas africanos produziam e, se anteriormente ao desembarque português na costa ocidental, já aí havia uma tradição no trabalho do marfim, é a partir da chegada dos primeiros portugueses que as peças feitas neste material vão ganhar uma nova dimensão e sentido, passando a ser trazidas para Portugal e difundindo-se a partir daí para a Europa durante todo o século XVI.

A opinião mais generalizada é que, desde então, grande parte destes objectos passam a ser encomendados pelos exploradores portugueses e artistas africanos, que os encomendavam para uso ou pela sua beleza e valor decorativo.

Saleiros, olifantes, colheres, garfos e cabos de punhal constituíam as encomendas, destinadas à Casa Real Portuguesa, desde 1490, existindo muitas referências quanto à sua importação nos livros de contabilidade da Casa da Guiné, desde os inícios do século XV.

Inicialmente é provável que as peças africanas tenham sido obtidas por meio de trocas de produtos europeus com esses artefactos que maravilharam os portugueses; porém, e à medida que o tempo foi correndo, as relações entre mercadores europeus e

\* Licenciada em História da Arte

membros da elite africana foram-se desenvolvendo, criando uma outra via bastante importante para a chegada destes objectos africanos à Europa - as trocas de presentes entre monarcas.

Se na Europa de então se desenvolve o gosto de colecionar peças exóticas, e os gabinetes de curiosidades dos Medici ou do arquiduque Fernando do Tirol são disso um bom exemplo, também a moda, iniciada nas primeiras décadas do século XVI pelas cortes e nobreza, de decorar as mesas de refeições colocando no centro objectos de alta qualidade, para serem admirados pelos convidados, contribuiu, sem dúvida, para a difusão destes objectos, que serão cada vez mais observados com curiosidade e admiração pela delicadeza e requinte do trabalho.

## ARTISTAS

Os denominados marfins sapiportugueses foram certamente elaborados por artistas africanos na costa da Guiné, mas a possibilidade de terem sido executados por artistas emigrantes dessa zona ou por escravos em Portugal, tal como sugeriu, em 1901, Wilhelm Foy, também é admissível.

A hipótese não é irrefutável dado que, a expansão em África conduziu, a partir de 1439 ao cativo de muitas centenas de azenegues e escravos, que foram trazidos para o reino e que aqui poderiam ter continuado a trabalhar no marfim, já que esse material lhes era tão caro.

A possibilidade posta por vários autores, de que os saleiros (incluídos no conjunto de marfins sapiportugueses) teriam sido encomendados por missionários aos indígenas africanos, para serviços litúrgicos, parece menos provável, já que a ausência de elementos e temas decorativos religiosos na decoração é uma constante, sendo por isso difícil de aceitar que os recipientes se destinassem a fins religiosos.

Provavelmente, a par destas peças feitas para a Europa, também terão sido feitas peças para consumo interno.

## PERÍODO DE FABRICO - ORIGENS

Em relação ao período de fabrico dos saleiros sapiportugueses, quer Fagg, quer Bassani (1), apontam o último quartel do século XV e o primeiro do século XVI para a produção dessas peças.

Analisando todo o conjunto de marfins desse período, Bassani e Fagg descobrem fortes semelhanças formais entre eles e as antigas esculturas em pedra sabão Nomoli, feitas pelo povo SAPI que habitava na região de Serra Leoa, o que lhes permitiu localizar a produção e a origem dos marfins também na Serra Leoa.

As analogias estilísticas entre as figurações humanas dos saleiros e as esculturas Nomoli são claras em vários elementos, nas cabeças, ligeiramente inclinadas para a frente, nos olhos globulares e protuberantes, nos narizes largos e de narinas dilatadas, e até nas escarificações dos rostos.

## TIPOLOGIAS - CARACTERÍSTICAS

Os saleiros sapiportugueses podem ser divididos formalmente em dois tipos:

- de base cónica encimada por um contentor cilíndrico, fazendo-se a separação entre a base e o contentor por uma almofada ou nó.

- de base cilíndrica, normalmente vazada e encimada por um contentor hemisférico.

*Vide - Anexo Fotográfico (figuras 2 e 3)*

## INFLUÊNCIAS, DECORAÇÃO, MODELOS

É sobretudo nos saleiros do primeiro tipo, que a influência europeia se encontra mais marcada.

Ao incumbirem obras de arte aos artistas africanos os padrões europeus não se limitam a dar sugestões quanto à decoração, sugerindo, por vezes, a própria forma da peça.

São sobretudo os saleiros de base cónica que revelam fortes analogias com as ta-

ças de pedestal (normalmente de metais preciosos), que então se usavam na Europa renascentista, sobretudo com as peças deste género feitas na Alemanha, nomeadamente em Nüremberg e Augsburg.



Fig. 4

Embora seja improvável que este tipo de objectos tenha sido enviado para África para servir de modelo, a circulação de gravuras, estampas e desenhos era bastante comum nos inícios do século XVI, não sendo por isso de estranhar que chegassem facilmente a África.

Estes modelos europeus terão influenciado facilmente a forma a adoptar e, se a quase totalidade das taças europeias era decorada com motivos geométricos, o embelezamento das peças com figuras e animais será de origem e imaginação africana.

Visivelmente europeus são sobretudo os elementos não figurativos:

- a decoração espiralada, alternando com zonas vazias.
- certos elementos bíblicos, heráldicos e certas criaturas fantásticas (como por exemplo o dragão alado).
- certos motivos geométricos, boleados, . . .

Porém, o uso da figura humana como o principal elemento da decoração e caracteristicamente africano, tal como a introdução de animais africanos - crocodilos, papa formigas, papagaios, serpentes - nos esquemas decorativos.

Também os métodos de estilização das figuras e a técnica do trabalho do marfim assinalam as origens africanas.

Mas, se este primeiro tipo de saleiros denota uma forte ligação à Europa, na forma e em certos elementos decorativos, o segundo tipo de saleiros revela-se mais africano, mais artesanal e genuíno e, por isso, talvez mais belo.

## ANÁLISE DOS DOIS TIPOS FORMAIS

### 1º TIPO

A maior parte dos saleiros de marfim de base cónica são extremamente parecidos nos seus esquemas decorativos e iconográficos.

A base tem quase sempre o fundo decorado em baixo relevo com fiadas de contas que formam espirais, com motivos geométricos que alternam com superfícies lisas, com motivos florais, entrançados e boleados ou até com inscrições em latim.

Em relevo, muitas vezes de tal modo saliente que quase parecem de vulto redondo, surgem sobre o fundo figuras esculpidas, sobretudo europeus ou africanos, mas sempre de características marcadamente europeias: calças listadas, sapatos, chapéus com pena, cabelos e barba lisa e nariz direito e comprido.

Por vezes surgem também mulheres africanas, nuas ou com saias curtas.

Estas figuras alternam quase sempre com animais - cães, serpentes, crocodilos, papagaios - estilizados, mas de grande poder expressivo, com armas reais portuguesas, com a flor de lis, com peixes, com a cruz de Cristo, com a esfera armilar, e até com sereias. . .

A passagem da base ao contentor faz-se por intermédio de uma almofada ou nó, decorada, em baixo relevo, com fiadas de contas em espiral ou com motivos florais, e à volta da qual se enrosca na maior parte das vezes uma ou duas serpentes.

Os saleiros com bases cónicas apresentam, comparativamente aos de bases cilíndricas, tampas com uma decoração de grande variedade temática e de amplas origens.

Por vezes esses motivos são bem europeus, surgindo mesmo, na tampa de um saleiro, a representação da Virgem com o Menino.

Outros temas também frequentes são:

- a cobra enrolada
- mulher deitada sobre um quadrúpede
- entrançados e boleados
- guerreiros
- dragões alados em baixo relevo
- esfera armilar
- animais variados

## 2º TIPO

Os saleiros do segundo tipo apresentam uma base completamente distinta, já que é quase sempre vazada, tendo como elementos predominantes figuras esculpidas à volta da base, que seguram elementos arquitectónicos (por exemplo colunas ou cruzes) e que suportam o contentor.

As figuras representadas têm, mais uma vez, sobretudo características europeias, visíveis nas roupagens e feições, ou africanas (sobretudo no caso das figuras femininas, sempre com orelhas estilizadas, dorsos, braços e pés cilíndricos, e escarificações em forma de x).

O contentor sobrepõe sempre esta estrutura e apresenta uma grande variedade de motivos geométricos, boleados e entrançados, círculos em zig-zag, a esfera armilar, ou então elementos figurativos, como por exemplo jacarés em baixo relevo, que envolvem toda a tampa do contentor e que muitas vezes se associam a figuras humanas. No topo das tampas são temas frequentes:

- a cabeça de janus - cabeça de pescoço comprido, bifronte, de feições africanas, olhos globulares e narinas dilatadas.
- a figura de um homem de barba (africano) montando um elefante (símbolo de poder).
- guerreiros.

---

Debruçei-me, neste pequeno estudo, sobre os saleiros afroportugueses de Serra Leoa, peças que se inserem num vasto conjunto de marfins, aos quais se tem até hoje dado pouca atenção, mas que são, inegavelmente, das peças africanas que maior aculturação revelam.

Todos os saleiros que analisei surgem datados do último quartel do século XV ou do primeiro do século XVI, período bastante curto devido a instabilidades internas, o que explicaria o número reduzido de artistas implicados na produção destas peças, bem como a relativa homogeneidade no seu estilo e iconografia.

É com a chegada dos portugueses que estes saleiros começam a ser elaborados sobretudo para exportação, embora seja notório que houve, paralelamente à produção destas peças, outras para consumo interno e indígena.

Nos dois tipos de saleiros sapiportugueses, que claramente se distinguem, é sobretudo importante salientar, a sua hibridez, verdadeiro resultado da confluência de duas culturas e povos tão diferentes.

Na Europa, o exotismo do continente africano manifestou-se de forma clara através da chegada destas peças afroportuguesas, que alcançaram um notável impacto nessa Europa renascentista, contribuindo também para a revelação do marfim como um material nobilíssimo e de múltiplas utilizações.

Acima de tudo penso que será sobretudo importante ver nos saeiros afroportugueses, produzidos na Serra Leoa desde os finais do século XV, um irrefutável testemunho dos fenómenos de aculturação, que os portugueses, com a sua expansão pelo mundo fora, originaram.

(1) - BASSANI, Ezio, FAGG, William, 1988.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A África nas vésperas do mundo moderno**, Comissão Nacional para os descobrimentos portugueses, Lisboa, 1992.  
**A expansão portuguesa e a arte do marfim**, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.  
BASSANI, Ezio, FAGG, William, **Africa and the Renaissance: Art in Ivory**, Nova Iorque, The Center for African Art, 1988.  
BEN-AMOS, Paula, **The Art of Benin**, Thames & Hudson, 1980.  
DARK, Philip, FORMAN, W., **Benin Art**, s.l.e., 1960.  
FAGG, William, **African Sculpture**, London, Studio Vista, 1964.  
FAGG, William, **L'Art Nègre. Yvoires Afro-portugais**, Prague, ed. Artia, 1959.  
GROTANELLI, Vinigi - "Discovery of a Masterpiece - a 16th century Ivory Bowl from Sierra Leona", **African Arts**, VIII, (4), 1975.  
**Os Descobrimientos Portugueses e a Europa do Renascimento - XVII exposição europeia de arte, ciência e cultura**, Lisboa 1983, 1ª ed., 1983.  
PERES, Damião - **História de Portugal**, vol III, Barcelos, Portucalense Editora, 1928.  
SERRÃO, Joaquim Veríssimo - **História de Portugal**, vols I e II, 3ª ed., Lisboa, Verbo ed., 1980.  
WILLET, Frank - **African Art**, London, Thames & Hudson, 1971.

Índice de Figuras

Figura 1, 2, 3 e 4 in

(1) BASSANI, Ezio, FAGG, William, **Africa and the Renaissance: Art in Ivory**, Nova Iorque, The Center for African Art, 1988.











## DUAS NOTAS CAMONIANAS

*Justino Mendes de Almeida \**

### I

#### Cem anos de traduções de "Pretidão de Amor"

ou

#### A universalidade da poesia camoniana

O estudioso da cultura portuguesa depara constantemente com o nome de Xavier da Cunha, ao percorrer a vastíssima actividade bibliográfica dos últimos 40 anos do séc. XIX e dos primeiros 20 do século actual, período em que decorre precisamente a fase mais intensa de publicações do operoso erudito.

Nascido em Évora, em 1840, viveu 80 anos, pois faleceu em 1920, e, em 1911, o tomo vigésimo do **Diccionario Bibliographico**, de Inocêncio, já então continuado e ampliado por Brito Aranha, lhe registava 315 publicações. Note-se que esse ano de 1911 foi o da aposentação de Xavier da Cunha como director da Biblioteca Nacional de Lisboa. Entretanto Xavier da Cunha que, em 1865, tinha terminado o curso da Escola Médico-Cirúrgica, tinha sido provido, mediante concurso de provas públicas, no lugar de segundo-conservador da Biblioteca Nacional, sendo nomeado por Sua Majestade a Rainha Regente, em 1902, director da mesma Biblioteca.

Temos, assim, mais um caso de médico-humanista nas Letras portuguesas.

De tão elevado número de trabalhos, recordemos apenas os de índole camoniana:

1. **A ode de Luis de Camões ao Conde do Redondo restituída à sua primeira lição.** Lisboa, 1884.
2. **Luiz de Camões, Alma minha gentil...** Lisboa, 1886.
3. **Pretidão de amor. Fragmento de um estudo inedito.** No vol. I do **Circulo Camoniano**. Porto, 1889 - 1890.
4. **Christovam Colombo e Luis de Camões.** Vila Nova de Famalicão, 1892 - 1893.
5. **Pretidão de amor.** "Endechas de Camões e Barbara escrava seguidas da respectiva traducção em varias linguas". Lisboa, 1893.
6. **Lyricas de Luis de Camões,** com traducções francezas e castelhanas de José Benoliel, prefaciadas por Xavier da Cunha (sócio da Sociedade de Geographia de Lisboa). Lisboa, 1898.
7. **O gigante Adamastor.** Episódio de **Os Lusíadas** de Luis de Camões, com a tradução em versos italianos de Prospero Peragallo e um prefácio de Xavier da Cunha. Lisboa, 1898.
8. **O Concílio dos Deuses descripto por Luis de Camões e pintado por Cyrillo Volkmar.** Lisboa, 1903.
9. **Uma carta inédita de Camões.** Coimbra, 1904.
10. **Uma tradução inédita em latim de "Alma minha gentil..."** Coimbra, 1904.

*\* Reitor da Universidade Autónoma*

11. **Camões.** Versos publicados no livro intitulado "O Atheneu Commercial de Lisboa no seu 25° anniversário, em 10 de Junho de 1905". Lisboa, 1905.

Dei-me verdadeiramente conta da capacidade bibliográfica de Xavier da Cunha quando um dia adquiri, num leilão organizado por Arnaldo Henriques de Oliveira, um exemplar das monumentais **Impressões Deslandesianas**. Os impressores de Apelido **Deslandes** ocuparam posição de grande relevo na história do Livro impresso em Portugal, durante os séculos XVII e XVIII. Foram, como se sabe, editores de Camões. Precisamente por isso, Xavier da Cunha recheou as suas **Impressões Deslandesianas** de anotações camonianas de grande interesse. Recordo uma que decorre de pp. 120 - 122, do vol. I, e que tem passado despercebida:

*«Este injustificavel costume em que estamos de exclusivamente chamar «parodias» a composições burlescas . . . por minha fé que não posso em consciência admiti-lo.*

*Em que é que realmente consiste a essencia da «parodia»? em que está o mestêr do parodista? em pegar de uns versos originariamente consagrados a determinado assunto, e apropriar-os a outro mui diverso por modificações levissimas que na composição primitiva se introduzam, - modificações levissimas, repito, pois que a parodia ficará tanto mais estimavel quanto mais se assimilhar, à composição parodiada, na estrutura do verso, na construcção da phrase, e até (se possivel fôr) na conservação dos mesmos consoantes (quanto se trate de composição rimadas), - por forma tal que baste a sua leitura, para que no espirito de quem lê, ou de quem ouve ler a parodia, espontaneamente brote a lembrança da composição que a inspirou.*

*Ora, se nisto consiste a essencia da «parodia», não vejo que motivo haja para exclusivamente apropriar a assumptos de ridicula faceia o texto serio e grave de uma composição poetica.*

*«Parodia» lhe chamamos, quando a apropriação dos versos parodiados reveste feição burlesca, tal qual nos exemplifica auctor anonimo em um Soneto (1) parodiando, pela forma que vou mostrar, aquelle de que me tenho occupado.*

*Figura-se indereçado o Soneto por Luiz de Camões a Fr. Simão Antonio de Santa Catharina, que os academicos do seu tempo se compraziam lisonjeiramente em comparar com o Poeta d'Os Lusíadas pela circumstancia de padecerem ambos defeito nos olhos.*

*Reverendo Simão, quão eloquente  
te vejo a ti, e a mim me ver abforto!  
Torto me vez tambem, eu a ti torto,  
a minha cara o diz, e a tua o fente (1):*

*Fefle Apollo das Mufas Prefidente,  
por feres no Parnafo irra do Porto;  
aveffo fuy já teu antes de morto,  
e agora o teu aveffo me defmente:*

*Já que fomos no mal participantes,  
fejamol no bem, ah quem me dera  
que foffemos em tudo femelhantes!*

*Mas tu do olho do mudo na alta esfera  
direito ficarâs qual eras antes,  
e eu torto ficarey qual d'antes era.*

*«Parodia» intendo eu todavia que lhe podemos tambem plausivelmente chamar, quando apropriados os versos não a assumptos burlescos e sob a forma zombeteira ou satyrica, mas a assumptos serios e graves..*

*Neste caso está precisamente uma composição que, sem nome de auctor, incontro (por lettra da primeira metade do seculo XVIII) a fl. 59 do codice manuscripto que na Bibliotheca Nacional de Lisboa tem por marcação bibliotheconomica E v/29. É um Soneto allusivo à divisão que de Lisboa se fez (no tempo d'El-Rei D. João V) em Lisboa Oriental (com a antiga Sé por nucleo ecclesiastico) e Lisboa Occidental (tendo por nucleo a Real Capella erigida em Cathedral Metropolitana.»*

Mas hoje o nosso objectivo é falar das **Endechas a Bárbara Escrava**, na comemoração de um século das traduções, nas mais diversas línguas, desse belo poema também intitulado **Pretidão de Amor**, que reproduzimos de um exemplar da 1.ª edição (1595):

Outro seu.

Pus meus olhos n' hũa funda,  
 & fiz hum tiro com ella,  
 às grades de hũa janella.

Voltas.

Hũa dama de maluada,  
 tomou seus olhos na mão,  
 & tirou me hũa pedrada  
 com elles ao coração,  
 armei minha funda então  
 & pus os meus olhos nella,  
 & ape, quebrou a janella.

Endê chas, A hũa catiua  
 com quẽ andaua d' amo-  
 res na India, chama-  
 da Barbora.

Aquella catiua:  
 que me tem cattiuo,  
 porque nella viuo  
 ja não quer que viua,  
 eu nunca vi rosa.

em suaves molhos,  
 que para meus olhos  
 fosse mais fermosa.

Nem no cêo estrellas,  
 nem no campo flores,  
 me parecem bellas,  
 como os meus amores,  
 rosto singular,  
 olhos fofegados,  
 pretos & cansados  
 mas não de matar.

Hũa graça viua,  
 que nellês lhe mora,  
 para ser senhora:  
 de quem he cattiuo,  
 pretos os cabellos,  
 onde o pouo vão  
 perde opinião  
 que os louros são bellos.

Pretidão de amor,  
 tão doce a figura,

que



Obras de Luis de Camões.

que a neue lhe jura  
que trocára a cor.  
Leda mansidão  
que o siso a companha,  
bem paresse estranha  
mas barbor a naõ.

Presença serena  
que a tromenta amansa  
nella em fim descansa  
toda a miuba pena.

Esta he acatiua  
que me tem catiuo  
& pais nella viuo  
he força que viua.

Chiste.

Quem ora soubesse  
onde o amor nasce  
que o se me asse.

Da mor & seus danos  
me fiz laurador,  
se meaua amor  
& colhia enganõs,

naõ vi em meus annos  
homẽ que apanhasse  
o que semeasse.

Vi terra florida  
de lindos abrolhos,  
lindos para os olhos  
duros para a vida  
mas a Res perdida  
que tal erua passe  
em forte hora nasce.

Com quantos perdi,  
trabalhaua em vaõ  
se semeey graõ  
grande dor colly,  
amor nunca vy  
que muito durasse  
que naõ magoasse

Alheo.

Se me leuaõ agoas  
nos olhos as leno.

proprias



Desde a 1.ª edição das **Rimas** (1595) que as "Endechas a ua cativa com quem andava de amores na Índia, chamada Bárbara" se incluem entre as composições de autoria camonianina incontroversa. **Endechas**, melhor que **Trovas**, como se prefere nalgumas edições modernas.

Não vamos retomar aqui o tema polémico das "Musas" inspiradoras de Camões ou das "mulheres que Camões amou", tão ao gosto dos leitores em geral, sobretudo após a divulgação de teses fantasiosas como a que convictamente defendia o Prof. José Maria Rodrigues, a propósito da infanta D. Maria, ou Faria e Sousa e outros, a respeito de **Natércia** / Caterina de Ataíde, de João Grave e Roger Bismut em defesa de **Dinamene**, para não falar já de Isabel Tavares e de D. Francisca de Aragão, esta a solicitar um estudo especial, não obstante o que lhe consagrou o Prof. Queiroz Veloso - e que faremos oportunamente.

Tudo muito bem analisado pelo Prof. Costa Pimpão que sintetiza neste período a posição correcta que acolhemos sem reserva: "A época das fraudulentas ou imaginosas construções deve considerar-se definitivamente encerrada".

Bem, mas esta página de **Bárbara** deve merecer particular atenção.

Nada impede, antes de mais, que aceitemos como real, com algumas restrições, este episódio da vida do Poeta. Restrições, é uma maneira de dizer: quero com isto referir que certos estudiosos já acentuaram que o tema do **cativo da cativa** não é inédito em Camões; outros poetas hispânicos o glosaram, antes e depois, mas, para nós, o mais significativo de todos é D. João de Meneses, poeta do **Cancioneiro Geral**, com o seu vilancete "a uma escrava sua":

Cativo sou de cativa,  
servo d'uma servidor,  
senhora de um senhor.

Também em António Ribeiro Chiado, no **Auto da Natural Invenção**, no diálogo inicial entre o **dono da casa** e Almeida, **seu moço**, o tema é glosado, ainda que entre personagens masculinas:

E pera encurtar rezões  
digo que convosco vivo,  
são cativo de cativo,  
escravo dos meus ladrões.

A própria rubrica ou epígrafe não é do Poeta, mas forjada pelo primeiro editor, com base nos versos **Aquela cativa / que me tem cativo, e bem parece estranha, / mas "bárbara" não**, e no jogo verbal de **Bárbara**, nome comum, e **Bárbara**, antropónimo.

É, porém, uma página maravilhosa, convenhamos, da biografia de Camões na Índia, irresistível de atracção, de sedução lírica inexcelsível.

Não será exagero reconhecer que no poema não há apenas idealismo, haverá também vivência e sinceridade espontânea que os últimos versos, numa forma de confissão, não desmentem:

Esta é a cativa  
que me tem cativo,  
e, pois nela vivo,  
é força que viva.

Xavier da Cunha, camonista de relevo, não resistiu a mandar traduzir, praticamente em todas as línguas, esse testemunho primeiro da submissão do Amor português à Beleza oriental. O livro correu mundo, com o título de **Pretidão de Amor**, e o poema foi apresentado como testemunho de luso-tropicalismo e da maneira singular da aculturação portuguesa.

Quanto a beleza poética, não há palavras suficientes para exprimi-la e muito menos que dispensem uma leitura atenta destes versos.

Por tudo o que acabo de expor, compreende-se que não deixasse passar em claro este centenário (1893 - 1993), prestando homenagem ao Dr. Xavier da Cunha, um dos mais activos directores da Biblioteca Nacional de Lisboa e devotado camonólogo.

Lisboa, 22 de Outubro de 1993.



RHYTHMAS  
DE LVIS DE CAMOES,  
Diuididas em cinco partes.

*Dirigidas ao muito Illustrre senhor D. Gonçalo Coutinho.*



*Impressas com licença do supremo Conselho da geral  
Inquisição, & Ordinario.*  
**EM LISBOA,**  
**Por Manoel de Lyra, Anno de M. D. LXXXIII**  
*A custa de Estevão Lopez mercador de libros.*



## II

### Sobre o <<generoso Henrique>> de Camões

(Lus., V, 4, 4)

1. Anuncia-se, com grande relevo, a comemoração do 6° Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique. É justo que tal se faça, como é de justiça reconhecer que mais apropriado local do que a cidade do Porto dificilmente se encontraria para essa celebração. Desnecessário se torna repetir porquê: baste que aqui façamos os melhores votos por que as comemorações de 1994 não desmereçam das de 1894 nem das de 1960 - 5° Centenário da Morte do Infante, a que assistimos em Lisboa. Lembrados como estamos de que Comemorações Camonianas como as de 1972 nunca mais as houve!

2. Camões e a figura excelsa do Infante: que belo tema para uma reflexão! Ao Infante D. Henrique se refere Camões por duas vezes n'*Os Lusíadas*. A primeira, na inesquecível estância 4 do canto V, na qual o Poeta sustenta a prioridade da acção portuguesa nos feitos dos Descobrimientos:

Assi fomos abrindo aqueles mares,  
Que geração algua não abriu,  
As novas ilhas vendo e os novos ares  
Que o generoso Henrique descobriu;  
De Maurítânia os montes e lugares,  
Terra que Anteu num tempo possuiu,  
Deixando à mão esquerda, que à direita  
Não há certeza doutra, mas suspeita.

A segunda, quando na estância 37 do canto VIII refere dois principes da «Ínclita Geração»:

Olha cá dous infantes, Pedro e Henrique,  
Progénie generosa de Joane:  
Aquele faz que fama ilustre fique  
Dele em Germânia, com que a morte engane;  
Este, que ela nos mares o pubrique  
Por seu descobridor, e desengane  
De Ceita a maura tímida vaidade,  
Primeiro entrando as portas da cidade.

Repare-se, desde já, que o Poeta se serve, num e noutro caso, do qualificativo *generoso*. Com que sentido?

3. Camões faz uso do adjectivo *generoso* doze vezes n'*Os Lusíadas*. Além das duas já citadas, mais as seguintes:

Porque o generoso ânimo e valente,  
Entre gentes tão poucas e medrosas,  
Não mostra quanto pode, e com razão,  
Que é fraqueza entre ovelhas ser lião.  
(I, 68, 5-8)

E eu só, filho do Padre sublimado,  
Com tantas qualidades generosas,  
Hei-de sofrer que o Fado favoreça  
Outrem por quem meu nome se escureça?  
(I, 74, 5-8)

Não sofre muito a gente generosa  
Andar-lhe os cães os dentes amostrando:  
Qualquer em terra salta, tão ligeiro,  
Que nenhum dizer pode que é primeiro.  
(I, 87, 5-8)

E com verdadeiro ânimo e pureza,  
Que os peitos generosos ennobrece,  
(II, 75, 5-6)

Mas, depois de ser tudo já notado  
Do generoso mouro, que pasmava  
(II, 107, 1-2)

Vês aqui trago as vidas inocentes  
Dos filhos sem pecado, e da consorte,  
Se a peitos generosos e excelentes  
Dos fracos satisfaz a fera morte,  
(III, 39, 1-4)

Porque o filho de Afonso, não perdendo  
Nada do esforço e acordo generoso,  
Tudo provê com ânimo e prudência,  
Que em toda a parte há esforço e resistência.  
(III, 79, 5-8)

Não cos manjares novos e esquisitos,  
Não cos passeios moles e ouciosos,  
Não cos vários deleites e infinitos,  
Que afeminam os peitos generosos;  
(VI, 96, 1-4)

Não nego que há, cõntudo, descendentes  
Do generoso tronco e casa rica,  
Que, com costumes altos e excelentes,  
Sustentam a nobreza que lhe fica;  
(VIII, 42, 1-4)

Quando o Gentio e a gente generosa  
Dos naires da nau forte se partia,  
A buscar o repouso que descansa  
Os lassos animais, na noite mansa.  
(VIII, 44, 5-8)

4. Abramos agora o *Morais*, numa das três edições legítimas (1<sub>a</sub>, 2<sub>a</sub> e 3<sub>a</sub>), e vejamos todas as significações registadas para o adjectivo *generoso*: «Que vem de boa casta, ou geração, de pais nobres e ilustres. O que procede nobremente e tem as virtudes morais e urbanas e sociais. Liberal. Da melhor sorte: v. g. vinho *generoso*. *Eneida*, VII. 33. [Trata-se da tradução portuguesa da «Eneida» por João Franco Barreto] Homens *generosos*, almas *generosas*.»

5. Vê-se, pois, que em todos os passos d'*Os Lusíadas*, onde se lê o adjectivo generoso (s), -a(s), Camões se serviu do latinismo *generosus*, no sentido de «nobre origem» (gemus) que se encontra já nos clássicos latinos, de preferência ao de *liberal*, «dádivoso», também registado por *Morais* que é hoje o mais corrente, mas que não se aplica, como é óbvio, aos versos camonianos transcritos.

Não é, com certeza, no sentido, em que o emprega Garret no canto derradeiro, estrofe XIV (7<sub>a</sub> edição, Ernesto Chardron, 1880), aplicado ao escravo Jau:

E a fome... a fome alfim - Clamor pequeno,  
Que de minhas endechas ténue soa,  
Se junte aos brados das canções eternas  
Com que o teu nome, *generoso* António,  
Já pelo mundo engrandecido ecoa.

Aqui, sim, o adjectivo *generoso* na acepção corrente de *dádivoso*, aplicado ao escravo Jau, que nada mais tinha para dar a seu amo Luís de Camões, esmolando «os chorados ceitis com que o mesquinho, / escasso pão comprar» (idealização suprema do divino Garrett).

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1994.

NOTA:

(1) - Vem esta Parodia em pag. 90 e 91 da obra seguinte:

*Orações Academicas Do muyto Reverendo Padre Meflre Fr. Simão Antonio de Santa Catharina, Monge de S. Jeronymo, e actual Lente de Theologia Moral no Real Mosteyro de Belem, Academico das Academias Anonima, Portuguesa, e Efcologica. Dedicadas Ao Retrato do Serenifmo Infante D. Antonio, Que o Author tem na fua cella. (Logar occupado por uma vinheta d'infeite.) Lisboa Occidental, - Na Officina da Musica. M.DCC.XXIII. Com todas as licenças neceffarias, e Privilegio Real. - In-8° de 460 pag. numeradas, precedidas por 32 innumeradas, e seguidas por 2 que tambem não apresentam numeração.*

1 Este 4° verso da 1.ª quadra traz-me á lembrança, por idéa associada, o que em tempos ouvi contar ao Conselheiro Francisco Augusto de Oliveira Feijão, meu prezado collega e amigo.

Disse-me elle que na villa de Arouca, por onde (ha cerca de quinze annos) passava de viagem um de seus irmãos (o sr. Ludgero de Oliveira Feijão), encontrára este, na parede exterior de um antigo predio, gravadas por inscripção (em lapide), as seguintes palavras - «Elle o sabe e ella o sente». Debalde na localidade procurou o sr. Oliveira Feijão quem tão extranho enigma lhe decifrasse: nenhuma das pessoas, que sobre aquelle caso alli consultou, soube offercer-lhe explicações ou mesmo conjecturas relativamente à mysteriosa inscripção.

Modernamente, quando eu menos o esperava, fui num codice manuscrito da Real Bibliotheca da Ajuda encontrar uma nota, que talvez se possa relacionar com o predio observado em Arouca pelo sr. Oliveira Feijão.

O codice, a que me refiro, tem provisoriamente o n.º 456 por marcação bibliotheconomica.

É um volume de miscellanea, por letra do seculo XVII, que traz no frontispicio os seguintes dizeres:

*Liuro de Diogo mouro desousa, o qual elle escreueo por sua curioside (sic) dem. tos & diversas Poesias, de diferentes sogeitos: & de alguns ephitaphios (sic) de diferentes sepulturas dignos deseno taré: & de outros m.tos applaudidos que todos uão misturados, importa a quem quer que passar ondo comonique, porque uão nelle cousas que importão reputação alhea. Feito no anno 1638.*

D'este codice já o elegantissimo auctor das *Memorias de Castilho* fez minuciosa descripção, quando no cap. XIII do Livro III (vid. vol. XXXIX d'O Instituto - Coimbra - Imprensa da Universidade - 1891 a 1892) provou brilhantemente o acêrto com que andrá na busca das reliquias de Luitz de Camões (conseguindo descobri-las) a Commissão para tal effeito nomeada em 1836 (Commissão, de que fazia parte essencial, constituindo-lhe alma e vida, quem na «Sociedade dos Amigos das Lettras» se apresentára de similhante proposta enthusiastico auctor e caloroso propugnador - Antonio Feliciano de Castilho).

Eis textualmente o que Diogo Moura de Sousa escreve em fls. 455 vº a 456 do seu codice:

«Fazendo hum homem hua quinta mui sumptuosos(sic), pós aporta della hum Letreiro que dizia, Deos osabe, & eu osinto, & indo diversos cortezaos, enteptrarem(sic) o ditto Letreiro foy o nosso famoso Camões, & derepente disse.

«Este uelhaco, he cornudo,  
se me aopinião não mente  
D's osabe, elle osente».

*De Camões será realmente este epigramma?*

*Se o é, não me consta que lhe ande em obras impressas attribuido.*



## SOBRE O "TRÍPTICO ALENTEJANO DE ISABEL PULQUÉRIO

Olívio Caeiro

Raramente o poeta lírico atinge a consagração pública logo após a divulgação das suas primeiras composições. É uma meta que tarda em alcançar, se é que algum dia lá chega. O prosador dispõe, logo à partida, dum público mais vasto e mais receptivo à forma da sua mensagem, ao passo que o poeta tem de confinar-se à sensibilidade dos poucos a quem a linguagem lírica consegue atrair e convencer. A vida diária é prosa e só as raras evasões do sonho nos situam no reino da poesia.

Vem esta reflexão a propósito da obra da poetisa Isabel Pulquério, que, a nosso ver, apesar das quatro colectâneas entretanto publicadas, ainda não foi objecto do reconhecimento mais vasto que de justiça lhe é devido. Já um crítico consagrado se lhe referiu em termos elogiosos (João Gaspar Simões), já a sua obra foi agraciada com vários prémios de ocasião - e contudo, o nome de Isabel Pulquério continua obscuro no panorama da lírica portuguesa contemporânea. Atente-se na inspiração e originalidade da sua linguagem poética, na diversidade temática em que a mesma incide, na sensibilidade íntima que a leva ao encontro do mundo, na singularidade em que se exprime o mundo que vem ao seu encontro - e não hesitaremos em considerá-la como um caso de relevo na poesia dos nossos dias.

Mas não é propriamente da globalidade da obra lírica de Isabel Pulquério que aqui vimos ocupar-nos; e, tão somente, da projecção do Alentejo numa das suas composições poéticas. Para tal, importa começar pela apresentação biográfica da autora.

Filha de pai alentejano natural de Selmes (Vidigueira), Isabel Pulquério nasceu em Lisboa a 22 de Novembro de 1926 e frequentou a escola primária e secundária até ao limite das suas habilitações oficiais, o 6.º ano do liceu. Veio depois a contrair matrimónio com um funcionário da Fazenda Pública e também nesse ramo ela exerceu ao longo dos anos, a par da inspiração poética das horas vagas. As exigências profissionais levaram a família a sucessivas mudanças de residência, antes do regresso definitivo a Lisboa, pelo que viveu vários anos por terras alheias: o Montijo, Condeixa, os Acores (dois anos na Ilha do Corvo) e o Alentejo da ascendência paterna: oito anos em Sousel e também oito anos em Moura. Veremos que estas duas permanências tiveram alguma projecção na sua obra poética.

Em 1967 era editado em Évora, e distinguido com o Prémio Conde de Monsaraz, o seu primeiro livro de poemas, tendo por título *Tudo e Eu*. Quatro anos depois surgia uma segunda colectânea, *Degraus da Terra*, a que fora atribuído o Prémio de Manuscritos da Secretaria de Estado da Informação e Turismo. Em 1993 temos a poetisa reconhecida pela vizinha Galiza, com a edição ali dum terceiro volume de poemas, *Poemas de Alma e Sol*, na sequência da concessão do Prémio de Poesia Cidade de Orense 1991. E ainda em 1993 tem lugar em Ponta Delgada a publicação dum quarto volume intitulado *Salto na Luz*, cujo conteúdo se reporta nitidamente à sua estadia nos Açores.

Ora, precisamente a abrir o volume *Tudo e Eu*, ou seja, a inaugurar a difusão pública da obra da poetisa, temos um grupo de três poemas, sob o título global de "Tríptico Alentejano", de que aqui nos vimos ocupar, e como tal começamos por transcrever:

\* Professor jubilado da Faculdade de Letras de Lisboa

## TRÍPTICO ALENTEJANO

### I

#### ALENTEJO

Sou sensível aos astros e giestas,  
ao Sol, malhado de árvores discretas,  
à douçura dum toque azul de sino  
que perpasse, num denso ar de festa,  
nas pedras agarradas aos caminhos.  
Sou sensível à luz que se desprende  
da imprevista face da papoila,  
desabrochando frágil e coerente  
da urna verde, tépida e profunda.  
Sou sensível à mística oliveira  
quando embranquece os vegetais cabelos  
nos fluidos irreais da Lua cheia  
e na fragância anil dos nevoeiros.  
Sou sensível a ti, terra serena,  
charneca de oiro e prata e diamante,  
corpo ondulante de cigana jovem  
aconchegando ao seio um Sol dormente...  
O Alentejo, praia do infinito,  
de diferentes ondas e areias,  
terra de estranha voz sobre humana  
erguida ao céu, evaporada em chamas,  
do murmurar longínquo das estrelas,  
do arquejar das nuvens e cometas,  
surgiram tuas seivas feiticeiras  
e teus longos ocasos e poentes,  
verbos da cor que ondula rente aos trigos,  
aos tépidos medronhs e às fogueiras.  
Marulho de dearas afogadas  
nos regatos da névoa evanescente,  
que humedece nas urzes e nos líros  
as raízes tranquilas e as sementes,  
iguale o dia à noite, a terra ao céu  
e a minha voz aos ecos mais vibrantes  
p'ra que eu possa cantar-te dignamente.  
Minha tarefa é recolher as penas  
brancas das tuas aves e açucenas  
e a viscosa ternura dos teus charcos  
onde enegrecem, tímidos, os sapos  
entre o pólen lilás das framboesas.  
Minha tarefa é desfolhar os astros  
presos na terra útil e trigueira  
e nas asas dos corvos e das águias  
deixar cair as pétalas celestes  
que de ti falarão à terra inteira.  
Minha tarefa é ser teus verdes gestos,  
é ser fonte, é ser muro, é ser colmeia,  
ser orvalho e ser chuva na planície,  
desdobrada p'ra lá do horizonte,  
é ser alma do que em ti palpita  
e confiá-lo ao vento e ao arco-íris  
e à multidão que passe à minha beira.  
Alentejo das noites perfumadas,  
de sussurros febris de estranhas harpas  
enroladas nos nós do arvoredado,  
à vida que se esgota e recomeça  
nas horas semelhantes, imutáveis

como a face imperfeita dos rochedos  
onde o Sol não descansa as mãos de prata,  
prende o fino vô das cigarras,  
o refulgir dos seixos nas estradas,  
as conchas dos regatos e as faces  
viris dos que se curvam sobre enxadas,  
semeando promessas e segredos.  
E serás sempre terra abençoada  
e cada grão maduro um sol tisonado  
e cada rio um mar sem solidão  
e cada Ave-Maria um passo andado  
no caminho sem fim da perfeição.

## II

### CANTAR ALENTEJANO

O dia esfrega os olhos sonolentos  
nos pulsos amarelos das searas.  
P'los caminhos vestidos de cinzento  
cantam ceifeiras. Caem horas claras...

Nas casas muito brancas fumos lentos  
são caules breves em perpétuas jarras  
e enquanto um sino fala com o vento  
o Sol dá lustro às asas das cigarras.

Há-de o luar ainda achar calor  
nos olivais curvados de suor  
pelo dorso dos montes fumegantes.

Porque a terra é humana e são seus filhos  
não só os corpos verdes dos junquinhos  
mas a bruma dos astros mais distantes.

## III

### LUAR DO ALENTEJO

Luar da terra útil e fecunda,  
luar de espigas túmidas e quentes.  
Carne de rosas, solta nas penumbras,  
sangue de veias, seiva de sementes,  
ontem, hoje, amanhã, caricioso  
pólen do Sol nas noites transparentes...

O dia terminara. Fora rubra  
a seiva que deixara p'los caminhos.  
Luar de amêndoas, brancas e amargas  
começa de correr, devagarinho,  
nas oliveiras já enfeitçadas  
pelo Sol que tingira os rosmaninhos.

Velam cinzas nas casas sonolentas...  
As urzes acomodam, deslumbradas,  
os braços verdes sob o tempo longo  
e a Lua rola, tépida e calada,  
desfiando luar, solto e profundo,  
nas coisas simples, certas e sagradas.

Tons de verão concluem o feitiço  
do vôo das aves, ébris de viver,  
nos contornos dos campos e das fontes  
e o trigo já ceifado, sem sofrer,  
embebe-se no filtro de oiro e mel  
que o céu entorna, mesmo sem querer.

Soltam-se outros aromas das veredas,  
feitos das sombras nas corolas mansas.  
Tontos de sono, rezam pastorinhos  
o rosário das suas esperanças,  
enquanto a Lua fina e desmanchada,  
afaga o rosto puro das crianças.

E o luar é de espigas e sementes,  
carne de rosas solta nas penumbras,  
pólen do Sol nas noites transparentes.

Haverá paisagens mais belas que a do Alentejo ( gostos não se discutem, diz a expressão coloquial ), mas será justo reconhecer, pelo menos, que ela é **singular**. Nos limites da nossa experiência pessoal, podemos testemunhar que o único Alentejo que nos foi dado contemplar além-fronteiras é a “ Pussta “ húmida, aquela planície tranquila e sedutora de entre a fronteira austríaca e a cidade de Budapeste. De resto, há por esse mundo fora os encantos arrebatadores da montanha ou da floresta, e imensidão indescritível dos oceanos e das regiões polares... mas também o Alentejo tem a sua fascinação própria, algo que por vezes não sabemos descrever, mas que nos atrai e nos fascina.

Também a poetisa Isabel Pulquério foi atingida por essa sedução. Ela provinha de Lisboa, a sua paisagem era da orla marítima e a dos parques cidadãos, elementos que emergem a cada passo no contexto da sua lírica. Mas ao contemplar o cosmos alentejano, logo a sua inspiração é despertada pela revelação de algo imprevisto e fascinante. Um horizonte onde descobre identidades com o seu mundo íntimo, um veículo de expressão para a metamorfose poética do universo. Vejamos, pois, em que os elementos do cenário do Alentejo veio a poetisa inspirar-se.

No tríptico aqui em apreço, temos um painel central cujo título sintético “ Alentejo “ logo aponta para o objecto desta expressão lírica: a invocação dos múltiplos encantos numa paisagem pela qual a poetisa se sente fascinada e ali nasce a missão suprema de a imortalizar através da palavra poética. A completar esta visão pictórica, temos as duas abas do tríptico: numa delas vem o elemento sonoro - o canto das ceifeiras - ilustrar o encanto visual, e na outra, para além do deslumbramento da contemplação diurna, temos o fascínio obscuro das noites de luar. Vejamos, numa leitura analítica, em que elementos se traduz aquela sedução do mundo envolvente.

Começamos pelo painel. Raramente um poeta terá sentido a sedução do Alentejo que exprime nesta composição de Isabel Pulquério. O horizonte é todo ele marcado por um sol intenso, a iluminar os elementos vegetais que nos são familiares: o rubro das papoilas a constrar com o fulvo das giestas e o verde discreto dos olivais, o encanto das flores de entre o campo e o jardim, a imensidão tranquila das searas. A constrar com a intensidade do dia, lá vem a suave doçura das noites de luar, o odor subtil dos nevoeiros, a melodia longínqua do toque dos sinos. E toda esta visão idílica do universo envolvente é sintetizada numa tonalidade policroma de “ oiro e prata e diamante “, onde o único elemento humano é o perfil do cavador, curvado poeticamente sobre a sua enxada. É assim que uma sensibilidade gerada na contemplação da paisagem marítima vem descobrir no Alentejo uma “ praia do infinito, de diferentes ondas e areias “. E assim também que ela se propõe neste poema a missão suprema de imortalizar através da palavra poética todo o encanto visual descoberto na contemplação do mundo alentejano.

Passando agora à contemplação da duas abas do Tríptico, temos na primeira, sob a promessa do elemento sonoro contida no título “ Cantar Alentejano “, mais uma vez o fascínio da paisagem. Fica pairando no ar o canto das ceifeiras e um dialogo entre o sino e o vento, mas o que no poema mais avulta é a imagem dum amanhecer no horizonte do Alentejo. São as cores ainda imprecisas dos elementos naturais, à espera do esplendor do dia; é a noção do esforço humano plasmada no perfil das oliveiras; é aquela imagem sublime

de uma jarra florida, que ressalta do fumo a brotar das chaminés nas casas branquinhas. Um quadro tipicamente alentejano.

Quanto à segunda aba, sob o título “Luar do Alentejo”, aí temos o desenvolvimento temático duma imagem que é recorrente ao longo do Tríptico e que traduz um dos motivos da sedução da autora por esta província. Também as noites alentejanas têm o seu encanto poético. Também a luz terna do luar, depois do ardor do sol e do suor da faina diurna, merece ao longo do Tríptico mais que uma referência e neste poema é por fim contemplada na profundidade lírica. Os mesmos elementos da natureza que antes compunham um quadro de encanto, os mesmos seres humanos que nele poeticamente se inseriam, surgem agora dobrados sobre si mesmos, numa evasão que os liberta do tempo e do espaço, situando-os numa outra face do belo.

A par da singularidade da paisagem do Alentejo, a que já nos referimos, singular é também o caso desta poetisa que, provindo embora doutro mundo ambiente onde foi nada e criada, aqui veio um dia parar por força do destino, mas logo se apaixonou pela paisagem local. Há quem aí tenha detectado uma influência da poesia de Florbela Espanca, o que, no “Tríptico” aqui em apreço, não é de aceitar. A Natureza envolvente é, na lírica de Florbela, como que um pretexto mediático, o instrumento para uma expansão sentimental do que lhe vai na alma, ao passo que em Isabel Pulquério temos uma contemplação mais objectiva, predominantemente estética, onde o que mais conta é o enlevo dos sentidos na contemplação do belo. É como que uma visão panteísta do Universo, que aliás já lhe tem sido apontada por alguns críticos. Talvez que para esta predisposição estética tenha contribuído a sua ancestralidade alentejana, a que já nos referimos; ao longo da infância e juventude terá sido influenciada por essas referências. Mas, percorrendo a sua obra poética, verificamos que o encanto por aquela paisagem local foi apenas temporário, tal como o foi também o reflexo açoreano. Depois regressa sempre ao meio onde foi gerada e aí temos de novo a presença da orla marítima e do mundo cidadão.

De qualquer modo, o que ainda produziu sobre o Alentejo é o bastante para a acreditar como uma das vozes que tão bem souberam sentir os encantos desta região. É mesmo de assinalar que, para além do “Tríptico” em questão, em algumas outras composições daquela época é patente a sedução da meio natural ambiente. Por exemplo, no breve poema que, a terminar, aqui transcrevemos (e neste, sim, anda por aí pairando a sombra de Florbela...):

#### MOMENTO

Entornou-se um pouco o dia  
na palma da minha mão...  
As aves levaram sombras  
para lá do horizonte,  
e eu, calada e sensitiva,  
não sei que fazer à vida,  
a essa vida tranquila  
que me coube.  
E escuto o Sol, derretido  
nos cardos azuis dos montes,  
chamar meus olhos perdidos  
nas dobras dos horizontes.



## A SOPA

Orlando Neves \*

Numa cadeira de pau, com costado de vime, o capitão João Inácio de Almeida Valejo, dormita.

Estamos num fim de tarde quente de Julho, em Vila Viçosa, na Rua de Fora. À porta da sua casa natal, cabeceia o capitão de calor e sono.

É um velhito magro, de estatura média, grande bigode branco e cabelos raros, tapados por um coçado boné militar. Tem os pés gelados, apesar da quentura do dia. Porque, João Inácio Valejo, descendente de moços do Duque de Bragança, fará, daí a dias, a bonita soma de oitenta anos. Como já não tem em que pensar para o futuro e o presente lhe é agradável, com a sua reforma e os teres que foi entesourando, os filhos criados e os netos no mesmo caminho, resta à sua cabeça, quando cochila, ir ao passado esquadrinhar recordações e revê-las em silêncio. É certo que tal revisão lhe surge já, muitas vezes, envolta em neblinas, claros e escuros, imprecisões e inseguranças, mas, ainda assim, de quando em quando, esses factos, puxados a primeiro plano, despertam-lhe um amargor nos lábios que lhe rebaixa o bigode ou um sorriso que lho empinota. Neste momento, se olharmos com atenção, os pelos estão tesos sobre o lábio superior, que se alarga num motejo, lentamente distendido.

Aquilo que, agora, o diverte, não o divertiu nada quando, há mais de cinquenta anos, aconteceu. Já os pormenores recorda mal, mas a principal imagem, essa é nítida, fixa, liberta de fumos ou nuvens.

Em 1792, era ele oficial da guarda, na cidade de Évora. Tinha pouco tempo de alistamento. Mercê de jeito e seriedade, fora promovido a alferes. Casara há pouco tempo, o primeiro filho vinha perto, era benquistado dos superiores e carreira e vida iniciavam-se de modo risonho.

A pedido do senhor Arcebispo fora nomeado para chefiar um destacamento de guardas em casa e à porta de Manuel Correia, na Rua de Alconchel. Ficava ele e mais dois guardas, de hábito, na pequena sala de jantar, enquanto os outros formavam, na rua, um cordão de vigia aos muitos homens e mulheres que, noite e dia, ali permaneciam, olhando, fixamente, as janelas do primeiro andar.

Porque, em casa de Manuel Correia e de sua esposa Rosa Maria, passava-se algo de extraordinário.

Lá dentro, havia uma morta.

Estava deitada num quarto, a que se acedia pela cozinha ou passando pela saleta onde João Inácio Valejo, umas vezes de pé, outras sentado, se mantinha de olho alerta.

Só de relance pudera ver a jovem falecida, quando, em dada altura, Frei Félix da Virgem Maria saindo, voltou atrás para pegar um crucifixo esquecido.

O que primeiro viu foram os pés alvos e nus de Ana de Jesus Maria, no termo da cama. Uma vela alta, na mesa de cabeceira, iluminava-lhe o corpo imóvel, vestido com o hábito das carmelitas. Viu-lhe, ainda, as mãos postas e a parte inferior do rosto, onde sobressaía uma boca carnuda e sanguínea.

Lembrou-se da jovem, quando viva. Era mulher de vinte e dois anos, corpo adulto e bem desenhado, uns olhos negros rasgados brilhantes, uma farta cabeleira castanha caindo-lhe, em cachos, sobre os ombros delgados.

É certo que, desde há muitos meses, Ana de Jesus Maria ocultara a sua beleza com o hábito, tapara o rosto e repuxara os cabelos para um carrapito por cima da nuca, mesmo assim escondido por um lenço de grosseiro pano cru.

\* Escritor, Poeta e Publicista

Era Frei Félix da Virgem Maria seu director espiritual. Oficiava na catedral como religioso Mariano e andava, permanentemente, rodeado de um séquito de mulheres, caso que acontecia com outros frades e padres da cidade.

Vestiam elas, sem aprovação official declarada, mas consentida, hábitos de S. Francisco ou do Carmo e, cobertas de mantos negros, percorriam as ruas e as igrejas, comungando diariamente ou pelo menos visitando os seus directores espirituais para lhes solicitarem a benção, lhes beijarem as mãos ou inteirarem-se do seu estado de saúde. Também elles as visitavam em suas casas, as aconselhavam e dirigiam na mais pia paz de intenções. Foi este modo de vida estendendo-se às mulheres mais moças e assim se formou uma legião de piedosas crentes que alguns padres sugeriam mesmo que fossem officializadas, em congregação de beatas.

Não fugiu à moda Ana de Jesus Maria.

Em breve, sempre apoiada no subido interesse do arrebatado frade, ganhou foros de santidade e conheciam-se, de ouvido, milagres inefáveis. Manuel Correia, o padrao e a mãe Rosa, com Frei Félix, trataram de propagandear por Évora e seu termo tamanha virtude. Disse-se que Ana de Jesus Maria vira Jesus Cristo e este lhe havia revelado que ela morreria no dia do seu aniversário, o dia de S. Miguel, pelas nove da noite, mas logo ressucitaria.

Soube do caso o arcebispo de Évora que mandou dois emissários médicos para a interrogarem. Nada lhe acharam de sobrenatural.

Veio a véspera de S. Miguel e Ana de Jesus Maria quis sacramentar-se e ungi-se. Visitaram-na beatas do burgo, em lamentações e rezas a que frei Félix dava melhor orientação.

Deixou-se a jovem, sozinha, no quarto. E, depois das nove do dia anunciado, entrou o director espiritual e viu-a na cama no estado em que o alferes João Inácio Valejo a vislumbrara. Morreria a beata, tal como lhe predissera Jesus Cristo, no dia certo e na hora exacta. Logo Frei Félix comunicou o seu passamento por toda a cidade e foi grande o corropio de gente a beijar-lhe os pés nus, a tocar-lhe com lenços para os santificar, a interrogarem-na sobre o seu destino na vida eterna, a pedir-lhe a benção para os filhos e familiares. Pegavam-lhe nas mãos mortas e tocavam com ellas as zonas dolorosas ou ulceradas dos seus corpos. Assim o fez, por exemplo, Frei Manuel, quebrado de ambas virilhas, que pôs a mão direita da beata nas suas partes doentes. Todo o ceremonial era conduzido por Frei Félix da Virgem Maria que exigiu que a defunta fosse sepultada nos claustros do Convento dos Remédios. E fez-se-lhe o caixão, em tamanho duplo, para que nele coubesse o divino esposo.

Entrou de se opor a paróquia de Sto. Antão, a que pertencia a Rua de Alconchel, que reivindicava o repouso da beata no campo santo da igreja paroquial.

Mandou, de novo, o Arcebispo que Ana de Jesus Maria fosse observada por dois médicos.

Deveriam eles vir na manhã daquela noite em que João Inácio Valejo vigiava a entrada de pessoas alheias no quarto da morta. Autorizara que os dois subalternos pousassem a cabeça na mesa da sala para descansarem uns minutos. Ficara ele atento e bem acordado.

Até que, por volta das quatro da manhã, rebentou grande alarido no aposento do velório. Várias vozes altercavam. Aproximou-se da porta o jovem calipolense. Não distinguia, perfeitamente, as falas, mas reconhecia a estridência do frade e os resmungos de Manuel Correia. Pareceu-lhe de súbito, que a voz da beata se erguia sobre as outras. Aos gritos, dizia ela que só aceitaria ser sepultada no convento e nunca na igreja de Sto. Antão.

Baixou-se, assombrado, João Inácio Valejo e, perdendo o temor que, por vezes, também o invadira naqueles dois dias de vela, espreitou pelo buraco da fechadura.

Era essa imagem nítida, fixa e sem nevoeiros da velhice a que lhe vinha à memória naquele fim de tarde abrasador à porta de sua casa, em Vila Viçosa, a imagem que lhe trazia o sorriso faceto ao bigode branco.

Não foi preciso que os médicos viessem atestar o falecimento de Ana de Jesus Maria nem pôr-lhe ventosas nas costas ou tijolos ardentes nos pés, com o que ou se certificariam da morte ou a acordariam da letargia.

Três anos depois foi a beata presente à Inquisição de Évora que a condenou a sete anos de clausura numa casa de correcção da Corte e, antes de isso a ser açoitada nas ruas públicas da cidade, *citra sanguinis effusionem*, sem effusão de sangue. Quanto a Frei Félix da Virgem Maria esqueceu-se dele o tribunal inquisitório.

Mas João Inácio Valejo continua a sorrir e a recordar-se do rosto túrgido e irado do Arcebispo quando, às cinco da manhã o foi procurar ao Paço Episcopal para lhe relatar o que vira pelo buraco da fechadura.

Rodeada pela mãe, pelo padastro, por duas beatas, companheiras fiéis desde o primeiro dia e com Frei Félix ajoelhado a seus pés, Ana de Jesus Maria, sentada na cama e descomposta, ia dando pontapés no ar, para desentorpecer as pernas, enquanto sorvia, em longos e sofrêgos goles, uma malga recheada de uma sopa escaldante.



## PAS-DE-DEUX \*

*Carlos Garcia de Castro \**

Meus olhos de Lisboa no teu corpo  
são bailarinasó, num imprevisto.  
— Desprezo o vício de fazer-te os versos.

É sem pensar que resisto !

Um verso que se escreve é para ser visto,  
se à força de ser verso for bailado.

Falar por te falar, só incomodo,  
Não deixo à fantasia ter discurso.

O meu saber de ti é complicado,  
teu corpo é mais feliz a bailar todo.

Eis o que digo para dizer ser dito  
bailando, meu amor, porque acredito  
na forma do teu corpo, que é meu espaço  
de bailarinas só, um imprevisto  
dos versos sem pensar em que resisto  
aos mesmos sempre versos que te faço.

Não há remorsos já para o teu cansaço,  
— em cada um de nós há seu percurso.

Falar-te assim de ti, só incomodo,  
este louvar-te é arte — em que persisto.

Teu corpo permanece a bailar todo.

*\* Do livro " Rato do Campo ", a publicar brevemente.*



## O CAÇADOR \*

*Hugo dos Santos*

### I

Tão ajustada a mão a seu tremor,  
tão quente de seus dardos o olhar  
que no círculo da mira presa ilude  
os contornos da luz que o predador  
por seu mester clama.

Entre a vida e a morte pouco mais  
que um breve palpiar; um devoluto  
penhor que a si se cobra.

Dos ardis da caça só se sabe  
este tenso fruir que vindo ao corpo  
suas naves de gozo aí aporta.

Tão retesada a corda, aí aientai  
como, no vento roçando, já retinem  
as catedrais maiores da floresta.

### II

De veneno e de pólen se embeberam  
as agudas pontas de seus dardos.

De esperas ( tantas! ) se perpez  
este iludido cerco, esta tão mútua  
vertigem dos sentidos libertada.

Adestra a mão seu golpe; a mira posta  
no lugar onde a ferida mais se enleia.

E tempo dum prodígio não cativo  
no coração que late.

De luz banhada, a presa já reteve  
os sinais mais febris de seu temor.

As virilhas entreabre; sente como  
este punhal que vem em si penetra  
antes do quente lume de seu jorro.

E, cerrados os olhos, só aguarda  
que a ferida a seu doer se acame e toda a luz  
a caçador e caça justifique.

### III

Dos ventos soube; sondou os seus abismos.

Dos embustes da espera precaveu  
seu caminhar dolente.

Veio pela alba, veio; o arco  
justo ao punho, os olhos cheios  
do corpo de seu alvo.

A mão não treme agora; um destro golpe  
se pede, mais que a pressa  
de ganhá-lo.  
Assim, arqueia o braço, o respirar suspende.  
Um jogo, sabe; de seus ritos  
se preza o caçador.  
Tomado foi o território  
que o sentir, por seus usos, proclama.  
Um gesto basta: um separar tão breve  
dos dedos retardando seu delírio.  
A fina névoa fende; aí silvido apenas,  
como de asa ou nave que passasse,  
e a febre desta posse começou.

*\*Do livro O CAÇADOR, prémio "Floribela Espanca" de 1993.*

## ANALOGIA

*Carmo Martins*

Sou isso mesmo; uma notícia errada,  
resto de mágoa que já foi canção,  
doçura de colmeia não libada,  
rito de ver nascer a madrugada,  
sino sem torre, apeado no desvão...

Morte na Primavera em verdes anos,  
máscara rindo em sótão de teatro,  
angústia que se nutre a desenganos,  
queixas de rouxinol por entre os ramos,  
consciência amarga de quem foi ingrato...

Astro caindo que na queda ardeu,  
curva de estrada onde acabou alguém,  
menino meigo que voou ao Céu,  
água da fonte que ninguém bebeu,  
grito que é brado e não atrai ninguém...

Vela de barco que ficou no mar,  
lírio do vale que foi belo em vão,  
perfil de flor ao vento a cabecear,  
gesto de apelo que se perde no ar,  
tristeza de outrem que me estendeu a mão...

Melancolia doce em certo instante,  
realejo sujo que entupiu de vez,  
diluído som que, a um tempo, chore e cante,  
voz telúrica erguida em seu descante,  
jogral fingindo em seu trovar cortês...

Orgulho de mendigo que não pede,  
pássaro morto na água do ribeiro,  
distância que com olhos se não mede,  
espelho que me conta e me antecede  
e canto, breve ou longo, derradeiro...



## VILA VIÇOSA

*Alexandre Torrinha*

### I

Céu azul fascinante, chãos de flores,  
ruas parelhas ao norte rumadas,  
travessas que as cruzam de sol trajadas,  
todas brancas, alegres ... uns amores!

Foi eleita do monge e grão-senhores  
que em val' viçoso ergueram as moradas:  
conventos, fortalezas torrejadas,  
palácios, de arte e traça das melhores.

Salvou-a seu indómito Castelo  
do assédio vil de Espanha, e, ao fazê-lo,  
rezou aos pés da Santa Padroeira.

Foi berço de Pousão, Públia de Castro,  
Florbelá, Martim Sousa e demais Astros,  
que são da pátria glória verdadeira!

### II

No Terreiro do Paço, majestoso  
conjunto arquitectónico extasia  
meu peito enamorado da Harmonia,  
do Belo, do Traçado Esplendoroso!

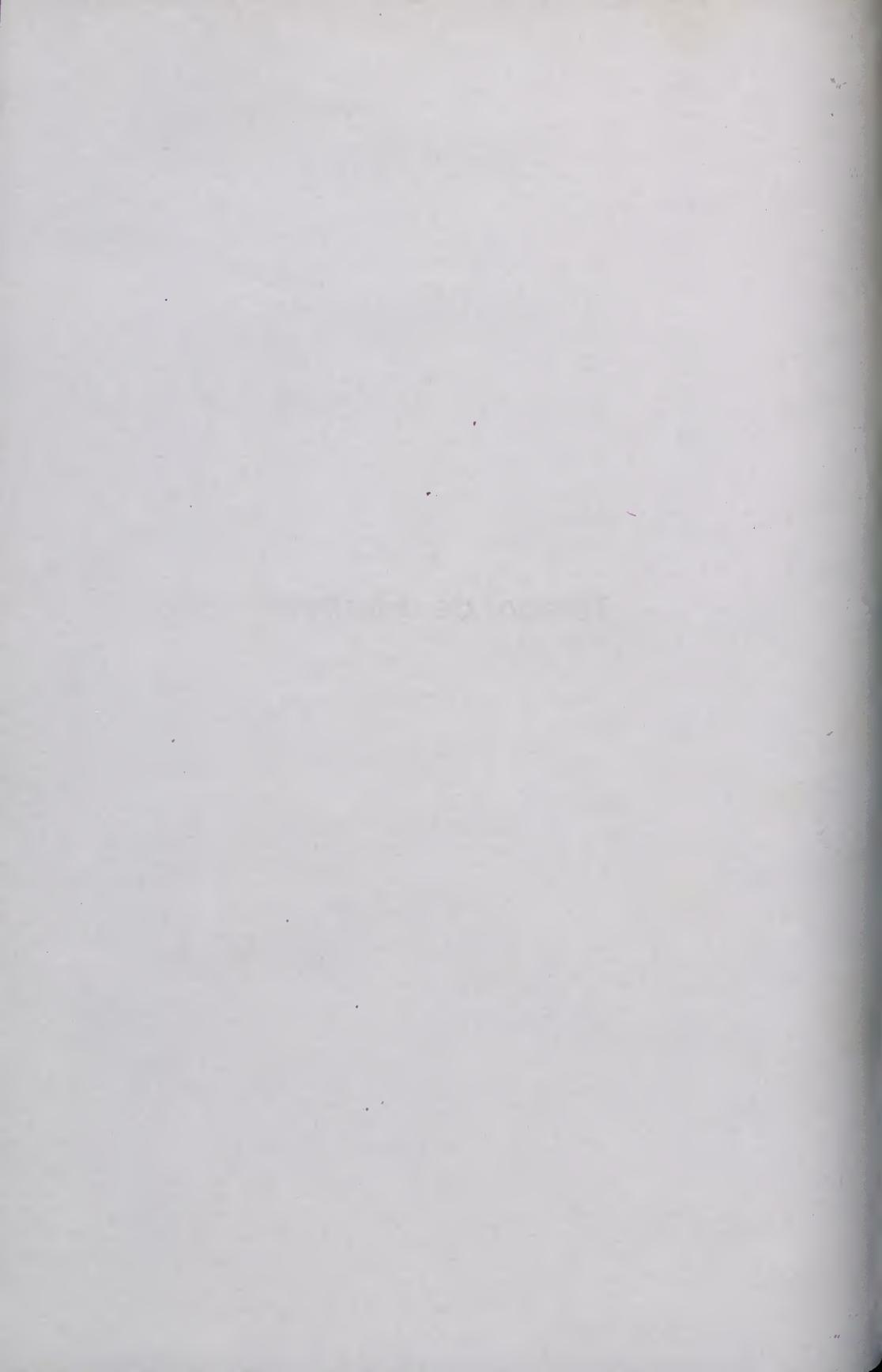
É realidade que eu há muito gozo  
neste espaço de encanto, de magia:  
Panteão Ducal, Paços, Abadia  
das Chagas e Palácio prodigioso.

No corcel, o Rei cauto e sem receios.  
Lembram batalhas! Lembra ido cenário  
de justas, cavalgadas e torneios!...

Lidava o nobre. O povo descansava  
das fadigas de erguer o relicário  
de obras de arte que o largo ali mostrava.



## **Tempo de Florbela**







## A MORTE NA POESIA DE FLORBELA ESPANCA

*José Luis Ferreira Francisco \**

*José António Gonçalves \*\**

### INTRODUÇÃO

Antes de morrer fisicamente, Florbela apaga-se espiritualmente e, o que é mais desesperante, fá-lo ainda em vida, porque é no decurso da mesma que, decepcionada por completo, desiste de tudo e de todos, inclusive de si.

Florbela Espanca não cabe no leito do seu rio. Como diz José Régio, para além da "insaciabilidade", "o outro mal de Florbela foi ela ser de mais para uma só" (1).

Com outras palavras, António Freire sublinha como Florbela jamais encontrou satisfação no amor: "O amor de Florbela dificilmente podia encontrar correspondência. Era demasiado veemente, demasiado extrovertido, demasiado absorvente e, até, demasiado desinteressado. Era, como ela diz, amar por amar" (2).

A inclinação para a morte nasce com Florbela. Logo nos alvares da sua existência, apenas com oito anos de idade, escreve o poema "A Vida e a Morte" (3). É sintomático que a primeira poesia de Florbela fale de morte.

Depois, ao longo dos seus dias e nos seus poemas, ela chama frequentemente a morte: "Ah! venha a morte, já que eu morrerei feliz" (4). Vislumbra-se claramente o seu pensamento doentio de predestinação para a morte, o destino forte e macabro a marcar-lhe os passos da vida.

O presente trabalho, analisando cinco sonetos da poetisa calipolense, visa mostrar como esta ideia da morte, presente na alma de Florbela Espanca, se tornou a característica primordial da sua personalidade. A obra poética de Florbela Espanca, a bibliografia indicada e alguns testemunhos de pessoas mais próximas da poetisa foram os instrumentos que estiveram na base deste trabalho que apenas aborda um pouco do imenso mistério que constitui a vida de Florbela Espanca.

*\* Professor do Ensino Secundário*

*\*\* Professor do Ensino Secundário*

## O EGOTISMO FLORBELIANO

O egotismo é uma das particularidades mais expressivas da poesia de Florbela Espanca. A poetisa tanto faz a exaltação do seu eu, como também o dramatiza. Vejamos como o egotismo se manifesta no soneto "EU" que passamos a analisar.

## EU

Eu sou a que no mundo anda perdida,  
Eu sou a que na vida não tem norte,  
Sou a irmã do Sonho, e desta sorte  
Sou a crucificada... a dolorida...

Sombra de névoa ténue e esvaecida.  
E que o destino amargo, triste e forte,  
Impele brutalmente para a morte!  
Alma de luto sempre incompreendida!...

Sou aquela que passa e ninguém vê...  
Sou a que chamam triste sem o ser...  
Sou a que chora sem saber porquê...

Sou talvez a visão que Alguém sonhou,  
Alguém que veio ao mundo pra me ver  
E que nunca na vida me encontrou!

## 1. O título.

Com o pronome pessoal, a poetisa mostra a intenção de falar de si mesma. Deixa antever, já no título, uma sondagem feita ao seu interior para revelar aquilo que ela descobre nessa realidade tão íntima que é a sua alma, o seu coração, o centro vital de todos os seus sentimentos e anseios. Este título deixa-nos ainda perceber uma poetisa que se encara de frente, que se observa, que não foge de si mesma ou se aliena, mas que, pelo menos, parece esforçar-se por se conhecer. Este "eu" deixa transparecer uma certa coragem e frontalidade para responder à questão essencial de todo o ser humano que peregrina pela terra: Quem sou eu? E para que existo?

## 2. "Eu sou...".

Esta forma verbal que está presente em quase todos os versos do soneto pode merecer-nos as seguintes interpretações:

\* **Sinceridade existencial:** A poetisa mostra que se assume com verdade, a sua verdade e sem qualquer registo modalizador, o que denota uma consciência plena daquilo que é a sua essência. Podíamos também caracterizar esta atitude como objectiva.

\* **Ser = Existir:** Na primeira pessoa do presente do indicativo, a poetisa assume-se como um ser vivo, singular, pessoa que existe. Ela quer dizer que é alguém que está ali, com as suas características, com aquilo que lhe é peculiar. Características essas que ela vai patentear no desenvolvimento do poema.

\* **Ser = Estar:** A poetisa utiliza uma maneira de se afirmar que coloca de lado toda a vacuidade e toda a abstracção. Este "eu sou" é algo concreto que lhe acentua a presença real e até uma proximidade física dos outros. É como dizer: eis-me aqui diante de todos. Aquilo que a poetisa é remete também para as influências que o universo social exerce sobre ela.

## 3. A autocaracterização da poetisa.

## 1.ª Estância

Os dois primeiros versos dão-nos logo, à maneira de introdução, uma leitura negativa e pessimista que a poetisa faz do seu eu. Não ter norte é andar perdida e isto pode significar que a poetisa idealizou uma meta - "norte" - a alcançar, sonhou com um objectivo a atingir - "Sou irmã do sonho" -, mas confronta-se com a dificuldade de encontrar meios, ou o caminho que a conduzam à concretização desse objectivo sonha-

do. Por isso anda perdida: os caminhos são muitos e ela nem sequer sabe para que lado fica essa meta - "não tem norte".

Diante da angústia de não encontrar maneira de atingir aquilo que sonhou, diante da aflição de se achar perdida ela pode dizer: "Sou a crucificada... a dolorida". Com o adjectivo "crucificada", ela aponta também para a sociedade que a rodeia: se está crucificada, alguém a crucificou. O que significa que as pessoas que a cercam, referenciadas já na palavra "mundo", do 1.º verso, são também responsáveis pelo seu estado de desorientação.

#### 2.ª Estância

A "névoa" corrobora a ideia de andar perdida: o nevoeiro faz com que os barcos se desorientem e percam a rota. No entanto, a imagem da "névoa" traz ao eu a característica da fragilidade. É a leitura que podemos fazer daquilo que a poetisa chama de "sombra de névoa": a névoa já por si é uma substância sem consistência que o vento arrasta, mas ela é menos do que isso, é uma "sombra", um ser inconsistente, frágil, sobretudo duma fragilidade psicológica. Não pensa por si, não tem vontade própria, não é livre para decidir.

Isto faz com que o eu se abandone totalmente ao "destino": o destino é assim como o vento que impela a névoa para todos os lados. Destino este que ela qualifica de "amargo, triste e forte": "forte", porque não lhe consegue oferecer resistência, "amargo", porque a conduz por caminhos que lhe dão o contrário daquilo que ela sonhou e "triste", porque em vez de lhe apontar o "norte" sonhado a "impelle brutalmente para a morte".

É importante notar-se que a morte não é buscada pela poetisa, ela não sonha a morte, mas é arrastada para ela, "impelida" à força, contra a sua vontade. E o responsável é o destino.

O último verso acentua novamente a ideia do sofrimento, ao sentir-se rejeitada pelos outros ("incompreendida"), donde podemos concluir que o mundo das pessoas que rodeiam o eu do poema é também responsável pelo facto de se encontrar perdida, como vimos mais acima.

#### 3.ª Estância

A poetisa sente-se marginalizada pela indiferença da sociedade: ninguém a vê. Estaria aqui a solução do seu caso? Se alguém a visse, se alguém a compreendesse, alguém que não lhe chamasse "triste" (2.º verso), mas que lhe fizesse descobrir as razões das suas lágrimas (3.º verso) deixaria ela de estar perdida para se encontrar?

#### 4.ª Estância

A resposta dá-a agora: "Sou talvez a visão que Alguém sonhou". Esse "Alguém" seria o homem que a amasse com um amor que a norteara e lhe desse a felicidade que ela sonhou. O advérbio "talvez" diz que isso não aconteceu porque para esse alguém ela nunca passou de uma visão ou dum sonho, algo, fugidio ou passageiro que nem tempo dera para se encontrarem. Não se sabe se ele "veio ao mundo", mas mesmo que tivesse vindo, nunca a encontrara e ela nunca se encontrara nele, andando por conseguinte à deriva, no meio do mundo, até se encontrar com a morte, única solução agora possível.

## II

### A CONSCIÊNCIA TRÁGICA DA SUA VIDA INFELIZ

Florbela goza a vida com uma intensidade atroz, tão atroz que acaba por ser vítima de si própria e do dramatismo que ela alicerça e constrói. Tudo isto nos é descrito no soneto "A Vida" que passamos a analisar.

#### A Vida

É vão o amor, o ódio, ou o desdém;  
Inútil o desejo e o sentimento...  
Lançar um grande amor aos pés de alguém  
O mesmo é que lançar flores ao vento!

Todos somos no mundo «Pedro Sem»,  
Uma alegria é feita dum tormento,  
Um riso é sempre o eco dum lamento,  
Sabe-se lá um beijo de onde vem!

A mais nobre ilusão morre... desfaz-se...  
Uma saudade morta em nós renasce  
Que no mesmo momento é já perdida...

Amar-te a vida inteira eu não podia.  
A gente esquece sempre o bem de um dia.  
Que queres, meu Amor, se é isto a vida!...

## 1. A desilusão.

O poema, na sua globalidade, mostra-nos um eu num estado de desilusão devida essencialmente a um amor que podemos qualificar de frustrado. Todo o poema está imbuido numa característica de desinteresse da própria vida. A poetisa parece partir do pressuposto de que, na vida, a única coisa que realmente vale é o amor. Não o conseguindo concretizar plenamente, ou mesmo tendo-se saído desenganada diante do esforço feito para viver este amor, a sua vida deixou de ter sentido. "Vida", aqui, significa não só toda a actividade do dia a dia, mas sobretudo a própria existência. Há, na verdade, uma demonstração de falta de entusiasmo, uma certa apatia até diante dessa realidade complexa a que chamamos vida.

## 2. Continuidade dos temas do soneto "EU".

### a) A ilusão/sonho.

No soneto "Eu", a poetisa dizia-se "irmã do sonho", porque sonhara com um amor sublime, onde colocou as suas esperanças. No presente poema, ela vê essas esperanças desvanecidas, depois de experimentar os desenganos desse amor. Por isso diz que "é vão o amor", porque nunca lhe sentiu os efeitos e "inútil o desejo", porque não conseguiu concretizar aquilo que sonhou. Mas não é só amor que é vão, também o "ódio e o desdém", que são as alternativas ao amor: quer dizer que nada vale a pena na vida, de nada vale viver.

### b) O "Alguém"

O soneto "Eu" terminava mencionando a existência de "Alguém" que nunca a encontrou. Este encontrar, no pretérito perfeito, reforçado pelo advérbio "nunca", pode não significar descoberta meramente física, talvez o seu significado vá mais longe: um "alguém" que, coloquemos a hipótese, apesar de ter convivido com ela, nunca encontrou o seu mundo interior, a intimidade feminina, e por isso nunca a compreendeu. É isso que constatamos no soneto "A Vida", aceitando que este alguém aqui falado é o mesmo apontado no soneto anterior. De facto, há, neste poema, um alguém aos pés de quem ela "lançou um grande amor" e que é o responsável pelo seu estado de desânimo e de apatia.

### c) O sofrimento.

Como consequência lógica da desilusão amorosa, surge o sofrimento que não é tanto físico, mas moral. A 2.<sup>a</sup> Estância coloca em evidência a realidade do sofrimento interior que a poetisa tenta disfarçar no exterior com uma "alegria" fingida e um "riso" artificial, porque o que existe de facto é o "tormento".

Se o eu sofre, é alguém que o faz sofrer e isto, além de desânimo, causa-lhe também desconfiança: a poetisa deixa de confiar nas pessoas, pois tem a tendência para dividir das intenções que estão por de trás dos gestos e atitudes tomadas pelos outros: "sabe-se lá o beijo donde vem!".

### d) A ideia da morte.

Também neste poema se revela a ideia da morte que se torna quase uma obsessão. Na 3.<sup>a</sup> Estância, a poetisa define a sua vida com o vocábulo "ilusão". Talvez com isso queira dizer que a sua vida já nem sequer era vida, mas uma mera aparência: é que esta "ilusão", apesar de ser "nobre", porque é a do amor, não estava materializada, permanecendo no âmbito do sonho. A "ilusão" era, assim, o seu princípio vital, aquilo que a mantinha de pé... Agora a "ilusão morre" e com ela todo o eu. Morrer para a poetisa tem um significado de desintegração ou desunião do todo até se chegar ao nada. É o que entendemos da forma verbal "desfaz-se", empregada como sinónimo de morte.

A mesma ideia é tratada nos dois últimos versos da mesma estância, estabelecendo uma relação de simultaneidade entre renascer e perder. A palavra saudade

traz um contributo importante para a compreensão do estado de espírito da poetisa: a "saudade" remete para o seu passado, o que nos permite perceber que ela teve um momento de amor, que a fez feliz, mas que foi efémero e do qual agora só tem "saudade". Aliás, isto já estava dito na primeira estância quando ela fala com certeza da sua experiência - "lançar um grande amor aos pés de alguém / é o mesmo que lançar flores ao vento". É interessante a ligação entre o "lançar flores ao vento" e os verbos "desfaz-se" e "é já perdida": sempre a ideia de algo que acaba e que morre. Ora esta "saudade", que agora surge, dura apenas um "momento", porque também ela logo morre.

### 3. O presente e o passado.

Na quarta estância, a poetisa dirige-se, em forma de discurso directo, a esse alguém que fez parte do seu passado. O primeiro verso vem só agora afirmar categoricamente que houve amor, pelo menos da parte dela. Ora este amor agora desaparecera e a razão apontada é muito vaga e abstracta: "é isto a vida" ou, nesta máxima, "a gente esquece sempre o bem de um dia", como se isto fosse um princípio a que não se pudesse fugir. Está aqui também implícita a ideia do destino. No entanto, podemos perguntar se este amor terá desaparecido totalmente. É que ela no último verso teima em chamar-lhe ainda "meu Amor"...

## III

### A IDEIA OBSESSIVA DA MORTE

No poema "Dizeres Íntimos", ao querer revelar o seu interior, aquilo que está no mais recôndito do seu ser, Florbela demite-se da vida. A poetisa dá conta de que está a morrer por dentro, porque a própria esperança morre também. Florbela aceita a situação ou, pelo menos, resigna-se com ela própria. Sente que não pode fazer nada para mudar as coisas, pois o destino supera tudo e ela vê-se absolutamente impotente.

#### Dizeres íntimos

É tão triste morrer na minha idade!  
E vou ver os meus olhos, penitentes  
Vestidinhos de roxo, como crentes  
Do soturno convento da Saudade!

E logo vou olhar (com que ansiedade!...)  
As minhas mãos esguias, languescentes,  
De brancos dedos, uns bebês doentes  
Que hão-de morrer em plena mocidade!

É ser-se novo é ter-se o Paraíso,  
É ter-se a estrada larga, ao sol, florida,  
Aonde tudo é luz e graça e riso!

E os meus vinte e três anos... (Sou tão nova!)  
Dizem baixinho a rir: «Que linda a vida!...»  
Responde a minha Dor: «Que linda a coval»

### 1. Tristeza / Morte.

A poetisa compraz-se em meditar sobre o tema da tristeza, porque esta é uma nota característica do seu temperamento. Logo na primeira estância, podemos encontrar isso mesmo indicado em termos como "triste", "penitentes", a própria cor "roxa", "soturno convento". Toda esta morbidez nos vocábulos empregados mostra uma natureza melancólica que só se explica na iminência da morte.

Sabemos, da vida da poetisa, que nem o seu estado de saúde física, nem a idade, nem qualquer outra razão natural fariam prever a sua morte. No entanto, o seu "íntimo" dizia-lhe que a morte estava próxima. Talvez os motivos apontados nos sonetos anteriores expliquem a razão desta obsessão pela morte.

### 2. O contraste morte / idade.

No primeiro verso, a poetisa estabelece uma relação que parece não ser lógica: morrer sendo ainda jovem. A morte de alguém ainda jovem é acontecimento que deixa sempre profunda consternação. A poetisa reconhece isso, tanto mais que faz referência, na segunda estância, a um acontecimento muito frequente no seu tempo: a mortalidade infantil.

A razão de ser desta oposição é apresentada na terceira estância. Aqui faz-se a apologia da juventude. É próprio do jovem viver em "paraíso": imagem bíblica que significa felicidade, amor, bem-aventurança. Ideia de felicidade que está corroborada nos substantivos "sol", "luz", "graça e riso". O jovem tem uma "estrada larga" e "florida", quer dizer, uma vida longa à sua frente com as flores do optimismo próprio da juventude. O eu do poema não se identifica com esta juventude, apesar dos seus 23 anos. É uma figura de contraste.

### 3. Dupla atracção.

Como consequência do contraste existente na sua personalidade, o eu do poema sente-se simultaneamente atraído para a vida e para a morte, como mostra na última estância: para a vida, porque é "tão nova", para a morte, porque tem "Dor".

Esta atracção para a morte é mostrada, na segunda estância, através da expressão "com que ansiedade" e da descrição, denunciando um certo prazer mórbido, das suas mãos e dedos de cadáver.

O substantivo "Dor" assume uma conotação de sofrimento insuportável, de tal modo que ela prefere a cova para não ter de sofrer mais. E se a cova lhe tira o sofrimento, se na cova encontra a paz que não tem em vida, apesar da sua idade jovem, então ela pode dizer "que linda a cova!". No soneto "A um Moribundo", esta maneira de ver a cova serve de consolo para aquele que está às portas da morte:

Que importa? que te importa, ó moribundo?  
- seja o que for, será melhor que o mundo!  
Tudo será melhor do que esta vida!... (5).

## IV

### A SUA ENTREGA A MORTE

Florbela deseja a morte, quer encontrar-se com ela. A morte é o remédio para todos os seus males por isso deve procurá-la. O soneto que vamos analisar é uma procura inquieta da morte, Florbela quer entregar-se nos seus braços.

#### Deixei entrar a morte

Deixai entrar a Morte, a Iluminada,  
A que vem pra mim, pra me levar.  
Abri todas as portas par em par  
Como asas a bater em revoada.

Que sou eu neste mundo? A deserdada,  
A que prendeu nas mãos todo o luar,  
A vida inteira, o sonho, a terra, o mar,  
E que, ao abri-las, não encontrou nada!

Ó Mãe! Ó minha Mãe, pra que nasceste?  
Entre agonias e em dores tamanhas  
Pra que foi, dize lá, que me trouxeste

Dentro de ti? . . . Pra que eu tivesse sido  
Somente o fruto amargo das entranhas  
Dum lírio que em má hora foi nascido! . . .

#### 1. A morte como solução.

A ânsia e o desejo de morte tornam-se mais fortes na primeira estância deste soneto onde a poetisa parece desembaraçar-se de tudo o que possa impedir a morte de chegar. Com a forma do imperativo "deixai", no plural, a poetisa parece querer libertar-se de pessoas que tentam demovê-la da fixa ideia de abraçar a morte. Talvez lhe

apresentem outras soluções. . . mas ela só quer a morte.

De tal maneira a ideia da morte a seduz que ela lhe chama "iluminada". Não é comum ver-se este adjectivo qualificar a morte: mais facilmente usariamos o oposto - escura. No entanto, a poetisa parece querer dizer que escura é a sua vida e está convencida de que a morte lhe traz luz. "Iluminada" é sinónimo de alegria e felicidade. Assim, o "abrir as portas par em par" facilita a entrada à "morte iluminada", como se a luz fosse o canal por onde a morte viria ao seu encontro para a "levar". A acção do verbo "levar" é reforçada pela ideia das "asas" para "bater em revoada", ou seja para desaparecer daquele meio que ela abomina.

## 2. A razão de ser da sua resolução.

Na segunda estância, a poetisa parece convencer aqueles que procuram demovê-la com os seus justos motivos. "Quem sou eu?" - já tinha respondido a esta interrogativa no soneto "Eu" e agora como que resume a mensagem deste poema diante dos que a rodeiam para provar que tem motivos para pensar assim.

O adjectivo "deserdada" e a expressão "não encontrar nada" traduzem um vazio experimentado depois dum esforço por conquistar algo válido: "prende o luar, a vida inteira, o sonho, a terra, o mar", ou seja, esforçou-se por algo grandioso e sublime, trabalhou e lutou para alcançar a concretização do seu sonho e só obteve o "nada". É desilusão que a move a abandonar-se nos braços da morte.

## 3. A mãe.

Na terceira e quarta estâncias a cena atinge um aspecto mais trágico. A poetisa parece dizer que a mãe dela estava também ali presente e era uma das que a aconselhavam a pensar doutra maneira, por não se conformar com a morte da jovem filha. Em resposta, ela quase culpa a mãe de tudo o que lhe aconteceu, por meio de duas interrogativas directas: "Porque nasceste?" e "pra que me trouxeste dentro do ti?". O vazio de amor em que a poetisa se encontra levou-a mesmo a arrefecer nela o amor materno. Mas talvez isto seja mais um desabafo de alguém que é profundamente atormentado pela dor. As "agonias" e "dores tamanhas" de maternidade foram-lhe comunicadas ao nascer e permaneceram nela pela vida fora. Nasceu no meio do sofrimento e viveu sofendo, não fisicamente, mas moral e psicologicamente.

## V

### O ELOGIO DA MORTE

No soneto "A Morte", o último deste trabalho, a ideia da morte, que caracterizou a obra poética de Florbela Espanca, atinge o clímax. É um autêntico elogio da morte o que ela diz neste poema, de tal modo a morte encarnou nela.

#### À morte

Morte, minha Senhora Dona Morte,  
Tão bom que deve ser o teu abraço!  
Lânguido e doce como um doce laço  
E, como uma raiz, sereno e forte.

Não há mal que não sare ou não conforte  
Tua mão que nos guia passo a passo,  
Em ti, dentro de ti, no teu regaço  
Não há triste destino nem má sorte.

Dona Morte dos dedos de veludo.  
Fecha-me os olhos que já viram tudo!  
Prende-me as asas que voaram tanto!

Vim da Moirama, sou filha de rei,  
Má fada me encantou e aqui fiquei  
À tua espera. . . quebra-me o encanto!

## 1. Conceção da morte.

### a) Garantia de segurança.

Chamar a morte com o título de "minha Senhora Dona Morte" significa a veneração e respeito que a poetisa tem para com a morte, que considera superior. Trata-se de um súbdito que se dirige para o seu senhor, como um criado para o patrão que lhe garante a subsistência. Nesta maneira de tratar a morte, a poetisa mostra como ela se coloca toda nas suas mãos, pronta e aberta para tudo aquilo que ela mandar e dispuser como dominadora.

Esta ideia de domínio e superioridade ligada à de segurança aparece nos versos seguintes marcada nos substantivos "abraço", "laço" e "raiz". Três nomes que nos dão a ideia do prender, do dominar, mas ao mesmo tempo do sentir-se segura e firme nessa prisão. Isto é patente também nos adjectivos que qualificam estes nomes: "bom", "lânguido e doce" e "sereno e forte". É a morte que ao prender proporciona toda a espécie de segurança que a poetisa almeja.

### b) Garantia de bem estar.

A segunda estância pinta-nos a morte como qualquer coisa aliciante. Em primeiro lugar ela é "remédio" para todos os males. **No fundo era isso que a poetisa buscava: remédio para os seus males.** Depois, ela é "mão que guia": no soneto "Eu", a poetisa dizia que estava sem "norte", desorientada; eis a "mão" que a pode guiar e orientar a sua vida. A morte é a orientadora daquela "que no mundo anda perdida".

Em terceiro lugar, retoma a ideia do destino, que na sua vida foi trágico. O "triste destino" e "a má sorte" que a caracterizam em vida, vão desaparecer na morte para existir só a tranquilidade e a paz.

### c) Garantia de acolhimento.

No soneto anterior, a poetisa maldiz o seio materno que a gerou para a dor. Agora diz à morte que quer entrar nela - "dentro de ti, no teu regaço" -, qual novo seio materno. Se no verdadeiro seio materno foi gerada para a "má sorte", a poetisa espera que no regaço da morte se gere uma vida nova para si. O substantivo "regaço" e esta repetição de intensidade "em ti, dentro de ti" dão à morte um carácter acolhedor que a poetisa nunca descobriu em vida. Por isso ela tem os "dedos de veludo" para contrastar a maciez da morte com as aguras da vida.

## 3. A entrega.

Os dois tercetos são como que um fecho da sua vida. São o ponto culminante para onde se orienta tudo o que atrás fica dito. Os verbos "fecha-me" e "prende-me" revelam como a poetisa tem consciência de que já chegou ao fim e só falta "fechar os olhos". Há aqui como que um resumo de toda a vida: já viu tudo, logo não se justifica que esteja ainda mais tempo. O verbo "voar", com o advérbio "tanto", denuncia um certo cansaço, possivelmente em vão, e agora urge repousar - "prender as asas fatigadas".

No último terceto ainda, a poetisa compara a sua vida a um conto de fadas: note-se a presença dos elementos "Moirama", "filha de rei" e "encantamento". Tal como nos contos de fadas tudo foi fingido. O "encanto" significa falta de consciência e de realismo na vida. "Quebrar o encanto" significa chegar ao fim da história.

## CONCLUSÃO

Para concluir, somos levados a pensar que Florbela morreu exausta, cansada de não ter amado, sem ser compreendida pelos que a rodeavam. Florbela cansou-se de perseguir um sonho que se lhe afigurou vão.

Ela debate-se com a complexidade da sua vida. Perante tudo o que vive e o que sente, não esquecendo que Florbela vivia emotiva e profundamente as situações com que se confrontava, a poetisa não pôde deixar de constatar que, de facto, foi diferente dos outros, sobretudo na forma como sentiu e viveu a própria vida. Dada a intensidade com que viveu cada momento da sua existência, sempre se sentiu frustrada ante a incompatibilidade constatada entre a vida e ela mesma. Florbela viveu sem qualquer ponto de referência. Idealista, romântica, utópica, crente, eis algumas das principais características do seu complexo carácter. Alguém assim só poderia mesmo realizar-se como pessoa num mundo diferente.

A juntar ao carácter trsiste e melancólico de Florbela Espanca, há a salientar as circunstâncias da sua própria vida. A poetisa questiona-se e debate-se com sérias dúvidas e indecisões profundas, sempre que faz um exame de consciência da sua própria vida. Uma vida que não foi das mais agradáveis, nem das mais leves. Florbela carregou consigo o peso de muitas mágoas profundas que se viam aumentadas e intensificadas face à sua solidão e face à ausência de alguém que pudesse partilhar com ela o peso alucinante que a fazia vergar. Esse foi o peso do destino que Florbela carregou completamente sozinha.

O facto de nascer filha ilegítima, a morte do irmão, a falta de correspondência no amor, a solidão em que se encerrou, além de outros factores, contribuíram para que Florbela procurasse a morte e a encarasse como única saída possível dum desespero existencial que se tornou insuportável à sua sensibilidade de mulher alentejana e poeta.

A finalizar vale a pena citar algumas palavras de Guido Battelli, o maior amigo pessoal de Florbela Espanca: "A vida breve de Florbela Espanca foi um calvário de desilusões. (...) A natureza tinha-lhe dado tudo o que é necessário para triunfar na vida: formosura, elegância, encanto e, além disso, o génio. Todos estes dotes, que deviam ser as armas da sua vitória, foram, pelo contrário, a causa da sua desgraça" (6).

## NOTAS

- (1) José Régio, *Sonetos de Florbela Espanca*, Liv. Bertrand - Amadora (1990), p. 25.
- (2) António Freire, *O Destino em Florbela Espanca*, Ed. Salesianas - Porto (1977), p. 36.
- (3) Florbela Espanca, *Obras Completas*, Vol. I, Ed. D. Quixote - Lisboa (1985), p. 43.
- (4) Florbela Espanca, o. c., p. 231.
- (5) Florbela Espanca, *Sonetos*, Liv. Bertrand - Amadora (1990), p. 119.
- (6) António Freire, o. c., p. 98.

## BIBLIOGRAFIA

- BESSA LUIS, Agustina, *Florbela Espanca, vida e obra*, Ed. Arcádia - Lisboa (1979).  
ESPANCA, Florbela, *Sonetos*, Liv. Bertrand - Amadora (1980).  
ESPANCA, Florbela, *Diário do Último ano*, Liv. Bertrand - Amadora (1981).  
ESPANCA, Florbela, *Obras Completas*, Ed. D. Quixote - Lisboa (1985).  
ESPANCA, Florbela, *Sonetos*, Ed. Ulisseia - Camarate (1990).  
FREIRE, António, *O destino em Florbela Espanca*, Ed. Salesianas - Porto (1977).  
PORTELA CARRERO, Maria Tecla, *Florbela Espanca, quimera y saudad*, Ed. Torreozos - Madrid (1991).



## PERANTE FLORBELA

Alexandre José Torrinha \*

Quem, partindo da Praça da República, desce a Rua Florbela Espanca, vê, do lado esquerdo, um prédio - o terceiro - que algo tem a contar. Na sala do primeiro andar que dá para a rua, foi instalada, nos fins do século passado, a Estação dos Correios chefiada por Diogo Borba que habitava com a família a parte restante da casa. Como empregada doméstica servia Antónia da Conceição Lobo, moça linda e formosa que fascinava os namoradeiros da terra. Até que um dia, um mais audaz e já casado - João Maria Espanca - seduziu a Antónia e levou-a para uma casa da Rua de Santo António e depois para outra na Rua do Angerino onde veio a nascer o fruto de seus amores: Florbela espanca, a que "prende da vida os maus espinhos sem tocar nas rosas".

Quem segue descendo a Rua Florbela Espanca e alcança o segundo quarteirão, distingue, também do lado esquerdo um prédio estreito, esguio - o terceiro - que foi onde Florbela viveu com o pai e a madrastra até que aos treze anos.

No edifício contíguo mas anterior, existia uma livraria, propriedade de José Emídio Amaro. Nos meados dos anos vinte, Florbela visitava com alguma frequência esse estabelecimento durante as curtas férias que passava na terra natal.

Foi ali que encontrei a Poetisa no Verão de 1926. Entrei a comprar um caderno ou um lapiz e vi uma senhora alta, vestida de escuro, a falar com a empregada. Quando me viu, mudou de semblante de alegre para triste e perguntou a que família eu pertencia. Foi informada não só disso mas também da razão do meu aspecto doentio que me obrigava a trazer o pescoço, os braços e as pernas envolvidos em ligaduras. É que eu padecia dum horrível eczema para o qual a medicina da época não conhecia a cura, e daí o uso de pomadas e ataduras. Enquanto ouvia a descrição, o rosto da poetisa reflectia tristeza, compaixão, dor. Impressionou-me tanto que não mais esqueci essa expressão de sofrimento.

Quando anos depois li o soneto com o título *A minha piedade em que diz*; "Tenho pena de tudo quanto lida / ... quanto sente / ... dos que andam pés descalços pela vida ...", nasceu em mim a interrogação: quem sabe se não fui eu quem inspirou este soneto? A hipótese é admissível, ao menos pela mente do jovem que aos vinte anos não resiste à tentação de julgar-se digno do olhar de um Génio. E, se acaso o moço errou, qual o indivíduo de idade madura que não lhe perdoa tal fantasia?

A grande admiração pela autora da *Charneca em Flor* - obra que me entenece e deslumbra - explicará esses vôos da minha imaginação, assim como o regozijo que sinto por ter palmilhado caminhos que Florbela percorrera dezoito anos antes.

É o caso da instrução primária e dos primeiros estudos liceais.

Frequentei a escola primária particular onde Florbela estudou. Situava-se na Rua Dr. António José d'Almeida, vulgo Rua de Cambaia nº 22. Era uma sala de aula invulgar: um corredor largo e comprido a ligar a porta da rua ao quintal do prédio. Logo à entrada, à direita, encontrava-se a secretária da professora, D. Maria Leocádia Reis, e também o quadro preto. Ao longo do corredor, sentados em cadeiras baixas de buíño, dispunham-se os alunos em duas filas, cada uma junto de cada parede. Os trabalhos escolares eram feitos no colo com a ardósia apoiada nos joelhos servindo de mesa. nas chamadas à lição, apoiava-se o livro na secretária de D. Maria Leocádia, que, no meu tempo, já não leccionava por ter passado o cargo a sua filha, D. Ana Bárbara da Silva Reis.

Na minha segunda classe, a escola fechou porque D. Ana Reis aceitara a missão de regente do Asilo da Infância Desvalida, do sexo feminino, instalado no Largo D. Luisa

\* Professor aposentado do Ensino Secundário

Soeiro cravo - actualmente reduzido a duas artérias, uma no sentido sul-norte e outra que lhe é perpendicular. O edifício tem segundo andar, frontaria voltada ao poente e, no largo, é o mais próximo da muralha do castelo. D. Ana ensinava as asiladas e os alunos dos dois sexos. Foi lá que concluí a quarta classe fazendo exame de admissão ao liceu.

Os dois primeiros anos do liceu - correspondentes aos dois anos do actual ciclo preparatório - estudou-os Florbela num curso de explicações a cargo do professor António Domingos Romeu, curso ministrado em duas pequenas salas do primeiro andar do edifício que é agora sede da Grupo Desportivo Calipolense, na Rua Pública Hortência de Castro. Para oficializar os estudos, deslocavam-se os alunos ao liceu de Évora a fazer os respectivos exames como externos. Aos treze anos, o pai Espanca mudou a residência para Évora e Florbela começou a frequentar o terceiro ano, agora como aluna interna do liceu. Havia feito o 1º e o 2º anos quando era aluna do professor Romeu.

Eu estudei nas mesmas salas, mas nessa altura o curso era já dirigido pelo professor Benjamim de Brito, em razão de se ter ausentado o seu colega Romeu. O curso subsistiu uns tempos e, após curto interregno, abriu, em 1929, o colégio João das Regras dirigido pelo professor Gabriel Osório de Barros.

Tanto o professor Romeu como o seu colega Benjamim de Brito eram professores oficiais de instrução primária. As aulas terminavam às quinze horas e só depois se dedicavam ao ensino dos dois primeiros anos do liceu. Faziam-no em duas divisórias da casa anexa à escola oficial, casa que o estado lhes cedia para habitação.

Passos na instrução primária e nos primeiros estudos liceais, seguidos do encontro com Florbela - aí fica o meu testemunho dos factos.

A morte da poetisa chega a 7 de dezembro de 1930, quatro anos depois de eu a ter conhecido, e logo irrompe a ascensão para a Glória com a publicação da *Charneca em Flor*, um mês depois de partir.

O jornalista de renome, António Ferro, publica, em 24-02-1931, no Diário de Notícias - o matutino português de maior tiragem e expansão - um editorial a duas colunas com o título *Uma Grande Poetisa Portuguesa* em que revela o seu assombro nascido da leitura recente da *Charneca em Flor*. Reproduzo uma das suas vibrantes frases: " Pois foi possível que essa admirável rapariga, que não escreveu um verso sem talento e sem alma, tivesse nascido, vivido e morrido numa terra de poetas, sem que ninguém a tivesse visto, sem que ninguém a tivesse gritado? "

A edição da *Charneca* esgota-se agora rapidamente. Ainda em 1931 sai a segunda edição aumentada com 28 sonetos inéditos, conjunto chamado *Reliquiae*. Em 1940 sai a lume a quinta edição de *Sonetos Completos* - uma reunião dos três livros anteriormente publicados em separado: *Livros de Água*, *Livro de Soror Saudade* e *Charneca em flor*.

A par das sucessivas edições que de depressa se esgotam, surgem os depoimentos críticos dos maiores pensadores portugueses, como Jorge de Sena e José Régio, todos unânimes em louvar o engenho e a arte - talento e coração - da Poetisa calipolense.

Entretanto levantara-se a questão do busto de Florbela, em que os estudantes universitários calipolenses intervieram.

O *Diário de Notícias* de 27-02-1931 publica uma carta assinada por Teresa de Leitão de Barros, directora da revista *Portugal Femenino*, Laura Chaves, amiga de Florbela e Fernanda de Castro, mulher de António Ferro e poetisa, na qual pedem a abertura de uma subscrição no jornal, a favor de um monumento a Florbela a erigir no Jardim Público de Évora.

Surgem donativos e o busto é encomendado ao escultor Diogo de Macedo que o cinzela gratuitamente e o manda para Évora. Nesta cidade, o sector tradicional, parte da vereação camarária e a própria Igreja - leia-se - no livro de Rui Guedes *Acerca de Florbela*, a página 83 da primeira edição - discordam da homenagem.

Apoiantes e oponentes da erecção do busto num lugar público debatem-se numa longa polémica. Entrementes o Ministro da Instrução, Dr. Carneiro Pacheco, publica um despacho: "... Ouvida a Obra das Mães pela Educação Nacional, determino que o busto seja guardado no Museu de Évora ". Vêm depois os florbelianos do norte a pretender que o busto seja erigido em Matosinhos, ao que se opõem os eborenses.

E então que se forma uma comissão de universitários calipolenses a que se junta o jornalista conterrâneo Albino Lapa, radicado em Lisboa. É constituída inicialmente por António Miguel Caeiro, Edalberto de Matos Silva, Joaquim Saraiva Palmeiro e Alexandre Torrinha.

Fomos recebidos, a nosso pedido, por Diogo de Macedo a quem informámos que desejávamos erguer o busto na vila ducal, dado o bloqueio existente em Évora. Acedeu

prontamente à nossa ideia. Em carta datada de 24 de Outubro de 1935, cuja cópia possuo, escreve a certa altura: "... com muita alegria recebi o vosso alvitre e estou inteiramente de acordo em que o busto passe para Vila Viçosa, desde que seja erguido em lugar digno da Poetisa".

A imprensa noticiou a cedência do busto a Vila Viçosa. Entre outros, o *Diário de Lisboa* de 24 de Outubro de 1935 publica a notícia: "Uma ideia em marcha: o busto de Florbela vai ser erguido em Vila Viçosa".

Tanto bastou para que o grupo Pró-Évora viesse a público afirmar que o Busto não sairia de Évora porque aquela Associação tinha o firme propósito de o erigir no Jardim Público da cidade.

Em face desta afirmação categórica, os estudantes da Callípole, que pretendiam uniresforços e não dispersá-los, decidiram colaborar com o Grupo Pró-Évora e oficiaram-lhe nesse sentido. A resposta não tardou. No dia 1º de Janeiro de 1936, chegou carta, que guardo, assinada pelo Dr. António Bartolomeu Gromicho: "O ofício de V. Ex.as datado de 24 de Dezembro de 1935 foi recebido com o maior júbilo pelo alto significado para a realização da projectada homenagem à ínclita poetisa calipolense Florbela Espanca". Mais adiante: "O Grupo aceita com vivo agrado o valioso apoio que lhe é conferido". Seguidamente pede-nos que deligenciemos junto da Sociedade de Mármore de Vila Viçosa para se saber "se ainda está disposta a fornecer gratuitamente o mármore para o plinto". Colaborámos em tudo que nos foi solicitado e o projecto avançou mas não tanto quanto todos queríamos. É que a oposição, revigorada com o veto do ministro Carneiro Pacheco, não desarmava. Só foi vencida quando ascendeu à presidência da Câmara de Évora o Eng.º Henrique Chaves, parente de Laura Chaves a quem Florbela dedicou o soneto *Sou eu!*.

Contou-me Túlio Espanca terem sido determinantes a energia, a firmeza e a autoridade do Eng.º Chaves para que o busto fosse finalmente inaugurado em 18 de Junho de 1949 no Jardim Público de Évora. Tarde, mas justiça foi feita.

A cidade - museu cumprira o seu voto; a vila - museu desejava cumprir o seu. Com tal objectivo, além doutros destinados igualmente a valorizar e enaltecer a Callípole, nasceu em 1935 o Grupo de Amigos de Vila Viçosa, dirigido durante muitos anos, quer por Filipe Cunhal d'Almeida, quer por mim próprio, mas colaborando sempre um com o outro nos triénios de não gerência. O Grupo era pobre e a Câmara não podia auxiliá-lo, ainda que quisesse, por falta de recursos. No entanto conseguiu, em pouco tempo e com a valiosa ajuda do Dr. Joaquim Torrinha, um molde do Busto de Florbela, feito pelo escultor Raul Xavier. O busto em mármore foi esculpido por um canteiro calipolense de nome Albano, radicado em Elvas. O mármore para o plinto ofereceu-o o amigo Bernardo Simões, um dos fundadores da Biblioteca Florbela Espanca.

A homenagem a Florbela, projectada pelo Grupo, consistia na inauguração dum busto e na transladação dos restos mortais desde Matosinhos para a terra natal, sendo esta a mais difícil por onerosa. Vieram impulsioná-la três dádivas de grande valia: o mármore para o mausoléu, oferta do Dr. José Coelho de Madureira, o projecto para o mesmo, contributo de Bonfilho Faria, amigo de infância da Poetisa e a promessa de um subsídio de dez contos de réis, feita e cumprida a breve trecho pela Junta Distrital de Évora, três contributos relevantes para a realização do sonho do Grupo e sua máxima obra.

Em 1962 officiei ao Dr. Mário Lage solicitando-lhe autorização para que viessem repousar na terra "branca de sol e cal e de luar" os ossos da que fora sua esposa. A resposta afirmativa não tardou, e, recordando hábitos da Poetisa, acrescentou: "Florbelá não trabalhava a fazer versos, que lhe saíam espontaneamente... Os seus versos eram expressão de um estado de alma e não composições literárias". O Sr. Rui Guedes, a quem facultei fotocópia desta carta, trancreveu, no livro *Acerca de Florbela*, a última frase como se segue: "os teus versos eram **espasmos** de um estado de alma e não composições literárias. O povo tem razão quando diz: "Cada cabeça sua sentença"...

Em 1963 iniciou Filipe Almeida mais um triénio como director do Grupo. Desenvolveu vasta e meritória actividade na organização da homenagem, sempre entusiasta e infatigável. A um mês da glorificação de Soror Saudade, pediu-me que o ajudasse na fase final.

Aconteceu que, oito anos antes da data de transladação, marcada para 17 de Maio de 1964, um domingo, o Rev.º Padre Joaquim Reia o informou da não presença da Igreja no cortejo fúnebre em Vila Viçosa, conforme decisão tomada pelo Arcebispo. Entristecido com a recusa ao que pedira, declarou-me Filipe Almeida: "Se assim o entender, solucione este caso". Fui então recorrer a um católico meu amigo, o Dr. Joaquim Saraiva Palmeiro,

pessoa que eu sabia ser muito considerada pelo Sr. Arcebispo, D. Manuel Trindade Salgueiro. Expus-lhe a situação contraditória de ter sido religioso o funeral de Florbela em Matosinhos, 34 anos antes, e de faltar agora a presença da igreja. Por isso lhe pedia o seu empenho junto da autoridade eclesiástica. O Dr. Palmeiro acedeu. E, como eu partia para Matosinhos no dia seguinte, 15 de Maio, acompanhado por Túlio Espanca e José Castro, assentámos que ele, na tarde do dia 16, telefonaria a contar o resultado da sua deliberação, o que veio a suceder, e com a notícia desejada: a Igreja estaria presente.

Chegado o dia da exumação, um sábado, dia 16, estavam presentes no cemitério o Dr. Mário Lage, dois directores do Grupo - Filipe Almeida e Berto Barreiros - eu próprio, na qualidade de representante da assembleia geral, Túlio Espanca e mais uma dezena de admiradores da Poetisa, entre os quais Maria Alexandrina, escritora e jornalista. Um repórter do **Diário de Lisboa**, fez uma fotografia e apontou nomes e cargos dos presentes. Nessa tarde o jornal publicou a telefoto e uma notícia com os nomes errados e também as funções. Quase todos os diários do país caíram no lapso do **Diário de Lisboa**.

Foi funda a excavação feita até se descobrirem os despojos de Florbela. Quando os vimos incrustados em massas argilosas, diz-me o poeta Azinhal Abelho: "Eis os torrões que bem podiam matar a fome às rosas". Alusão bastante clara que bem entendi e que me levou a segurar dois sacos que jaziam próximo e a enchê-los com umas mãos chéias da terra envolvente dos ossos, a qual eu próprio retirei. Trouxe-a para Vila Viçosa, enchi três vasos e pedi a um amigo floricultor, o João Silva, que neles plantasse rosas vermelhas. Os vasos expuseram-se dois anos na sede do grupo e depois a terra distribuiu-se por canteiros da vila.

Como num simples dedal de terra existem biliões de átomos, cremos que o corpo inerte de Soror Saudade já matou e estará matando a fome às rosas da sua terra natal.

Enquanto o coveiro limpava a ossada, dois enamorados da poesia de Florbela, rogam ao Dr. Lage autorização para recolher uns ossículos - umas falanges - e disseram que as guardariam como relíquias. A petição foi deferida e - singular capricho do destino - uma parte deles veio reunir-se à ossada trinta anos depois! Comuniquei este facto à Câmara Municipal que o registou em Acta. E os restantes ossículos voltarão um dia? O futuro dirá.

Na pequena urna de mogno foi ainda depositada uma peça de metal formada por dois discos convexos (calotes esféricas) de uns dez centímetros de diâmetro, unidos um ao outro por soldadura dos bordos. Foi o único vestígio do hidro avião em que Apeles Espanca se despenhou no Tejo, na zona de Porto Brandão, e Florbela sempre quis que essa relíquia a acompanhasse quando morresse. O marido satisfizera-lhe a vontade.

Depois de os dois directores do Grupo, Filipe Almeida e Berto Barreiros, terem convidado o Dr. Lage a acompanhar o fêretro a Vila Viçosa, convite que ele aceitou, deixámos o cemitério de Sendim. Todos, excepto eu, foram à cidade do Porto. Dirigi-me à Pensão onde quase todos nos alojáramos, e fiquei aguardando o telefonema do Dr. Palmeiro, como acima referi. Em dado momento apareceu o Dr. Mário Lage e disse-me que não podia deslocar-se a Vila Viçosa, como prometera, porque afazeres inadiáveis lho impediam. E acrescentou: "Vou mandar-lhes o pequeno espólio de Florbela que me resta". E a generosa dádiva chegou à sede do Grupo poucos dias depois remetida de Matosinhos. Eu vi o endereço: "Ao Grupo Amigos de Vila Viçosa, Vila Viçosa. Remete Mário Lage, Matosinhos. Contém livros". Recordo-me bem da cor do papel da encomenda, uma cor violeta desmaiada. Vi o conteúdo, remexi-o e li alguns manuscritos, tudo isto por deferência de Filipe Almeida. A encomenda era constituída por: livros de leitura de Florbela, encadernados e com as letras F. E. gravadas na lombada; o **Diário** encadernado e forrado com seda de cor violeta; o conto **Mulher de Perdição**; duas ou mais dezenas de sonetos manuscritos por Florbela; alguns retratos e diversos outros autógrafos da Poetisa. Este contacto com a encomenda verificou-se em 23 ou 24 de Maio, ou seja, oito dias depois de o Dr. Lage me ter dito "Vou mandar-lhes o pequeno espólio de Florbela..."

A corroborar estes factos, que presenciei, vem a cópia do ofício de Filipe Almeida ao Dr. Lage, datado de 25-Maio-1964: "Ainda pela gentileza e generosidade da valiosa oferta do espólio literário e íntimo de Florbela Espanca Lage, que há dias recebi, que para nós constitui verdadeiro relicário e que se destina à Casa-Museu, a mais viva e profunda gratidão a V. Ex.<sup>ª</sup>".

Esta abundância de pormenores relacionados com a recepção da encomenda enviada da Matosinhos ao Grupo faço-a para repor a verdade dos factos.

É que um biógrafo de Florbela, o Sr. Rui Guedes, subscreve, nos seus livros

“Acerca de Florbela” e “Fotobiografia”, três afirmações que eu refuto por serem totalmente falsas.

A primeira delas lê-se na página 81, 1ª edição, de “Acerca de Florbela, e diz: “Outros autógrafos, o Diário e livros de leitura, entregá-los-ia Mário Lage em 19-5-34 a José Emídio Amaro.”

A segunda está inserida na página 235 do mesmo livro e afirma que os bens de Florbela referidos na carta de Mário Lage a José Emídio Amaro, em 19-5-64, “foram posterior e simpaticamente oferecidos ao Grupo Amigos de Vila Viçosa por este se ter comprometido a fundar uma Casa-Museu Florbela Espanca, o que nunca chegou a acontecer.”

A terceira aparece-nos na “Fotobiografia”, na página 242, por debaixo de uma carta autografada e diz: “Carta com carimbo de 19-5-34, que Mário Lage enviou a José Emídio Amaro a acompanhar todo o espólio de Florbela que possuía, e que este, por sua vez, ofereceu ao Grupo Amigos de Vila Viçosa”.

Ora eu reafirmo o que já provei: O Grupo recebeu o espólio de Florbela oferecido pelo Dr. Lage que o remeteu de Matosinhos em 19-5-64, e ninguém mais ofereceu ao Grupo os manuscritos da Poetisa, os chamados “bens de Florbela”, ou “espólios de Florbela”. Esta a verdade que elimina as afirmações fantasiosas do Sr. Rui Guedes.

Como explico o teor da carta do Dr. Lage a José Emídio Amaro em 19-5-64?

Escreve o remetente: “Por este correio envio uma encomenda com livros... Também lhe envio um envelope com sonetos autógrafos e outros escritos, entre os quais um fragmento de Diário.”

O Dr. Lage escreve isso ao Sr. Emídio Amaro, residente em Almada e, no mesmo dia, manda para o Grupo, em Vila Viçosa, a encomenda referida na carta.

De entre todos os presentes na exumação dos ossos da Poetisa, o Sr. Emídio Amaro era o mais conhecido, ao menos dá nome, do Dr. Mário Lage pois se correspondia com Florbela, e este suponha-o um dos directores do Grupo porque assim o afirmaram, erradamente, o **Diário de Notícias** e o **Primeiro de Janeiro** de 18-Maio-1964, além doutros jornais.

A imprensa induziu em erro Mário Lage e a carta deste não foi correctamente interpretada por Rui Guedes e levou-o a desvirtuar os factos.

Acresce que, na apresentação da comitiva de Vila Viçosa ao Dr. Lage, não foi feita uma clara distinção entre as pessoas e os seus cargos, e daí a confusão entre “directores” e “apoiantes” do Grupo.

Considero que tem mérito a obra de Rui Guedes em oito volumes que englobam os poemas, as cartas, os contos, a biografia e uma fotobiografia de Florbela, mas isso não me impede de apontar-lhes os erros que sei que o são.

E, a propósito de inéditos, direi que a inclusão do conto *Mulher de Perdição* no livro *O Dominó Preto* é da responsabilidade da editora Livraria Bertrand. Aconteceu que o Grupo e os irmãos Espancas (Túlio e outros) venderam à Bertrand na mesma data, mais uma semana menos uma semana, os inéditos que possuíam, depois de decorridos cinquenta anos sobre a morte da Poetisa, ou seja em 1981. Embora oriundos de possuidores diferentes, a editora resolveu juntar a *Mulher de Perdição* aos cinco contos que constituíam *O Dominó Preto*.

A direcção do Grupo quis ouvir a minha opinião em dois assuntos: condições de venda dos inéditos à Bertrand e utilização da quantia que fosse recebida. No primeiro caso, a resolução saiu do consenso e no segundo foi aprovado o meu parecer, como se lê nas respectivas actas. Consistiu no seguinte: o rendimento da importância auferida destiná-se-ia à criação do Prémio Escolar Florbela Espanca, reservado ao estudante português, rapaz ou rapariga, que obtivesse a melhor classificação no ano de estudos mais avançados na Escola secundária de Vila Viçosa. Deste modo, Florbela, meio século após a morte, vem incentivar os jovens a subir mais alto, sempre mais alto, como ela ansiava.

E, por fim o último percurso com a memória de Florbela presente. Palmilhei-o, exultante, o ano passado. Quis a sorte que fosse designado pela Assembléia Municipal de Vila Viçosa para presidir ao júri de atribuição do Prémio Florbela Espanca. Os quatro elementos restantes, manda o regulamento, foram designados pela Associação Portuguesa de Escritores. Vivi os meses de Setembro e Outubro de 1993 no encanto de apreciar mais de duas dezenas de obras aspirantes ao galardão. Algumas delas eram directos hinos de louvor ao génio poético de Florbela, enquanto outras desenvolviam os temas da vida, da morte, do destino, do sofrimento e prazer, tão profundamente contagiados ao público por Soror Saudade. Na reunião do júri não foi difícil chegar ao consenso. A maioria apontou

na primeira exposição de pareceres, uma dada obra. seguiram-se os debates entre os apoiantes e os reticentes até se chegar à unanimidade.

O autor premiado foi Hugo Santos e a obra tem o título *O Caçador*.

Curiosamente, Hugo Santos foi director dum periódico de Vila Viçosa publicado entre 1981 e 1983, com o título *Há tanta idéia perdida...*

E aí estão, arrancadas ao baú do passado, as lembranças que falam de Florbela.

Tanto no meu encontro com a Poetisa em 1926, como os sucessivos passos em que a sua Memória é presente, descrevo os acontecimentos com a isenção a que me obriga a consciência e a responsabilidade que sempre assumo.

## POMBA BRANCA PERSEGUIDA

*João Jardim \**

Florbela, são relíquias os versos que escreveste  
que o nosso povo guarda com carinho  
nasceram porque tu nasceste  
flor silvestre perfumada de Divino

O mundo inteiro reconhece a tua dor  
e o sofrimento que envolveu a tua vida  
serás sempre a princesa do amor  
que foi p'los hipócritas perseguida

Tu és Alentejo, és sofrimento  
lutaste sem parar um só momento  
p'la conquista da tão qu'rida liberdade

Ó pomba branca perseguida!  
o coração deste povo é tua guarida,  
nele viverás para além da eternidade!

*\* Poeta popular calipolense*



## **Tempo Vário**



## EM DEFESA DO HOMEM E DO AMBIENTE, POR UMA PROTECÇÃO DAS CULTURAS AGRÍCOLAS MAIS SEGURA E RACIONAL

Pedro Amaro \*

### LUTAR CONTRA A FOME E DEFENDER O AMBIENTE

A dura realidade da fome que vitima, todos os dias, tantos seres humanos e, muito em especial, crianças, exige que tudo se faça para não só aumentar a produção agrícola mas também para alcançar uma equilibrada distribuição dos produtos alimentares entre as regiões mais ricas e mais pobres.

Estes objectivos tão claros e de importância mais que evidente continuam a ser prosseguidos à escala mundial, não sem estranhas contradições aparentemente impostas pelas duras leis da Economia. Tal acontece com a nova reforma da PAC, impondo restrições ao aumento da produção agrícola da Comunidade para reduzir os excedentes que os políticos são incapazes de fazer transportar para países da África e da Ásia, onde a fome continua a vitimar milhões.

A degradação do ambiente e da qualidade de vida, com aspectos muito graves, como a destruição da camada de ozono, a poluição da água e as chuvas ácidas, com perspectivas preocupantes até relativamente à sobrevivência do Homem, impõe a adopção de medidas restritivas e exige a mais ampla e generalizada consciencialização sobre esta problemática.

O adequado emprego de alguns factores de produção na Agricultura, como pesticidas e adubos, tem contribuído para notáveis aumentos de produção. Porém, a sua utilização excessiva e irracional tem causado o agravamento da poluição e da degradação do ambiente.

As excessivas adubações azotadas têm sido responsáveis por elevados resíduos de azoto nas águas, o que, pelos seus inconvenientes para a saúde, tem levado, nomeadamente a Comunidade Europeia, à adopção de medidas restritivas.

Os elevados prejuízos causados por inimigos das culturas, isto é, por insectos como o escaravelho da batateira e o bichado da maçã, fungos como o míldio e o oídio da videira, e por outros agentes patogénicos, como vírus, bactérias e nemátodos, e, ainda, por infestantes ou ervas daninhas, podem, no seu conjunto, ser frequentemente superiores a 30% - 40% da produção. Compreende-se assim, a necessidade, ou mesmo a indispensabilidade, de tentar evitar ou atenuar tais prejuízos, recorrendo aos meios de luta disponíveis, nomeadamente aos pesticidas.

### OS PERIGOS DOS PESTICIDAS E A SUA PREVENÇÃO

Durante a última guerra mundial foram descobertos novos pesticidas, os chamados pesticidas organossintéticos, caracterizados por grande eficácia, fácil aplicação e preço compensador para os agricultores. Grandes multinacionais, muitas vezes já envolvidas nos negócios do petróleo e/ou de produtos farmacêuticos, como CIBA-GEIGY, SHELL, BAYER, RHONE POULENC, MONSANTO, dedicaram o seu potencial científico e técnico a esta área e descobriram e lançaram no mercado, nos últimos 50 anos, novos e novos insecticidas, fungicidas, herbicidas, tendo alcançado lucros encorajadores.

Em Portugal, mais de três dezenas de empresas dedicam-se à comercialização de cerca de 700 pesticidas que os agricultores podem escolher e utilizar para combater os

\*Professor do Instituto Superior de Agronomia

inimigos das culturas.

**Estes pesticidas são sempre potencialmente perigosos para o Homem e para o Ambiente pelo que a sua utilização deverá ser sempre rodeada de bastantes cuidados e feita sempre de forma consciente e racional.** Infelizmente, muitas vezes, tal não acontece, seja porque a questão é complexa, seja porque escasseia a informação e a formação de quem utiliza os pesticidas. Basta meditar como ainda grassa o analfabetismo entre os agricultores, quantas vezes reduzindo toda a vasta e complexa gama de pesticidas ao "químico" ou ao "sulfato", que o Sr. Zé da "loja" da Aldeia lhe impinge por ser mais barato...

Os perigos decorrentes da utilização dos pesticidas podem agrupar-se em relação a:

- \* **manipulação** em casa, na loja, no transporte, etc., dos pesticidas;
- \* **aplicação**, isto é, a distribuição do pesticida sobre a cultura;
- \* consumo de produtos agrícolas tratados, se houver **resíduos** de tratamentos efectuados recentemente;

- \* **poluição** da água, do solo e do ar pelos pesticidas que são aplicados nos campos de cultura;

- \* **destruição de organismos a preservar**, como abelhas, aves, caça e auxiliares (que vivem à custa dos organismos que causam prejuízos às culturas).

Nos rótulos dos pesticidas existe suficiente informação para esclarecer o grau de **toxicidade aguda**, para o Homem e a sua prevenção, isto é, os cuidados para acautelar o perigo de envenenamento que poderá resultar da ingestão, inalação ou penetração através da pele, **uma só vez**, de doses excessivas desse pesticida. Há diferentes símbolos toxicológicos (ex. caveira) que evidenciam o grau de toxicidade relativa. Há também recomendações para evitar os perigos de intoxicação. Se tais precauções forem postas em prática podem evitar-se perigos de intoxicação durante a manipulação ou a aplicação dos pesticidas. Infelizmente muitas vezes tal é ignorado, pelo que é cada vez mais urgente dispôr de legislação que limite a utilização dos pesticidas mais tóxicos (os da caveira) só a pessoal especializado ou devidamente preparado, como já acontece nalguns países da Comunidade Europeia e outros.

A degradação dos resíduos dos pesticidas nas culturas agrícolas é mais ou menos rápida consoante a natureza do pesticida, conhecendo-se os seus perigos de acumulação nos tecidos do Homem e dos animais, resultantes da chamada **toxicidade crónica**. A evidência de tais perigos em relação a insecticidas organoclorados, como o DDT e dieldrina, demonstrada ao longo das décadas de cinquenta e sessenta, levou à proibição de tais produtos e de outros similares, hoje inexistentes no mercado português. Nos rótulos indica-se o **intervalo de segurança**, isto é, o tempo que deve ser garantido entre o último tratamento feito com um pesticida e a colheita do produto agrícola. Para evitar resíduos perigosos nos morangos, alfaces, couves, maçãs, uvas é essencial que o agricultor respeite o intervalo de segurança.

Para evitar a poluição da água, do solo e do ar pelos pesticidas e para impedir a destruição de organismos benéficos para o Homem, como abelhas, aves, caça e auxiliares é essencial que o agricultor, o vendedor e o técnico que aconselham o agricultor, tenham formação suficiente e disponham de informação que lhes permita actuar de uma forma competente e racional.

A possibilidade de evitar intoxicações durante o manuseamento e a aplicação dos pesticidas e através do consumo de produtos agrícolas tratados parece estar ao alcance de muitos agricultores e da totalidade dos técnicos, pois basta **saber ler os rótulos** e actuar em conformidade. Legislação sobre a aplicação dos pesticidas, ainda existente, poderá melhorar muito esta problemática.

É sem dúvida mais difícil conseguir que os agricultores e os técnicos utilizem os pesticidas com segurança e conscientemente de modo a reduzir ao mínimo a poluição e a destruição de organismos benéficos para o Homem. De facto, escasseia a formação para assegurar a viabilidade de atingir tais objectivos e são nitidamente insuficientes as acções de sensibilização, de informação, de formação e de extensão indispensáveis.

## A PROTECÇÃO INTEGRADA GARANTE A MAIS SEGURA E RACIONAL PROTECÇÃO DAS CULTURAS

Nos últimos 30 anos a investigação intensificou-se com o objectivo de esclarecer a natureza e gravidade da poluição causada pelos pesticidas no ambiente e de obter so-

lucões alternativas mais racionais. Em consequência, hoje, dispõe-se de conhecimentos que permitem para, algumas culturas agrícolas, intervir em três sectores:

\* **reduzir ao mínimo** o número de intervenções contra os inimigos das culturas;

\* **evitar a destruição dos auxiliares:**

\* **adoptar meios de luta alternativos à luta química**, isto é, aos pesticidas;

Quanto menos intervenções, nomeadamente com pesticidas, menos poluição, menos destruição de seres vivos benéficos e mais economia para os agricultores. São evidentes as vantagens de tratar menos, de tratar **só quando indispensável**. Aceitam-se, assim, toleram-se portanto, populações de inimigos das culturas, isto é, de insectos e de ácaros e até de fungos ou infestantes, que se saiba ser insuficientes para causar prejuizos, isto é, a redução da produção com valor superior ao custo do tratamento. De facto, se o tratamento for **mais caro** que o valor dos estragos causados pelos inimigos das culturas é obvio que não vale a pena tratar. Cada vez se conhecem mais **níveis económicos de ataque**, isto é, as intensidades de ataque de uma praga a partir da qual é **de facto** necessário intervir.

Há na Natureza muitos **auxiliares**, isto é, insectos, bactérias, fungos, nemátodos e outros seres vivos que vivem à custa de organismos que causam prejuizos nas culturas. É bem conhecida a joaninha que come piolhos das plantas. Cada vez há mais conhecimentos sobre a natureza desses auxiliares, quais os mais eficazes na luta contra as pragas, e quais as épocas em que são mais abundantes.

Tudo deve ser feito para não destruir os auxiliares e para aumentar as suas populações, pois **são nossos aliados**, ajudam-nos a combater os inimigos das culturas. Por isso, muito se tem investigado sobre a toxicidade dos pesticidas para os auxiliares e dispõe-se de tabelas que esclarecem esta questão. Infelizmente a maioria dos insecticidas existentes no mercado são não só tóxicos e eficazes para as pragas mas também tóxicos para numerosos auxiliares. Tal acontece com muitos fosforatos, carbamatos e piretróides. Mas há pesticidas, pouco tóxicos para os auxiliares, como pirimicarbe, diflubenzurão, buprofenzina e fusaloná, e esses devem ser preferidos para não destruir os auxiliares.

A intensa investigação realizada nas últimas décadas tem proporcionado, por vezes, a possibilidade de se recorrer, na luta contra os inimigos das culturas, a soluções alternativas aos pesticidas. A **luta biológica**, em que se evita a destruição de auxiliares, ou se faz a produção de auxiliares, em biofábricas, e se procede à sua largada em culturas agrícolas, é cada vez utilizada com mais frequência. A **luta biotécnica** com o recurso a reguladores de crescimento de insectos, a feromonas ou à esterilização de insectos é, por vezes, utilizada. A **luta genética**, através da obtenção de variedades resistentes ou tolerantes a doenças ou pragas, intensifica-se. Finalmente, a **luta cultural**, de que o enxerto de castas de vinhas europeias em porta-enxertos de castas americanas é um exemplo clássico, adoptado há mais de um século no combate à filoxera, é utilizada de forma consciente e bem fundamentada.

Estas alternativas à luta química, quando possível, constituem obviamente um processo eficaz de reduzir a utilização desta e, portanto, de atenuar os seus inconvenientes.

As novas orientações de protecção das plantas procuram, portanto: reduzir ao mínimo a utilização dos pesticidas, recorrendo aos níveis económicos de ataque; evitar a destruição dos auxiliares; e adoptar, sempre que possível medidas alternativas à luta química. Estas novas orientações constituem o que se designa por **protecção integrada**.

A protecção integrada está sendo progressivamente adoptada num número crescente de culturas agrícolas e o seu ritmo de generalização aumentará certamente até ao ano 2000. Países como EUA, França, Suíça, Holanda, Bélgica, Itália, Alemanha e Inglaterra vão na vanguarda, mas até em países em desenvolvimento, graças, em especial, à acção da FAO, está-se expandindo a protecção integrada.

Em Portugal, têm-se feito progressos no sentido da protecção integrada, desde 1980, em especial no sector da formação, da investigação e da sensibilização. Têm sido mais tímidos os progressos em relação à prática da protecção integrada pelos agricultores, mas há razões para algum optimismo de mudanças significativas nos próximos anos, em culturas como vinha, maceira, pereira, citrinos e culturas protegidas.

Os estudantes da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, ao organizarem em 4 e 5 de Março de 1993 o II Encontro Nacional de Protecção Integrada, com especial ênfase na extensão e prática da protecção integrada, na sequência do sucesso do I Encontro, realizado pelos estudantes da Universidade de Évora, a 10 a 12 de Janeiro de 1991, vão certamente ajudar a acelerar este processo.

É, também, importante contribuir para a mais ampla sensibilização sobre as pers-

pectivas oferecidas pela protecção integrada para uma mais segura e racional protecção das plantas. Daí, a justificação para a escolha deste artigo, escrito para colaborar na muito valiosa iniciativa da Revista CALLIPOLE, da nossa querida Vila Viçosa.

## NECROLÓGIO AO DOUTOR TÚLIO ESPANCA

(no primeiro aniversário da sua morte)

(1913 - 1993)

*Joaquim Torrinha*

Se estivesse na minha mão, por hipótese ficcionista, o poder de ressuscitar pessoas, uma das que eu ressuscitaria era precisamente Túlio Espanca.

Claro que não iria esquecer-me de aplicar esta taumatúrgica virtude aos meus progenitores e demais familiares, mas é seguro e certo que, no número dos estranhos à família, Túlio seria necessariamente o primeiro.

É procederia assim com a intenção premeditada de lhe fazer compreender que as virtudes intrinsecamente humanas não terminam só porque se morre, visto que a Morte não é o fim de tudo.

Túlio era agnóstico, embora não fazendo gala desse sentimento, que eu saiba, como o fazem constantemente outras figuras nacionais à revelia das responsabilidades que têm no campo do equilíbrio da vida em comunidade, com despudor deliberadamente ofensivo, ou de desafio, ou de confrontação contra aqueles a quem devem a obrigação de respeitar.

Conseguir criar uma forma de vivência no mundo que nos rodeia, para depois o abandonar abruptamente por vontade e deliberação próprias é, pelo menos, uma incoerência.

Túlio cometeu essa incoerência, a qual foi certamente a única que lhe conheci nos longos anos que contactámos.

No jogo entre a Morte e a Vida não há antagonismo entre as duas partes: a Morte é uma parte alíquota da Vida, é precisamente o seu prolongamento, isto é, a sua continuação. Será somente uma "passagem" e, por tanto, não terá duas partes, tem só uma.

É uma recta que não tem fim; são duas partes que se complementam.

Daí que ao interromper desesperadamente o seu circuito vital, tenhamos a percepção que Túlio não tenha conseguido obter completo conhecimento, enquanto vivo, do sentido de realidade da própria Vida, e que a sua inviável ressurreição que eu trouxe à colação, pura e simplesmente, como liberdade poética, a poder dar-se, tirá-lhe-ia à mente razões extremamente válidas, para entender que o funesto procedimento que usara, não era a solução nem necessária nem suficiente, para mudar tudo.

A "passagem" não muda nada, é apenas uma **continuação**, porque a Vida é um misto de matéria e espírito e este não se interrompe nem se extingue com a Morte, mesmo que esta seja propositadamente concebida e executada.

Senhor de uma elevada e firme verticalidade de carácter, a condizer com a presença de uma patriacial figura humana que sustentava com donaire, Túlio Espanca não suportou a crueza do primeiro tramo da sua Vida e apressou a chegada do segundo que foi o último.

Possuidor de uma catadupa de virtudes que fazem do Homem um ser fora do comum, faltou-lhe na hora suprema do sofrimento e da dor angustiada, ao ver sumirem-se, aos poucos, as forças que o elevaram ao topo da dignidade humana, uma das principais: a Fé.

Foi cega a sua perspicácia teológica que Jesus louvava nas gentes simples ao co-

tejá-la com a cegueira dos sábios e doutores da Lei. (Mt. 11; 25-27).

Não me surpreende isso porque os próprios Apóstolos tiveram dificuldade em interpretar a mensagem do Mestre, que enquanto tal, se fartou de lha explicar (Mc. 4,13; 6,52; 7; 18,8; 31-33).

Querido Amigo, era tão bom que não tivesses partido; ou que voltasses!

A **passagem** de Túlio, com a qual, infantilmente, não me conformo, deixa-nos um hiato horrído, escuro e árido, que dificilmente será preenchido não só porque se perdeu uma fonte de água límpida, onde se iam colher ensinamentos que deliciavam o nosso sentimento estético, como também se desatou o nó de uma amizade transparente e acalentadora, de um Homem que o soube ser com H grande, desde o começo até ao final da estrada da vida que lhe calhou em sorte viver.

Faz hoje precisamente um ano que morreu Túlio Espanca mas a memória da sua presença afectuosa e benévola permanece connosco.

Querido amigo, era tão bom que não tivesses partido, ou então que voltasses!

Vila Viçosa, 2 de Maio de 1994.

## NOTÍCIAS

### LIVRO NOVO DOS USOS E COSTUMES DA FREGUESIA DE SANTA CATARINA DE PARDAIS

A freguesia de Pardais do concelho de Vila Viçosa tem Santa Catarina como orago da sua igreja.

É filial da Matriz do Concelho e de entre as dúzias de párocos que por ali passaram, um deles foi o historiógrafo e musicólogo Padre Joaquim José da Rocha Espanca, calipolense dos sete costados, que a ela se dedicou de alma e coração, como coisa que era da sua terra natal.

De entre os actos belos que ali praticou, um ressalta, o qual foi a feitura de um manuscrito intitulado LIVRO NOVO DOS USOS E COSTUMES DA FREGUESIA DE SANTA CATARINA DE PARDAIS, totalmente desconhecido mas que acabou por surpreendentemente me vir para às mãos em Abril de 1993.

Esta pecha velha do Padre Espanca interpretar, transcrever e actualizar livros antigos ou outros documentos, com o fim de os conservar não só propriamente quanto à forma como também quanto ao seu conteúdo, deve ter-lhe ficado na memória com o contacto que teve com os tão falados Livros dos ANIVERSÁRIOS, escritos pontualmente pelos Cabidos, que os guardaram nos Arquivos Capitulares.

Esse vício (ou prazer) tornou-se numa virtude que o satisfazia plenamente, dela se aproveitando os vindouros com igual júbilo.

Deste modo obviou ao desaparecimento das notícias sobre os tradicionais usos e costumes que um seu diligente antecessor, o pároco António Gomes Cordeiro, em 1719, registara pacientemente num manuscrito denominado "Declaração dos usos e costumes antigos" ou "Relação dos usos e costumes antigos" e que o próprio Padre Espanca, com a sua reconhecida paciência beneditina e com um apurado sentido do valor incomensurável do registo dos dados históricos referentes ao seu Concelho, teve a generosidade de nos transmitir. Perdeu-se o manuscrito do Padre Cordeiro mas subsistiu o do Padre Espanca, com a reprodução exacta dos dados antigos e ampliada, complementariamente, pelos novos.

Trata-se de um livro manuscrito, de formato sensivelmente 30x21 cm., pobremente encardenado, com rosto completo, 139 páginas, terminado em véspera de natal do ano de 1879.

Não obstante isso, o livro contém, acrescentados, alguns outros documentos com datas posteriores que vão até meados do ano de 1887.

O seu conteúdo é extenso e desdobra-se por vários capítulos de muito interesse não só para o conhecimento dos usos e costumes da paróquia de Pardais como para a biografia do reverendo pároco, o qual dedica algumas páginas à cronologia e aos acidentes da sua própria vida.

Estes últimos têm um carácter especial porque revelam facetas da sua existência, explicativos da sua tenacidade de carácter, da voluntariosidade de ânimo e determinação com que encarou os contratemplos que se lhe depararam, alguns de grande peso, causando grandes danos à sua mocidade.

É só um espírito forte e pertinaz como o dele, seria capaz de lutar contra a terrível adversidade que lhe corroeu a juventude. Mas tudo levou de vencida, sabendo criar uma posição conciliatória entre esse infortúnio e a sua inabalável decisão de tomar ordens sacras, para servir a Deus e aos seus paroquianos.

O estado de conservação do livro, actualmente, é bastante delicado e insusceptível de sofrer tratos de qualquer espécie, pelo que se fizeram fotocópias destinadas a saciarem a curiosidade dos investigadores.

O original manuscrito irá fazer companhia aos restantes cinco volumes que já foram editados pela Câmara Municipal, cujos Serviços Culturais estão já preparando a sua publicação na continuidade da Série de Cadernos Culturais que integram as "Memórias de Vila Viçosa", do mesmo Autor.

*Joaquim Torrinha*

## RECENSÕES

António do Carmo Martins. **Maior Presença**. Estremoz, 1992. Ed. do autor.

Propôs-me o Sr. Dr. Joaquim Torrinha que vos apresentasse um livro de poemas.

O seu autor: Carmo Martins, o seu título *Maior Presença*.

Vamos por partes. O seu autor(1). O livro. Compõem-no 49 poemas e um Posfácio escrito por um poeta também já conhecido dos nossos leitores: Avelino de Sousa.

Apresentar um livro de poemas terá que ser uma coisa só: dizer ao leitor a quem nos dirigimos que nele está um tesouro e que esse tesouro está lá à espera dele.

Não lhe interessam os tesouros? Então não o procure, então não o leia. Gosta de jóias, aventuras segredos, etc. ...? Então venha daí ...

*Maior Presença* é, sem dúvida, a expressão de uma alma poética, prenhe de emoção religiosa, batida pelo Tempo, açoitada pela vida, alimentada no sonho, vergada à Condição da Morte, mas elevada à libertação da Vida.

Também é proposta de uma Viagem pelo Mar. O Mar. A Viagem. Seis portos e quarenta e nove ilhas. Em qual o tesouro por achar?

Demanda. Esperança. Será o tesouro a Explosão de Vida de que o Poeta fala quando solta o último "elo" que o prendia?

Julgue-o quem o souber, mas melhor será experimentá-lo.

Se o procurar encontra-o na ÁTRIO na colecção HARPA, aquela que dá a música das estrelas...

João Tavares

(1) António do Carmo Martins, Nasceu em Monsaraz, a 10 de Abril de 1921. Tem o curso de Teologia.

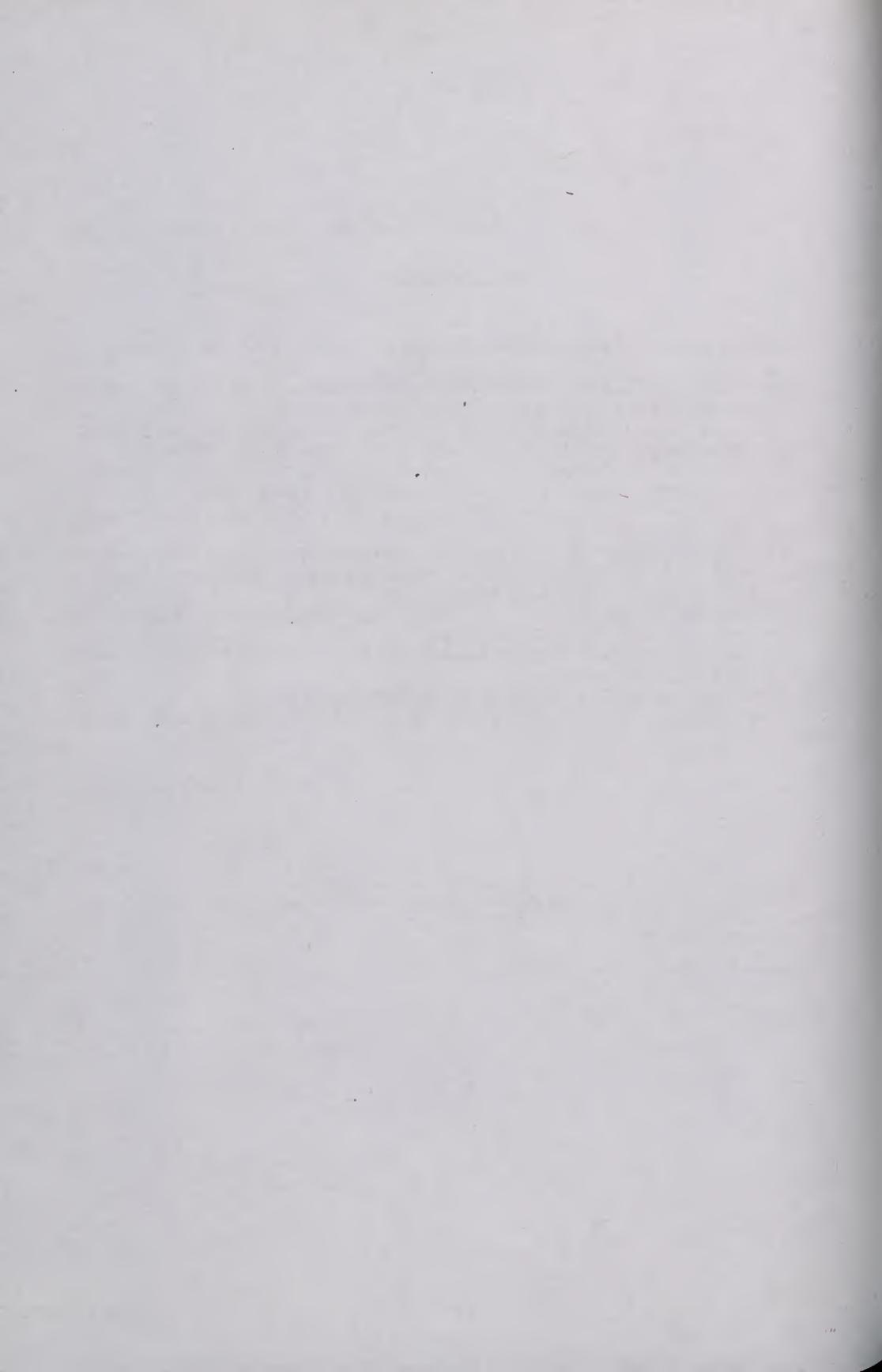
Tem colaboração dispersa em vários jornais e revistas: *Diário de Notícias*, *O Setubalense*, (suplemento *Arca do Verbo*), *A Defesa*, *Brádos do Alentejo*, *Ecos de Estremoz*, *Alvoradas*, *Stella* ...

Publicou:

*Poesias*

*Vigília Ardente*, Ed. do Autor, Estremoz, 1988

*Maior Presença*, Átrio, Lisboa, 1992



Luis Alfonso Limpo Piriz, **Olivenza Antología Esencial. Elementos para su historia**. Editora Regional de Extremadura. Mérida, 1994. 423 p. il., c/ mapa extra-texto

Em boa hora cumpriu a Junta da Extremadura Espanhola um dos mais importantes objectivos do programa Extremadura Enclave/92 com a publicação de uma antologia de textos referentes a Olivença, sua história e suas vivências para “contribuir al aumento del conocimiento sobre Extremadura dentro y fuera de los límites de esta Comunidad”.

Assinalamos nesta breve nota o acontecimento como iniciativa de grande validade, porquanto, através dos 81 textos que a constituem, esta selecção criteriosa permite ao leitor interessado, curioso e ávido do saber histórico, recolher informações diferenciadas, porventura desconhecidas, inéditas, surpreendentes.

Luis Alfonso Limpo, um autêntico paladino da história e da defesa dos valores culturais oliventinos, responsável por esta selecção/coordenação, dá-nos mais uma prova da sua real capacidade organizativa, ele, “investigador a la vez que cronista”, também colaborador com variados e interessantes textos.

Autores espanhóis e portugueses estão presentes com trabalhos entretanto publicados em diversos lugares e em tempos diferentes, sendo de referir pela relação que têm com a nossa região alentejana, por exemplo, apontamentos sobre oliventinos que estudaram em Vila Viçosa no Colégio dos Reis (M. Inácio Pestana), os regimentos de Olivença (Ten. Cor. Pereira da Conceição), origens de S. Bento da Contenda (M. Angelo Vallecillo), personagens populares, onde resalta o nome do famoso pasteleiro da Alba, de Badajoz, conhecido pelo epíteto de “Sigadinho” e que era natural do Alandroal (Rita Asensio), mármores de Vila Viçosa na Casa Marçal (A. Garcia Galán), família dos Lobos de Vila Viçosa (id.), resenha histórica da Filarmonica de Olivença que no 1º quartel deste século fez uma campanha artística em Portugal, nomeadamente em Alter do Chão, Redondo, Juromenha e vila Viçosa, banda a cuja fundação estiveram ligadas pessoas de apelido Valejo e Pestana, nomes que também se encontram desde a séc. XVII na história local de Vila Viçosa, até associados entre si como, por ex., o do vereador Jerónimo Pestana Valejo de Mariz (J. Antunez Ramos), entrevista de oliventinos com D. Carlos em 1903 em Vila Viçosa a propósito da reconstrução da ponte da Ajuda (J. António Morales), etc..

Metodologicamente, é obra perfeita esta antologia, com cronologias, bibliografia, índices de ilustrações - abundantes estas -, de lugares e de autores, destes com notas biobibliográficas, enriquecida ainda com um excelente mapa avulso do extenso termo oliventino.

A todos os títulos, uma obra a recomendar e, sobretudo, um exemplo a seguir, designadamente por Vila Viçosa, terra de que há, como se sabe, larguíssima bibliografia dispersa em numerosas e distintas publicações periódicas.

Parabéns, pois, ao Autor e aos Editores.

*Manuel Inácio Pestana*



Manuel Calado. **Carta Arqueológica do Alandroal**, Alandroal 1993.

Ed. da Câmara Municipal.

O Amor (EROS), esse deus da terra dos Gregos, se não é princípio é, pelo menos, o movimento de alma que anima a vida.

Manuel Calado, antes de ser Arqueólogo, deu-se ao amor da sua serra ( Serra d' Ossa ), do seu rio ( Lucifecit ), do céu e das estrelas que em alto uniam tudo o que está e passa.

Sinceramente, constituiu-a o centro do seu mundo, dir-se-ia o Centro do mundo. O Sol exprimia-se no solo e, que mais haveria que fazer senão percorrê-lo, procurá-lo, descobri-lo?

Desse acto de Amor nasceu a Obra a que a *Callipole* e nós próprios tivemos o prazer e a honra de ver irromper numa apresentação pública, na Câmara Municipal do Alandroal, o que, quiçá assistida na inteligência pelas divindades que encantaram Manuel Calado, soube entender o sentido mais alto da sua missão como poder, e disponibilizar meios, boas-vontades, e confiança, - os elementos alquímicos - que permitiram que a " Arte Poética " de uma equipa de sonhadores pudesse registar e perpetuar uma memória que, manifestando o passado, projectasse, principalmente, o Futuro.

Porque não somos arqueólogos não iremos de bisturi em punho escapelizar o corpo que é a Obra, mas não deixaremos de dizer que é uma cuidadosa e criteriosa edição, " vestida " com uma sugestiva capa ( António Cúvinha ) luminosa, prenda de informações que, certamente, se constituirão como uma referência obrigatória no panorama da Arqueologia do nosso país, pois hipóteses metodológicas nela expressas assinalam um " corte epistemológico " com as ortodoxias e as certezas que a propósito da região do Endovélico se publicaram: aqui também houve culto, um **culto próprio** que os povos dominadores tentaram destruir ou integrar, mas que se manteve, e disso sinais deixou.

Manuel Calado, invocando a linha de luz que liga a terra ao céu, por Amor, o encontrou.

Confidenciou-o a companheiros que achando na terra o que ele viu no céu, deram testemunho nesta obra ímpar de arqueologia, um sinal para a nossa região, um símbolo para Portugal.

João Tavares



# ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA . . . . .	3
<i>Vereador Francisco Quinteiro</i>	
PRIMEIRA PÁGINA . . . . .	5
<i>Manuel Inácio Pestana</i>	
TEMPO DE HISTÓRIA	
AS TRÊS IGREJAS DUCENTISTAS DE VILA VIÇOSA . . . . .	9
<i>Joaquim Torrinha</i>	
O CASTELO DE JUROMENHA - INFLUÊNCIAS ISLÂMICAS E CRISTÃS . . . . .	27
<i>Fernando Branco Correia</i>	
O FORAL AFONSINO DE MONSARAZ (1276) . . . . .	43
<i>Manuel Carvalho Moniz</i>	
O CONVENTO DE SÃO PAULO DE ELVAS . . . . .	51
<i>Fernando Correia Pina</i>	
LA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIVENZA Y SUS PRIVILEGIOS . . . . .	55
<i>Miguel A. Vallecillo Teodoro</i>	
AS CORTES DE ÉVORA DE 1535 . . . . .	63
<i>Maria de Deus Beites Manso</i>	
AFONSO DE LUCENA . . . . .	69
<i>Manuel Inácio Pestana</i>	
UM RETRATO DE MULHER D. LUISA DE GUSMÃO . . . . .	85
<i>João Falcao</i>	
CATARINA DE BRAGANÇA E A ENTREGA DE TÂNGER . . . . .	89
<i>Rui Miguel da Costa Pinto</i>	
OS ANDRADAS DE BRITO AO SERVIÇO DA CASA DE BRAGANÇA . . . . .	105
<i>João de Sousa da Câmara</i>	
SANIDAD EN LA EXTREMADURA MERIDIONAL DE FINALES DEL SIGLO XVII . . . . .	131
<i>Carmem Calvo Almodover</i> <i>Fernando Cortés Cortés</i>	
UM CALIPOLENSE QUE FOI MESTRE DE CANTO EM ROMA . . . . .	145
<i>Cón. José Augusto Alegria</i>	
MEMÓRIA DE TÚLIO ESPANCA . . . . .	149
<i>António Augusto Charrua Faustino</i>	
TEMPO DE ARTES & LETRAS	
AUGUSTO CASACA - no rosto da memória . . . . .	165
<i>Joaquim Saial</i>	
MARFINS AFROPORTUGUESES - Saleiros de Serra Leoa . . . . .	187
<i>Ana Rita da Cunha e Melo de Sousa Prates</i>	
DUAS NOTAS CAMONIANAS . . . . .	197
<i>Justino Mendes de Almeida</i>	
SOBRE O "TRÍPTICO ALENTEJANO" DE ISABEL PULQUÉRIO . . . . .	211
<i>Olvio Caeiro</i>	
A SOPA . . . . .	217
<i>Orlando Neves</i>	
PAS-DE-DEUX . . . . .	221
<i>Carlos Garcia de Castro</i>	
O CAÇADOR . . . . .	223
<i>Hugo dos Santos</i>	
ANALOGIA . . . . .	225
<i>Carmo Martins</i>	

VILA VIÇOSA . . . . .	227
<i>Alexandre Torrinha</i>	
TEMPO DE FLORBELA	
A MORTE NA POESIA DE FLORBELA ESPANCA . . . . .	233
<i>José Luis Ferreira Francisco</i>	
<i>José Antônio Gonçalves</i>	
PERANTE FLORBELA . . . . .	243
<i>Alexandre José Torrinha</i>	
POMBA BRANCA PERSEGUIDA . . . . .	249
<i>João Jardim</i>	
TEMPO VÁRIO	
EM DEFESA DO HOMEM E DO AMBIENTE, POR UMA PROTECÇÃO DAS CULTURAS AGRICOLAS MAIS SEGURA E RACIONAL . . . . .	253
<i>Pedro Amaro</i>	
NECROLÓGIO AO DOUTOR TÚLIO ESPANCA . . . . .	257
<i>Joaquim Torrinha</i>	
NOTÍCIAS	
LIVRO NOVO DOS USOS E COSTUMES DA FREGUESIA DE SANTA CATARINA DE PARDAIS . . . . .	259
<i>Joaquim Torrinha</i>	
RECENSÕES . . . . .	261
<i>João Tavares</i>	
<i>Manuel Inácio Pestana</i>	





**MUNICÍPIO DE VILA VIÇOSA**